

ORGANIZADORAS:

Antonia Neide Costa Santana, Diocleide Lima Ferreira e Edvanir Maia da Silveira

ESPAÇO, CULTURA E MEMÓRIA: INTEGRANDO VISÕES DA CIDADE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmus Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatáhy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josénio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)	Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)
Eliane P. Zamith Brito (FGV)	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)
Homero Santiago (USP)	Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Ieda Maria Alves (USP)	Romeu Gomes (FIOCRUZ)
Manuel Domingos Neto (UFF)	Túlio Batista Franco (UFF)

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitor

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Conselho Editorial

Isaurora Cláudia Martins de Freitas	Aldiva Saless Diniz
Rosângela Duarte Pimenta	Agenor Soares e Silva Júnior
Antonio George Lopes Paulino	Francisco Dênis Melo
Jânia Perla Diógenes de Aquino	

Antonia Neide Costa Santana
Diocleide Lima Ferreira
Edvanir Maia da Silveira
Organizadoras

ESPAÇO, CULTURA E MEMÓRIA: INTEGRANDO VISÕES DA CIDADE

1ª Edição
Fortaleza - CE
2016



ESPAÇO, CULTURA E MEMÓRIA: INTEGRANDO VISÕES DA CIDADE
© 2016 *Copyright by* Antonia Neide Costa Santana, Diocleide Lima Ferreira e Edvanir
Maia da Silveira

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

Capa

Barão Design

Diagramação

Narcélio de Sousa Lopes

Revisão de Texto

Teobaldo Campos Mesquita

Ficha Catalográfica

Vanessa Cavalcante Lima – CRB 3/1166

E 77 Espaço, cultura e memória: integrando visões da cidade / Antonia Neide
Costa Santana, Diocleide Lima Ferreira, Edvanir Maia da Silveira (orgs.).
– Fortaleza: EdUECE, 2016.

246 p.
ISBN: 978-85-7826-320-1

1. História oral. 2. Cidades do Ceará – Aspectos sociopolíticos.
3. Paisagem rural. 4. Turismo. I. Título.

CDD: 900

APRESENTAÇÃO

A obra constitui a segunda publicação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades (GEPECCE). **A primeira foi *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco*, publicado em 2010.** O grupo reúne pesquisadores dos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), desenvolvendo trabalho em parceria com laboratórios e núcleos de pesquisa vinculados a esses cursos da UVA e também da Universidade Estadual do Ceará (UECE). São eles: o Grupo de Estudo e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (GEPPUR), Laboratório das Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME), Núcleo de Estudos de Documentação Histórica (NEDHIS), Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEURB), Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC/UECE) e Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG/UVA).

O propósito deste trabalho é socializar as nossas inquietações, teorias e métodos de trabalho com todos os que se propõem a pensar a cidade, esse grande palco da vida contemporânea. Para este volume contamos com a valiosa colaboração de profissionais de outras universidades brasileiras e estrangeiras que vieram se somar a este fazer científico.

O artigo do professor Nilson Almino de Freitas, intitulado *Corpo, moral, tempo e espaço social: a condição de “bêbado” e o “estrangeiro” na farra*, nos apresenta a análise de uma situação que coloca a relação entre corpo, conveniência, tempo, espaço social e sociabilidade. O autor analisa as interações entre indivíduos de grupos sociais diversificados e os diferentes

momentos vividos, assim como as relações corporais e morais postas em movimento na festa. O pesquisador movimentava categorias de análise como sociabilidade, jocosidade, “justa medida”, moralidade, evitação, dentre outras, para pensar o inacabado, o conflito, a contradição, violando noções habituais, apontando paradoxos com possibilidades de convivências e conveniências inesperadas, presentes na festa. Há dois participantes em destaque, em meio a tantos outros que não ficaram de fora da análise; são o que Nilson Freitas nomeou de “o bêbado” e o “estrangeiro”. Na análise dos dois tipos o pesquisador percebe o sentimento de “evitação” e o tratamento distinto, demarcado por uma moralização e justaposição de respeito diante dos possíveis frequentadores mais assíduos do clube dos demais.

Na etnografia do professor Michelangelo Giampaoli, intitulada *O espírito do Père-Lachaise: formas e práticas da devoção popular no túmulo de Allan Kardec em Paris*, o autor descreve um ritual num dos mais famosos cemitérios da França. A descrição tem como “objeto” a devoção popular a Allan Kardec, o criador e divulgador mais conhecido do espiritismo; centenas de pessoas visitam seu túmulo não somente como expressão de curiosidade ou celebração da memória de alguém importante, mas para um ritual um tanto atípico de devoção. O autor nos descreve o ritual com a intenção de confrontar os sentidos coletivo e individual da religiosidade presente no evento, que agrega muitos indivíduos no principal cemitério de Paris, o Père-Lachaise. O autor enfatiza que a devoção não é praticada exclusivamente pelos seguidores da religião espírita e que há uma adoração expressiva de quem segue outros princípios religiosos, indo ao local com oferendas e lá permanecendo para preces e pe-

ditos diversos. O autor nos apresenta ainda um rito de devoção no túmulo de Allan Kardec, que é a prática do toque no busto do adorado com a mão direita, o pronunciamento de preces e a incorporação do espírito de Kardec em quem se submete ao rito. Este momento é, de certa maneira, disputado pelos seguidores, com ênfase para quem o faz da maneira mais adequada ou não. O autor enfatiza a presença de outros túmulos de pessoas renomadas na história e na arte sepultados no mesmo cemitério; no entanto, a definição antropológica de magia dedicada ao túmulo e ao poder simbólico de Allan Kardec faz deste um “objeto” que se sobressai aos usos do lugar.

O texto da professora Diocleide Lima Ferreira, intitulado *A Margem esquerda do rio Acaraú, seus monumentos e seus praticantes: tensões e desejos num lugar em Sobral-CE*, trata de uma análise sobre a requalificação de um espaço que trouxe consigo a forma como diversos moradores da cidade dão sentido ao mesmo, tomando como referencial os sentimentos que os movem para se apropriarem do lugar, que toma dimensões de lugares quando o cotidiano guia o que cada indivíduo apresenta. A autora descreve a Margem Esquerda, tomando como referenciais as etapas que consolidaram a transformação do espaço desde o ano 2004, o tombamento, pelo IPHAN, dos equipamentos arquitetônicos que existiam na margem esquerda do rio Acaraú, nos limites do centro de Sobral, inclusive o tombamento do rio; como os moradores e/ou usuários do local foram “incluídos” e excluídos do processo de requalificação do espaço e o que passaram a argumentar após esse momento. Há um sentimento de pertença ao lugar que redefine os usos disciplinadores do mesmo. Neste contexto, cultura, política e usos sociais dos lugares aparecem como redefinidores do que se pretende enquanto cidade moderna e usos dos patrimônios.

Na conferência ministrada em Fortaleza, *História Oral e Poder*, o historiador Alessandro Portelli discute a relação entre história oral e poder. Ele discorre sobre como a história se constrói na troca de conhecimento entre o historiador/pesquisador e os entrevistados, entre o falar e o ouvir, e chama a atenção para a responsabilidade do pesquisador para com as histórias que ele escuta, para que faça um bom uso das informações a ele confiadas. Esses dilemas experimentados no uso da documentação oral são explorados por José Valdenir Rabelo Filho no seu estudo de caso. Em *Narrativas orais e textos escritos: desafios e possibilidades para a escrita da história de Sobral em tempos de regime autoritário*, o autor problematiza a relação entre fontes orais e escritas no fazer historiográfico; enfatiza as armadilhas da memória que obscurecem tanto a intencionalidade do entrevistado quanto a compreensão do entrevistador, mas reforça a importância de complementaridade entre os diferentes tipos de fontes, que nesse estudo de caso abre muitas portas para outras leituras do regime discricionário em Sobral.

O regime autoritário também é objeto de análise da historiadora Edvanir Maia da Silveira. Em *O Projeto Urbano do Regime Militar em Sobral-CE*, a autora investiga as transformações urbanas operadas na cidade, no período da ditadura, chamando atenção para o papel determinante da aliança entre poder local, estadual e nacional na modernização do espaço urbano sobralense, com repercussões até os dias atuais.

Em *Nas Fronteiras da Migração*, Maria Antonia Veiga Adrião apresenta suas primeiras reflexões sobre processos migratórios em Sobral. A autora faz uso de uma fonte filmográfica e de uma densa bibliografia para discutir as fronteiras da migração, questionando que o trabalho, as catástrofes ambientais

e as guerras, por exemplo, não são os únicos condicionantes dos processos migratórios.

Em *Camocim - a cidade à beira-mar e das lembranças*, o historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos relaciona História e Memória para pensar o cotidiano dos trabalhadores e sua relação com a cidade. Nesse exercício, o autor dialoga com diferentes tipos de documentos, que lhe permitem transitar livremente entre o passado e presente, confrontando a cidade das lembranças e as lembranças da cidade.

Cidades médias do Ceará e suas dinâmicas contemporâneas, de Virginia Célia Cavalcante de Holanda e Zenilde Baima Amora é um estudo cuidadoso e revelador das novas dinâmicas das cidades de maior expressão econômica e de prestação de serviços localizadas no interior do Estado do Ceará: Crato, Juazeiro, Sobral e Iguatu. As autoras analisam as transformações do espaço urbano cearense fazendo um percurso histórico sobre a ocupação e formação do território em questão, se pautando na origem dessas cidades e, principalmente, analisando os impactos trazidos a esses espaços pela reestruturação do capital.

O texto *Camocim-Ce: a urbanização turística que não teve e a especulação imobiliária que se apresenta*, de Lenilton Francisco de Assis, nos leva a refletir sobre a nova colonização do litoral cearense mediada pela apropriação e mercantilização da natureza. O autor nos mostra que Camocim, cujo mar a alçou à condição de entreposto comercial, reconfigura-se, por meio da atividade do turismo, tenta reinserir-se no cenário econômico cearense colocando as suas praias, o seu território à disposição do capital estrangeiro.

Em *Invisibilidades simbólicas na paisagem rural de Icó*, Otávio José Lemos Costa nos leva a enxergar e sentir os tra-

ços e as tramas do passado, que se fazem presentes, mesmo que “invisíveis”, na paisagem rural de Icó-CE. Os “símbolos” resgatados pelo autor nos remetem ao cotidiano pretérito do mundo rural e da sua lenta transformação. Passado e presente conformam a vida e refletem na “invisibilidade simbólica” os encantos da paisagem rural que margeia, e por vezes trespassa, essa cidade.

O artigo intitulado *Groátras e Meruoca, pequenas cidades do Ceará: nas contradições da vida urbana que se expande*, Antonia Neide Costa Santana, evidencia o processo de urbanização em curso que se manifesta em cidades pequenas do Ceará, a partir da última década. O texto traz reflexões sobre a dinâmica urbana proporcionada a partir da atuação do Estado brasileiro, reestruturando esses espaços e revelando as contradições do (des)encontro entre o rural e o urbano.

As organizadoras.



SUMÁRIO

1. Corpo, moral, tempo e espaço social: a condição de “bêbado” e o estrangeiro na farra 13
Nilson Almino de Freitas
2. O espírito de Père-Lachaise: formas e práticas da devoção popular no túmulo de Alan Kardec em Paris 43
Michelângelo Giampaoli
3. A Margem esquerda do rio Acaraú, seus monumentos e seus praticantes: tensões e desejos num lugar em Sobral-CE..... 87
Diocleide Lima Ferreira
4. História Oral e Poder 130
Alessandro Portelli
5. Narrativas orais e textos escritos: desafios e possibilidades para a escrita da história de Sobral em tempos de regime autoritário.... 147
José Valdenir Rabelo Filho
6. O Projeto Urbano do regime militar em Sobral-CE..... 178
Edvanir Maia da Silveira
7. Nas fronteiras da migração 223
Maria Antonia Veiga Adrião
8. Camocim – a cidade à beira-mar e das lembranças 253
Carlos Augusto Pereira dos Santos

9. Cidades médias do Ceará e suas dinâmicas contemporâneas . 280
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda/ Zenilde Baima Amora
10. Camocim-CE: a urbanização turística que não teve e a especulação imobiliária que se apresenta..... 298
Lenilton Francisco de Assis
11. Invisibilidade simbólica na paisagem rural de Icó 325
Otávio José Lemos Costa
12. Groaíras e Meruoca, pequenas cidades do Ceará: nas contradições da vida urbana que se expande..... 338
Antonia Neide Costa Santana

1. CORPO, MORAL, TEMPO E ESPAÇO SOCIAL: A CONDIÇÃO DE “BÊBADO” E O “ESTRANGEIRO” NA FARRA¹

Nilson Almino de Freitas²

Considerações Iniciais

Antes de qualquer reflexão analítica, gostaria de narrar uma situação que vai servir de ponte para pensar a relação entre corpo, conveniência, tempo, espaço social e sociabilidade. O relato é sobre o que ocorreu em uma festa e os diferentes momentos vividos, assim como as relações sociais, corporais e morais postas em movimento. A história aconteceu da forma a seguir.

Eu e minha bolsista de pesquisa escutamos no dia anterior um carro de som anunciando um forró “pé-de-serra” ao meio dia, no Paraguai Country Club³ na cidade de Sapê,

1 O artigo reflete uma situação circunstancial de pesquisa de iniciação científica financiada pelo PIBIC/CNPq/UVA coordenada pelo proponente. Porém, o autor preferiu omitir o lugar e os nomes das pessoas em respeito à integridade moral dos seus interlocutores.

2 Bacharel em Ciências Sociais (UFC); Mestre em Sociologia (UFC); Doutor em Sociologia (UFC); Pós-doutor em Estudos Culturais no Programa Avançado em Cultura Contemporânea da UFRJ - PACC/UFRJ. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. e-mail: nilsonalmino@hotmail.com.

O autor agradece a leitura atenta e as sugestões dos professores: pós-doutor Francisco Alencar Mota e mestre e professor mestre Paulo Passos de Oliveira (Faculdade Luciano Feijão/Sobral-CE).

3 Preferi criar nome fictício para o clube e para a cidade por motivos de preservação da integridade moral daqueles envolvidos no evento.

no Ceará. Isso logo nos chamou a atenção pelo fato de ser no bairro onde estávamos realizando trabalho de campo e em um clube que tem a fama de ser frequentado por pessoas pobres, além de ser citado constantemente nas ruas como local violento. Decidimos juntar alguns amigos e fomos ao local no dia seguinte. Chegamos mais ou menos às 14 horas. Surpreendeu-nos o fato de ser um clube com uma estrutura física semelhante ao que pessoas de poder aquisitivo mais alto frequentam, com piscinas, quadras de esporte, dentre outros espaços. Na parede do bar havia uma inscrição com um símbolo e a data de 15/07/1958, ano de inauguração, o que mostra que não é um espaço de lazer recente. Além disso, preservar essa inscrição demonstra interesse em marcar uma tradição histórica.

O preconceito fomenta a surpresa com a estrutura do local, pois esperava um outro tipo de clube. Ele é dividido em vários ambientes. Ficamos no salão circular onde se apresentava um conjunto formado por um sanfoneiro, um baixista e um tocador de triângulo. O fato de estarmos “armados” com uma máquina fotográfica digital registrando tudo chamou a atenção para o nosso grupo. Um homem bêbado executava movimentos exagerados, meio fora de ritmo e diferente dos executados pelos casais que dançavam no salão. Todos riam dos movimentos executados por ele. Começamos a registrar tudo que acontecia por meio da máquina fotográfica⁴. Tentamos nos divertir também nesse ambiente, dançando forró no salão. No momento, outra festa era anunciada por um animador que se fazia presente no palco e uma distribuição de ingressos acabou virando também atração. Acabamos nos envolvendo com todos, inclusive participando de uma competição de forró im-

4 Preferi omitir aqui as fotografias pelos mesmos motivos expostos na nota anterior.

provisada. Não sabia dançar muito bem, mas isso não parecia ser importante para os que lá estavam. Marcavam presença no clube alguns radialistas da cidade, que acabaram sendo convidados a julgar a disputa. O ganhador foi um velho senhor e sua companheira. Ele era conhecido de todos. Apesar disso, muitos dos componentes da comissão julgadora, criada de improviso no momento do anúncio da competição, vieram se desculpar comigo por não terem me dado a vitória, dizendo que tudo não passava de uma brincadeira com o ganhador. Algumas pessoas que assistiam chegaram a manifestar revolta, me falando da indignação com o resultado, achando que merecia a vitória.

Em um determinado momento, o próprio ganhador da disputa chegou a me convidar para outra disputa, só que de xote. Expliquei para ele que não tinha experiência nenhuma com aquele tipo de dança e achava que a minha posição na competição foi pura sorte. Neste momento, percebi o que foi observado também por meus acompanhantes, uma outra configuração de relações no espaço. As mulheres que ali estavam, com exceção das que faziam parte do grupo que me acompanhava, pareciam procurar não só diversão, mas aproveitavam o lazer dos homens para satisfazê-los em troca de pagamento, usando os seus corpos como mediadores. Isso foi confirmado pelo próprio ganhador da competição de dança como uma confissão. Ele me contou que sua acompanhante era uma delas.

Só então entendi que o local era um espaço de homens e para homens. As mulheres eram vistas como mais um componente da configuração espacial destinada ao lazer deles. Isso fez com que nosso grupo, composto também por mu-

lheres, chamasse atenção, pois elas, ao contrário das demais no salão de dança, não estavam ali para “servir” aos homens. Articulado a este elemento de distinção, o fato de não sermos frequentadores assíduos do ambiente, ou “estrangeiros”, como fomos constantemente qualificados por sermos oriundos da capital, fez com que nos vissem de uma forma diferente dos demais. A máquina fotográfica em nossas mãos também servia para reforçar a ideia de sermos “estrangeiros”. Talvez este fator de “ser de fora” tenha sido o que mais foi levado em consideração para a manifestação de revolta de alguns que lá estavam, com o resultado da disputa de dança, já que foi perceptível uma valorização social do “estrangeiro” no ambiente. Esse fato parece ter pesado nas avaliações e qualificações dos que assistiram à competição.

Portanto, dois agentes sociais, dentre os demais aqui apresentados nessa descrição, vão ser destacados para análise: o “estrangeiro” e o “bêbado”. É sobre eles que me proponho pensar algumas questões que parecem interessantes para analisar. Logicamente que a condição social da mulher nesse ambiente seria um mote interessante para explorar teoricamente, já que existe também uma distinção segmentar em um mesmo espaço entre as “de dentro” e as “de fora”. As relações de trabalho no contexto da farrá também seriam importantes para análise, já que nem todos estão ali somente para se divertir. Porém, isso fica para outro momento, apesar de não deixar de tocar nesses assuntos de passagem no artigo aqui apresentado.

As relações de brincadeira aplicadas à conduta dos bêbados que frequentavam o local e o comportamento das pessoas com o fato de sermos qualificados como “de fora” ou de um lugar social distinto do ocupado por eles são fundamentais para entender o uso do corpo e as questões morais envolvidas

na configuração de relações sociais no tempo e no espaço da farra na cidade. Não quero pensar as relações de brincadeira somente como componentes de uma estruturação social estável.

A perspectiva do estrutural-funcionalismo de Radcliff-Brown (1989) e as reflexões de Mauss (1979) sobre a questão são somente o ponto de partida. Para os dois autores as relações jocosas servem para pensar a posição dos indivíduos na hierarquia existente no grupo de parentesco a que pertencem. É um desrespeito importante para a constituição de direitos jurídicos e míticos de cada indivíduo no grupo. Esses costumes orientam a compreensão da etiqueta e das trocas entre os membros da comunidade da mesma geração, dos grupos aliados e entre pessoas de gerações alternadas que representam os antepassados. Há uma ligação, portanto, a um sistema grande de fatos morais, como informa Mauss (1979). Radcliff-Brown (1989) complementa a análise acrescentando que é um desrespeito consentido que deve ser incluído em uma teoria do lugar do respeito nas relações sociais. Ele aponta duas variantes: simétrica (quando é possível responder à brincadeira) e assimétrica (quando um pode gracejar mais que o outro). A jocosidade é uma expressão da disjunção social, que é uma parte essencial de toda a situação estrutural de uma conjunção de amizades e ajudas mútuas.

Penso as jocosidades como manifestações contextuais que devem ser analisadas de acordo com o presente etnográfico. Nessa forma de refletir, não faz sentido pensar a vida social resumida à cristalização de modelos formais gerais e instituições, como pensa Mauss. Até porque o acontecimento analisado é episódico. O vivido implica movimento incessante de construção, tensão, demolição, superação e reconstrução. Essa é a marca do cotidiano que falta nos autores citados há pouco:

impulso, participação, interação, compromisso e construção não linear. Falta gente, individualmente e não grupalmente, promovendo contradições e conflitos. Portanto, uma visão estrutural, geral e coletiva seria um referencial teórico importante. Mas não posso deixar de considerar o desordenamento constante de fixos com relação à conduta e um acontecimento pontual.

Seriam relações jocosas mais próximas do realismo grotesco analisado por Bakhtin (2008) ao pensar a obra de Rabelais no período do Renascimento. Seria um jogo estranho entre diferentes conteúdos de sociabilidade que se confundem e se transformam, sem distinguir claramente fronteiras. Sendo assim, as fronteiras são superadas, apesar de não esquecidas completamente, apontando para o inacabamento da existência. Pretendo ver a jocosidade na farra como um momento que une coisas que se excluem, viola noções habituais, aponta paradoxos e possibilidades de convivências e conveniências inesperadas. A jocosidade no momento da farra faz pensar o inacabado, a destruição e, ao mesmo tempo, a construção de conteúdos de sociabilidade.

Simmel (2006) lembra que, ao se encontrarem em reunião, os seres humanos são orientados por conteúdos resultantes de interesses e necessidades específicas. Esses conteúdos são as matérias das sociações que, por sua vez, são formas de estar com o outro e de ser para o outro construindo a interação. Os impulsos, interesses, finalidades, tendências, condicionamentos psíquicos e movimentos são mediadores de relações, constituindo os conteúdos das sociações. Porém, são acompanhados pelo sentimento de satisfação por estarem socializados, ou seja, compartilham os valores da formação da sociedade enquanto movimento construtivo.

É nesse momento da sociabilidade que as pessoas retiram valores das formas totalizantes das coisas da vida social e os configuram em uma interação específica correspondente a um impulso que só na aparência é radicalmente desagregador e contraditório, justamente porque é criativo. Quero compreender as sociações, como chama Simmel (2006), também como um processo em ebulição no momento da farra, com sua complexidade, assim como a sociabilidade inerente e, ao mesmo tempo, autônoma de sua construção. Autonomia relativa, já que prescinde do conteúdo da sociação. Talvez seja melhor, como propõe o autor, usar o termo sociedade no seu sentido amplo, que tem relação com a construção de uma “convivência sociável”.

Simmel acrescenta ao termo outro componente que o torna mais compreensível: “forma lúdica de sociação”, onde as relações de brincadeira aparecem como alguns de seus conteúdos que servem para elaborar a sociedade entre as pessoas. O complexo informe de conteúdo gerado pelas possibilidades de vivências se manifesta pelas relações da existência cambiantes que, ao mesmo tempo, podem criar interações diferentes e delimitadas, dependendo da configuração dessas relações no espaço social. Portanto, o espaço da farra acaba ganhando uma especificidade com relação a tensões e convergências de conteúdos de sociação.

Sobre esse momento da farra, Maffesoli (1985) chama a atenção para tensão entre a sensatez e o barulho afrontando o destino certo e bem estruturado. O pânico gerado por essa tensão não parece ser uma especificidade de uma farra, mas da sociedade, e propõe não marginalizar a sua dimensão desestruturativa e subversiva. A resistência da sociedade encontra-se justamente nesse momento de turbulência, para Maffesoli. A

corrida ao sexo, à sensualidade, à orgia e à bebedeira, característicos do momento da farra, podem ser entendidas como componentes estruturantes totais, ou fato social total. Nesse momento se exprime a atenção ao presente, tanto com relação ao sagrado, quanto com relação à transcendência do social.

O orgiasmo, para o autor, portanto, é um conservatório da socialidade de base. É uma força viva que ronda a razão e atua sobre ela, afrouxando o aperto do poder. A farra tem uma dimensão que pode ser entendida como ruptura da ordem, enganando coerções, sempre acompanhada de liberdade sexual, sensualidade e obscenidades diversas, além da embriaguez e do êxtase, sempre regulados pelas conveniências contextuais negociadas pelos agentes sociais que ocupam o espaço. Promove prazeres não permitidos em outras situações sociais. Evoca uma polidimensionalidade e relação plural de valores, afastando o fantasma da monovalência. Recupera elementos que se acham ocultos na estrutura social. Porém, é uma desordem fecunda para Maffesoli, pois de uma monovalência torna-se arquitetura que, inclusive, constrói hierarquias morais e funcionalmente concretas, elaborando regras a serem respeitadas, ainda que sejam aparentes, ilógicas ou situacionais.

Um outro aspecto que devo ressaltar é a necessidade de se relativizar o tempo a ser discutido, não como cronologicamente marcado por uma noção universalizante e mecânica. Existem no contexto ora analisado temporalidades fluidas e flexíveis que se cruzam. O tempo da “festa” se cruza com o da “farra”, com o da “paquera”, com o da “disputa de dança”, do trabalho, da sedução sexual por parte das mulheres que se oferecem em troca de ganhos monetários, dentre outros, criando práticas multifacetadas com ritmos variados. É uma análise

circunstancial que se refere ao tipo de situação narrada aqui, já que se faz necessário pensar, por exemplo, que nem toda “festa” tem como característica a “farrá”, no sentido da orgia. Existem festas religiosas ou cívicas que não permitem ter um conteúdo orgiástico tão radical, apesar de preservarem a sensação de êxtase. As farras não necessariamente têm finalidades cívicas ou religiosas, apesar de algumas delas precisarem ter um motivo para comemoração. Penso também que em nem toda festa a “paquera”, que remete a uma ação sensual, se faz presente, assim como em nem toda “farrá” a “disputa de dança” é componente importante.

Metodologicamente sigo, portanto, a lógica proposta por Velho (1999) ao analisar uma situação circunstancial onde um Pai de Santo recebe uma entidade no calçadão de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento específico parecia que as pessoas que participavam, apesar de serem de classes sociais distintas, enquanto estavam juntas, partilhavam os mesmos interesses, negociando, em alguns casos de forma tensa, uma “definição comum de realidade”, operando em uma “província de significados”. Esses conceitos que o autor toma de empréstimo de Schutz remetem a uma negociação de realidade comum na sociedade, lembrando a posição de Simmel quanto a essa mesma questão. Na situação episódica, há uma decomposição de valores e práticas, e uma recomposição, ditando conveniências a partir da crise que se instala na tensão de relações de sociabilidade.

No caso analisado, devem ser motivo de atenção os cruzamentos, e não a definição precisa e estável que remete a uma estruturação de relações consensuais gerais e universais. Apesar disso, alguns movimentos, relações e condutas morais podem ser pensadas como presentes em discussões mais gerais.

Conseqüentemente, o espaço também não é mapeado aqui como tendo pontos fixos e definitivos de diferenciação e caracterização. A tentativa é de mostrar essa flexibilidade e fluidez nas formas de sociação, articulando corpo e relações contextuais em um episódio de “*feira*” e de “*farra*”, tendo como protagonistas os dois personagens selecionados: o “*bêbado*” e o “*estrangeiro*”. Os movimentos do corpo, as atitudes diante do outro, os modelos de classificação social e os gestos serão o foco principal da análise, pensando sempre a construção social da moral no tempo da farra. É uma tarefa difícil para um texto acadêmico, já que remete a ambigüidades e contradições inerentes às ações individuais e contextuais no cotidiano. O que demonstra que a moral resguarda tensões e contradições nas ações e relações que visam à construção da moderação, da temperança e da “justa medida” no uso do corpo (SCHMITT, 1995). São esses aspectos que vou explorar aqui, mostrando suas ambivalências. A questão é: quais os significados negociados pelos personagens selecionados na circunstância social analisada e diante desta? Só me resta tentar pensar alguns aspectos das interações construídas e dos conteúdos de sociação utilizados.

Modos, gestos e moral: o “*bêbado*” e as imagens sobre o uso do corpo

No ambiente descrito, o “*bêbado*” compõe um personagem ambivalente. Seus gestos são avaliados e sancionados socialmente como expressão de uma falta de medida na sua inconsistência ou inconveniência. São gestos entendidos pelos frequentadores do local como grotescos (BAKHTIN, 2008), distintos dos convenientemente aceitos, mesmo naquele con-

texto de farra. Ele bate na lata de lixo, tentando seguir o ritmo do conjunto musical, dança de forma exagerada, tenta abraçar as pessoas, sugere estar beijando alguém e não para quieto um minuto sequer. Ao mesmo tempo, rompe com as normas do “*bom senso*” nesse ambiente. A implicação de seus atos é tornar-se objeto de zombaria, o que parece ser uma forma de restituir à sociedade o débito diante da ofensa produzida pela atenção que chama para si de forma inconveniente. No espetáculo e na piada que se tornou, que, de certa forma, apresenta-se em seu detrimento, ele oscila entre desviante e cômico. Adaptando a reflexão de Fischler (1995) ao caso analisado, naquele contexto ele é avaliado pela reação das pessoas como um agente composto de dois polos: um benigno, designado pelo registro da comicidade, e o maligno, designado pelo registro da falta de medida em seus gestos e atitudes.

O seu corpo grotesco apresenta a degradação, cavando seu túmulo corporal e, ao mesmo tempo, dá lugar ao seu renascimento. Tem um valor destrutivo, mas também regenerador. É ambivalente, caminhando para a sua destruição e também negocia com a concepção que dá vida às relações (BAKHTIN, 2008).

Na ambivalência apresentada pelo corpo do bêbado nesse ambiente, ele é obrigado a transigir com o grupo social como um todo, sob pena de rejeição. Só que faz isso ao seu modo, e de forma a não mostrar conformidade com as regras de conveniências postas neste ambiente social. Ele não parece se sentir humilhado com as chacotas e pilhérias proferidas pelas pessoas no local. Muito pelo contrário, diante das piadas e risadas, fica à vontade. As pessoas estimulam o seu espetáculo que, inclusive, em determinados momentos, chama mais atenção do que o produzido pelo grupo que embala as danças de

salão no local. Isso pode ser interpretado como compensação ou restituição à comunidade da sua falta de participação na confirmação e na produção de regras de conveniência. Ele aparece como um “desviante integrado”, típico do realismo grotesco que produz com seu espetáculo corporal.

O “*bêbado*”, de suposto marginal, por não ter gestos comedidos, passa a ser símbolo do grupo ao representar funções bufas, o que permite às pessoas um desrespeito à sua pessoa. Ele deixa de jogar o jogo das distâncias sociais, invade barreiras que impedem contato corporal e, ao mesmo tempo, se deixa invadir à vontade. Vira o foco de atenção em um círculo de pessoas, tomando o seu centro, sem necessariamente partilhar o estatuto de membro como os outros. Parece ser o preço a pagar para não ser completamente rejeitado socialmente.

As pessoas fazem troça com o bêbado, que aceita ou ignora seus efeitos “nocivos” demonstrando bom humor. É uma combinação singular entre uma espécie de cordialidade sem deixar de lado as relações de antagonismo. Uma cordialidade que não tem relação com um afeto. Muito pelo contrário, pois as atitudes de chacota acionadas pelas pessoas promovem uma ridicularização da “vítima”. Porém, não há uma reação antagônica do bêbado diante delas. É uma situação que em outro contexto social poderia provocar certas hostilidades. A impressão que ficou é de que, tanto de um lado, quanto de outro, o comportamento de ambos não parece ser levado a sério. Por parte do bêbado parece haver uma espécie de consentimento do desrespeito. Por outro lado, a ambiguidade da rejeição e aceitação através da chacota contra o comportamento do bêbado serve de mais um elemento de diversão dos outros.

O tipo de relação construída socialmente nesse contexto de situação da festa e da farra no clube depende do tipo

de grau de respeito necessário a se ter com as pessoas, coisas, ideias e símbolos elaborados nas relações postas neste ambiente social. Não é uma relação homogênea e geral, mas contextual e flexível. Também não é um movimento de ordem individual. Há uma conformação social onde as pessoas reagem na forma de emprego de um modelo de códigos e/ou comportamento, sustentados no conteúdo da sociação acionado no momento, que em outras situações poderia ser considerado ofensivo.

No caso analisado, existe uma evitação estrita no que diz respeito ao bêbado. As pessoas fazem chacota dele, mas não se igualam e não pretendem estabelecer outro tipo de relação que não seja a de brincadeira. Entretanto, esta evitação não parece estar direcionada à pessoa do bêbado, mas sim ao personagem ébrio incorporado por ele naquele contexto. É um personagem que foi interpretado naquele ambiente como “o outro e não eu”. É o que deve ser evitado para si. Portanto, é uma evitação moral. Um exemplo que não deve ser seguido, por isso mesmo pode ser ridicularizado. Parece haver uma construção social de relações entre opostos polares onde, de um lado, está aquele exemplo que não deve ser seguido e, do outro lado, a conduta moral aprovável do homem equilibrado que tem o dever de ridicularizar o outro que “não consegue se controlar”, apesar do consumo de bebida alcoólica permitido e aprovado por todos naquele tempo de farra e espaço específico.

Para não entrarem em uma luta aberta por preceitos morais socialmente definidos que concebem o que é certo ou errado é que as relações jocosas aparecem. Por meio de conflitos simulados é que se evitam conflitos abertos. E o corpo grotesco do bêbado é fundamental para a construção moral da conduta. É destruindo o que é “certo” que se constrói o que é “errado” moralmente no contexto de relações da farra. Porém,

é um “certo” ambivalente, pois se pode beber, mas, ao mesmo tempo, tem que ter moderação; pode-se investir na sensualidade, mas deve-se controlar os gestos; pode-se ter comportamentos típicos da orgia, mas não de qualquer forma.

A evitação aplicada ao bêbado também é uma reação ambivalente. Ao mesmo tempo que se marginaliza socialmente, também constitui uma forma de respeito. Talvez, neste caso, nem tanto no sentido de apreço ou consideração, mas sim no sentido de medo ou temor das implicações de uma reação mais violenta em um ambiente onde a embriaguez é permitida, caracterizando um dos componentes do tempo da farra. A embriaguez parece não poder se apresentar de forma tão exagerada como a do “bêbado” em questão, mas, de qualquer forma, a bebedeira é autorizada e quase todos participam dela, dentro de certos limites estabelecidos no local. A reação das pessoas ao comportamento do bêbado parece denotar uma avaliação de que ele está além do que é conveniente.

As relações de brincadeira e a evitação postas nesse contexto, portanto, também constituem uma forma de estabelecer ou manter certo equilíbrio social, justamente evitando um conflito. São instrumentos eficazes da publicização dos “defeitos” do outro de uma forma não belicosa. A conduta destas pessoas nessa situação mostra-se, também, como fomentadora da estabilidade dos esquemas comportamentais e morais que estruturam as práticas permitidas e não permitidas, constituída no ambiente social da festa e da farra no clube que investe em uma ação sobre o corpo e uma disciplina dos gestos.

Em um ambiente em que se embriagar é autorizado, como é o caso do clube em questão, há uma tentativa de definição do que é comedido, no sentido de justo quanto ao uso do corpo e à decência, quanto ao uso da razão, pautado no que

é normal ou natural, assim quanto ao discernimento baseado na prudência e na sabedoria. A sociabilidade constituída tende a elaborar uma definição contextual de um ideal de justiça quanto ao uso do corpo que impele a dar a cada um o que é devido, respeitando os contatos, salvaguardando vínculos sociais que parecem evidentes (SCHMITT, 1995). Nesse sentido é que a evitação e a brincadeira aparecem como acionadores dos vínculos assumidos pelos que ali estavam. O “homem de senso” naquele momento é definido de acordo com determinados limites que o espaço social ali consubstanciado permite. Isso porque o bêbado, dependendo do contexto, pode ser visto de formas diferentes.

A razão fundamental da ambiguidade construída na relação com o bêbado é o fato de que o corpo e o seu uso traduzem, aos olhos daqueles que compartilham do mesmo ambiente social, a parte que nos é atribuída ou legitimamente constituída de disciplina e lealdade às regras, práticas e manipulações permitidas, exigindo do transgressor uma restituição simbólica, tendo que aceitar a chacota que se sustenta em suas atitudes.

A ambiguidade também se apresenta na responsabilidade das atitudes. De um lado, o bêbado é visto como o único responsável pela sua condição, já que alguns narram que o aconselharam sobre as consequências da dependência do álcool e, mesmo assim, há uma recorrência na sua embriaguez. Por outro lado, há uma penalização moral de sua condição quando se pensa na incapacidade de controle de sua bebedeira constante.

Há uma dupla imagem produzida sobre ele. A alegria proporcionada pelas chacotas aplicadas ao bêbedo escondem apreciações de dissimulação do sofrimento e tristeza de sua

condição social naquele ambiente. O homem extrovertido e brincalhão parece esconder avaliações produzidas nos bastidores de sua condição doentia, sofredora e, ao mesmo tempo, irresponsável e, de certa forma, marginal.

Sua condição marginal é relacional ao meio onde se constroem avaliações e qualificações. No momento contemporâneo, vivemos o que Velho (1999) chama de “potencial da metamorfose”. Diante da diversidade de áreas e grupos sociais constituídos, sabemos que encontramos não só uma diversidade de domínios, mas descontinuidades e contradições entre eles. Há, socialmente falando, uma infinidade de “campos de possibilidade” em que os distintos indivíduos vivem e se movem. Na família, no trabalho, na religião, no lazer, cada um encontra formas de produzir imagens diferentes de si perante seus pares, construindo identidades multifacetadas e de estabilidade relacional. De acordo com o tipo de relação constituída com seus parceiros, promove-se uma mobilidade de condutas, comportamentos, usos do corpo e formas de se manifestar.

Percebi no contexto da situação aqui analisada que o fato de o bêbado não consubstanciar uma adesão completa ao grupo ali presente favorece em muito a sua condição marginal. Ele é o exemplo desviante não só pelos seus atos, mas também pelos seus atributos com relação à vestimenta e à condição financeira. Boa parte dos presentes no clube, sem contar com os membros de nosso grupo e com o grupo de mulheres que estão ali procurando a troca comercial através da oferta de seu corpo como mercadoria, é de radialistas locais, pequenos empresários ou moradores locais, com os quais o bêbado não parecia compor alianças de afinidade. Para alguns, ele é somente um “conhecido”, ou seja, não está incluído em um grupo de amigos ou não está entre pessoas afins que possam estabelecer com ele

relações primárias. Desta forma, justificam o fato de ele passar a ser o foco de atenção do grupo representando funções bufas, promovendo a negação do respeito devido a ele.

A ambiguidade apresentada pelo bêbado nesse ambiente contrasta em alguns elementos e se aproxima em outros aspectos, com a do “*estrangeiro*”, que merece uma atenção analítica.

O “*Estrangeiro*”: respeito e reconhecimento

No outro segmento das relações sociais ali estabelecidas está o “*estrangeiro*”, representado pela minha pessoa e pelos demais componentes do grupo que me acompanhou. Uma perplexidade evidente se fazia perceber no Paraguai Contry Club ao chegarmos. As pessoas que compunham o quadro de relações estabelecido no local pareciam todas se reconhecerem. Porém, não éramos ameaça para ninguém. De qualquer forma, diferentes tentativas de reconhecimento social foram acionadas pelos frequentadores no sentido de saber quem nós éramos. Para Simmel (1983), o estrangeiro representa a unidade entre contrários. Ao mesmo tempo que está à margem, se instala na sociedade acolhida. Esse movimento de inserção gera sentimentos que parecem contraditórios, como tensão, repulsa, proximidade, distância e participação. O outro, diferente em sua singularidade daqueles que frequentam rotineiramente o espaço quando há festas, entra em um espaço dinâmico produzindo novas interações. Vive uma fronteira entre a novidade e o antigo, redefinindo solidariedades, limites, conteúdos que servem para construir identificações, práticas e vínculos comunitários. O consumo do exótico, inerente a um sistema onde a novidade é um valor, favorece uma posição ativa do estrangeiro

em sua inserção no grupo que tenta interagir. Ao mesmo tempo, há reações ambíguas e contraditórias no sentido de permitir a sua sociabilidade no grupo.

Portanto, no nosso caso, tentavam se aproximar nos agradando de todas as maneiras, inclusive concedendo um segundo lugar em uma competição com um tipo de dança em que eu não tinha habilidade alguma. Ao mesmo tempo, se afastavam quase que receosos com as implicações morais que o ambiente resguarda na relação entre os homens e as mulheres que estavam almejando um retorno financeiro do uso de seus corpos. No palco, a atenção se voltava para o nosso grupo, principalmente por parte do locutor. Talvez pela possibilidade de propaganda extralocal de outra festa que ele estava organizando, divulgada insistentemente no palco, já que não fazíamos parte dos frequentadores assíduos do local, nem éramos da cidade.

Tanto o anúncio dirigido a nós, quanto a confissão de meu concorrente de dança com relação à natureza de seu vínculo com sua companheira que estava ali para “fazer programa”, devem estar relacionados ao que Simmel (1983) chama de objetividade do estrangeiro. Para o autor, essa característica remete a pensar a estrutura particular da distância e a proximidade peculiar ao “de fora”. Ele não está cotidianamente submetido a condutas peculiares ao grupo, a não ser naquele momento. Por isso pode ser mais “objetivo” na aproximação. Não no sentido do afastamento, mas, como chama atenção Simmel (1983), na ambivalência da distância e proximidade, indiferença e envolvimento. Seu não comprometimento costumeiro e direto com o grupo permite situações como a confissão do meu desafiante de dança sobre a situação social da sua acompanhante. O juízo que poderia fazer como estrangeiro supostamente estaria livre dos interesses acordados entre eles

do ponto de vista da avaliação moral de suas práticas. A confissão poderia ser guardada de pessoas mais próximas e de fora do contexto da farra, de sua casa, por exemplo, que provavelmente não concordariam com essa conduta. O estrangeiro, para Simmel (1983), promove uma objetividade de relações que opera uma ideia de que ele examina as condutas com menos preconceito. Com o estrangeiro se tem em comum somente algumas qualidades gerais, enquanto que com as pessoas mais próximas, as relações baseiam-se em diferenças específicas que as obrigam à construção da sociabilidade pautada no costume.

Portanto, para compreender melhor a repercussão da nossa presença, vale a pena lembrar que, naquele ambiente, o anonimato dentre os presentes não era regra. Nesse caso, as noções de “indivíduo” e “pessoa” são instrumentos teóricos fundamentais para a compreensão do complexo de relações ali presente. Para Dumont (1985), a concepção de indivíduo, que sustenta o conceito de cidadania, tem relação com autonomia e igualdade. Dessa forma, o indivíduo é mais um dentre vários, sem distinção, sem identificação, em meio a relações impessoais, com ausência de privilégios, com direitos e deveres iguais, assim como não carece de vínculos primários que remetam a um coletivo. Já a pessoa agrega vínculos primários mais sólidos, o que determina sua identificação e modo de vida em todos os níveis, diferenciando-os de forma mais específica e consolidando, dentre outros aspectos, hierarquias morais. A personalidade estava presente naquele ambiente de festa no Clube, apesar de, fora dele, o caráter altamente diferenciado da organização das relações também estar presente.

O fato é que não fazíamos parte da rede de relações que produziam os vínculos necessários para sermos reconhecidos na nossa personalidade. O tempo que passaríamos no clu-

be não era suficiente para fortalecer a pessoalidade na relação entre nós no sentido de sermos reconhecidos como “iguais” a eles. Compartilhávamos, portanto, somente algumas condutas gerais. Por isso, comportavam-se como se tivéssemos que ter um tratamento diferenciado. Justamente porque a pessoalidade presente não permitia que fôssemos totalmente inclusos, apesar de termos um lugar ocupado na hierarquia e segmentação nas relações estabelecidas no clube. Talvez estivéssemos compondo um outro segmento dentre os que desfrutavam da festa. Aquele que pode ser entendido como sendo “de fora” ou “de longe”.

O ambiente de pessoalidade permite, implicitamente, um controle sobre as vidas das pessoas, já que se sabe quais disposições morais e comportamentais se podem esperar delas. No nosso caso, essa regra não se aplica, pois eles não nos conheciam. Por isso mesmo, avaliavam que não podiam nos tratar mal. Ao mesmo tempo, não abrem completamente as portas para adentrarmos o mundo de classificações e desclassificações produzidas uns com ou contra os outros, no sentido de reforçar suas redes de relações pessoais.

Naquele contexto, orientando-me pela reflexão de Simmel (1983), como membro do grupo que participa da farrá, o estrangeiro está próximo e distante ao mesmo tempo, como é comum em toda relação fundada naquilo que é mais genérico dentre os conteúdos de sociação negociados. O acontecimento já mencionado, quando descobri que as mulheres ali presentes, com exceção daquelas que faziam parte do nosso grupo, lá estavam para “fazer programa”, aconteceu em uma situação quase de confissão, meio escondida, no banheiro, já que não se podia “abrir completamente o jogo” no salão onde as mesas estavam dispostas e a dança acontecia. A proximida-

de ocorrida no momento da confissão, portanto, não é menos geral do que a questão da distância, pois aquele que falou não se viu em risco de ser julgado negativamente do ponto de vista moral.

De qualquer forma, no tempo limitado que tinham, tentavam construir um reconhecimento e definir uma posição para os integrantes do nosso grupo. As mulheres que me faziam companhia eram chamadas para dançar, mas não ouviam os mesmos sussurros ao ouvido que as demais tinham que escutar. O tratamento era diferenciado. Não era só pelo fato de serem desconhecidas, mas também por serem “de fora”. Nesse caso os frequentadores do lugar avaliavam que as regras relativas à conduta não poderiam ser as mesmas.

A conduta individual e as relações podem também ser contextualizadas à situação do “tempo da festa”, pois, por ser assim reconhecido enquanto tempo especial, quando parece haver uma suspensão do fluxo das atuações e dos interesses correntes dos “outros tempos”, determinadas atitudes são permitidas. Não entendo o “tempo da festa” como totalmente desconectado das atuações cotidianas, até porque essas não são tão repetitivas, assim como querem alguns analistas desavisados. O tempo do trabalho, por exemplo, apesar de em algumas situações requerer rotina, não se configura da mesma forma todo dia, pois “na esteira de produção” as pessoas são reconhecidas também e se comunicam, falando dos acontecimentos, fazendo brincadeiras com o colega de trabalho, dentre outras práticas que não necessariamente acontecem da mesma forma todo dia.

Nessa perspectiva, o cotidiano é marcado por tempos fluidos e múltiplos. Existe o tempo do trabalho, das refeições, dentre outros, mas são organizados de formas diversas, criati-

vas e contextuais. O “tempo da festa”, associado aqui no caso também como o “tempo da farra”, compõe um desses tempos cotidianos criativos, tendo suas particularidades no que se refere ao que é permitido ou não fazer. Algumas pessoas esperam ansiosas por esse tempo e comentam sobre as possibilidades existentes. Esse parece ser o principal motivo de alguns verem a festa como um tempo outro, fora da cotidianidade, o que aqui não é o caso.

Como nos outros “tempos”, a festa resguarda especificidades. Isso tem uma série de implicações nas práticas e classificações sociais acionados nesse contexto que pensam e constroem a segmentação e a hierarquia, comuns à necessidade de pessoalização das relações. Acontece que a “pessoa” construída socialmente nessa situação aparenta ambiguidade. Justamente porque ela não se sustenta somente na distinção da hierarquia e não constitui uma relação estrutural estável. A intenção é a de que todos possam participar da festa, independentemente da posição social que ocupam. Porém, na prática, há diferenciações na conduta e no tratamento entre os diferentes segmentos compostos na trama da festa.

Tomando como exemplo as mulheres, percebi uma diferenciação entre dois grupos: as que me acompanhavam e as que já estavam no ambiente do clube. Apesar de ocuparem posições distintas e o tratamento ser acionado de uma forma diferenciada, a dança e a paquera era permitida entre os dois grupos, assim como o consumo de álcool na justa medida, sem exageros. Logicamente que a justiça pregada nesse contexto, assim como no que deve ou não fazer e falar com o outro, varia de acordo com a segmentação, a fluidez do tempo e as ações de cada um. Apesar de haver paquera dos dois lados, não se dava da mesma forma, nem tinha os mesmos objetivos. Assim, ape-

sar de todas serem mulheres, os corpos eram vistos e tratados de formas diferentes e remetiam a regras e lealdades morais específicas de cada situação segmentar.

Posso estender as diferenças com relação a segmentos mais amplos. Com relação ao nosso grupo, por exemplo, independente do gênero, no processo de reconhecimento e classificação social acionado pelos frequentadores do local, apesar de termos tratamento diferenciado, o nosso corpo também aparece como tradução de regras e lealdades morais. Somos vigiados, até um pouco mais do que os demais, por sermos “estrangeiros”, com relação à responsabilidade nas nossas atitudes, apesar da objetividade de nossa condição como “de fora”. Talvez as cobranças não sejam as mesmas, mas não somos entendidos como integrantes dos frequentadores correntes.

Dessa forma, a vigilância se sustenta em uma dupla predisposição. Lembrando da análise de Chaves (1996) sobre a noção de pessoa e adaptando ao caso analisado, uma das predisposições seria a de avaliar nosso comportamento como de “gente boa”, o que remete a uma percepção de igualdade na condição de ter atitudes mais “humanas” e menos arrogantes, aproximando-nos moralmente a eles. Um outro modelo de vigilância e controle, permitindo uma aproximação comedida, se dá no jogo de sedução pela intimidade aparente entre todos. O nosso grupo está incluso nesse jogo. As pessoas se aproximam, conversam, dançam, olham e cumprimentam, tendo em vista construir uma encenação obrigatória de intimidade e do tentar “se conhecer”. Logicamente que isso acontece com todo o cuidado possível para não extrapolar limites morais e conveniências. A fascinação pelo “de fora” estimula essa iniciativa por parte dos frequentadores do clube. Da nossa parte, sentimo-nos obrigados a participar comedidamente das iniciativas

acionadas por eles para também não romper com a justeza da conveniência.

Por outro lado, há uma predisposição a achar que somos diferentes por nossa condição de “estrangeiros”. Sabe-se que depois da festa, as relações construídas no jogo de aproximação podem se diluir e não se restabelecer em outros locais. Assim, nossos gestos e comportamentos passam a ser esperados como mais respeitosos do que se espera dos frequentadores do lugar.

Para melhor compreender as relações postas no contexto analisado, é interessante pensar as aproximações e distâncias existentes entre a condição do “*bêbado*” e do “*estrangeiro*”.

Considerações Finais: aproximações e diferenças entre o uso do corpo e conveniência moral entre os personagens do “*bêbado*” e do “*estrangeiro*”

É interessante perceber que, apesar das aparências, os dois personagens não estão em quadrantes tão distantes com relação ao uso do corpo e à lealdade a regras morais. Justamente porque, como já dito, há uma ambiguidade inerente à definição dessas regras. O controle na responsabilidade quanto às atitudes, por exemplo, afeta os dois personagens de tal forma que os colocam em uma condição marginal. Nenhum dos dois pode se sentir incluído no grupo dos frequentadores assíduos. O bêbado, por mais que promova uma presença rotineira, por causa de seus excessos, sofre uma evitação que interpreta sua constante presença no clube como não suficiente para superar a ambiguidade da qualificação e avaliação moral da sua conduta. Ao mesmo tempo que não é bem visto por extrapolar os limites da justiça no uso do corpo, é também desejado por

sua função bufa. Isso serve como uma espécie de compensação ao inconveniente causado. Essa atitude ambígua perante o bêbado não é exercida somente por aqueles que estão sempre presentes nas festas do clube, mas também por nós, que comparamos os estrangeiros.

Com relação ao nosso grupo, a condição marginal se apresenta pelo jogo de sedução, pela intimidade aparente que tende a uma aproximação comedida, que também mostra uma objetividade na capacidade de avaliação que poderíamos fazer da conduta moral dos demais. É um movimento de “aproximação” que nos mantém distantes, já que não é provável que nos tornemos frequentadores correntes, muito menos íntimos dos que lá estão. Parece haver uma encenação dos dois lados, composta pelos mesmos elementos e estratégias, como sorrisos, acenos, breves conversas e dança entre integrantes dos dois grupos, que no caso, acontece entre as mulheres do nosso grupo e os homens que compõem o outro. O jogo de aproximação não demonstra tanto interesse em construir vínculos definitivos, mas tem, pelo menos, o objetivo de subsidiar um contato que favoreça o reconhecimento mútuo mínimo para conviverem naquele contexto. Para isso, não pode haver uma demonstração de interesses maiores do que esses, já que relações mais próximas só podem ser construídas após um reconhecimento mais íntimo que poderia ter acontecido, mas não foi o caso.

A diferença entre o bêbado e o estrangeiro está no tipo de prestígio construído por cada um naquele contexto. Apesar de o jogo de aproximação e evitação apresentar ambivalências nos dois casos, talvez o estrangeiro tenha mais atenção no sentido de uma imagem positiva de seu personagem. A diferença é a posição segmentar de ênfase classificatória, já que os dois são vistos como diferentes. Ocupam lugares sociais distin-

tos, apesar de ambos tentarem construir um comportamento prático que possa ceder uma parte de si mesmos à jurisdição do outro, respeitando regras de conveniência tácitas (MAYOL, 1994), que são extremamente flexíveis e redefinidas de acordo com o tempo e o espaço. Porém, a ênfase na classificação do bêbado é de reprovação e a do estrangeiro é de admiração, sem deixar de lado a ambiguidade já referida.

Acontece que o corpo sempre é avaliado de acordo com códigos mais ou menos reconhecidos por todos no espaço em que ele aparece. Ao se deixar ver, o corpo tende a buscar colher os benefícios a serem adquiridos na ocasião, de acordo com sua prospecção feita pelo outro pela conduta conveniente acionada. Há uma espécie de busca pelo ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público na festa e na farra, que tem relação direta com um “gerenciamento da orgia”, que por sua vez tem como objetivo não permitir tanta dissonância no jogo do comportamento, apesar da segmentação clara.

O bêbado é até mais integrado ao grupo dos frequentadores do que o estrangeiro, apesar de os dois personagens parecerem transgressores: o bêbado, pelo exagero na embriaguez e nos gestos, e o estrangeiro, pela “invasão” em um espaço que não é o de sua preferência e nunca havia frequentado. Apesar de parecer haver transgressões, elas são ressignificadas pelo que pode ou não pode o corpo fazer no “tempo da festa” e na farra no clube. Por isso a segmentação aparece e acaba marcando o espaço. Cada segmento que aparece nesse tempo ocupa um lado do salão se agrupando, ao mesmo tempo que se misturam na socialidade construída. O fator tempo também é fundamental na ressignificação da transgressão, pois autoriza o corpo a determinados usos que, somente naquele tempo e naquele modelo de relações arquitetados pela “transgressão”, são per-

mitidos. Logicamente que a postura, o consumo, a forma de falar, dentre outros movimentos do corpo nas relações sociais estabelecidas nesse espaço e nesse tempo ajudam na construção de prestígio e na classificação da pessoa, influenciando inclusive na qualidade do atendimento dos que lá trabalham.

Eu e meus acompanhantes, na qualidade de “estrangeiros”, tacitamente tínhamos que construir uma aura de “boa pessoa” para nos inscrever em meio àqueles que têm prestígio no espaço. Dessa forma, não podemos considerar somente a imagem social que se teve do estrangeiro como merecedor de atenção especial naquela situação em relação ao já conhecido corpo do frequentador rotineiro. Tínhamos que confirmar socialmente essa ideia através de nosso comportamento, consumo, gestos, falas e uso do corpo. A disponibilidade para chamar o garçom pelo nome e demonstrar não ter orgulho por estar em um local não frequentado pelos ricos da cidade parecem ter sido indicadores da condição de “gente boa”. A demonstração de intimidade com as práticas do espaço, ou sua encenação, era tomada como etiqueta básica do convívio entre todos que lá estavam. Demonstrar “saber viver” com o diferente parecia ser necessário para se criar respeito.

Os excedentes produzidos pelo exagero do bêbado e a “invasão” do estrangeiro acabam sendo absolvidos apesar de não terem sido esquecidos, mostrando que a conveniência não pode ser entendida como uma sacralização de valores e crenças fixas e hermeticamente fechadas.

Portanto, nesse contexto de situação descrito e analisado, onde aparecem como protagonistas o bêbado e o estrangeiro, há respeito e reconhecimento, condição marginal, distância, evitação, brincadeira, cordialidade e antagonismo nos dois casos, mas adaptados à posição que cada um constrói e

reconstrói nas relações entre os diferentes segmentos que compõem aqueles que frequentavam a festa naquele momento.

Todas essas aproximações, distâncias e intersecções na análise desses dois personagens nos fazem pensar mais do que foi dito. Estimulam a compreender que o tempo e o espaço social constituem relações sobre as quais não se pode interpretar somente como estruturas gerais, mas também como um movimento ambíguo, contraditório e flexível no âmbito situacional, que oxigena e dá vida, criatividade e graça à análise da realidade, fazendo o leitor conhecer melhor a dinâmica do cotidiano. Isso porque a moral, o corpo, o espaço e o tempo só podem ser reconhecidos na sua complexidade quando se admitem os limites das variadas dimensões da análise. Enquanto a estrutura não contempla os movimentos e as criatividade cotidianas, o cotidiano não nos permite crer que há uma chance de nos posicionarmos com afirmações definitivas que nos são cobradas no dia a dia.

O bêbado e o estrangeiro nos mostram que a realidade cultural não é tão simples, e que não há prisões morais definitivas, apesar de tentativas constantes de construção de uma segurança moral que requer regras rigorosas para a convivência e para a conveniência. Mas essas são constantemente adaptadas de acordo com o rico movimento criativo das subjetividades no cotidiano.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

CHAVES, Chritine Alencar. Eleições em Burity: a pessoa política. In.: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FISCHLER, Claude. “Obeso benigno, obeso maligno”. In.: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MAUSS, M. Relações jocosas de parentesco. In: Oliveira, R.C. **Mauss**. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

MAYOL, Pierre. A conveniência. In.: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:2. morar, cozinhar**, p.46-69. Petrópolis: Vozes, 1994.

PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. Apontamentos sobre relações de brincadeira. In.: **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Edições 70, 1989.

SCHMITT, Jean-Claude. A moral dos gestos. In.: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SIMMEL, Geog. O estrangeir”. In.: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Simmel – Sociologia**, p.182-188. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

2. O ESPIRITO DO PÈRE-LACHAISE: FORMAS E PRÁTICAS DA DEVOÇÃO POPULAR NO TÚMULO DE ALLAN KARDEC EM PARIS

Michelangelo Giampaoli¹

“... Vous arrivez maintenant devant la tombe la plus visitée et la plus fleurie du Père-Lachaise: celle d’Allan Kardec (1804 – 1869), le fondateur de la doctrine des esprits, c’est-à-dire de la philosophie spirite. Tous les ans des milliers de personnes, du monde entier, viennent prier et fleurir celui qui repose sous ce dolmen en granite et dont l’éclat du buste témoigne du nombre d’attouchements mais aussi du prestige d’un culte qui surprend le profane”. (DANSEL, 1976, p. 77).

Introdução

Em uma tarde de abril uma mulher idosa, de roupa preta consumida, um pequeno chapéu cobrindo o cabelo branco, arrastando penosamente um carrinho de pano de cor escura, aparece na esquina entre a *Avenue des Combattants Étrangers morts pour la France* e a *Avenue Transversale* n°1, perto do grande dólmen em pedra que é o túmulo do mestre espírita

¹ Dipartimento Uomo&Territorio; Università degli Studi di Perugia.

Allan Kardec, na divisão 44 do Cemitério do Père-Lachaise em Paris. Avançando devagar, ela parece observar atentamente o túmulo e o que está acontecendo ao redor dele.

Um grande número de vasos, contendo plantas e flores de todas as cores enche ordenadamente toda a base do monumento funerário. Um grupo de uma dezena de turistas está observando-o com curiosidade, alguns tirando fotos.

Ao lado do monumento estão também duas outras pessoas: a primeira, um homem de aproximadamente 50 anos, de aspecto oriental, parece estar à procura de um lugar o mais próximo possível do busto em bronze de Kardec, situado ao centro do dólmen, para pousar o buquê de flores que tem na mão. A outra pessoa, uma mulher, talvez dez anos mais velha, também está em frente ao túmulo, recitando em voz baixa algumas ladainhas. Ela não parece mostrar nenhum interesse nem incômodo pela presença, a poucos metros dela, do grupo de turistas fotografando de todos os ângulos o túmulo, certamente a incluindo também no campo de visão.

É a mulher com o carrinho que quebra o silêncio quase total, exclamando em voz alta, com referência clara às dezenas de tributos florais e também ao homem que estava prestes a depositar o seu: *«Ça c'est de la connerie... Moi, je suis bretonne, on ne fait pas ça en Bretagne... C'est de la connerie, dépenser de l'argent pour ça... avec des gens qui crèvent la faim...»* Ela nem para ao proferir estas poucas palavras. Lentamente, continua o seu caminho em direção ao Columbarium e depois à porta de saída do cemitério, na Rue des Rondeaux...

A breve cena aqui descrita pode ser um interessante ponto de partida para analisar os principais lugares do espiritismo no cemitério do Père-Lachaise, especialmente o túmulo de Allan Kardec. No espaço-tempo desses poucos minutos apare-

cem de fato quase todos os componentes que, juntos, constroem a paisagem antrópica típica desse espaço e que formam a moldura dentro da qual analisamos as práticas devocionais que nele são realizadas.

Primeiro, há o elemento fundamental: o próprio monumento funerário de Kardec – um lugar sagrado dentro do espaço sagrado mais amplo do cemitério – com a sua multiplicidade de flores e plantas deixadas todos os dias pelos fiéis. Depois, há as duas pessoas de pé em frente do monumento: elas representam aquela categoria de fiéis espíritas do Père-Lachaise que regularmente vão ao cemitério com o objetivo exclusivo de atingir os jazigos dos grandes mestres espíritas que aqui estão enterrados, parar perto deles, deixar homenagens florais, cumprir práticas rituais e rezar. Há, ainda mais, o grupo de turistas – componente essencial da paisagem humana do inteiro Père-Lachaise, especialmente em dias de sol – com as câmeras prontas para imortalizar monumentos e eventos considerados merecedores de atenção especial.

A mulher que primeiro entra em cena pode muito bem representar a outra grande categoria de usuários do cemitério, os chamados “*habitués*”: pessoas que o vivem como um lugar de vida cotidiana, um espaço protegido (PÉTONNET, 1987) onde passear, encontrar, conversar. Enfim, não posso fingir esquecer a última figura em cena: eu mesmo, mais longe, observando e tomando notas, mas não invisível.

Todas essas pessoas reunidas no espaço de poucos metros quadrados, junto com o interesse e o fascínio que, sem dúvida, o túmulo desperta, a partir da estrutura mesma dele, só podem estimular a saber algo mais sobre ele e a personalidade que repousa abaixo dele, assim como sobre a devoção popular que parece lhe ser tributada.

O professor torna-se mestre

O educador francês Denizard Hippolyte Léon Rivail, nascido em Lyon em 1804, começou a utilizar o nome de Allan Kardec por volta de 1855, quando um espírito apareceu e revelou-lhe que este era o nome de um antigo druida do qual Rivail era a reencarnação. Allan Kardec é, portanto, um nome de origem celta, mais especificamente da Bretanha. A crença de que ele mesmo fosse bretão – lembramo-nos das palavras da mulher com o carrinho – parece ser ainda bastante comum até entre aqueles que, para o culto que demonstram a essa figura e ao seu monumento funerário, presume-se que deveriam conhecer perfeitamente a “hagiografia”.

Positivista convicto, por isso Rivail foi chamado, na casa dos cinquenta, para assistir e analisar uma prática de importação americana naquela época muito à moda na França: a dos trabalhos realizados com as “*tables tournantes*”. Cada dia mais interessado nesses fenômenos e no espiritualismo em geral, ele acabou tornando-se uma parte ativa, a partir da decisão de mudar o seu nome para Allan Kardec. A mudança de nome serviu também para Kardec – ciente da hostilidade generalizada, sobretudo da comunidade científica da época, contra fenômenos como as manifestações do espiritismo – a fim de publicar numerosos ensaios sobre o espiritismo sem que isso afete o valor das obras escritas anteriormente, enquanto médico e professor, assinadas Hippolyte Rivail.

Em 1857, ele publica o seu famoso “*Livre des Esprits*”, o primeiro dos “cinco livros fundamentais do espiritismo” escritos entre 1857 e 1868. Nesta época Kardec é também o fundador de “*La Revue Spirit*”, ainda hoje o principal meio de difusão do espiritismo em língua francesa e que comemorou, em 2008, os 150 anos de vida.

Como me disse, em ocasião de uma conversa, a presidente da Association Parisienne d'Etudes Spirites, Anita Becquerel: "*Allan Kardec n'est pas l'inventeur du Spiritisme, mais son vulgarisateur et théoricien le plus éminent*".²

Muitas personalidades da época foram seduzidas por Kardec, especialmente por sua tentativa de fazer a prova científica da vida após a morte e de entrar em contato com esta. Escritores como Victor Hugo, e mais tarde Conan Doyle – o criador do personagem daquele Sherlock Holmes que fazia da extrema racionalidade a sua principal qualidade de investigador – seguiram com grande interesse a evolução do seu pensamento. Camille Flammarion, pronunciando a oração fúnebre de Kardec no Père-Lachaise, afirmou explicitamente que o espiritismo era para ser considerado uma ciência, e não uma religião³.

Desde sua morte, em 1869, e o enterro no Père-Lachaise, que foi seguido pela construção do túmulo em forma de *dólmén* e do busto de bronze situado dentro dele – obra do escultor Capellaro – o grande cemitério se tornou um dos lugares "sagrados" do espiritismo na França. Nos anos seguintes, outros grandes espíritas foram enterrados nesse mesmo cemitério nas proximidades do túmulo de Kardec; foi o caso de Gabriel Delanne (Div. 44), da Rufina Noeggerath, chamada "Bonne Maman" (Div. 94, no Plateau de Charonne), e de Gaëtan Leymarie (Div. 70).

O imponente monumento funerário de Allan Kardec, inteiramente de rocha, é constituído por uma parede de fundo

2 A conversa teve lugar na sede dell'APES, em Paris, em março de 2008.

3 Apesar disso – assim como dos esforços de muitos representantes do espiritismo em reafirmar esta posição – várias vezes eu tive ocasião de observar, frequentando regularmente o Père-Lachaise, o uso constante da parte dos espíritas do cemitério de frases e palavras derivadas de um vocabulário religioso: palavras como "*fel*", "*peregrinação*", "*fe*", mas também "*receber uma graça*", são extremamente utilizadas.

que, juntamente com duas colunas colocadas a cerca de dois metros na frente, sustêm a grande laje horizontal de cobertura, em cuja parte frontal é gravado, em letras maiúsculas, o lema seguinte: *Naître, mourir, renaître encore et progresser sans cesse, telle est la loi.*

As duas colunas são flanqueadas por duas meias-colunas, de menos de um metro, sobre as quais os fiéis frequentemente deixam velas ou círios, como mostram as manchas pretas que podem ser observadas sobre a pedra. A meia-coluna da direita faz objeto de uma atenção especial por parte dos fiéis, os quais muitas vezes a tocam com as mãos durante as orações. Este costume é tão difundido, e desde muito tempo, que a pedra está literalmente consumida sob a fricção contínua, a ponto de a meia-coluna da direita ser hoje um pouco mais baixa do que a do lado esquerdo. Uma baixa e espessa corrente em ferro rodeia todo o perímetro do túmulo, ligando as colunas com a parede de fundo.

A área total do monumento é de cerca de quatro metros quadrados e, como já mencionado, fica constantemente coberta de flores e plantas de todos os tipos, frescos e bem alinhados ao longo do perímetro da sepultura. Os vasos cobrem também o chão do espaço interior, chegando até a base de uma coluna central da altura de cerca de um metro e vinte, encimada pelo reluzente busto em bronze do médium.

Representando o rosto do grande teórico do espiritismo, o busto é, sem dúvida, o elemento mais importante de todo o complexo. O grande dólmen em pedra e as correntes de ferro parecem mesmo protegê-lo da exposição excessiva ao contato com o público. Gravadas na coluna, algumas frases lembram brevemente as principais virtudes de Kardec, bem como o nome dele e o da sua esposa, com quem ele compartilha o túmulo.

Obra entre as mais originais e reconhecíveis da arte funerária – além da enorme importância do seu ocupante – graças a esse túmulo o Père-Lachaise contribui, mesmo de uma maneira bem particular, à popularidade do espiritismo no mundo. Sendo o cemitério um espaço público, um grande número de pessoas pode acessá-lo, para honrar este e os outros túmulos, individualmente e na hora que for mais conveniente, sem ter que integrar percursos preestabelecidos de aproximação a estes lugares.

Uma liberdade que não parece ser sempre apreciada pelos representantes oficiais da doutrina, os quais não têm a oportunidade de controlar diretamente e de conduzir como eles gostariam as muitas manifestações de devoção individual que ocorrem em torno desses túmulos, especialmente do de Kardec.

A devoção popular ao túmulo de Allan Kardec

Dans le cadre d'un culte mis en place en marge de toute institution, cette rencontre est avant tout le fruit d'un travail individuel de mise en relation. (GOBIN, 2005, p. 142).

De fato, há uma grande discrepância entre o comportamento que tem a maioria das pessoas que frequentemente, ou mesmo diariamente, vão para o túmulo de Allan Kardec para rezar ou meditar, e o que as associações espíritas francesas gostariam fosse a regra.

As mais importantes destas associações são a Union Spiritiste Française et Francophone (USFF) e, em Paris, a Association Parisienne d'Études Spirites (APES), cuja sede fica ao 22, Rue des Laitières, em Vincennes. Precisamente a USFF,

de acordo com a prefeitura de Paris, colocou, há alguns anos, na parte de trás do grande monumento funerário do Kardec um painel explicativo, dividido em duas secções: na primeira, brevemente, fornecem-se informações sobre a vida e a obra de Hippolyte Rivail e também sobre a sua trajetória de médico até tornar-se o difusor da doutrina espírita. A segunda parte, certamente mais interessante, é sim uma forte mensagem de distância da maioria das “*manifestações de idolatria*” (para citar literalmente, traduzindo do francês) realizadas no túmulo por alguns fiéis, por causa das quais o espiritismo é – de acordo com o painel – muitas vezes acusado de ser superstição ou, ainda pior, de bruxaria. São condenados, de forma explícita, os comportamentos que visem transformar o túmulo em um altar: o uso de velas; o hábito de tocar e esfregar com as mãos o busto do Kardec e o monumento em pedra que o protege; deixar oferendas no túmulo para facilitar possibilidade de contato com o mundo dos espíritos. Na prática, o painel condena todas as manifestações de devoção que a maioria das pessoas comuns faz todos os dias no túmulo.

Estas recomendações são feitas, evidentemente, para ser lidas por aqueles que vão para o túmulo com a intenção propiciatória, mas também – e talvez acima de tudo – são uma mensagem direta para as centenas de visitantes – turistas, curiosos etc. – que vêm conhecer este túmulo e podem observar os muitos rituais individuais que aqui são reproduzidos. Assim, a necessidade da USFF de colocar este aviso nasce também da vontade de tentar explicar aos não espíritas que o que acontece está, em grande parte, fora do controle do espiritismo e de seus representantes oficiais, e é obra de pessoas supersticiosas que pouco tem a ver com a doutrina espírita.

A este respeito, Vicente de Langlade, um dos primeiros guias e dos maiores conhecedores do Père-Lachaise, lembra uma reunião que aconteceu perto do túmulo, há quase trinta anos, com o então diretor da “Revue Spirite”, André Dumas: “...il arrive les mains vides, il se découvre et, la tête légèrement inclinée, il se concentre et médite un long moment. C’est tout. Je l’ai vu faire. J’en conclus que c’est là, le rite véritable qui devrait se pratiquer ici”. (DE LANGLADE, 1982, p. 204).

Todavia, não pode ser um simples painel que poucos parecem ler – muito mais fascinados em observar as pessoas em oração ou acendendo velas – para redimensionar um fenômeno de devoção que não só é quantitativamente importante mas também altamente visível, devido à localização do túmulo de Kardec em um lugar de grande trânsito de pessoas. Essas expressões de devoção popular, aparentemente alheias a qualquer tentativa de codificação e regulamentação que vêm “de cima”, continuam ocorrendo diariamente e de fato são as que mais atraem a curiosidade e o interesse dos visitantes do Père-Lachaise sobre Kardec e, conseqüentemente, sobre o espiritismo em geral.

A primeira coisa que a maioria das pessoas afirma em referência ao túmulo de Kardec é, quase sempre: “*C’est la tombe la plus fleurie du cimetière*”. Isso é verdade, como é verdade que é um dos monumentos mais bem mantidos e cuidados. Talvez apenas o túmulo de Chopin rivalize neste sentido com o de Kardec, dentro do cemitério, já que ambos têm grande número de visitantes que deixam presentes e várias pessoas que cuidam todos os dias da limpeza e do decoro do monumento e dos arredores.

Acontece que a “regra”, ou melhor, o costume que tem sido transmitido no Père-Lachaise diz que quem chega ao

túmulo não tem que se apresentar de mãos vazias, mas sempre precisa trazer uma planta ou pelo menos uma flor. É a partir deste simples gesto que começa o ritual que, na esperança destes fiéis, levará a um contato frutífero com o espírito. O princípio do *do ut des* parece, neste caso, fundamental para estabelecer uma relação produtiva com o além-túmulo⁴.

Uma vela ou um rosário são outros objetos que, juntos com as homenagens florais, os visitantes trazem quotidianamente até o túmulo. Ao contrário do que acontece em outros jazigos, especialmente aqueles de escritores (Balzac, Proust, Hedayat) ou de outras celebridades do Père-Lachaise (Heloísa e Abelardo, Edith Piaf, Jim Morrison), dificilmente os fiéis deixam aqui cartões ou cartas com orações, dedicatórias, pedidos especiais. Houve algumas circunstâncias, especialmente nas últimas décadas do século passado, em que a vontade por parte de alguns em deixar um registro tangível da própria devoção para Kardec, que ia além da simples homenagem floral, tenha gerado desentendimentos com a direção do cemitério. Isso porque o acúmulo de objetos sobre e em volta dos monumentos funerários, quando não está explicitamente proibido pela Conservação do Père-Lachaise, cria às vezes dificuldades aos funcionários responsáveis pelo cuidado do cemitério na gestão da limpeza do local.⁵ Assim, aconteceu o caso de pessoas que deixaram placas comemorativas em pedra ou em bronze – comuns nos cemitérios da França, mas neste caso também com função de “ex-voto” para agradecer ao mestre – sem primeiramente ter solicitado a permissão, e que de

⁴ A este respeito, e com certo grau de malícia, o guia do cemitério Bertrand Beyern apontou-me, um dia, como Allan Kardec pode ser legitimamente considerado o “patrono” dos floristas do bairro onde surge o cemitério do Père-Lachaise...

⁵ É o caso, por exemplo, das centenas de homenagens deixadas diariamente pelos fãs no túmulo de Jim Morrison, na Divisão 6 do cemitério (GIAMPAOLI, 2012).

volta ao túmulo acabaram não achando a própria homenagem e denunciaram o “roubo” à polícia.

Observando com atenção o monumento funerário de Allan Kardec é possível notar que um pequeno espaço entre a coluna da direita e a parede de fundo não está coberto pelas dezenas de plantas e flores e parece intencionalmente ter sido deixado vazio. Isto porque, segundo o costume transmitido e reproduzido através da observação e da repetição de movimentos feitos por outros fiéis sobre o túmulo, este daqui é o espaço existente para as pessoas que querem entrar em contato com o espírito do mestre ou de outro falecido, aproximando-se do busto brilhante de Kardec.

Sobre o busto concentra-se, efetivamente, a mais importante atenção dos visitantes: através do contato físico com o bronze eles acreditam poder alcançar a máxima interação com o espírito de Kardec e com o além-túmulo e, portanto, ter uma maior esperança de verem os próprios pedidos serem deferidos. Tocar o busto é assim o ato mais sagrado do caminho. Várias testemunhas afirmam ter percebido, neste momento particular, um calor provir do bronze em contato com a mão, enquanto outros me tinham falado em termos de “*energia*” fluindo a partir da estátua para chegar ao corpo deles. Certamente a sugestão e a vontade, mesmo que inconsciente, de ter evidências físicas, então “reais”, de bem ter desempenhado o caminho ritual, têm um papel muito importante neste tipo de declaração.

De acordo com alguns dos entrevistados sobre o assunto, para ter a melhor chance de sucesso, fazendo com que o “ritual” seja feito da melhor maneira, antes de se colocar na posição correta para poder tocar o busto de bronze, deve ser rodeado três vezes o perímetro do túmulo e só em seguida a pessoa vai poder se aproximar.

No final dos anos 1980, o psiquiatra Roger Teboul realiza uma dissertação de mestrado em antropologia sobre os encontros homossexuais no Père-Lachaise; dentro da sua análise da necrópole, apresentando o túmulo de Kardec a seus fiéis, ele descreve mais ou menos o mesmo padrão de comportamento:

Les visiteurs, dont beaucoup sont antillais, viennent ici déposer leur offrande de fleurs et se livrent ensuite à un rituel très précis qui consiste à tourner autour de la tombe et à poser leurs mains sur chacun des côtés du buste en bronze de Kardec. Des prières sont murmurées pendant toute la durée de l'opération puis après un dernier coup d'œil au monument, ils cèdent leur place à la personne suivante. (TEBOUL, 1989, p. 25).

Depois de chegar à posição predeterminada, no pequeno espaço à direita do monumento, de acordo com uma versão que muitas vezes me foi contada e que eu pude ver pessoalmente, a pessoa deve tocar com uma mão o ombro esquerdo do busto. Este gesto, precedido da oferta de flores e junto com a fé no poder de Kardec enquanto médium, é a chave que vai permitir que as orações e os pedidos chegarão ao espírito desejado, estabelecendo um contato entre os dois mundos.

Uma mulher de cerca de 70 anos, encontrada em uma ocasião perto do túmulo de Delanne – um dos mais importantes sucessores de Kardec – me deu uma indicação interessante do que só aparentemente pode parecer um detalhe no cumprimento desses gestos: “*En fait, moi je n'ai pas besoin de toucher mais quelque fois on en a besoin... Avec la main droite,*

si c'est pour nous, avec la main gauche, si c'est pour quelqu'un d'autre".

Uma diferença, esta, que provavelmente ela aprendeu observando outras pessoas se reunindo perto do busto e os gestos deles, talvez, como muitas vezes acontece, interagindo verbalmente a fim de comparar as práticas devocionais e obter a confirmação da bondade de seus próprios gestos⁶. O busto e, por extensão, o túmulo, torna-se assim um lugar onde os gestos ritualizados de um grande número de pessoas vão sendo testados, confrontados, definidos e finalmente partilhados com os recém-chegados.

Sempre em relação à maneira como o contato físico pode ser estabelecido com o busto de Kardec, a versão do possível uso da mão esquerda foi negada, em outra ocasião, para um homem. De meia-idade, de aspecto bastante distinto, o rosto emoldurado por cabelos e bigode brancos ambos muito bem mantidos, ele é um dos frequentadores habituais do Père-Lachaise, não necessariamente espírita. Frequenta o cemitério enquanto apaixonado pela história e como lugar de diversão, mas também (e talvez principalmente, como acontece com vários outros *habitués* do cemitério) para acompanhar casais ou pequenos grupos de turistas na descoberta dos túmulos mais famosos da necrópole. Em troca, ele pede muito educadamente, no final da visita e só se as pessoas não oferecem espontaneamente para agradecer-lhe, como muitas vezes acontece, um pouco de dinheiro.

6 Entre outras coisas, a frase pronunciada pela mulher pode fornecer o ponto de partida – que aqui vai ser essencialmente uma referência bibliográfica – para uma possível reflexão adicional sobre a preeminência da mão direita em diferentes contextos rituais e práticas do dia a dia, tema do famoso ensaio do antropólogo francês Robert HERTZ: *A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa*, do 1909.

“*Il faut toucher avec la main droite !*” Com estas palavras, ele corrigiu uma garota que, mais para se divertir e ser fotografada por seus amigos que por real convicção, estava acariciando o busto de bronze do mestre espírita com a mão esquerda. E acrescentou: “*Si c’est votre première fois, vous devez porter des fleurs blanches...*”

Quanto à mulher que comentou sobre o uso de uma ou da outra mão, ela me explicou também que considera o contato direto com a estátua de Allan Kardec importante, mas não essencial para a realização da comunicação com o mundo espiritual. Isso porque

[...] la médiumnité est partout. Il n’y a pas que le contact avec lui; il suffit que vous, vous trouviez à Marseille... vous êtes, comme on dit, comme le téléphone. Il répond de partout. Si vous promettez que vous reviendrez, quand vous verrez à Paris, pas de problèmes; mais si vous promettez, il faut le faire! Il vaut mieux pas promettre si [...].

Se para a maioria dos fiéis, tocar a estátua permanece a *conditio sine qua non* para a obtenção do que se está pedindo, neste caso específico parece se tornar quase irrelevante no caso de uma pessoa não poder visitar o túmulo. No entanto, permanece a obrigação de prestar homenagem à estátua assim que a pessoa retornar a Paris.

Pessoalmente, eu tive prova em várias outras ocasiões da crença generalizada no poder da estátua mesmo quando o fiel está distante. Já no momento da pesquisa bibliográfica precedente à chegada ao campo eu tinha encontrado traços disso, por exemplo, num dos textos do Vincent de Langlade:

[...] il y a un surtout ce cortège infini de braves gens qui placent tout leur espoir ici. On les voit sortir de leur sac, un papier, un morceau de tissus, du coton hydrophile ou n'importe quel objet qu'ils ont sur eux. Ils le tiennent serré sur l'épaule du buste, persuadé qu'ils vont repartir avec un objet magnétisé qui peut-être assurera la guérison d'un malade...

Je connais un femme dont le grand fils vit en Nouvelle-Calédonie. Elle ne lui poste jamais une lettre sans être venu la tenir serrée quelques instants sur le bronze d'Allan Kardec: c'est sa façon à elle d'être mère, et c'est bien touchant. (DE LANGLADE, 1982, p. 205).

Outro informante, Ricard, deu-me em uma ocasião um testemunho igualmente interessante sobre a capacidade que muitos destes fiéis atribuem aos poderes da estátua de permanecer inalterados apesar da distância:

[...]. Si vous regardez le buste, il est patiné des deux côtés; c'est parce que les gens amènent des photos ou des cartes ou n'importe quoi, ils le font embrasser à la statue et puis le passent sur la joue. Donc ils ramènent chez eux des choses qui, soi-disant, devraient rapporter...

Moi, j'ai vu une dame qui m'a dit, un jour... parce que j'ai dit: "Mais attendez, vous ne pensez pas que c'est un

peu stupide, ça?” Elle m’a dit: “Stupide peut-être pour vous, monsieur; moi, m’a toujours exaucé!”

Bon, les croyances on est obligés de s’incliner, puisque quelque part on ne peut pas dire à quelqu’un qui croit quelque chose: “Non, ce que tu crois [...]”

Às vezes, alguns dos mais antigos frequentadores do túmulo de Kardec oferecem ajuda na função de mediadores entre os recém-chegados e a estátua.

Ces spécialistes ont en effet élaboré un cortège de représentations rationalisées relatives au lieu et pouvant, à l’occasion, se révéler d’un grand secours pour les autres. Leur présence aide par ailleurs en un sens à la création de cette communauté de croyants à laquelle aspirent les fidèles [...] (GOBIN, 2005, p. 149-150).

A presença deles é, em qualquer caso, muito discreta e, segundo os relatos, menos importante do que no passado. Muitas vezes os conselhos e as sugestões são recebidos pelos recém-chegados mais como uma ajuda amigável na obtenção de um contato com o espírito que como uma tentativa de impor códigos de comportamento criados por uma “hierarquia” que, aqui, não parece poder se impor. Na verdade, esses mediadores agem principalmente por impulso individual e não como representantes de qualquer associação espírita oficial.

As diferentes variantes que podem ser observadas de um “ritual” que, apenas em linhas gerais, é executado por todos aqueles que visitam o túmulo de Kardec mostram como tal devoção é, por um lado, coletiva, no sentido que ela é numericamente significativa, continuando porém a ser fundamentalmente individual na relação com o monumento e seu espaço sagrado e no desenvolvimento de suas próprias práticas devocionais. Faltando no Père-Lachaise uma autoridade capaz de codificar, conduzir, determinar qual seja a “regra” a ser seguida nas formas de devoção a Kardec, todos podem sentir-se livres para criar seu próprio código de conduta. As diferenças com os outros não são percebidas como violações de uma regra que não existe, mas, ao contrário, como sinais concretos de sua própria relação especial e privilegiada com o espírito do mestre. Cada fiel acha – de certa forma legitimamente – o seu próprio jeito de ser o mais correto.

Os fiéis

Existem algumas características relativas à origem, à procedência, à classe social e à idade que podem ser levadas em consideração na tentativa de traçar um perfil geral dos devotos de Allan Kardec e dos outros mestres espíritas enterrados no cemitério do Père-Lachaise.

Les trois-quarts... bon, n'exagérons pas; la moitié sont portugais ou brésiliens. Ou de l'Amérique du sud. Ils sont beaucoup plus perméables à ce genre de croyances. [...] Surtout des femmes. Mais les brésiliens, beaucoup d'hommes. Énormément d'hommes... (Entrevista a Ricard).

Faz quase meio século que Ricard frequenta o cemitério do Père-Lachaise: o seu é, portanto, um julgamento baseado em décadas de experiência e num olhar atento sobre tudo o que acontece na “sua” necrópole. De fato, a consideração dele relativa à forte componente de visitantes de origem brasileira ou de língua portuguesa me foi confirmada tanto por muitos outros informantes que para a minha própria observação durante o trabalho de campo.

Outro testemunho interessante sobre o mesmo assunto é aquele que o escritor Michel Dansel, mais de trinta anos atrás, faz recuperando o relato feito alguns anos antes por outro escritor, Jean Vartier:

Dans son ouvrage «Allan Kardec, la Naissance du spiritisme», Jean Vartier écrit: «J'ai vu défiler des jeunes hommes devant le dolmen. Ils n'étaient pas Bretons mais ce type méditerranéen accusé, ouvriers italiens ou espagnols. Des déracinés qui ont tout laissé chez eux: la misère, les souvenirs, les tombes des parents. Allan Kardec, conjointement avec la Madone, représentait pour eux le grand espoir d'un voisinage fidèle et d'une sollicitude agissante des anciens rappelés à Dieu et pour qui les distances ne comptent plus». (DANSEL, 1976, p.77-78).

A citação levada por Dansel sobre pessoas de origem espanhola ou italiana constantemente presentes no túmulo não tem, todavia, se refletido na minha observação real. Pessoalmente, encontrei poucas pessoas de língua espanhola en-

tre os seguidores do espiritismo no Père-Lachaise e praticamente nenhuma de origem italiana. É provável, porém, que nos 40 anos que decorrem entre o trabalho de Jean Vartier (publicado em 1971) e a minha etnografia, a presença de representantes de diferentes nacionalidades entre os fiéis poderia ter variado consideravelmente, bem como mudaram os fluxos migratórios para a França: conseqüentemente, poderia ter mudado a maior ou menor presença de algumas comunidades específicas em Paris e em particular nos bairros populares da zona leste.

Brasileiros, mas também portugueses – outra comunidade muito grande de imigrantes em Paris – franceses originários da América Latina e do Caribe, especialmente das Índias Ocidentais: esta é a origem da maioria dos fiéis que hoje é possível encontrar todos os dias perto dos túmulos espíritas da grande necrópole. Para estas pessoas, que muitas vezes trazem consigo as dificuldades e as aflições de uma longa história de migração, a relação com esse espaço torna-se também uma maneira de encontrar um forte contato com suas origens, assim como um lugar onde podem reunir-se com os membros da sua própria comunidade.

Particularmente no caso específico dos brasileiros, isto não é muito surpreendente, quando se considera que Allan Kardec é, de fato, o escritor em língua francesa mais lido no Brasil, com cerca de 30 milhões de cópias de seus livros vendidas, e que o Brasil mesmo é considerado uma das “pátrias” por excelência do espiritismo. Esta é uma das religiões proporcionalmente mais praticadas no grande país sul-americano,⁷ onde a Kardec foram dedicados ao longo dos anos muitas homena-

7 Dentro da produção acadêmica em Ciências Sociais sobre espiritismo no Brasil, quero mencionar aqui pelo menos o trabalho de Emerson Giumbelli (1997) e, especialmente, os de Bernardo Legwoy (2008; 2012).

gens como um testemunho da sua popularidade e da sua fama como, por exemplo, uma série de selos comemorativos.⁸

Outra característica comum à maioria dos que vão ao túmulo para rezar ou pedir ajuda é a idade adulta, às vezes bastante elevada: geralmente são pessoas em seus 50 anos ou mais, algumas das quais vêm a ultrapassar os 80. Alguns sendo trabalhadores assalariados (zeladores, pedreiros, faxineiras), na grande maioria são aposentados, donas de casa e até pessoas que vivem com um salário mínimo ou com pensões de assistência. Mulheres e homens que, portanto, têm certa quantidade de tempo disponível para se dedicar a construir o seu próprio caminho individual de abordagem ao túmulo de Kardec e ao que eles consideram ser o espiritismo, nas formas “não oficiais” que se produzem dentro do Père-Lachaise. Uma das razões pelas quais os túmulos de Allan Kardec, de Gabriel Delanne, de Gaëtan Leymarie estão sempre em perfeita ordem é provavelmente também devido a isso, ou seja ao fato de que há pessoas que fazem do cuidado diário desses túmulos uma das principais tarefas do próprio dia a dia.

Podemos assim observar como – em um lugar onde nós temos visto quanta dificuldade tem a doutrina espírita oficial para estabelecer-se como único e principal referente – sejam representantes das categorias socialmente mais frágeis os que buscam o contato com Kardec, vivido como uma garantia de mediação e de proteção contra os problemas cotidianos. Um estado de espírito que pode assumir ainda mais importân-

8 Outra pessoa famosa enterrada no Père-Lachaise e particularmente visitada por brasileiros (e não só para seguidores do Espiritismo, com o que não tinha nada em comum) é Auguste Comte. O lema nacional brasileiro “Ordem e Progresso”, visível na bandeira, deriva da obra deste filósofo positivista, que influenciou profundamente o pensamento coletivo e das instituições no país. A grande estátua de “Humanidade” de bronze que orna o túmulo de Comte (Div. 17) foi feita pelo escultor brasileiro Da Silva Oliveira.

cia por a devoção se desenvolver em um lugar em que, devido à sua natureza principal de cemitério, a fragilidade do indivíduo está acima de tudo em contato com a morte.

Além disso, essa relação direta com a estátua se torna uma oportunidade para essas pessoas – provavelmente uma das poucas disponíveis na vida delas – sentirem que podem desempenhar um papel de primeiro plano em lidar com algo percebido como extremamente importante e com o qual é estabelecida uma relação especial de respeito às milhões de pessoas (turistas, visitantes) que todos os anos vêm visitar este monumento.

A atitude ao redor do túmulo é, por conseguinte, extremamente respeitosa, como se estivessem em uma igreja ou em um templo; fala-se o mínimo e quando é estritamente necessário, sempre em voz baixa. Se já há alguém posicionado à direita do busto, no ato de orar ou tentando entrar em contato com os espíritos dos mortos, aqueles que chegam ficam esperando, em silêncio, muitas vezes em pé na frente do túmulo, deixando uma pequena margem – um ou dois metros – de “intimidade” ao homem ou à mulher que já esteja interagindo com a estátua do mestre. Na espera, muitas vezes as pessoas recolhem-se, por sua vez, em oração, ou fazem um controle silencioso e discreto dos arredores (geralmente através de olhares significativos e convites sussurrados para os turistas permanecerem em silêncio) para evitar que o fluxo contínuo de pessoas passando – as quais muitas vezes desconhecem o sagrado atribuído a este espaço – possa perturbar a pessoa que esteja rezando.

Porém, se há uma coisa que é muito difícil de encontrar na maior parte do Père-Lachaise, e especialmente perto do próprio túmulo de Allan Kardec, é exatamente a intimidade, apesar de eu ter escolhido usar justamente esse termo.

Um santuário sem muros

O chamado “Plateau de Charonne” é certamente a parte de todo o cemitério mais fácil para ser percorrida, graças às suas avenidas largas o bastante para permitir a passagem de veículos e também graças à ausência quase total de vegetação. Também é, necessariamente, uma das mais movimentadas e frequentadas, especialmente por grandes grupos de turistas, visitas guiadas, em ocasião de funerais e por todas aquelas pessoas que não podem ou não querem se entranhar nas divisões mais escarpadas do “setor romântico”,⁹ perto do perímetro sul e oeste do cemitério. Isso tudo se aplica em particular à área do plateau mais próxima da entrada principal na Avenue du Père-Lachaise, perto do complexo arquitetônico do Crematório – Columbarium, onde muitas vezes também estacionam os veículos que tenham sido autorizados a entrar no cemitério.

Evidentemente, a atmosfera geral desta área onde, entre outros, fica o túmulo de Allan Kardec, é marcada por esta conformação geográfica e pelo grande número de pessoas que, a cada dia, passam por aqui. Combinada com as características próprias do monumento, o seu tamanho impressionante, a grande massa de tributos florais colocados ao seu redor, esta localização faz com que o túmulo seja bem visível para turistas e outros visitantes.

Bem poucos destes turistas, ao entrar no cemitério, sabem da existência de Kardec e do culto desenvolvido no seu túmulo; eles chegam aqui atraídos para a “presença” na necrópole de personagens muito mais famosos, como Jim Morrison,

9 O “setor romântico” é a parte mais antiga do cemitério, onde os túmulos estão espalhados entre a vegetação densa e onde está localizado também o antigo setor judaico do cemitério (divisão 7).

Oscar Wilde, Edith Piaf, Amedeo Modigliani e outros. Para muitos deles, o monumento do Allan Kardec representa então uma descoberta curiosa e interessante, um lugar no qual param tentando descobrir o que está acontecendo ao redor dele e o que as pessoas aí reunidas estão fazendo.¹⁰

Justamente para o encanto imprevisito que ele gera no turista, a passagem para o túmulo de Kardec é também uma “obrigação” para praticamente todas as visitas guiadas ao Père-Lachaise, algumas organizadas por guias da Mairie de Paris, outras por guias reconhecidos como confiáveis pela conservação do cemitério (como Thierry Le Roy ou Bertrand Beyern) e outras também feitas pelos numerosos guias “improvisados” que andam no cemitério para capturar grupos de turistas, aos quais se apresentam e se oferecem como cicerone para descobrir “todos os segredos” da grande necrópole. Dificilmente, portanto, em particular nos dias de tempo bom, quando o Père-Lachaise recebe o número máximo de visitantes,¹¹ será possível encontrar o túmulo do grande mestre espírita deserto ou com apenas uma pessoa ou duas nos arredores. O monumento em pedra é fotografado com cuidado pelos turistas, muitas vezes e de diferentes perspectivas, particularmente da esquerda para a direita – ficando na Avenue des morts Combattants Étrangers pour la France – o que permite enquadrar todo o conjunto, incluindo a inscrição na frente da laje e o pedestal com o busto por baixo dela. Como muitas vezes acontece, as pessoas preferem fotografar não só o monumento mesmo, mas incluir no campo visual da foto também um ou alguns dos seus companheiros e

10 Afinal, no momento da saída do cemitério, muitos destes turistas afirmaram ter sido o túmulo de Kardec uma das “atrações” mais estimulantes do Père-Lachaise.

11 A prefeitura de Paris estima em mais de dois milhões o número de turistas que a cada ano visitam o cemitério.

amigos, gerando assim todo o “ritual” do posicionamento perto ou na frente do túmulo, pedindo para alguém tirar uma foto de grupo ou, pelo contrário, para não cruzar a área enquadrada no momento do disparo...

Sobrepor todo este movimento perpétuo de curiosos, turistas, *habitués*, carros fúnebres, guardas de segurança do cemitério ao que eu descrevi nas páginas anteriores sobre o uso que muitos fiéis fazem deste túmulo, como de um lugar de oração e meditação, pode apenas sugerir uma imagem bastante dinâmica e complexa da realidade diária desse espaço, tão limitado quanto visitado. Assim, tensões e conflitos podem facilmente surgir entre os diferentes grupos de pessoas que, cada um de uma maneira diferente, se apropriam dele. Acabando a paciência do espírita em relação ao barulho gerado por turistas ou pelos guias explicando a história do monumento em voz alta demais – consequência da falta de atenção dos turistas mesmos, que nem sempre percebem estar em um lugar que não é o equivalente de um monumento situado no centro de uma praça pública – a atmosfera pode se tornar tensa. Brigas (talvez como resultado de uma frase um pouco imprudente falada por alguém) e convites mais ou menos educados ao silêncio e ao respeito nem sempre recebidos de uma maneira cortês pelos turistas, apesar de nunca haver incidentes graves, são relativamente frequentes.

O guia Thierry le Roi me explicou em várias ocasiões que há anos ele aprendeu a articular em duas partes a apresentação que faz do túmulo ao seu público: na primeira parte, ele para a cerca de dez metros do túmulo, geralmente no cruzamento da Avenue des Combattants Étrangers Morts pour la France com a Avenue Transversale n.1, indicando o monumento para descrevê-lo e dar conta de práticas que acontecem

lá. Isso lhe permite mencionar o comportamento dos fiéis, mesmo contando umas anedotas ou episódios engraçados que poderiam levantar alguns sorrisos no seu público, sem que os fiéis mesmos se sintam destacados como se fossem personagens de um circo. Depois disso, ele pede ao grupo de turistas para segui-lo – devagar, mas sem parar – até o lado do túmulo, dando apenas o tempo suficiente para aqueles que querem fotografá-lo. Por fim, o passeio dentro do cemitério vai continuar.

Sem dúvida nenhuma, então, aqueles que escolhem o túmulo de Kardec como um lugar de oração devem levar em conta a localização dele em um espaço muito frequentado e às vezes até barulhento, onde a cada dia passa um grande número de pessoas. Da mesma forma, no entanto, eles sabem muito bem que há outros túmulos de figuras principais do espiritismo no Père-Lachaise (Gabriel Delanne, Gaëtan Leymarie, Bonne Maman) os quais, por causa da localização geográfica, são muito menos conhecidos e frequentados por um grande público, sendo ignorados pela maioria dos turistas e não incluídos nos roteiros das visitas guiadas.

É interessante, então, refletir sobre o porquê do monumento de Kardec continuar a ser escolhido pela grande maioria dos seguidores do espiritismo como lugar privilegiado onde procurar um contato com o além-túmulo, em vez dos outros em que condições de tranquilidade e intimidade, que parecem indispensáveis a esse fim, poderiam ser mais facilmente encontradas.¹²

12 Efetivamente, estes túmulos também têm uma frequência diária feita por fiéis que vão lá para rezar e cuidar do estado dos monumentos; para alguns deles, parar no túmulo de Kardec é simplesmente uma etapa (talvez a primeira) de um percurso que, em seguida, chegará aos túmulos dos outros espíritas enterrados no Père-Lachaise, cada um dos quais tem também um número de seus devotos até mesmo exclusivos.

A primeira consideração que pode ser feita, e a mais óbvia, é que Allan Kardec, como vimos, continua a ser considerado o divulgador mais importante e conhecido do espiritismo, o que primeiro e mais que os outros ajudou a levantar esta teoria – uma vez considerada próxima da bruxaria e das ciências ocultas – para a dignidade de filosofia e religião. A sua imagem, e portanto o seu busto no Père--Lachaise, são neste sentido a própria personificação do espiritismo aos olhos dos fiéis e dos demais conhecedores. Como consequência disso, muita das pessoas que chegam aqui acabam transferindo esta primazia de Kardec do nível do “renome” ao da capacidade de atender aos pedidos, ou seja, percebendo-o como o mais poderoso mediador entre o nosso mundo e o dos espíritos. Seu túmulo torna-se necessariamente o mais desejável. O contínuo transitar de pessoas perto do monumento é, então, o preço que muitos dos fiéis aceitam pagar para poder continuar a aproveitar do contato direto com o mais poderoso dos mestres espíritas.

La tombe de Kardec, c'est considérée comme la plus ésotérique, et c'est vrai que c'est celui qui est le plus fleuri, toute l'année. Alors y en a quelques autres qui sont recherchées, ça dépend. Là aussi, c'est des gens qui ont leurs objectifs et qui ont leur préféré. Comme ont disait aussi pour les gens célèbres... c'est le cas de Edith Piaf: on lui a prêté des pouvoirs, alors il y a des gens qui mettent un petit mot, qui viennent déposer des fleurs ou lui demander... Alors, ça aussi contribue à amener des gens, parce que comme quelqu'un a réussi alors du coup il le raconte, il

attire... voilà, c'est come ça aussi qui se multiplient les gens». (Entrevista a Hugo).

Além disso, e esta é a segunda consideração a ser feita, entre os fiéis do espiritismo no Père-Lachaise há aqueles que estão conscientes de que o túmulo de Allan Kardec é, de alguma forma, um veículo de “publicidade” que pode ser explorado todos os dias a fim de apresentar a doutrina espírita (ou pelo menos a interpretação deles desta doutrina) para um grande número de pessoas, através das próprias práticas individuais. Eles sabem também que para uma apresentação atraente do espiritismo é preciso que o túmulo esteja sempre em excelentes condições, com muitas plantas verdes – prova visual do grande número de fiéis que o monumento atrai – sempre dispostas ordenadamente e providenciadas com muita água. Como acontece, mesmo dentro de outro contexto simbólico, com o túmulo de Chopin, que está localizado a poucas centenas de metros de distância, e em muitas outras partes do mundo com outros túmulos, santuários e lugares de culto de religiões diferentes, a força (numérica e na intensidade) da devoção é reforçada através do cuidado diário, por vezes quase maníaco, exercido neste lugar pelos mais ativos entre os fiéis, que o transformaram em um dos mais bonitos do cemitério.

No caso do túmulo de Kardec, em particular, onde a prática de trazer flores frescas é quase uma “obrigação” para aqueles que chegam à busca de ajuda e conforto, este fenômeno assume necessariamente as proporções consideráveis que eu já descrevi. Esta massa de ofertas, se não for gerida e monitorada constantemente por meio de uma eliminação contínua e orientada das plantas mais antigas, acabaria inundando o mo-

numento sob uma grande pilha confusa de vegetação, tornando impossível a aproximação para ter o tão procurado contato direto com ele.

Ligada ao trabalho de cuidado deste lugar sagrado, há a terceira e última consideração que pode ser feita sobre a relação criada entre os fiéis de Kardec, de um lado, e o resto dos visitantes, do outro. Para que esta última reflexão seja clara, no entanto, é preciso antes de tudo enfatizar que apesar da capacidade do túmulo de Kardec em atrair dezenas de milhares de pessoas a cada ano, existem, porém, condições especiais exigidas e para as quais os arredores do mesmo monumento devem estar relativamente calmos e até semidesertos. As condições climáticas são, a este respeito, um elemento que deve ser levado em conta: nos dias de tempo muito incerto ou de chuva, bem como durante os meses mais frios do ano, o número de turistas no túmulo, e em geral no Père-Lachaise, é muito reduzido e às vezes mesmo irrelevante. Isto não se aplica, por sua vez, em relação a muitos dos fiéis os quais, apesar da idade avançada e das doenças de uma boa parte deles, não parecem ser intimidados por um tempo inclemente e, assim mesmo, vão para o túmulo quando sentem a necessidade.

Outro momento em que a área ao redor do túmulo de Kardec é muito silenciosa, assim como a maior parte do cemitério, são as primeiras horas do dia, logo após a abertura dos portões, quando os turistas ainda não chegaram e as visitas guiadas ainda não começaram (só a partir das nove e meia ou dez da manhã). Então, na primeira parte do dia, se não estiver acontecendo um sepultamento ou uma exumação perto do monumento, quem quiser pode desfrutar deste espaço dispondo de certa tranquilidade. Por outro lado, a partir de onze da manhã e até uma hora antes do fechamento (o cemitério fecha

suas portas uma hora antes do por do sol), o Père-Lachaise fica a cada hora mais cheio de visitantes, tornando assim bem difícil a possibilidade de os fiéis espíritas se recolherem em oração contando com o silêncio circunstante.

Diante de tudo isso, todavia, é ainda interessante notar que um bom número deles escolhe justamente as horas de maior afluência de turistas para ir rezar ou fazer pedidos no monumento funerário do grande mestre de Lyon. Dado o conhecimento que a maioria dos fiéis de Kardec têm da “vida” dentro do cemitério e dos fluxos turísticos durante um dia típico, torna-se difícil não pensar em uma vontade precisa da parte deles, mais ou menos consciente, de serem vistos (e fotografados) em seu próprio atuar como fiéis seguidores do espiritismo.

Ostentar a própria devoção a Kardec – uma maneira de retorná-la para eles mesmos, bem como para os outros – significa então aceitar, com falso incomodo, a presença de turistas e curiosos que eles sabem ser inevitável, já que este lugar não é cercado por qualquer tipo de barreiras. Significa também, a cada vez que forem fotografados ou filmados no ato de tocar o busto de bronze ou rezando ao lado dele, serem imortalizados como uma parte ativa deste contexto sagrado constituído para o túmulo e seus arredores imediatos.

Pode-se concluir que, de certa forma, é também a presença de um grande público de “profanos” que ajuda a fazer deste lugar um *haut-lieu* da devoção espiritista no Père-Lachaise. A relação, difícil e aparentemente irreconciliável entre as duas grandes categorias de usuários deste espaço, fiéis e turistas, parece assim ao mesmo tempo mais sutil e complexa: como as centenas de turistas de passagem cada dia podem oferecer a alguns destes fiéis espíritas do cemitério a oportunidade de mostrar de um jeito inesperado a devoção deles ao mestre,

da mesma maneira a presença constante dos fiéis, com seus rituais e práticas devocionais, serve para os turistas como um “certificado de garantia” que o que está sendo dito pelos guias sobre a importância e o valor sagrado do túmulo é realidade, e que eles estão realmente assistindo a algo de muito especial.

Toda essa atenção, juntamente com um quadro teórico bastante sugestivo, como pode ser o espiritismo para a maioria dos turistas europeus ou norte-americanos, assim como a localização do túmulo dentro de um cemitério evocativo como o Père-Lachaise em vez de em outro lugar, deu origem, ao longo dos anos, a um grande número de lendas e histórias sobre o túmulo de Allan Kardec.

Kardec na “mitologia” do Père-Lachaise

Sabemos que a relação entre o túmulo de Allan Kardec e seus seguidores não é mediada por uma estrutura que mantém um monopólio ou dirige a devoção popular, mas é marcada pelo individualismo, mesmo aplacado pela estrutura do(s) ritual(is) de aproximação ao túmulo e seu ocupante. Portanto, é claro que qualquer pessoa pode se sentir habilitada não só em viver mas também em contar e espalhar a própria visão e “versão” do que acontece neste lugar e das suas peculiaridades.

Não existindo alguma forma de negação “oficial” que não sejam as poucas linhas escritas no painel afixado na parte de trás do monumento pela USFF, e junto com o que a palavra de cada um pode ter o mesmo valor de “verdade” que a do outro, ao longo do tempo se produziu um grande número de histórias, lendas e variações destas em relação aos poderes milagrosos deste monumento, assim como sobre as diferentes possíveis formas de devoção a ele.

Já apresentei as variáveis e as contradições mais ou menos importantes que podem ser observadas nas diferentes abordagens rituais ao túmulo, na oferenda de plantas ou velas e, finalmente, na colocação final do fiel ao lado do busto para tocá-lo e rezar, questões que na maioria das vezes permanecem dentro do círculo dos fiéis e que marcam as relações de poder, de confronto ou de mútua observação entre eles. O mesmo tipo de variedade existe sobre os outros poderes atribuídos a Kardec e ao seu túmulo. Apenas conversar com alguns dos espíritos do Père-Lachaise vai permitir conhecer uma verdadeira multidão de milagres atribuídos ao mestre.

“Il a changé ma vie, complètement. J'étais malade. J'étais triste. Je lui ai demandé et...” Assim me respondeu uma sorridente mulher, originária da Martinica, muito bem vestida em um terno azul e bem maquilada, que uma tarde encontrei perto do túmulo e à qual perguntei sobre o motivo da sua oferenda. Ainda mais direta na sua resposta foi outra mulher, mais velha e com uma longa trança de cabelo branco que caía sobre uma longa roupa preta que a protegia do frio de novembro: *“Pedi-lhe para achar um emprego para a minha filha. Ele o fez. Agora ela é feliz.”*

Também o escritor Michel Dansel, no passado, tinha coletado um tipo similar de testemunho:

[...] Certains «initiés» attribuent à Allan Kardec des pouvoirs surprenants: «Il peut remédier à tous les maux, vous apporter la santé, l'amour, et venir à bout de vos soucis financiers, m'affirmait une fidèle, mais pour cela, il faut le prier très régulièrement en posant la main sur son buste en bronze. (DANSEL, 1976, p.78).

Sem exagero, eu posso afirmar que cada um dos fiéis que podem ser encontrados no túmulo poderá contar pelo menos um milagre atribuído à estátua de Kardec, que seja diretamente acontecido com ele ou com outra pessoa.

Partindo desta “extensão” dos poderes conferidos ao busto, – bem além do seu papel como intercessor com o mundo espiritual – é interessante refletir sobre a evidência de que o túmulo tornou-se um lugar “mágico” em um sentido mais amplo, associado, pelos outros visitantes do Père-Lachaise que não sejam espíritas, à formas particulares de ritualidade e até de esoterismo.

Exemplar a este respeito é o relato da testemunha, citada pelo Michel Danel, de um tal James Martin, que afirmou ter assistido a uma cerimônia realizada à noite no túmulo por um grupo de pessoas. Devemos, todavia, nos lembrar que Danel é muito mais um romancista do que um historiador, demonstrando várias vezes em seus livros estar muito mais interessado no poder evocativo de um conto ou de um relato do que na tentativa de provar a veracidade dele. No entanto, o interesse da história aqui relatada é que ela foi – se não realmente vivenciada – todavia descrita, em seguida publicada, citada para outro escritor e agora novamente levada à atenção para mim... Outra prova do encanto que o túmulo de Kardec tem sido sempre capaz de exercer, ao longo das décadas e até hoje, sobre visitantes, curiosos, estudiosos e apaixonados do cemitério do Père-Lachaise.

Les fidèles les plus fanatisés affirment que les yeux de la statue s'ouvrent et se referment. Dans un article intitulé Les Nuits mystérieuses du Père-Lachaise (Le Meilleur du 9 octobre 1971, p.

15), James Martin écrit, à propos d'une cérémonie qui se serait déroulée vers 2 heures du matin:

D'un même mouvement, les adeptes d'Allan Kardec lèvent les bras vers le ciel. Un cri d'oiseau interrompt cette prière muette. Chacun des assistants sort une lettre de sa poche et se met à lire à voix basse. Pendant quelques instants, c'est un murmure sourd et confus qui se répand sur un rythme monotone de litanies. Cette lecture terminée, l'homme vêtu de la robe jaune ouvre le grand sac. Il en sort une coupe qu'il dépose au pied de la tombe. Silencieux, les assistants se passent de main en main les lettres qu'ils viennent de lire. Celles-ci sont jetées dans la coupe. L'officiant replonge sa main dans le sac et en sort un objet dont il est difficile, de prime abord, de distinguer la nature. Il s'agit, en fait, d'un pigeon. (DANSEL, 1976, p.153).

O fenômeno, descrito por Dansel nas duas primeiras linhas, da abertura dos olhos do busto não é uma novidade neste tipo de contexto: há vários relatos, em muitas partes do mundo e especialmente do mundo católico (Itália, México, Espanha), relativos a estátuas em bronze ou em ouro às quais são prestados poderes tais como a abertura ou fechamento dos olhos, o movimento de uma mão ou até mesmo da estátua toda.¹³

13 A este respeito, na região da Úmbria (Itália) é bem famosa a grande estátua dourada da Virgem que domina a igreja de Santa Maria degli Angeli, perto de Assis; especialmente no passado foram recolhidos vários testemunhos de pessoas jurando ter visto a estátua se mover.

Com relação a esta narração da cerimônia que aconteceu sobre o túmulo durante a noite, ela parece recair inteiramente na categoria das centenas de histórias de sujeito esotérico ou oculto para as quais o Père-Lachaise parece oferecer um cenário ideal. Aqui também podem ser achados todos os elementos “típicos” de tais histórias: um lugar investido de um forte poder mágico ou sagrado (neste caso, vale a pena repetir o duplo valor deste lugar, pois o túmulo está localizado dentro do contexto mais amplo – e igualmente evocativo – do Père-Lachaise); o tempo noturno; um grupo de pessoas liderado por uma espécie de sacerdote que parecem seguir um ritual muito preciso; um sacrifício a ser realizado...

Nada do que é descrito por Martin e relatado para Dansel se aproxima minimamente dos gestos que, diariamente e com a luz solar, os espíritas fazem no túmulo do Kardec. A cena descrita é talvez demais banal – no seu recuperar de todos os estereótipos do rito esotérico como é comumente imaginado na Europa, descritos por centenas de livros e filmes – para ser verdadeira. No entanto, tem valor como um testemunho da imagem mitificada e do poder evocativo que lugares como túmulos e cemitérios, ou figuras como Kardec, parecem continuar a manter no sentimento comum nos séculos XX e até XXI.

Também um autor certamente mais moderado que Dansel, Roger Téboul, não pode se abster de dedicar um breve espaço do seu trabalho ao túmulo do Allan Kardec, relatando um incidente que realmente aconteceu poucos meses antes de sua chegada à necrópole:

Dans les premiers jours de juillet 1989, cette tombe a été l'objet d'un attentat à la bombe qui l'a fortement endommagée; notamment le buste re-

présentant Allan Kardec a été détruit. Cet attentat a été revendiqué par un groupe de personnes se réclamant du rationalisme et fait depuis le sujet de bon nombre de rumeurs qui circulent à travers tout le cimetière. (TEBOUL, 1989, p. 25-26).

A explosão causou danos consideráveis ao busto, que caiu da coluna, mas não o destruiu como relatado por Teboul; provavelmente, no curto espaço de tempo decorrido entre a explosão e o momento em que o autor soube do episódio, este, passando de boca em boca, já tinha começado a ver alguns dos seus elementos modificados pela imaginação popular. Os causadores deste ato de vandalismo nunca foram identificados, todavia na tradição oral do cemitério Père-Lachaise, eles ainda são comumente designados, com certa aura de mistério, como “*des rationalistes*”, querendo atacar a superstição. Mesmo se outros atentados do mesmo tipo têm ocorrido ao longo dos séculos dentro do cemitério (sobre o túmulo de Marcel Proust, sobre o grande mausoléu de Thiers e em outros lugares) é aquele acontecido no túmulo de Allan Kardec que mais que os outros chamou a atenção de um observador externo como Teboul. Finalmente, o grande monumento parece estimular, na fantasia de turistas, *habitués* e visitantes do cemitério, um número maior de anedotas e lendas que a maioria dos outros túmulos presentes na grande necrópole.¹⁴

Em menor medida e talvez como consequência do grande interesse que Kardec desperta, também os outros túmulos de mestres espíritas já mencionados conseguiram arran-

¹⁴ Talvez só o túmulo de Jim Morrison pode superar na reputação, enquanto lugar inspirador da imaginação popular dentro do cemitério, aquele do Allan Kardec.

jar no tempo seu próprio espaço e sua importância: isso é tão verdadeiro no sentido puramente religioso, graças à atenção que muitos espíritas conferem a estes monumentos, assim como lugares capazes de inspirar e estimular a imaginação de um público mais vasto.

Os outros lugares do espiritismo ao Père-Lachaise

Nós temos visto como a reputação de Kardec faz com que seu túmulo seja um dos lugares mais visitados da necrópole, permitindo-lhe também agir indiretamente como uma barreira capaz de “proteger” os outros túmulos dos espíritas presentes no cemitério contra a chegada de um grande número de turistas. De fato, a maioria desses turistas se limita a incluir apenas o túmulo do grande mestre em sua viagem de descoberta do Père-Lachaise, contentando-se em ouvir os contos ou as histórias sobre o espiritismo no Père-Lachaise que muitas vezes são contadas por guias ou *habitués* da necrópole.

Os túmulos de Gabriel Delanne, de Gaëtan Leymarie ou de “Bonne Maman” são, portanto, locais visitados principalmente por devotos e pessoas em busca de um contato direto com o espírito ou a sua intercessão. É aqui, mais frequentemente do que no túmulo superlotado de Kardec, que é possível conhecer um pouco mais alguns desses fiéis, os quais em muitos casos revelam-se pacientemente dispostos a responder a algumas perguntas, talvez até a se perder em relatórios e explicações sobre a relação deles com o espiritismo no Père-Lachaise.

Sem poder aprofundar a vida e a obra dos outros mestres do espiritismo aqui enterrados, posso afirmar com certeza que todos eles desfrutam ainda hoje – especialmente entre os seguidores do espiritismo, mas, mais em geral, na memória

comum dos parisienses – de uma excelente reputação por suas qualidades humanas, antes que como divulgadores da doutrina espírita.

Leymarie il avait pris la suite d'Allan Kardec. Leymarie c'est pareil: c'est quelqu'un d'ouvert, c'est quelqu'un de posé... C'est des gens qui ont un sens, qui ont un sens du sentiment, de la personnalité, de la bonté, de la charité... (Entrevista a Ricard).

O túmulo de Gaëtan Leymarie (1827-1901) situa-se relativamente distante do de Kardec; no entanto, elas são muito semelhantes na estrutura e na escolha dos materiais. Na verdade, o monumento funerário de Leymarie é nada mais do que uma cópia, em tamanho menor, daquele do mestre de Lyon. Sem um busto representando o rosto de Leymarie, este monumento também tem uma inscrição na frente da laje que o cobre: *Mourir c'est quitter l'ombre pour entrer dans la lumière.*

Ele está localizado a poucos metros do Rond Point des Travailleurs Municipaux, dentro da divisão 70. A poucos metros mais acima, bem conhecidos e muito procurados pelo público, situam-se os túmulos de Honoré de Balzac e do pintor Eugène Delacroix. Apesar de esta área do cemitério ser também geralmente bastante frequentada – um dos bancos disponíveis para alguns frequentadores habituais do cemitério sentar-se e conversar fica apenas a poucos metros do túmulo de Leymarie – as grandes capelas construídas na linha da frente da divisão 70 tornam quase impossível, por quem não conheça a localização, individualizar a presença do túmulo e de um eventual fiel ao seu lado. Este espaço permanece, então, bem sossegado.

Extremamente ordenado, mesmo na abundância de flores que o cobrem, o túmulo de Leymarie vive uma adoração diária mais discreta e numericamente menos imponente do que do Kardec, mas que certamente não é inferior em intensidade da devoção por parte daqueles que vão para lá. As numerosas plantas que podem ser observadas testemunham como as oferendas levadas para este túmulo, para pedir a intercessão do espírito, são as mesmas que no túmulo de Kardec; todavia, na ausência de um busto, aqui é no granito de que é feito o dólmen que é exclusivamente focalizada a atenção dos fiéis, que costumam tocá-lo e afagá-lo.

Também o objetivo principal da silenciosa “peregrinação” dos fiéis é, em muitos casos, idêntico ao que conduz ao túmulo de Allan Kardec: pedir intercessão ao espírito do médium para entrar em contato com os espíritos dos queridos falecidos e pedir a eles, ou ao mesmo Leymarie, algum favor ou uma ajuda para enfrentar e superar as muitas dificuldades na vida.

Para alguns o túmulo de Leymarie, justamente por causa da semelhança estrutural com o de Kardec, pode servir como uma alternativa viável no caso de o túmulo deste último estar, no momento da necessidade, lotado de turistas e curiosos, ou já “ocupado” por outros devotos. Neste caso, a pessoa que não pode ou não quer esperar a sua vez, ou que simplesmente percebe o excesso de “público” como uma causa de aborrecimento, pode legitimamente esperar encontrar no túmulo de Leymarie um lugar bem mais calmo e (quase) igualmente “poderoso” onde pode se recolher.

O que um dia me disse um homem de meia-idade, surpreso ao ver-me interessado no túmulo de Leymarie, parece confirmar esta impressão: *“Allan Kardec, c'est toujours plus difficile; par fois il faut attendre, même des minutes... Ici je trouve*

que c'est plus tranquille, et donc c'est plus facile de se concentrer".

Apesar da importância geralmente atribuída a Leymarie muitos dos fiéis perguntados consideram Gabriel Delanne (1857-1926) como o verdadeiro e grande herdeiro de Allan Kardec. Por esta razão, bem como por se situar a apenas umas poucas dezenas de metros do monumento de Kardec mesmo, seu túmulo também é destino de visitas frequentes, assim como é sempre bem abastecido com plantas e flores e muito bem mantido. Estruturalmente, este túmulo é bem diferente dos dois anteriormente descritos: ele é muito mais simples, sendo composto essencialmente por uma lápide de pedra pálida de cerca de um metro de altura, no centro da qual se situa uma moldura quadrada feita de bronze, contendo uma pequena imagem do Delanne e a dedicatória "*à Notre bon Delanne*". Sob a lápide, um baixo parapeito de ferro define o espaço do túmulo, completamente coberto com plantas dispostas ordenadamente uma ao lado da outra. Como pode ser observado em outros túmulos, não só pertencentes a espíritas,¹⁵ neste caso também há uma pessoa que assumiu a responsabilidade (e a honra, do seu ponto de vista) de "adotar" o túmulo cuidando periodicamente – às vezes diariamente – dele. Aqui é uma mulher de aproximadamente cinquenta anos, de pequena estatura, morena de cabelo cumprido; tímida e pouco disposta ao diálogo, demonstrou-se, todavia, bastante comunicativa no momento de me cantar os louvores de Delanne, definido – infelizmente naquele momento eu não tinha comigo nada para anotar precisamente suas palavras – como um homem de grande bondade e de imensas qualidades morais, todavia pouco conhecido e muitas vezes subestimado.

15 Por exemplo, neste mesmo cemitério, neste mesmo cemitério estão os túmulos de Edith Piaf, de Frédéric Chopin, de Sadegh Hedayat, de Swami Vijayananda e outros...

Também no monumento funerário de Delanne está colocado, na parte de trás, um painel, que, todavia, apenas dá conta da biografia e das principais obras do autor, sem acrescentar qualquer tipo de recomendação ou de consideração de respeito às práticas devocionais que são realizados no túmulo, como nós vimos acontecer no de Kardec.

Faltando aqui, como no caso de Leymarie, um busto que possa ser tocado e para o qual se pode virar diretamente, não parece haver gestos rituais específicos a serem realizados para propiciar o contato com o espírito; em geral, os fiéis limitam-se a acariciar a moldura em bronze da foto, fazendo com que os principais pontos de relevo dela sejam mais claros e brilhantes que o resto.

Permanece a “obrigação” – portanto válida para todos os túmulos dos espíritos – de não aparecer de mãos vazias, sem uma planta ou, pelo menos, uma flor, para não correr o risco de ofender o espírito e ver diminuir consideravelmente as chances de que os próprios pedidos sejam atendidos.

Os poucos metros dentro da divisão 44 que separam o túmulo de Kardec do de Delanne são obviamente ocupados para lápides intercaladas com capelas funerárias, algumas das quais estão em ruínas e às vezes sem a porta de entrada, desmontada ou simplesmente desaparecida. Muitas vezes, nessas capelas – assim como dentro de algumas da divisão 86, do outro lado da Avenue des Combattants Étrangers, onde se situa o túmulo de Kardec – é possível encontrar dezenas de pequenas velas colocadas uma ao lado da outra, no chão ou sobre o pequeno altar que geralmente qualquer tipo de capela contém. Acredita-se que essas formas devocionais também sejam obra de discípulos do espiritismo, que aproveitam o espaço pequeno e íntimo do interior das capelas para inflamar estas

pequenas luzes e orar pelas almas dos próprios defuntos. A interpretação mais provável é que o espaço entre os dois túmulos, assim como aquele em torno do monumento de Kardec dentro de um raio de algumas dezenas de metros, seja considerado impregnado da energia e do poder proveniente dos dois mestres espíritas e, portanto, possa ser utilizado de forma eficaz para este tipo de prática religiosa.

Se a “mitologia” do Père-Lachaise parece atribuir ao Kardec todos os tipos de poderes, tanto de intercessão milagrosa com a vida após a morte quanto taumatúrgicos, Delanne – ou melhor, seu túmulo – parece ter desenvolvido um tipo de especialização a esse respeito. Todos os frequentadores habituais do grande cemitério, além dos fiéis do túmulo, sabem que o contato com este monumento funerário é particularmente aconselhado para aqueles que sofrem de problemas nas pernas, dado que o contato com ele parece ter um efeito benéfico a esse respeito. Esta prática não parecerá tão estranha para aqueles que se lembram de como ao contato com as pedras é muitas vezes atribuído, nas práticas populares e em diferentes contextos, um poder de cura: é só pensar a importância que tiveram por um longo tempo na cultura popular, por exemplo da Itália como de outros países, os amuletos.¹⁶

Não nos maravilharemos, então, se Michel Dansel, em um dos seus livros dedicados ao Père-Lachaise, relata este poder atribuído ao Delanne: “*Sa réputation de grand guérisseur, notamment pour les personnes touchées par des maux aux pieds ou aux jambes, lui vaut de très nombreuses visites*”. (DANSEL, 1999, p. 264).

16 Cfr. por exemplo BARONTI, Giancarlo (2009), *Tra bambini e acque sporche. Immersione nella collezione di amuleti di Giuseppe Bellucci*, Morlacchi Editore, Perugia.

Neste caso também, pode-se perguntar qual é o verdadeiro papel de Dancel em relação à proliferação de histórias, lendas, anedotas que têm como contexto o grande cemitério do leste de Paris. Autor ele mesmo de muitas dessas lendas para alguns, observador e ouvidor atento do que acontecia no Père-Lachaise, ele ainda é uma figura que não pode ser ignorada, mesmo com o devido cuidado, no percurso de descoberta da necrópole e do seu poder de fascinar.

Justamente Dancel, e mais outra observação curiosa que ele relata, nos permitem dar conta brevemente do último dos personagens ilustres do espiritismo no Père-Lachaise: “[...] *Bonne-Maman Rufina Noeggerath, apôtre du spiritisme et de la paix universelle. D’après les initiés, Bonne-Maman guérit les maladies des yeux!*”. (DANSEL, 1976, p. 132).

O apelido de “Bonne Maman” com o qual Rufina Noeggerath (1821-1908) foi conhecida e é até hoje lembrada é mais uma prova do que foi dito anteriormente sobre os pais do espiritismo moderno aqui reunidos. Eles são percebidos e lembrados tanto como pessoas estimadas e que consagraram a vida deles à atenção para o próximo e às obras de caridade quanto, claramente, para o seu valor como codificadores e divulgadores da doutrina espírita.

É justamente pelo apelido de “*Apôtre du spiritisme et de la paix universelle*” que Bonne Maman é lembrada em seu próprio túmulo na divisão 94 do Père-Lachaise, certamente o mais simples entre os dos espíritas no Père-Lachaise. Sobre a grande laje de pedra, completamente plana e de algumas dezenas de centímetros de altura, há só um vaso poligonal, também de pedra, contendo plantas, ao qual foi junta uma simples placa de mármore com as datas de nascimento e de morte da Bonne Maman e a frase acima transcrita.

Com relação aos outros túmulos espíritas do cemitério, dos quais fica um pouco mais isolado, talvez aqui a presença de flores seja um pouco menos importante, sendo todavia substituídas por algumas pequenas velas e pelo menos um par de placas em bronze onde se pode ler a palavra “*Merci*”.

Como para Delanne, também neste caso a tradição e o boca a boca deram origem a uma vocação particular sobre as propriedades terapêuticas de Bonne Maman. Já mencionada por Danel, aqui a especialidade do espírito parece ser a cura de doenças dos olhos e de problemas com a vista.

E, como no caso do “Bon Delanne”, de Kardec ou de Leymarie, também no caso de Bonne Maman, frequentando a área ao redor do túmulo, cedo ou tarde será possível encontrar alguém pronto para contar a história do próprio milagroso restabelecimento, graças à intercessão e aos poderes do espírito...

Referências

BARONTI, Giancarlo. **Tra bambini e acque sporche**. Immersione nella collezione di amuleti di Giuseppe Bellucci. Perugia: Morlacchi Editore, 2009.

DANSEL, Michel. **Au Père Lachaise** – Son histoire, ses secrets, ses promenades. Paris: Fayard, 1976.

DANSEL, Michel. **Les lieux de culte au Cimetière du Père Lachaise**. Paris, Guy Trédaniel Editeur, 1999.

GIAMPAOLI, Michelangelo. Rock around the grave. La tombe de Jim Morrison au Père-Lachaise, *Ethnologie française* **Le Paris des ethnologues, des lieux, des hommes**, n. 42/3, p. 519-530, juillet 2012.

GIUMBELLI, Emerson. **O Cuidado dos mortos**: uma história de condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOBIN, Emma. Le triomphe des croyances. Catholiques et spirites autour de la tombe d'Allan Kardec. **Terrain**, n. 45, p. 139-152, 2005.

HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**, n. 6. Rio de Janeiro, 1980 [1909].

KARDEC, Allan. **Le livre des médiums**. Lyon, Union Spirite Française et francophone, 1869 [1861].

DE LANGLADE, Vincent. **Ésotérisme, médiums, spirites du Père-Lachaise**. Paris: Éditions Vermet, 1982.

LEWGOY, Bernardo . A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião & Sociedade**, v. 28, nº 1, p. 84-104, 2008.

LEWGOY, Bernardo . Entre herança européia e hegemonia brasileira: notas sobre o novo espiritismo transnacional. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; RICKLI, João. (Org.). **Transnacionalização religiosa: fluxos e redes**. v. 1, p. 101-121, 2012.

PÉTONNET, Colette. **L'anonymat ou la pellicule protectrice, La ville inquiète** – le temps de la réflexion VIII. Paris: p. 247-261, 1987.

TEBOUL, Roger. **Les anges du Père-Lachaise ont de drôles de sourires** – Approche ethnologique d'un lieu de drague homosexuelle à Paris, mémoire de maîtrise sous la direction de Colette Pétonnet, Université Paris X – Nanterre, 1989.

3. A MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ, SEUS MONUMENTOS E SEUS PRATICANTES: TENSÕES E DESEJOS NUM LUGAR EM SOBRAL-CE¹

Diocleide Lima Ferreira²

Introdução

A Margem Esquerda do rio Acaraú, obra de urbanização de parte do rio Acaraú em Sobral, cidade situada em um vale no semi-árido nordestino, tem cerca de três quilômetros de extensão e se constitui como um espaço onde há um complexo arquitetônico formado por diversos empreendimentos, como a biblioteca pública municipal Lustosa da Costa, a Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes (ECCOA), o museu MADI de arte contemporânea, o restaurante popular, igrejas centenárias e um grande número de casas onde moram pessoas de condições econômicas variadas que, juntamente com os equipamentos descritos acima, são tombadas como patrimônio histórico de Sobral.

1 Este texto é parte minha tese de doutorado intitulada: “A (re)invenção de uma cidade: *Cid marketing* e a requalificação urbana em Sobral – CE”, defendida em novembro de 2013, no Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.

2 Professora Adjunta I do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participante do GEPECE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades da Região Norte do Ceará.

Nesse espaço há quadras para práticas desportivas, iluminação com holofotes, bancos, lixeiras por toda a extensão, anfiteatros para apresentações artístico-culturais, calçadas para passeios, ciclovias e gramados para que as pessoas possam contemplar a vista do rio, que se apresenta como um espelho d'água, tendo suas águas represadas ao longo do ano, criando a impressão de um lago perene na cidade. Para a segurança, além da iluminação, o local conta com seis guardas municipais, no turno diurno, dois dos quais são salva-vidas, e quatro no turno noturno. Eles circulam de bicicleta pelo calçadão. Como reforço à segurança municipal, uma patrulha da Polícia Militar – a Ronda do quarteirão – fica sempre em um dos estacionamentos da Margem, para qualquer eventualidade que os “guardinhas”, como são chamados os guardas municipais pela população da cidade, não consigam resolver.

“Andar na margem” ou “ir pra Beira-rio”, tornou-se uma atividade comum para os moradores de Sobral ou pelo menos para uma boa parte deles, pois o que atualmente é uma área de lazer com equipamentos próprios para a contemplação do rio Acaraú e práticas esportivas ou passeio, já foi antes, segundo os moradores, um lugar feio, sujo, enlameado e inseguro. Eu, particularmente, compartilhei dessa má visão que se tinha sobre a beira do rio, sobretudo por não ir lá devido a comentários de que era perigoso e aos constantes relatos de assaltos que ocorriam, mas sempre via de longe o movimento das lavadeiras de roupas e dos canoeiros quando o rio estava cheio. E ainda acompanhei o drama das enchentes que está na história daquelas famílias, com e sem a recente urbanização do local, pois desse fenômeno elas não se livraram.

Os períodos das enchentes sempre causam grande comoção social e a cidade se mobiliza inteiramente em prol

das vítimas da catástrofe, que ocorre devido a um mau uso da natureza. Mais adiante farei uma reflexão mais detalhada das enchentes do Acaraú e do que os moradores de Sobral, sobretudo os das margens do rio, pensam sobre isso e como vivem esses momentos.

O fator primeiro que dá sentido ao presente enaltecimento da Margem Esquerda é o histórico. Em virtude de a fundação de Sobral ter se dado naquele lado do rio, as margens do Acaraú têm a conotação de uma espécie de mito de origem da cidade, daí não terem sido poupadas pelas obras de requalificação iniciadas nos fins dos anos 1990, a fim de que o passado histórico fosse lembrado e preservado.

Acrescidas ao fator acima exposto vêm as mudanças estruturais na margem esquerda desde o ano de 2004, as quais se refletem em dois aspectos: o paisagístico e o arquitetônico, com a urbanização de toda a extensão do trecho da margem compreendido entre as pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes. Os dois aspectos apontados até se confundem, pois para entender a referida obra de urbanização, um não existirá sem o outro.

Olhar a obra somente dos pontos de vista histórico, arquitetônico e paisagístico, no entanto, impossibilita perceber as dinâmicas que constroem socialmente o lugar, o que o torna um lugar socialmente praticado e vivido no presente. E ainda, é permitir que se deixem ocultar os desejos e percepções dos usuários do lugar quando estes é que lhe dão vida, sobretudo os moradores do local, que tecem ali os seus cotidianos e onde construíram as suas casas, seus mais valiosos patrimônios. Partindo disto, passo a refletir sobre o sentido de patrimônio revelado e valorizado pelos moradores da margem esquerda, especificamente os que tiveram suas casas tombadas

pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1999. Esse recorte foi estabelecido a partir da minha pesquisa de doutorado, na qual busquei os sentidos que os moradores daquele local davam para a requalificação do referido espaço. Na pesquisa me deparei com o sentido-contraponto que os moradores construíram para o que consideravam patrimônio, confrontando o enaltecimento institucionalizado pelo IPHAN e pelo próprio poder público local, quando elevam enquanto valorização do Patrimônio, uma fatídica história oficial de triunfos e opulências, que nega outras histórias negadas ou desvalorizadas na chamada “espetacularização da cultura” (LEITE, 2004).

As transformações da margem esquerda do Acaraú aconteceram em momentos diversos, que consegui definir na pesquisa em três etapas: a primeira é a que compreende o tombamento da área central da cidade, a chamada pelo poder público local a revitalização do Largo das Dores e a construção do primeiro anfiteatro (primeira gestão Cid Gomes); a segunda etapa constitui a ampliação dessa revitalização, com a construção do calçadão, da biblioteca, da ECCOA, do restaurante popular (o “um real”), do segundo anfiteatro para shows, das quadras de futebol, dos piers, gramados, museu Madi etc. (segunda gestão de Cid Gomes); a terceira etapa consolida o que hoje compreende a Margem após duas grandes enchentes do rio Acaraú, uma em 2004 e outra em 2009, e o que o poder público pensa para o seu futuro enquanto espaço de sociabilidade e lazer (dias atuais). Criei essa divisão para manter um fio condutor da compreensão do que é a chamada requalificação do rio Acaraú e de sua margem esquerda no discurso do poder público, que reconhecendo o lugar carregado de sentido para a história de Sobral, condicionou a curiosidade da pes-

quisadora para conhecer outras histórias “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2000).

Como a ação do poder público interfere no cotidiano dos praticantes do espaço em referência? De que história se fala ou se conta quando é o poder público, mais estritamente, um grupo político que enaltece tal resquício de história? Essas questões nortearam a pesquisa para um melhor entendimento dos usos e “abusos” da história da cidade.

“A cidade se volta para o rio”³: os lugares, seus usos e as práticas cotidianas nas experiências de quem vivem a Margem Esquerda

A Margem Esquerda do rio Acaraú é, atualmente, um dos espaços mais propagandeados pelos meios de comunicação do estado⁴, além de fazer parte das imagens mais divulgadas nos cartões postais da cidade. Ela compõe, junto com outros espaços, o que parafraseio como “*Cid marketing*”, por ser constantemente apresentada nas propagandas de divulgação do ex-prefeito de Sobral e atual governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes.

Além do encantamento que a obra gera, demonstrando o “crescimento” e “desenvolvimento” da cidade, com a sua arquitetura, podemos evidenciar a presença de equipamentos construídos nesse espaço, criando outras necessidades de utili-

3 *Slogan* da campanha de propaganda da Prefeitura Municipal de Sobral no início das obras da segunda fase da revitalização da Margem Esquerda do rio Acaraú.

4 É bastante comum a imagem da Margem Esquerda do rio Acaraú ser veiculada num dos jornais locais de maior audiência no Estado: o CETV, transmitido pela TV Verdes Mares, pertencente ao maior grupo empresarial de comunicação do Ceará – o grupo Edson Queiroz –, que consegue atingir os maiores índices de audiência no estado, além de transmitir seus programas para outros estados do Brasil, via antena parabólica.

zação do mesmo. Tais equipamentos juntam-se aos que já existiam⁵, e foram aproveitados para unir a arquitetura presente à antiga.

Voltando ao passado histórico de Sobral, é exatamente nesse trecho do rio que se instala o primeiro núcleo urbano da cidade, entre os anos 1722 e 1745, com a formação do Curato do Acaraú e a instalação de sua sede no povoado da Fazenda Caiçara (primeira demarcação geográfica de Sobral), com a construção da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, a ampliação do espaço urbano e a construção de mais igrejas na cidade. Interage com esses fatos a consolidação da força econômica de Sobral com a criação de gado e a comercialização de couro e charque para outras cidades do Nordeste. Após esse momento, já no século XX, o referido trecho serviu de local para a construção das usinas de beneficiamento de algodão, a da família Araújo e a Santa Emília, esta última quando finalizou suas atividades ligadas ao algodão, abrigou a primeira Usina de Luz e Força da cidade, fato que garantiu a Sobral se consolidar, ainda que timidamente, na produção de algodão em território cearense.

O algodão foi o elemento responsável pelo fortalecimento da economia do Ceará no século XIX e início do século XX. Conforme Rufino (2009):

Através do algodão, o Nordeste não açucareiro passa a estabelecer uma relação direta com o Capital Internacional, “que entra num terreno

5 Compõem as obras antigas: o largo das dores, a antiga igreja de Nossa Senhora das Dores, ruínas de antigos armazéns e casarões, a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e o casario tombado pelo IPHAN.

propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros” (OLIVEIRA, 1983, p. 47). A cultura de subsistência desenvolvida pelos moradores, meeiros e posseiros dos latifúndios, convive ao lado da produção de algodão e constitui o principal mecanismo de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. A cultura do algodão [...] se uniu às charqueadas [...], compondo a base para a organização econômica e espacial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como também marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no Estado (PEREIRA JÚNIOR, 2003). (RUFINO, 2009, p. 4).

Com a investida na produção do algodão, houve a segunda expansão do núcleo urbano de Sobral, já que a primeira aconteceu entre o entorno da igreja matriz e o entorno da igreja de Nossa Senhora do Rosário, tomando o caminho da Serra da Meruoca, onde atualmente está a maior concentração de comércio da cidade. O algodão também se faz um dos responsáveis pela reafirmação da opulência da cidade perante a região que a compreende, tanto em nível econômico quanto político.

A expansão econômica da cidade no período do gado e depois com o algodão são dois momentos fundamentais no ano de 1999 para um argumento que também será fundamental para o tombamento do já referido trecho do rio, pois em Sobral não houve o tombamento de algumas edificações especificamente, mas sim de uma imensa área da região central da cidade, sem distinção de prédios, e o que se intentou foi salvar os espaços que eram considerados marcos determinantes para o desenvolvimento da cidade no passado. Entende-se aqui que esses momentos são contados pela elite local e que nem todos os sobralenses conhecem ou compartilham da história oficialmente contada.

Como já evidenciei acima, é na segunda fase de revitalização do rio Acaraú que é possível ver concretamente o complexo de lazer planejado para aquele espaço e a restauração de prédios que abrigaram algumas das fábricas beneficiadoras de algodão. Junto a isso a modificação das vidas dos moradores da margem esquerda do rio⁶.

“Um lugar onde só existia lama!”, é o que afirmam todos os moradores que entrevistei. Esse lugar foi planejado e transformado num espaço para lazer e contemplação do rio. Isso é o que se constata no local. A obra modificou estruturalmente, do ponto de vista da paisagem, aquele trecho da margem esquerda do rio Acaraú. A lama deu lugar a um calçadão de aproximadamente 2,5 km de extensão, gramados, quadras de esportes, bancos, piers, museu Madi, biblioteca pública, restaurante popular (“o um real”), Escola de Comunicação, Cultura e Artes, bares etc.

6 Os depoimentos deste texto foram cedidos pelos moradores do conjunto de casas que têm seus quintais para o calçadão revitalizado e que tiveram suas casas tombadas pelo IPHAN em 1999, pois são estes os que mais tiveram os espaços de moradia modificados por conta da obra em análise.

Para tantos equipamentos num só lugar, toda uma racionalidade projetada por técnicos em arquitetura e engenharia foi idealizada, pois o poder público tinha o interesse na reorganização e revitalização da margem, daí que realizou um concurso para selecionar projetos que propusessem a tal modificação. O projeto vencedor do concurso foi de Antônio Campelo Costa, arquiteto de Fortaleza, que já havia participado das equipes que se empenharam no inventário do processo de tombamento de parte do centro da cidade de Sobral.

A primeira providência a ser tomada foi a construção de uma barragem vertedora de águas no rio, um processo de escavação e aprofundamento do seu leito, que faz com que as águas fiquem acumuladas no grande buraco, transformando o rio em um espelho d'água, que esgota suas águas aos poucos. Isso acontece na porção que compreende as pontes Othon Alencar e José Euclides Ferreira Gomes. O espelho d'água, assim, fica com águas acumuladas o ano inteiro, dando a impressão de perenização do rio, naquele trecho da cidade.

No lado esquerdo do rio há um grande número de moradores. Muitos habitam o espaço há mais de 50 anos e receberam toda a reforma do espaço sem saber o que aconteceria com suas vidas e suas casas. Segundo me informaram, os técnicos da prefeitura chegavam e diziam que tudo ali iria mudar, mas que nada iria acontecer com eles. Uma das moradoras chegou a afirmar que aquilo causava medo nela, mas resolveu esperar para ver o que iria acontecer. Os moradores viram a lama ser retirada, as cercas dos seus quintais serem derrubadas por máquinas e seu espaço ser perdido sem indenização.

O poder público não agiu de forma adequada naquele momento, e isso é fato recorrente na cidade. Os moradores não sabiam o que ia lhes acontecer e, ainda assim, segundo informaram, não se organizaram minimamente para qualquer

reivindicação em defesa de suas moradias. Nesse ponto, até consigo interpretar isso como o medo - resquício de uma época em que as pessoas não se organizavam em prol de seus direitos por conta da política da perseguição e da violência, que muito marcou o Nordeste brasileiro com o chamado coronelismo. Mesmo com os avanços nas práticas políticas no Ceará, muitos são os que hesitam confrontar o poder político nas cidades do interior, onde predominam as chamadas “oligarquias” de famílias no comando de partidos políticos.

Sempre que questionei os moradores sobre o início das obras na margem esquerda e o que eles esperavam que lhes acontecesse naquele momento, a maioria afirmou que esperava pela bondade de Deus e que tinha em mente que Cid Gomes era um homem justo que gostava dos pobres, por isso nada lhes iria acontecer. Mas nenhum deles deixou de ter medo de ser retirado daquele local.

Os moradores da beira do rio, especificamente do lado esquerdo, tiveram suas casas tombadas pelo IPHAN no ano de 1999, mas não porque eles foram importantes para a história de Sobral, no sentido que é oficialmente divulgado, mas sim pelo espaço onde estão morando ter sido um marco na história da cidade. Muitos com quem conversei sequer sabem o que significa tombamento, mas sabem que atualmente não podem alterar as fachadas de suas casas, que não estão de frente para o rio e sim de frente para a Rua 23 de setembro, mais conhecida na cidade como a Rua da Palha. Qualquer reforma tem que ser autorizada pelo IPHAN, órgão que muitos nem sabem do que se trata e me afirmaram pertencer à prefeitura. Mesmo assim, eles têm conhecimento de que suas casas estão bastante valorizadas, não pelo tombamento, mas pela urbanização na margem do rio.

Com a modificação da margem esquerda, os moradores tiveram que modificar a estrutura dos fundos de suas casas, elevando-as, construindo calçadas altas de alvenaria, pintando e mantendo a limpeza das paredes. A elevação das casas tinha como justificativa a proteção contra as enchentes. E tudo foi custeado pelos próprios moradores. A prefeitura ordenou que fizessem as modificações e muitos deles contraíram dívidas fazendo empréstimos e sacrificando suas baixas rendas, pois se trata de uma parte da população com baixo poder aquisitivo. Uma moradora me afirmou ter se endividado bastante para construir a estrutura necessária, e que só havia feito isso por ter acreditado que Cid Gomes iria ajudá-la, pois em outros momentos ela chegou a pedir emprego para sua filha diretamente ao então prefeito e ele a atendeu. Essa senhora afirmava: “*Eu amo o Cid... é uma pessoa linda, maravilhosa*”. Mesmo assim, ficou muito decepcionada quando foi à prefeitura e lhe informaram que ela teria que arcar com as despesas da reforma da sacada do seu quintal, o que lhe custou mais de dois mil reais, valor muito alto para seu orçamento mensal, conforme ela atesta:

Ai meu Deus, como é que eu vou pagar? Ai eu confiei em Deus, fiz um empréstimo na minha pensão, no meu emprego, no meu aposento... Todo mês eu pago. Todo mês. Enquanto eu não pagar... ainda falta 3 prestação pra pagar. Já tá um ano que eu to aposentada. Mas eu tô pagando isso aqui. E o pedreiro, o home que fez isso cobrou 800 reais e esses material aqui foi não sei quanto a prestação, então ainda falta 3 meses pra pagar. Mas por

que eu confiei no meu amor que era o Cid... (Entrevista realizada em 7 de março de 2010).

Alguns dependem de aposentadorias e/ou pensões. Outros são trabalhadores assalariados das indústrias, do poder público ou autônomos. Isso, contudo, não quer dizer que só haja esse perfil de moradores na margem. Aqueles, porém, com quem pude conversar estão nesse perfil de remuneração.

As casas ao longo da margem esquerda se diferenciam bastante. Há casebres, mas também há casarões. Há uma mescla entre pobres e uma classe média no local. O trecho tombado pelo IPHAN é exatamente o que vai da ponte José Euclides Ferreira Gomes até o monumento que lembra a proa de um navio, que adentra o rio. Do monumento até a ponte Othon Alencar as casas fazem parte da área de proteção do patrimônio tombado. E sobre elas a regulação é mais flexível, o que significa que são passíveis de reformas sem maiores interferências do IPHAN. O casario tornado patrimônio da margem data do início da ocupação da porção da beira do rio próxima ao início do funcionamento das fábricas de beneficiamento de algodão, no final do século XIX.

As fábricas de algodão deram lugar à ECCOA, restaurante popular e à biblioteca pública Lustosa da Costa. Há ainda ruínas de outras usinas de beneficiamento. Os usos que deram às fábricas de algodão não contemplam em nada o motivo do seu tombamento. E mais, o prédio que deu lugar à biblioteca foi praticamente reerguido com uma estrutura de concreto e vidraçaria para que os usuários possam contemplar a paisagem do rio. Em entrevista a mim concedida, o arquiteto Antônio Campelo descreve como aconteceu a escolha dos novos usos:

A obra começou e nós concluímos na gestão do Cid, no segundo mandato, importante e foi posteriormente premiada, foi primeiro lugar no Instituto de Arquitetos do Brasil. E na ocasião, na discussão, na cabeça do Cid, na expansão e no que ele pensava sobre a cidade, ele nos motivou a discutir alguns aspectos. Ele desapropriou naquele momento, naquela ocasião a fábrica dos Araújo, aquela fábrica onde hoje tem um restaurante... O restaurante popular e tem a ECCOA, né? E nós fizemos também a adequação para novos usos, daquilo que era uma fábrica pra virar uma escola de artes e ofício, né? E naquela ocasião ele conversava conosco onde ele colocaria a biblioteca, e nós propusemos também as ruínas de uma fábrica, colada que ficava ali ao lado, e demolimos parte dela, onde avançou um muro e instalamos a biblioteca. Sim a biblioteca, foi logo depois. Então, projetamos a ECCOA, Escola de Comunicação, Cultura, Ofício e Arte e colada a ela, a biblioteca pública municipal. Era uma outra fábrica de algodão, era tudo fábrica de algodão. Todas essas fábricas faliram e estavam lá, né, sendo subutilizadas e abandonadas. É evidente que, por exemplo, hoje, nós temos, o Leônidas tá tentando desapropriar ali também a fábrica, o sobrado do Randal, que tem aquelas ruínas que ficam do lado da biblioteca. Seria uma escola de formação de professores, é a intenção da

secretaria de cultura. Nós fizemos um levantamento de lá e tá em negociação. Possivelmente vai acontecer. Lá tá meio arruinado, funciona uma cooperativa lá muito devagar, quer dizer, o edifício tá arruinado... (Entrevista realizada em 3 de março de 2010).

A ECCOA, de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo, é um projeto que visa a uma integração dos equipamentos culturais da cidade e tem sede na margem esquerda. Várias são as atividades ali realizadas no campo das artes, sobretudo cursos de música e teatro, que são ofertados gratuitamente à comunidade. No entanto, o prédio vem sendo pouco utilizado, muito embora tenha uma boa estrutura para a finalidade para a qual se propõe, que é

[...]abrigar atividades relacionadas aos programas curriculares da Escola: cursos de artes plásticas, gráficas, cênicas, balé, fotografia, cinema, teatro com capacidade para cem lugares e o restaurante popular, que oferece mil e duzentas refeições diárias ao preço de um real. (COSTA; CRUZ; ALVES, 2008, p. 38)⁷.

7 Essa publicação trata-se de uma espécie de livro-resumo que divulga o Sítio Histórico de Sobral a partir do tombamento. Os organizadores são Antônio Campelo Costa, arquiteto responsável pela urbanização da Margem Esquerda, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente na primeira gestão de Leônidas Cristino (2005-2008), atual Secretário de Cultura e Turismo (2009); Andréa Cruz, arquiteta que esteve à frente da Coordenação de Planejamento Urbano (2005-2008) e Maria do Carmo Alves, geógrafa, assessora da coordenação de Planejamento Urbano (2005-2008) e atual coordenadora de Planejamento Urbano (2009).

O complexo de prédios, como já evidenciado acima, abrigava a usina beneficiadora de algodão da família Araújo, que foi muito bem reputada, e ainda o é nos dias atuais, por conta da importância que teve no chamado “ciclo do algodão” em Sobral, que deu a esta cidade importante momento econômico, colocando-a no rol de cidades que promoveram o Estado do Ceará na economia mundial com a crise do algodão na Europa no final do século XIX. No entanto, em nenhum dos prédios se faz referência ao trabalho que era exercido naquela usina. A memória do trabalho é renegada e dá lugar a usos outros sem nenhuma relação com o que foi aquele lugar no passado.

A obra ocupou as estruturas de uma unidade fabril decadente, cujos galpões, organizados em dois blocos distintos e separados, abrigarão as atividades relacionadas com os programas curriculares da Escola [...]. Entremeiam os galpões, terraços e espaços largamente abertos dotados de jardins, fontes de água corrente e chafarizes para o deleite dos estudantes e de toda a população sobralense. (COSTA; CRUZ; ALVES, 2008, p. 38).

A única memória possível daquele tempo foi referendada pelo tombamento, mas nem placas sobre o evento histórico há nos prédios. O próprio nome dado à biblioteca é um exemplo extremo do desprezo pela memória dos trabalhadores do algodão em Sobral, pois se trata de uma homenagem a um renomado jornalista cearense que ainda não havia falecido no ato de inauguração da instituição, o jornalista Lustosa da

Costa, que morou muitos anos em Sobral e fez desta, como ele mesmo afirma em depoimento sobre a cidade, sua paixão por decisão, já que nasceu em Cajazeiras, na Paraíba. Por isso recebeu da Câmara Municipal o título de “cidadão sobralense”.

De acordo com o que constatei em visitas à biblioteca, há uma grande frequência de estudantes de escolas e universidades públicas e privadas, assim como de professores das mesmas instituições. No site da Prefeitura, as informações a respeito da biblioteca enfatizam, sobretudo, a estrutura:

Inaugurada em 31 de dezembro de 2004, esta foi a última obra da gestão do então prefeito Cid Ferreira Gomes. Construída onde antigamente funcionava uma usina de algodão na margem esquerda do rio Acaraú. Sobral recebe no dia 12 de novembro de 2005, uma obra de imenso valor cultural: a Biblioteca Municipal Lusstosa da Costa. Uma obra que oferece à população, por meio de uma moderna estrutura, uma infinidade de títulos nas mais diversas áreas, distribuídos em aproximadamente, 4.300 metros quadrados em 3 andares além do térreo e conta com área de incentivo à leitura infantil, computadores ligados a internet, café cultural, livraria, estrutura adaptada para deficientes físicos, obras em braille e um hot spot (espaço com acesso a internet via rádio).⁸

8 Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/biblioteca/equipamento.php>>. Acesso em 24/09/ 2010.

Note-se que o fato de ter sido o lugar onde funcionou uma usina de beneficiamento de algodão é citado para demonstrar que o atual uso do prédio é, na verdade, uma supressão da referência ao que deu vida social àquele no passado, e a elevação da estrutura física da atual biblioteca nos deixa o postulado do esquecimento da memória do trabalho.

O funcionamento da biblioteca, cujo acervo possui cerca de 60.000 volumes, vai das 8h às 17h (COSTA; CRUZ; ALVES, 2008, p. 39). A arquitetura original do prédio, que era um galpão de armazenamento da usina, não foi totalmente preservada, pois somente algumas paredes foram aproveitadas, sendo erguida uma estrutura de vidro e ferro sobre as bases do antigo galpão.

Voltando à questão dos usos atuais dados aos prédios onde funcionavam as usinas ou fábricas de beneficiamento de algodão e à imagem do abandono e da degradação descritas por Antônio Campelo em seu depoimento, apoio-me em Cristina Meneguello (2009) para pensar nos usos de espaços e suas referências originais. Meneguello (2009) formula uma interessante crítica acerca dos sentidos desses usos a partir da análise dos espaços e vazios urbanos. A autora considera que o espaço urbano é um fato estético, por isso “pode vir definido em função do espaço que não é urbano” (2009, p. 128). Nas cidades contemporâneas, a seu ver, isso não se configura entre o construído e o não construído, mas sim entre o construído e o desconstruído. Com essa ideia inicial e baseando-se nas categorias “memória e esquecimento”, Meneguello busca compreender a natureza do vazio urbano, associando-o aos processos de desindustrialização:

Devido à transformação na indústria, na ocupação do espaço e na alteração das formas de produção, vastas áreas anteriormente voltadas à produção (moinhos, fábricas) ou ao escoamento da produção (rede ferroviária ou mesmo a área portuária) transformam-se em amplos espaços que, privados de seus usos anteriores, não engendram novos usos do mesmo porte. Assim, os vazios urbanos estendem-se não apenas pelas antigas indústrias, pelos galpões desativados, minas abandonadas, lixões ou de depósitos de resíduos, e todo tipo de infraestrutura de transporte como ferrovias e antigos portos. Estendem-se pelos empreendimentos que um dia foram desativados, sofreram a ação do tempo e, com a conseqüente degradação natural, transformaram-se em zonas consideradas mortas. Com o avançar do século XX, essa é uma realidade das grandes cidades. (MENEGUELLO, 2009, p. 129).

Associando essa citação à fala anterior de Antônio Campelo, temos, na busca da justificativa dos novos usos das antigas fábricas de algodão, a resolução para o que se pode chamar de “zona morta” ou “vazio urbano” em Sobral, cuja marca era o desuso e o desconforto estético que os prédios causam para o secretário, assim como por parte da população que legitimou a transformação do espaço e autorizou os novos usos. Daí a ideia de revitalização? Ou mesmo requalificação?

Meneguello, insistindo na análise dos vazios urbanos, caracteriza essa categoria de análise adequando-a a um raciocínio moral e toma a definição de Anastassakis, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (2004) para afirmar sua ideia:

O que são vazios urbanos? São áreas ociosas, vazias de todo tamanho. Representam desde grandes glebas até pequenos lotes, ou mesmo ainda prédios construídos ociosos – galpões abandonados ou em centros metropolitanos como São Paulo. [...] A existência desses vazios inaproveitados não constitui somente um problema social, de mau aproveitamento do capital investido e de desprezo do patrimônio construído. Constitui um crime ambiental, já que esses deixam de usar uma infraestrutura projetada e calculada para sua plena utilização, fazendo a cidade buscar novos terrenos, novos territórios para crescer, territórios para urbanizar. A cidade, então, é obrigada, através de entes públicos e/ou privados, a investir em infraestrutura para transformar terrenos antes rurais em urbanos. (ANASTASSAKIS apud MENE-GUELLO, 2009, p. 130-131).

Meneguello (2009), apontando para a crítica dos novos usos, acrescenta que todos os espaços definidos com tais atribuições precisam ser transformados em locais de investimentos para não mais carregarem a insígnia negativa da depreciação e da não valorização:

[...] a existência de tais espaços é uma doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o subaproveitamento do espaço urbano, e propõem grandes “gestos” que ressimbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da imagem da cidade, de locais possíveis para investimentos. Estão disponíveis. O ícone já envelhecido continua ativo: o Guggenheim em Bilbao, que aparentemente criou valor no deserto. (MENEGUELLO, 2009, p. 131).

Essa definição moral dos “vazios urbanos” expõe um sentido atribuído por quem geralmente está do lado das políticas de reordenação de espaços de uma cidade e são investimentos públicos ou privados que darão aporte à justificativa de que os novos usos tendo muitas vezes a história de um lugar serve como elemento que fundamenta a elevação dos novos usos, ainda que os mesmos não tenham nada com aquele passado, relegado pelas nomeações reconhecidas e moralistas: degradação, abandono, áreas de risco etc. No caso deste estudo, a história de Sobral assume tal papel.

Valendo-me do raciocínio de Meneguello (2009), reproduzo as perguntas e a conclusão que a autora elabora a respeito dos espaços vazios:

[...] estavam essas áreas esvaziadas de sentidos? [...]. Pode qualquer valor ser atribuído a esses lugares? São eles de fato desprovidos de valores e sentidos, ou devem necessariamente esses sentidos ser considerados como vagos, negativos, depreciados? A partir de que lugar vem essa apreciação “moral” aos usos de um espaço, e a partir de que lógica delimitamos espaços positivos ou negativos numa cidade? Dificilmente as lógicas das economias e dos usos deixa espaço para as dimensões de memória e da rememoração. (MENEGUELLO, 2009, p. 131).

Em Sobral, as fábricas foram remodeladas ou requalificadas tanto quanto o espaço onde se situam para dar função a um lugar reinventado, forjado por um presente que demanda modernidade ou vinculação ao não parar no tempo. A “memória difícil” (MENEGUELLO, 2009) dos prédios é preterida para dar lugar a novos projetos e eficácias políticas contemporâneas.

Práticas e experiências que tecem a dinâmica do lugar: moradores e usuários no cotidiano da Margem Esquerda

O lado das casas voltado para o rio, era só lama. Aqui era um riacho cheio de folha, de cocô. Era lama, era tudo... ninguém podia comer na cozinha... aqui não tinha um banheiro, não tinha nada... era uma coisa horrível!

assim me descreve o que era a Margem Esquerda uma moradora que vive no lugar há 30 anos. Outro morador me afirmou que ali também havia muito mato e que isso servia de esconderijo para ladrões, o que causava maior repercussão negativa do lugar. Além disso, as pessoas jogavam animais mortos e lixo no rio.

Todos esses moradores vivem na popularmente conhecida rua da Palha, nomeada oficialmente rua 23 de Setembro. A nomeação oficial foi preterida por rua da Palha por causa das casas de palha que havia há muitos anos na rua. Alguns dos moradores que entrevistei afirmaram ter morado nas casas de palha, assim como também ter morado em casas de taipa ao chegarem naquela rua. Alguns tinham esse tipo de morada até o início da urbanização e sempre se referiam à Rua da Palha quando falavam de seus vários anos de morada no local. De cinco que entrevistei, dois afirmaram lembrar-se das fábricas de algodão – embora não tenham trabalhado nelas –, assim como se lembram do rio e de suas margens para além do lugar fétido e sujo, já apontado.

Maurício é um desses moradores, pois mora na margem esquerda do rio desde que nasceu, com exceção de um tempo que migrou para o Sudeste brasileiro. Seus pais nunca saíram dali. O pai já faleceu e a mãe ainda vive, mora numa casa ao lado da sua, que foi comprada quando ele retornou de São Paulo, cidade onde morou por dez anos. Maurício falou sobre o lugar o que outros moradores também falaram. Acentuou a sujeira, a violência, a falta de atuação do poder público no local, e acrescentou algo que me chamou atenção: o lazer que era praticado no rio, mesmo com toda a poluição. Outros moradores me falaram sobre o assunto, mas não deram a evidência que Maurício deu e que resolvi destacar para

ênfatizar os diversos sentidos dados ao lugar. Nem tudo era péssimo ali, e por mais que a face negativa se sobressaísse, havia uma afeição histórica com a beira do rio, que é traduzida somente pela experiência de moradia e vida:

Esse rio era uma vida pra nós. Ainda hoje a gente sente falta e lembra. O banho de manhã, aquela água fria. O banho à noite. Papai chegava da oficina e eles costumavam tomar banho devido ao fato da gente não ter água em casa, né? Então aqui era um contato muito gostoso com a natureza. Eu adorava o banho no rio. Acompanhava minha mãe quando criança. Enquanto ela tava lavando roupa, eu tava brincando na areia, tava tomando banho. É uma lembrança muito linda do passado. (Entrevista realizada em 3 de março de 2010).

Nesse trecho do depoimento de Maurício, outros achados me conduzem para aguçar a importância da noção de experiência no lugar ao falar de sua mãe lavando roupas no rio. Quando ele falou isso, veio-me à mente perguntar quem ele achava que era “a cara da beira do rio”. Imediatamente ele respondeu:

A minha mãe. Ela praticamente – e eu achei incrível, por que não acontece mais isso – ela comprou a casa dela trabalhando no rio, lavando roupa... Hoje ela tem 76 anos... Lavando roupas pras pessoas,

lavando e engomando conseguiu comprar a casa... Hoje é difícil ouvir uma história que uma lavadeira conseguiu comprar uma casa, né? Mas ela eu considero uma guerreira, por que trabalhando, ela mesma diz: “desse rio eu sustentei meus filhos”, tirava o sustento dos filhos lavando e passando. (Entrevista realizada em 3 de março de 2010).

A presença do rio na vida dos moradores de suas margens tem relação com suas próprias existências materiais, suas vidas. O sentimento de pertença não só é viabilizado pela moradia. Acrescida a isso vem a memória de um tempo que traz em si as marcas do árduo trabalho de lavar roupas e revela a exposição de um orgulho de estar ali, de ter tirado dali o sustento e dali só sair quando morrer. A percepção de insegurança, sujeira, violência simbólica dá lugar a um outro olhar: o prazer de pertencer àquele trecho da cidade, com todos os seus percalços.

O sentimento de pertença e a experiência de vida na beira do rio revela outro aspecto do sentido dado ao lugar, que exprime a própria história de vida cotidiana de alguns moradores. Assim como Maurício, ouvi informalmente outras pessoas falando sobre o rio e suas vivências no local, pelo fato de seus avós, ou eles próprios, terem morado ali em algum momento da vida, ou ainda morarem. No caso específico de Maurício, há uma relação afetiva com o lugar que interfere nas suas representações cotidianas da beira do rio por causa das relações de parentesco e de relíquias de uma vida que quer preservar a sua tradição familiar, ou seja, ele está ali por que é o lugar onde

nasceu, onde o pai morreu e onde a mãe vive. Assim, ouvi de outras pessoas depoimentos parecidos, construções de vidas que ultrapassam ou nem se aproximam do valor do patrimônio com suas insígnias heroicas e imagens de outros tempos não vividos por eles, seus parentes ou vizinhos. Retomo essa questão ao longo do texto com outras abordagens, pois ela aponta para outro olhar sobre o patrimônio, que não é o valorizado pela monumentalização e sim o que abarca o “tempo social”, a “experiência cotidiana” de moradores que atribuem sentido diferente do atribuído pelo poder público ao que consideram ser seus patrimônios.

De acordo com Tamaso (2006, p. 201), “O ‘tempo social’, aquela porção da experiência cotidiana, é reduzida ao prognóstico coletivo, dado pelo ‘tempo monumental’, reduutivo, genérico e focado em um passado constituído por categorias e por estereótipos...”.

Assim, o relato de Maurício se interpõe de maneira significativa para abrir neste texto uma análise das tensões cotidianas, que são próprias dos lugares portadores de bens patrimoniais, sobretudo nos aspectos: público/ privado e indivíduo/sociedade, que, segundo Isabela Tamaso (2006), consiste em um conflito “endêmico ao patrimônio”.

Os acontecimentos na margem esquerda causaram diversas modificações nos seus usos e na sua estrutura desde o início da “revitalização”, o que será explorado nos próximos parágrafos por possibilitar o entendimento do sentido que hoje é dado ao lugar para quem o vivencia, seja morador, seja outro tipo de usuário.

Há fluxos de pessoas em todos os períodos do dia na Margem Esquerda. Geralmente durante as tardes é possível ver uma maior intensidade de passantes pelo lugar, praticando ati-

vidades de lazer (esportes nas quadras e campo de futebol, caminhadas, namoro, crianças nos gramados etc). Pelas manhãs o movimento resume-se praticamente à travessia do rio feita pelos moradores do bairro Dom Expedito, que se deslocam até o Centro para trabalhar, estudar ou realizar outras atividades, ou mesmo de pessoas que moram em bairros do lado esquerdo do rio que vão para o lado direito trabalhar, estudar etc. Há uma frequência maior de pessoas em algumas edificações da margem durante o dia, por conta da função que exercem naquele lugar; são elas: a ECCOA, o Restaurante Popular (o “um real”) e a Biblioteca Lustosa da Costa. Nesses locais, com exceção do Restaurante Popular, não há grandes aglomerações, embora muitos moradores da cidade ou pessoas que estão de passagem usufruam dos seus serviços.

Apesar de ser um local propício, a Margem Esquerda não conta com uma rede de comércio no ramo de restaurantes e bares. Com exceção do restaurante popular, há outro, o *Delícia.com*, localizado ao lado da Igreja das Dores, que possui um cardápio variado, direcionado a uma parcela da população mais abastada financeiramente. No mesmo prédio já funcionaram outros restaurantes que foram à falência mesmo após a urbanização. Mais recentemente foi inaugurado o *Bar dos Amigos*, situado na parte não tombada pelo IPHAN.

Há proprietários de algumas casas na área tombada que transformaram as suas calçadas e ruas em bares ou pontos de venda de churrasquinho, o que contribui de forma complementar em sua renda mensal. Os bares têm frente para a rua da Palha ou 25 de Setembro. A maioria deles utiliza as calçadas das casas e a rua para colocar suas mesas e cadeiras porque o espaço das casas é muito pequeno. Abrem os estabelecimentos durante as noites ou em finais de semana, ao som alto de forró

e outras músicas do “povão”, como me informou uma cliente do bar do Maurício, que é proprietário de um desses bares e faz deste um complemento para o seu sustento e de sua mãe. O público frequentador não se restringe aos moradores da Rua da Palha e seu entorno, pois pude verificar a presença de várias pessoas de outros locais da cidade, que ali vão porque a “cerveja é gelada e o churrasquinho é bom e barato”. Ao lado do bar do Maurício, há um senhor que vende churrasquinho, o qual é bem famoso pelo sabor e preço. O proprietário do negócio não deu entrevista, mas em conversas rápidas afirmou que começou com o empreendimento bem antes do Maurício e que o bar deste só aumentou a sua venda de churrascos, principalmente nos fins de semana, quando há um maior número de frequentadores.

A opção de abrir os bares na rua da Palha e não na beira do rio se deve ao fato de haver uma regra estabelecida pela Prefeitura que não permite a abertura de comércio do gênero usando os gramados e os calçadões da Margem Esquerda, assim como proíbe a passagem de automóveis e motocicletas, reservando para esses veículos estacionamentos apropriados, conforme me informou o arquiteto Antônio Campelo em entrevista realizada em março de 2010.

Apesar dessa regra, há uma moradora que tem um carrinho de venda de gêneros alimentícios (bombons, pipocas, milho verde, docinhos, cocada, cachorro quente) e bebidas (água mineral, água de coco, refrigerantes, cerveja) na margem. Essa moradora estaciona seu carrinho no calçadão, em frente à porta de seu quintal. Ela é uma das poucas que possuem a casa separada da margem por um muro com um portão de acesso. Paga à prefeitura uma taxa anual de R\$ 50,00 para manter o seu negócio ali de segunda a domingo, das 17h às 21h. Além

dela, só vi algumas vezes um senhor vendendo milho verde num isopor. Ele não tem um ponto de venda fixo e caminha de um lado para outro na margem no intuito de “*ganhar um dinheirinho*”, como me falou. Ele mora no bairro Dom Expedito e atravessa do lado direito para o esquerdo de canoa, “*por que é mais barato*”, como enfatizou.

Os horários que compreendem os finais de tarde e início das noites são os momentos em que o fluxo de transeuntes é mais intenso na Margem Esquerda. Depois da urbanização, a cena mais comum de se ver, no final da tarde, além das pessoas que fazem *cooper* e praticam esportes nas quadras e ciclovias e demais equipamentos para fisiculturistas, são os moradores sentados nas portas de suas casas conversando, no que sobrou de seus quintais destruídos e tomou forma de altas calçadas, tomando um cafezinho com visitas ou vizinhos, observando o movimento do calçadão ou mesmo fazendo alguma atividade caseira, como apanhar roupas dos varais dispostos em árvores ou postes do gramado, lavar algum utensílio doméstico, catar a cabeça dos filhos, varrer etc.

Interpreto isso como uma espécie de invasão de privacidade nas casas dessas pessoas, por conta do que se pode ver do interior das mesmas. Uma exposição que antes existia e que não foi decidida pelos moradores e que, de alguma maneira, incomoda muito mais a quem está ali de passagem fazendo *cooper* ou passeando, pois já ouvi pessoas comentando, ao caminhar, o quanto acham feio os animais que os moradores criam estarem expostos *no gramado tão bonito*. No entanto, quando perguntei a vários moradores se achavam que estavam expostos ou se sentiam suas casas “invasidas” pelos olhares dos que passavam nos calçadões e ciclovias, nenhum respondeu afirmativamente, e como me informou uma moradora, “*eu é que acho*

bonito eles passarem ali”. Outro morador, que mora no local há 70 anos, acha que estão sendo privilegiados por quem passa ali, pois antes era só mato.

Alguns moradores me informaram que a prefeitura não lhes avisou sobre o que seria feito com suas casas, se permaneceriam ou não no local, quando iniciaram as obras da urbanização. Daqueles que entrevistei, somente um afirmou ter sido avisado sobre o que aconteceria no lugar. Como salvaguarda para justificar que a população da cidade sabia o que seria feito, a Coordenadora de Planejamento Urbano, que assumiu o cargo até 2008, me informou que a obra da urbanização da Margem Esquerda do rio Acaraú, assim como a construção do Boulevard do Arco, estavam previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) desde 1999. Cabe evidenciar que, apesar de o referido PDDU ter sido aprovado em fórum coletivo, não havia uma organização da sociedade civil nos moldes determinados pelo Estatuto da Cidade como, por exemplo, a presença de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano coordenando as discussões e decisões. A criação do Conselho só aconteceu de fato no início do ano de 2009, quando ocorreu a revisão do PDDU, o qual passou a se chamar Plano Diretor Participativo (PDP). Assim, a criação do PDDU, bem como sua revisão, ficaram sob a supervisão e coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, órgão ligado diretamente à Prefeitura de Sobral.

Avisados do que lhes aconteceria ou não, nenhum dos moradores que entrevistei participou dos fóruns do PDDU e, mesmo após a urbanização, nenhum tipo de organização ou associação de moradores da beira do rio foi criado para reivindicar por qualquer problema que fosse.

A consequência primeira da urbanização foram as cercas dos quintais derrubadas para o início das obras, sem nenhuma indenização pela perda do terreno. Uma moradora relatou o seguinte:

Só vi o povo trabalhando, mas nunca vieram falar com nós não. Eu pensava que eles ia derrubar as casa, né?[..]. Mas derrubaram o quintal. O quintal eles derrubaram, mas as casa eles não buliram não... Minha filha, nem que a gente quisesse eles derrubava sempre. (Entrevista realizada em 9 de março de 2010).

Ao perguntar-lhe sobre a indenização pela perda do terreno, ela respondeu: “*não recebemos nada, nada, nada! Só passaram o trator, derrubaram tudo*” (Entrevista realizada em 9 de março de 2010).

Isso me faz pensar num ato de violência que se exerceu sobre esses moradores e no quanto se resignaram para não saírem ou perderem suas residências. E, de fato, só não as perderam por elas terem sido incluídas no tombamento da área.

Nesse caso, após a retirada dos quintais, no lugar da expulsão de moradores em prol do enobrecimento de determinados espaços, houve um processo de disciplinamento das calçadas e organização das pequenas casas e terrenos, muito embora ainda haja casas de taipa no local. Houve também uma valorização dos imóveis, o que passou a render assédios de empresários do ramo imobiliário para a compra das casas e terrenos na margem do rio.

Alguns dos moradores afirmaram que os valores dos aluguéis dos imóveis do entorno têm aumentado sobremaneira, assim como tem havido uma procura e oferta de dinheiro para a compra de suas casas. Nesse quesito, a valorização dos seus imóveis, todos sabem bem o quanto rendeu o aumento, daí ninguém quer abrir mão facilmente dos mesmos, o único patrimônio que lhes resta.

“*Só saio daqui quando morrer*” ou “*só saio daqui quando Jesus me levar*”, foi sempre uma afirmação que ouvi quando perguntava a eles se trocariam aquele lugar por outro na cidade. Esse fator, no entanto, se torna secundário quando o que mantém os moradores na beira do rio tem a ver com a história de vida que construíram naquele lugar, como é o caso já citado de Maurício e sua mãe, a qual afirmou ter criado os filhos trabalhando naquele rio. Há outros vínculos, os quais remetem a outras singularidades da vida de cada morador. Dona Maria, que mora há 30 anos na beira do rio, afirma não se render a propostas de venda da sua casa pelo fato de o imóvel guardar as memórias do seu falecido marido:

Vendia não, por que foi ele [o marido] que construiu, o que ele construiu minha filha, é tudo comigo. Eu não me abandono de nada. Nem de casa, nem de objeto dentro de casa. (Entrevista realizada em 9 de março de 2010).

Para esta moradora, há um sentido muito subjetivo para sua permanência na Margem Esquerda, assim como para outros que construíram um sentimento de pertença que ultrapassa o *status* da moradia no lugar embelezado. A proprietária

do carrinho de guloseimas me informou que a opção por exercer aquela atividade foi uma forma de encontrar distração para sair da depressão que a abateu após a morte de uma filha e se ocupar com aquilo, além do que já evidenciei como motivo, ainda a fazia se refrescar do calor e receber os amigos ao redor de seu carrinho para conversar e se entreter. Mais uma vez o lugar vem demonstrando sentido de vida e também sentido de morte, motivado pelos apegos a lembranças de pessoas que nasceram e viveram ali, como se a permanência garantisse uma eterna convivência com quem já faleceu. Em alguns momentos me emocionei com os depoimentos daquelas pessoas, que sabiam o quanto era importante manter suas casas e suas lembranças, que pouco importam para os responsáveis pela urbanização. O que está previsto no PDP é que o casario daria lugar à construção de hotéis e pousadas.

Por vezes me indignei com o fato de quase terem sido deslocados do lugar em que tanto gostam de viver, como me afirmaram com muita veemência. Entender isso como falta de consciência política, por não se organizarem me vinha de imediato. Por outro lado, nenhum deles está disposto a vender suas casas, e um morador que já vive há quase 80 anos naquele lugar me disse sorrindo:

Daqui só saio pro cemitério... e logo agora que tá bom, por que é que vou vender? Pode é vim e butar preço, eu num vendo não! O terreno aqui do lado tá valendo vinte mil, o meu tá bem cinquenta com a casa, mas eu num sou doído não! (risos). (Entrevista realizada em 5 de março de 2010).

O mesmo morador, também no seu relato, me questionou por que deveria sair dali, se este é o momento em que o lugar está melhor. Este senhor e os outros moradores compartilham da afirmação de que a beira do rio é um ótimo lugar para viver atualmente em Sobral. Nenhum deles reclama de morar ali, mesmo depois de terem gastado dinheiro que não possuíam para reformar as calçadas. Nas narrativas, evidenciaram sempre o embelezamento que a obra trouxe para a margem do rio e também a valorização que trouxe para suas casas, assim como para a cidade.

A valorização das casas, eles se encarregam de cifrar, pois colocam qualquer preço bem alto sem que os imóveis tenham o valor que estipulam. Ainda assim, reverenciam Cid Gomes pelo que aconteceu com suas vidas: “*Nenhum outro prefeito olhou pra isso aqui*”, me informa uma moradora, e ainda acrescenta: “*isso aqui foi uma benção pra nós, essa margem aqui. Tá tudo uma beleza, uma benção*” (Entrevista realizada em 7 de março de 2010).

Ouvi várias vezes a moradora me dizer que a urbanização da margem esquerda foi “uma bênção”. E o que ela quer dizer por bênção, afinal? Seria uma forma de ver que a reforma do lugar foi uma espécie de presente para os moradores, especificamente para ela? A compreensão da moradora é que aquele ato é a recíproca do gestor pela crença nele depositada. Uma dádiva (MAUSS, 2003) celebrada com a sua felicidade por morar naquele espaço.

Ela ainda diz: “*tá tudo uma lindeza!*”. Há uma razão estética e também de entendimento de que ali agora é um bom local pra viver/morar por que se adequa ao que é benquistado socialmente nos parâmetros de higienização de uma cidade.

Estaria aqui uma forma de direito à cidade? Não nos parâmetros de uma apropriação política, como Henri Lefebvre assim idealizou, pois não há uma organização com tais estratégias nem das ideias e nem das permanências dos moradores. Mas próximo a isto, considerando a atitude de entender o valor que seus imóveis têm enquanto patrimônios seus.

Os moradores não foram retirados do local embelezado, eles permanecem e não querem sair, como se pode verificar nas falas acima. Tendo a entender que os moradores têm consciência do que lhes acontece e, sobretudo, concebem a noção de *habitat*, na sua prática, enquanto cidadãos (LEFEBVRE, 2001) e não querem abrir mão disso. Sentem-se no direito de morar naquele espaço e de não se incomodarem tanto com os outros usos do que outrora foram os seus quintais. Nem as enchentes do rio, com todos os riscos e prejuízos que acarretam, os fez sair daquele lugar. Como nomear essa permanência: Resistência? Astúcia (CERTEAU, 1996)?

A atitude da maioria dos moradores traz à tona dois autores com seus debates acerca do direito à cidade: Henri Lefebvre e Michel de Certeau. Lefebvre (2001, p. 135) define o direito à cidade

[...] como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade),

sendo que, para o autor, na sociedade urbana atual, a

classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra. Esse sentido se esfumou, quase desapareceu com o artesanato e a profissão e a “qualidade”. (LEFEBVRE, 2001, p. 144).

Lefebvre só consegue perceber que o problema levantado é solucionado com a revolução econômica ao lado da revolução política e também de uma revolução cultural permanente. Ou seja, não há brechas para uma ação onde não há uma organização política com vistas ao socialismo. Não há chances de resistência na sociedade capitalista industrial. E o cotidiano é pautado por estratégias racionalizadas, ideologizantes e idealizadas pela classe dominante. Lefebvre não operacionaliza com “pontos de fuga” no cotidiano dos sujeitos de uma cidade. Há dominantes e dominados, os quais possuem desejos, sonhos e outras buscas, porém não são vistos enquanto sujeitos criativos, que burlam os poderes e “se dão bem”, mesmo quando engolidos pela estrutura capitalista, nos moldes do marxismo clássico. Nesse sentido, o direito à cidade está vinculado a uma revolução para a tomada do poder da cidade, uma revolução que trava a luta da classe operária pelo poder político da cidade.

Michel de Certeau (1996), num registro contrário ao de Lefebvre, constrói um olhar sobre os usuários da cidade de maneira independente das ideologias, no sentido de dar aos “homens ordinários” (correspondentes à classe operária de Lefebvre) a qualidade de resistentes, mesmo que encarada como mínima, ele percebe

[...] microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização [...]. Certeau resume sua posição em uma tirada que se deve levar a sério: “Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”. Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema a sua mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos. (GIARD, 1996, p. 19).

Ao ouvir os moradores da margem esquerda do rio Acaraú definir o valor que têm os seus imóveis e tratá-los, sobretudo, como patrimônio, na lógica do defender o que é seu e suas histórias de vida, percebo o quanto há de entendimento do direito àquele pedaço da cidade e de como, na lógica da racionalidade, esses moradores se fazem perspicazes e astutos, no sentido de dizer não às investidas da especulação imobiliária, resguardando o direito de entrar para a história da cidade não através da monumentalização, mas da vida cotidiana, da história de Sobral, contada pelos cidadãos mais relegados ao esquecimento pelo poder público até o tombamento, casual, de suas residências.

Para Certeau (1996), o tipo de ação articulado pelos moradores da margem esquerda revela o que ele chama de tática:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” ... e no espaço por ele controlado ... Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1996, p. 100-101)

A ação de morar na margem urbanizada do rio e permanecer porque “agora é que está bom” demonstra a astúcia dos moradores a partir do que o poder público possibilitou com a monumentalização e o enaltecimento da história da origem da cidade. E o rio, que seria o protagonista de um

ufanismo, acabou “cedendo” suas margens para colocar na centralidade uma porção de moradores pobres da cidade, que carregam consigo outras tradições.

Ver roupas estendidas em varais montados no gramado, nas árvores ou nos equipamentos para a prática de exercícios físicos é bem comum, assim como ver animais pastando livremente no gramado enquanto muitas pessoas praticam *cooper* ou estão a passeio nos calçadões. É um “mix” (LEITE, 2004) de usos públicos e privados, que chamam a atenção do atento observador. Lazer (uso público) e quintal (uso privado do espaço público) se mesclam de uma forma que desorienta do sentido dado a cada um nesse caso.

A ideia do “mix” nos usos da margem esquerda advém do que Rogério Proença Leite chamou de “consumo mix da tradição” no bairro Recife antigo com as diferentes fases da “revitalização” do mesmo, destacando como certas propostas políticas reescrevem a história singular de um lugar. Para Leite (2004),

Desvendar as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio parece uma perspectiva não apenas oportuna como indispensável para se entender como as políticas contemporâneas de “revitalização” reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, reflexivamente, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público. (LEITE, 2004, p. 159).

Leite (2004), analisando o bairro do Recife, identifica o processo de “gentrification”, fenômeno que teve momentos relevantes para a sua concretização: primeiro, uma reabilitação residencial em 1986; segundo, a chegada do Projeto Cores da Cidade, que tinha por trás de si um projeto de revitalização que evidenciava uma aliança de tendências político-partidárias conservadoras com vistas ao Governo do Estado de Pernambuco, tendo como aporte um abrangente “marketing urbano” para a capital, proporcionando a transformação de um bairro em um “shopping center”,

A construção dessa imagem esteve ancorada, desde o início, na ideia de transformação do patrimônio em mercadoria cultural e teve como principais “sujeitos” os empresários locais associados ao poder público. Em uma reunião que se tornou um marco para a “revitalização” do bairro, a frase “A arte gera lucros” encerrou um vídeo produzido pela Fundação Roberto Marinho, no qual se ressaltavam os bem-sucedidos investimentos privados na revitalização urbana do SoHo, em Nova Iorque... (LEITE, 2004, p. 191).

A administração pública de Sobral planejou a expulsão dos moradores e a transformação das suas casas em outros investimentos. Mas o tombamento das casas impediu a ação. Assim, não classifico como “gentrification” o que vem ocorrendo naquele espaço. Tomando ao pé da letra o conceito de “gentrification”, o qual significa enobrecimento, penso haver

um embelezamento do espaço, interferindo nas práticas dos moradores e de outros usuários, especialmente os canoieiros e as lavadeiras – como será descrito abaixo – porém não houve a expulsão destes para o usufruto completo de um outro segmento social, fato recorrente em processos conhecidos em cidades dos Estados Unidos e Europa (FRÚGOLI JR.; SKLAIR (2009); LEITE, 2004a; LEITE, 2010b; RUBINO (2009); ZUKIN, (2000).

Neste caso, a ideia de “mix” tende a definir melhor o que ocorre na margem esquerda por conta das diversas formas de usos, alterando os seus sentidos e provocando tensões que, em alguns momentos, são benéficas do ponto de vista de quem mora ou de quem se beneficia do lugar com práticas de lazer. Junto a isto, tensiona-se no local a dimensão do que é considerado patrimônio nacional e patrimônio construído cotidianamente na posse da casa, no lugar onde foi vivenciada a infância e nas conduções de vidas que saíram da lama e hoje se beneficiam de uma ou outra maneira da requalificação da margem.

Considerações finais

A pesquisa na Margem Esquerda me proporcionou o entendimento de que os envolvidos no processo de requalificação urbana, muito embora em lugares simbolicamente diferentes de disputa pelo espaço, não proporcionam uma análise limitada dos empoderamentos de discursos produzidos sobre os mesmos. Há sim a tentativa repleta de razões e cálculos para a dominação do espaço, mas há a contrapartida da experiência traçada em práticas pelos que vivem, habitam e dão vida social ao espaço em questão. Há também os desejos de pertencerem

a um espaço novo ou renovado sem que lhes seja usurpado o direito de ali viverem, e por que não?

Compreendo também que os projetos arquitetônicos que engendram os discursos de requalificação urbana se fadaram ao fracasso porque se limitam a não prestar atenção que todos querem e desejam os lugares, e a consolidação da apropriação destes não está vinculada, necessariamente, à expulsão de uns em detrimento de outros, mas ao modo como cada um pode e luta por este lugar.

Referências

BEZERRA, Roselane. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”**: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Antônio Carlos Campelo; CRUZ, Andrea Nóbrega; ALVES, Maria do Carmo. **Sobral, a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento**. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2008.

FERREIRA, Diocleide Lima. **A (re)invenção de uma cidade: *Cid marketing* e a requalificação urbana em Sobral – CE**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Editora UNICAMP; Aracaju: Ed. UFS, 2004.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Volume 25, n. 72, fevereiro de 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>.

MAGNANI, Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Volume 17, n. 49, junho de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RUBINO, Silvana. Nem findas, nem lindas: cidades e gestão da memória. In: LEITE, Rogério Proença. **Cultura e vida urbana:** ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Desenvolvimento industrial e organi-

zação espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 13. **Anais...** de 25 a 29 de maio de 2009, Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT6-545-242-20081217101459.pdf>>.

SALES, Ana Argentina; FREITAS, Nilson Almino. Espelho das águas: travessias, modificações e sociabilidade no rio Acaraú, em Sobral-CE. **Revista da Casa da Geografia**, Volume 8/9, n. 01, 2006/2007. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcg>>.

SALES, Telma Bessa; VASCONCELOS, Alanna Araújo. Memórias dos Trabalhadores da “Fábrica de Tecidos Sobral”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. **Anais...** Fortaleza, 2009. Disponível em: <www.anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/.../ANPUH.S25.0109.pdf>.

TAMASO, Izabela. Relíquias e Patrimônio que o rio Vermelho levou... In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p: 199-220.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

4. HISTÓRIA ORAL E PODER¹

Alessandro Portelli²

Boa noite. Espero que vocês tenham paciência com meu espanhol, que é horrível e um pouco imaginário, mas é melhor do que o meu português, que não existe. Confiante, porque todas as pessoas que encontrei aqui no Brasil são muito gentis e acolhedoras, vou tentar. Porém quero, antes de tudo, agradecer à Telma³, à professora Adelaide⁴, à ANPUH e a to-

1 Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, CE. 13.07.2009. Transcrição de Luiz Henrique dos Santos Blume, a partir do arquivo em áudio. wmp. Tradução de Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Publicada pela *Revista Mnemosine*. Vol. 6 nº2, p. 2-13. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e Institucional. Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ). 2010.

2 Professor de Literatura Americana na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade La Sapienza, em Roma. É encarregado do Conselho da Prefeitura de Roma para a Tutela e a Valorização da Memória Histórica da Cidade. Fundou e preside o Círculo Gianni Bosio para o conhecimento crítico e a presença alternativa das culturas populares. Faz parte do Conselho Diretor do IRFSIFAR (Instituto Romano para a História da Itália do Fascismo à Resistência) e da Casa da Memória. Colabora com o jornal *II Manifesto* desde 1972. Tem escrito e produzido artigos, ensaios, organizado livros principalmente sobre memória, história oral, a luta contra o fascismo e as culturas populares. As suas paixões são a igualdade, a liberdade, o ensino, a música popular, a memória, escutar e narrar sobre pessoas, e livros, e filmes, e o "rock'n roll". Entre suas principais publicações no Brasil, destacam-se: *Ensaio de História oral*. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2010; O que faz a História oral diferente? *Projeto História 14: Cultura e Representação*. Revista de PEPGH e do Departamento de História da PUCSP. São Paulo, Educ, fev. 1997; "A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". Revista Tempo, Vol 1.n.º 2, 1996. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará; "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana 29.06.1944): mito e política, luto e senso comum". In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M.(orgs) *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

3 Telma Bessa. Coordenadora da mesa. Realizou estágio PDEE na Universidade La Sapienza, Roma, com o professor Alessandro Portelli.

4 Adelaide Gonçalves, vice-presidente nacional da ANPUH e professora do Departamento de História da UFC, coordenadora local do XXV Simpósio Nacional da ANPUH.

dos os participantes deste Simpósio, porque estes dias têm sido muito interessantes e muito agradáveis.

Bem, para dar início ao tema, nos anos 1950, o etnógrafo e antropólogo italiano Ernesto De Martino começava uma investigação sobre a cultura tradicional da Itália do sul, de Lucânia, Puglia – as regiões mais pobres e mais subdesenvolvidas, as mais ignoradas e excluídas de toda a nação italiana. Em um de seus artigos, ele escrevia: “Eu entrava nas casas desses camponeses pobres, olhando-os não só como informantes para um conhecimento antropológico, mas como cidadãos de meu país – cidadãos com os quais eu tinha intenção de construir uma história compartilhada, uma história comum”.

Essa era a gente que o filósofo italiano Benedetto Croce dizia que estava fora da História, e que Ernesto De Martino, bem como os outros historiadores e sociólogos italianos – Gianni Bosio, Danilo Montaldi, Rocco Scotellaro – tratavam de incluir na História como sujeitos ativos da política e da democracia que se ia construir no pós-guerra. Então, a coisa mais importante no trabalho com fontes orais, no trabalho de campo, é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho de relação e, como todos os trabalhos de relação, levanta questões políticas e questões éticas. Isso é fundamental.

Bem, o problema do poder e da ética no trabalho com fontes orais se coloca em distintos níveis: no da relação do historiador, do pesquisador, com as instituições do poder político, cultural e acadêmico; e no da relação entre o historiador e os sujeitos que nos ajudam a buscar uma história alternativa, uma história outra.

Por que buscamos fontes orais? Porque trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos que nos interessam. E mais do que isso. E porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. Todos os meios de comunicação, do *scanner* ao *computer*, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

Com frequência se diz que na história oral damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num pedaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia.

O segundo nível remete à relação entre os historiadores e os narradores orais que entrevistamos. Porque, como eu dizia antes, não são objetos da investigação, mas sujeitos

de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Um diálogo em que os papéis se modificam, mudam, em que nem sempre é o historiador quem faz as perguntas, há perguntas colocadas pelo entrevistado. Há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos. E talvez, amiúde, são mais interessantes do que as histórias que buscamos.

Por exemplo, em Terni, que é uma cidade industrial, de fábricas de aço, na Itália central, eu buscava memórias da Resistência clandestina contra o fascismo nos anos 1930. Entrevistei uma senhora cujo irmão estivera no movimento antifascista clandestino e fora uma pessoa bastante importante na Resistência. Mas a senhora não queria falar disso; ou melhor, queria falar disso, porém queria mais falar de outras coisas. A coisa importante de que ela queria falar era sua história de amor fracassada com um fascista nos anos 1920 e 1930. Quando eu perguntava sobre seu irmão, ela me respondia muito rápido e introduzia a história de seu namorado. Eu perguntava sobre o irmão e ela me falava sobre o namoro.

Enfim, pensei, a arte do diálogo é uma arte de paciência, é uma arte de flexibilidade; deixemo-la falar do que lhe interessa, depois voltarei a falar do irmão. Só que, no fim, não falei do irmão, porque a história de amor que ela contava era uma história que politicamente, historiograficamente, socialmente, era muito mais importante do que a história de um antifascista a mais, que já havia muitas. No livro que Telma acaba de mencionar, *“Biografia de uma cidade”*⁵, há três linhas

5 Alessandro Portelli. *Biografia di una città: storia e racconto: Terni, 1830-1985*. Torino: Einaudi, 1985.

sobre o irmão antifascista, entre outras, e um capítulo inteiro sobre essa história de amor. Porque a subjetividade, os sentimentos, as paixões são coisas de história que talvez sejam mais importantes do que as coisas da política; são uma política mais funda, mais radical, que faz parte do sangue e das veias das pessoas com que falamos. Então, a entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço de narração, um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência.

Todos conhecemos a experiência de anciãos que têm filhos e netos que não os deixam falar: “Não, papai, vovô... De novo essas histórias sobre a guerra mundial, que tédio!”. E chega uma pessoa que, profissionalmente, está ali para escutá-los falar da história da Guerra Mundial que seus netos e filhos não querem escutar. O que se oferece é uma possibilidade de fala, é um espaço narrativo em que a agenda do historiador e a agenda do entrevistado se encontram. Há uma negociação, há uma troca de perguntas e de respostas: nem todas as perguntas têm respostas, nem todas as respostas têm perguntas, e se procede dialogicamente. Por isso, se coloca na entrevista a questão do poder: quem tem o poder na entrevista? quem está no controle da entrevista?

O historiador oral Michael Frisch fala da história oral como uma *shared authority*, uma autoridade compartilhada. Porque podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber de que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca.

Em Kentucky, nos Estados Unidos, fui fazer entrevistas com mineiros. Todos me haviam dito que, em Kentucky, não queriam falar com estrangeiros, com gente desconhecida, com gente de fora. Passaram alguns anos e todos falaram, todos eram muito gentis, muito abertos. Perguntei a uma das minhas entrevistadas, uma senhora que trabalha nas minas e também escreve poesias: “Por que todos me tratam assim, bem? Por que são todos abertos?” Ela me respondeu:

Bom, primeiro você não é de Nova York, não é de Chicago, que dizer, não vem dos lugares de onde vieram os missionários, os sociólogos, os capitalistas, até mesmo os militantes de esquerda, todos os que vieram a Kentucky para dizer à gente o que tínhamos que fazer, para ensinar-nos coisas. Primeiro, o lugar de onde você vem; segundo, se vê muito bem que você não sabe muito sobre minas e sobre este lugar. Está somente tratando de aprender um pouco, de aprender algumas coisas. E a gente fica muito contente de ajudar.

Ora o que eu tinha, o que eu levava para a entrevista era minha ignorância, meu desejo autêntico de aprender. E eles me ajudavam porque o poder estava em suas mãos, porque tinham o saber que me faltava e a possibilidade de oferecê-lo, de proporcioná-lo a mim, ou de retê-lo; de falar ou de calar-se. Tinham esse poder e estavam muito contentes em exercer esse poder, em ajudar esse pobre professor europeu, vindo do outro lado do mar, que não sabe nada de nossa vida e do nosso trabalho, e que trata de aprender algo.

Bem, então a entrevista se coloca em um contexto sócio-histórico no qual existe uma diferença, e essa diferença, amiúde, é uma diferença que cria uma desigualdade entre o historiador, o entrevistador e o entrevistado. Porque se é verdade que o entrevistado tem o poder do controle do saber que buscamos, socialmente o historiador pertence a uma classe que tem mais poder do que a classe da maioria das pessoas que entrevistamos.

É a diferença que faz com que a entrevista seja interessante, porque aprendemos algo se falamos com alguém diferente, alguém distinto de nós; mas a diferença é também diferença de poder social e de poder cultural. Na situação de entrevista a desigualdade é o argumento implícito, não dito, que se coloca subterraneamente, e que é o tema fundamental do diálogo: duas pessoas que vivem em uma desigualdade de poder de classe, de gênero, de educação, de gerações se falam na intenção de se falarem como se fossem iguais, sabendo bem que não o são.

Assim, a entrevista é um experimento de igualdade, é um momento utópico – momento utópico em que tratamos de imaginar como poderia ser o mundo se o camponês pobre e o professor catedrático fossem política e socialmente iguais. É um momento utópico e também um momento crítico, porque se reconhece a injustiça social que tratamos de iluminar, de criticar e de destruir. Logo, não há técnicas de entrevistas, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada, como dizia Ernesto De Martino.

O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e começamos a escrever

nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. Pois a relação entre o entrevistador e o entrevistado não se acaba ao desligar o gravador ou a câmera de vídeo; ela continua, continua na responsabilidade que nos confiam no momento em que nos pertencem; que, como dizia Woody Guthrie, um cantor popular e poeta proletário norte-americano, não são nossa propriedade privada. São palavras que recolhemos, que temos em confiança, para delas fazer o melhor uso possível em nome daqueles que as confiaram a nós.

E preciso, então, que as palavras que utilizamos em nosso trabalho permaneçam propriedade dos entrevistados. Não sei se juridicamente, mas moralmente, são propriedade de seus autores originais. Nós as pomos em nossos livros, mas não são propriedade nossa, não estão em nosso poder moralmente, eticamente e politicamente. Porque a doação, o presente, o empréstimo, o confiar das palavras implica a responsabilidade. O poder que temos, o poder do historiador quando termina a entrevista, consiste sobretudo no tipo de poder que falta aos entrevistados. Os entrevistados nos deram a voz, não fomos nós que a demos a eles; eles nos deram a voz que nos permite escrever livros onde estão vozes e, através de nós, através de nosso poder político, acadêmico, cultural, através de nossa atividade científica ou de publicação, jornalística ou o que seja,

esta palavra privada e quase nunca ouvida, dos pobres, dos excluídos, dos marginais se torna parte do discurso público, se torna fonte histórica.

Quando escrevi meu livro sobre Terni, “Bibliografia de uma cidade”, comentado aqui, aos partisanos antifascistas que eu havia entrevistado não parecia uma coisa muito significativa que suas entrevistas, seus nomes, aparecessem no meu livro – “Bem, esse é Sandro, que escreveu seu livro”. Eles se deram conta de que algo havia acontecido apenas quando suas palavras, suas vidas, que estavam em meu livro foram citadas em outros livros, como aquele, muito importante, de Claudio Pavone, que é a história clássica da Resistência na Itália. Foi quando encontraram suas palavras não em meu livro, mas no livro de um historiador muito mais importante do que eu, que se deram conta de que, falando comigo, suas memórias, suas experiências da Resistência e da luta antifascista tinham saído do espaço local, do espaço privado, e se haviam tornado parte do discurso historiográfico compartilhado da história do antifascismo no nosso país. Então, o problema é: o que acontece com essas palavras quando as tiramos de seu contexto e as oferecemos ao uso público, quando se tornam fontes históricas?

Vejam, a responsabilidade mais importante que temos é com entrevistados. Somos mediadores, somos como um canal em que as palavras passam de um espaço comunicativo a um espaço mais amplo. E a responsabilidade, a primeira responsabilidade é a de apresentá-los de uma maneira que eles queiram aparecer na esfera pública. No momento em que suas palavras se tornam parte do nosso discurso, é preciso que não causemos dano, que as citemos com respeito, sem paternalismo, sem humilhá-los.

Há uma linha muito complexa, muito difícil, entre o respeito para com a expressão oral, em que está muito do poder comunicativo, e o desejo dos entrevistados de não aparecer como se não fossem capazes de falar corretamente. Sendo assim, a negociação que começara na entrevista prossegue na transcrição e sobretudo na maneira como editamos essas palavras que são alheias, que não pertencem a nós, em como as apresentamos publicamente. Uma coisa que é mais fácil agora, com todos os meios disponíveis, como o *e-mail* e tudo o mais, é submeter aos entrevistados as citações que vamos utilizar em nossas publicações e ver se se reconhecem nelas. Porque eventualmente preferem alterar algo, ou modificá-lo, e às vezes as mudanças que querem são alterações que, de alguma maneira, destroem o poder comunicativo da oralidade. Então a negociação continua e há um debate: que palavras vamos utilizar? Como vamos escrevê-las?

A ética da entrevista, a ética da história oral não se resolve, portanto, com a obtenção de uma ficha com a autorização para publicar; ou isso é apenas uma proteção para nós, para que não possam levar-nos aos tribunais. Porém a coisa mais importante é que o respeito para com as pessoas e as palavras vivas com que trabalhamos prossiga, continue no trabalho de publicação, no trabalho público. O mesmo vale quando colocamos as fitas ou as gravações em um arquivo, porque o problema é que o arquivo existe para que pessoas que não fizeram as entrevistas tenham acesso a elas e possam usá-las em um trabalho histórico. Bem, essas palavras nos foram confiadas não em abstrato, nos foram confiadas pessoalmente; portanto, continuamos responsáveis pela utilização que os usuários de arquivos delas farão. Se alguém utiliza uma entrevista que eu fiz e coloquei no arquivo, é minha responsabilidade assegurar-me

de que o entrevistado o saiba ou, se não o sabe, que haja um controle sobre a utilização eticamente e politicamente correta.

Por isso, o que me fascina na história oral é a experiência pessoal da entrevista, é entender todas essas histórias extraordinárias. O que considero fascinante é que, quando se escreve a história oral – porque o que falamos na história oral, depois escrevemos -, temos que escrever algo que se possa ler. Não é uma questão de fidelidade, pois não existe fidelidade quando transformamos um discurso oral maravilhoso em uma página escrita que não se pode ler, numa adaptação mecânica; é preciso, isso sim, que haja memória da origem oral. Pois as palavras que estão em nossos livros não se originam como texto, mas como performance, como busca da palavra, como tentativa de encontrar uma palavra justa para dizer algo que, com frequência, nunca disseram a um desconhecido, a um historiador. É, pois, um estilo de escritura que se situa numa linha entre o texto e a performance; entre palavras fixas, escritas e palavras que se movem, palavras vivas, faladas. Não apenas isso, senão que o monólogo da escritura acadêmica – toda escritura, aliás, tende a ser monólogo – se transmuta em um diálogo, em um coro, em que atuamos como diretores de orquestra, ou diretores de cena, que é expressão de uma pluralidade de vozes e de sujeitos.

O discurso da história oral, então, é um discurso contaminado, é um discurso multivocal, é um discurso que tem uma multidão de autores. Não só o que assina a capa ou que tem o nome no artigo, pois os autores são todos os que falaram e que estiveram no diálogo para que este livro, este artigo, existisse.

Enfim, o nível mais difícil, o das relações políticas, éticas e de poder. Trata-se das relações que temos, como intelectuais, e como intelectuais conscientes de nossa função social, com o poder político, cultural e acadêmico.

A história oral não se originou como prática acadêmica. Na Itália, não há acadêmicos que tenham chegado à universidade fazendo história oral. Eu ensino Literatura Norteamericana; outros estão desempregados, outros fazem outras coisas. A história oral se originou nas margens, não só nas margens da academia, mas nas margens da política. Historiadores, sociólogos, ativistas como Ernesto De Martino, Gianni Bosio, Danilo Dolci, Danilo Montaldi, Cesare Bermani, e mesmo Luísa Passerini, todos tiveram problemas, não só com a academia – muitos deles nunca tiveram espaço na academia –, mas igualmente com a política. Porque levaram a sério a tarefa fundamental de todo trabalho intelectual, que é falar a verdade ao poder.

Esta é uma tarefa que todos temos como cidadãos, mas que é uma tarefa mais específica quando somos especialistas da palavra, especialistas da fala. Assim, falar a verdade ao poder é uma tarefa específica da história oral, do trabalho de campo e do trabalho que se funda em relações pessoais entre sujeitos. E quando eu dizia falar a verdade ao poder, Bosio, Montaldi, Dolci falaram a verdade também ao poder da esquerda, também ao poder dos líderes dos partidos oficiais do movimento operário. Eram todos heréticos, eram todos marginais, e dessa margem começou a história oral como compromisso ideal, ético, político.

Agora, estamos neste lugar maravilhoso, e neste simpósio tão importante, e é a primeira vez que damos conta de que a história oral, por muitos anos rechaçada, menosprezada, agora ganhou o respeito das instituições acadêmicas, das instituições culturais. Isso é uma coisa muito importante, é o resultado do trabalho que todos fizemos para afinar nossos métodos, para sermos mais conscientes dos paradigmas metodológicos e

cognoscitivos, dos procedimentos de investigação, de tudo isso. É, portanto, uma vitória; mas o direito da história oral de ser respeitada não quer dizer que ela se tenha tornado respeitável. Não quer dizer que ela se tenha tornado simplesmente uma ferramenta como qualquer outra na pluralidade de ferramentas do trabalho profissional da História. É algo mais, porque toda história é algo mais: não só conhecimento do passado, mas intenção de mudar o presente e o futuro.

Essa mudança começa no momento mesmo da entrevista. Porque eu sempre acreditei que se você, como entrevistador, não sai da entrevista diferente de como nela entrou, e se o entrevistado não sai da entrevista diferente de como nela entrou, a própria entrevista, não que tenha sido um fracasso, mas não desenvolveu todas as possibilidades do encontro e do diálogo. É fácil ver que o entrevistador muda, pois aprendemos muitas coisas. Porém a entrevista é também um desafio que colocamos ao entrevistado, porque ele tem que organizar a narrativa, o conto, a interpretação de sua vida de uma forma nova, de uma forma mais complexa e de uma forma que alguém que não faça parte de sua comunidade possa entender. Então esse é o desafio: o de aprofundar sua compreensão de sua própria história, sua própria experiência. A mudança começa na entrevista e continua, porque esse diálogo põe em pauta o reconhecimento do significado, da importância cultural do mundo dos entrevistados. A mudança que buscamos é uma mudança que dê mais poder aos sem-poder. E que lhes dê mais poder para que sua cultura seja reconhecida como cultura. Para que se reconheça que não há somente uma cultura, a das elites, somente uma maneira de fazer cultura e que seja essa a maneira; que existe uma pluralidade de culturas, de níveis culturais, e que há uma luta de classes na cultura, na arena cultural – uma

luta de classes não menos importante do que a luta de classes que existe no nível econômico, ou político, porque a luta de classes na cultura é a base do reconhecimento dos sujeitos que têm direitos, que têm saberes, que têm uma identidade. É, então, o início de uma mudança de relações de poder.

Dizia Gianni Bosio, historiador italiano:

A intenção do trabalho cultural é de amar a classe de suas próprias armas, de fazer de modo que os excluídos, os explorados, os marginalizados se deem conta da importância de suas vidas, de seu saber, de suas palavras. E se deem conta de que é um saber social, é um saber coletivo. E que nós, os intelectuais, que trabalhamos nessa arena, devolvamos seu saber de uma maneira mais crítica, mais analítica, do que como o recebemos. Trata-se não só de recolher as suas histórias, de recolher as suas palavras. Isso é só o primeiro nível. Então vem o trabalho de analisá-las, de conectá-las, de levá-las a um nível de análise superior, e depois de trazê-las de volta às fontes.

Bosio também dizia que o trabalho cultural só pode desenvolver-se em condições de liberdade e de igualdade. Portanto, o trabalho cultural, para sua própria vida e sua própria verdade, necessita criar as condições de sua própria existência e possibilidade. Isso é dizer que o trabalho cultural precisa tornar-se trabalho político de igualdade, de dignidade,

de liberdade, para ser trabalho intelectual, para ser trabalho cultural. Em condições de falta de liberdade, de falta de igualdade, o trabalho cultural está “menorizado”, está em condições de “minoría”, de falta de crédito.

Veamos um exemplo de como o trabalho cultural se transforma em trabalho político na Itália, agora. Bem, a coisa importante é que quando falamos em memória, não falamos de um “espelho do passado”, mas de um fato do presente, porque o conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado. É agora que recordamos, é hoje que falamos do passado, que contamos o passado. E a memória não é só um espelho de fatos, mas um fato histórico: a própria memória é um fato histórico em si. Não há apenas uma memória da história, há também uma história da memória: como muda, no curso do tempo, a maneira de recordar os fatos históricos.

Na Itália, um dos motivos pelos quais a história oral tem sido reconhecida é que, desde a metade dos anos 1990, a questão política da natureza da democracia se colocava como questão de memória histórica. Porque a base da democracia italiana, a base dessa Constituição italiana de que muito nos orgulhamos, dessa Constituição maravilhosa, se situa no movimento de Resistência Antifascista dos anos 1943-45. A democracia italiana é criada como uma narração de origens, que é uma narração antifascista. Na metade dos anos 1990, a direita então no poder na Itália é uma direita que diz que não é mais fascista; no melhor dos casos, é uma direita que não considera o antifascismo um valor positivo. É uma direita

racista, a Liga do Norte, e o discurso político da direita antifascista que domina hoje na Itália, e que controla a maioria dos meios de comunicação, é um discurso de revisionismo histórico, é um discurso que se coloca contra a narração antifascista da Resistência. Sendo assim, a maneira como se recorda a Resistência não é só uma questão de batalha de historiadores, de batalha historiográfica, mas uma questão que implica as perguntas: em que país estamos vivendo? quais são os valores e os princípios de nossa vida social compartilhada? Agora, a TV, a maioria dos meios de comunicação, o discurso político também – inclusive vindo da parte do que foi a esquerda – é um discurso que diz que não havia, na verdade, uma diferença entre os fascistas, que lutavam ao lado dos nazistas, e os partisanos, já que os partisanos eram comunistas e os comunistas são todos criminosos. Então era a mesma coisa, no melhor dos casos; ou eventualmente os fascistas eram até melhores porque eram patriotas, enquanto os partisanos estavam a serviço de Stálin, ou algo assim.

Nesse sentido, o trabalho sobre a memória da Resistência, sobre a memória do antifascismo, é uma tarefa ideal, ética e política contemporânea. A maneira como os entrevistados nos contam o que recordam da guerra, da Resistência, do movimento operário dos anos 1950 e 1960, dos movimentos estudantis de 1968, toda essa memória sofre um “deslocamento” – o poder hoje quer apagá-la. Analisar criticamente essa memória e tê-la presente no discurso político, no discurso público, no discurso historiográfico não é só uma questão de fazer uma História profissionalmente, academicamente correta. É isso também, porque o revisionismo histórico não tem nada de científico nem de academicamente respeitável; é, portanto, uma tarefa acadêmica, uma tarefa científica.

Porém sua primeira função, sua função mais importante, é uma função política e ética. Digo política porque se trata de lutar contra as ideologias que têm o poder atualmente e de proteger a Constituição. Mas é também uma questão ética, porque o antifascismo, hoje, não é só repetir as batalhas de 60 anos atrás: é uma questão de relações entre pessoas vivas, agora. O antifascismo hoje é a prática cotidiana do antirracismo, do antisexismo. O antifascismo hoje significa opor-se às leis racistas que acabam de ser aprovadas pelo parlamento italiano, bem como a uma cultura da mídia e de poder que despreza as mulheres e o corpo das mulheres, tratando-as como símbolo de *status*, como algo a consumir.

Para concluir, é questão política e moral, porque a concentração do poder da palavra, do poder de comunicação em pouquíssimas mãos – todas as televisões da Itália são controladas por somente uma pessoa, Silvio Berlusconi⁶ –, porque a concentração do poder da mídia, dos jornais, da televisão em poucas mãos, controladas pelo poder político, nos coloca as questões políticas e éticas de encontrar outros espaços de palavra livre, outros espaços de comunicação alternativa.

E por último: se buscamos palavras, é porque o direito mais fundamental é o direito de falar e de ser escutado. Muito obrigado!

6 Presidente do Conselho de Ministros da Itália quando o texto foi produzido.

5. NARRATIVAS ORAIS E TEXTOS ESCRITOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DE SOBRAL EM TEMPOS DE REGIME AUTORITÁRIO

José Valdenir Rabelo Filho¹

Era agosto de 2006, e então retomava minhas atividades de pesquisa no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (*Nedhis*)², da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE. À época, atuava como bolsista no projeto “Ditadura militar: práticas políticas e culturais em Sobral (1964-1985)”, coordenado pela historiadora Edvanir Maia da Silveira. Ser o único bolsista de um projeto com propósitos tão ampliados, e que se colocava como tarefa tratar um tema ainda pouco trabalhado pela historiografia local se colocava como um grandioso desafio.³

1 Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF/ Seleção 2012). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Rollemberg. E-mail: rabelo.filho@hotmail.com

2 Foi criado em 2001, com a denominação de Núcleo de Estudos e Documentação de História Regional (NEDHIR), vinculado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE. Em 2010, a partir de um amplo debate historiográfico sobre os limites e problemas conceituais de uma história regional, articulou-se o reordenamento da nomenclatura do centro de documentação. A partir de então, oficialmente passou a ser chamado de Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS).

3 Em 2006, encontrávamos apenas um trabalho dedicado ao estudo da ditadura civil-

A princípio, elegemos os periódicos como fontes privilegiadas para o primeiro momento da pesquisa. Deste modo, aproximamos-nos do semanário católico *Correio da Semana*⁴ a fim de acessarmos, ainda que de forma preliminar, o cotidiano da cidade, ou pelo menos aquilo que se desejou mostrar dele.

No *Nedhis* encontrávamos muitos exemplares do jornal pertinentes à pesquisa. Ali, Francisco das Chagas Sabóia era quem atendia e concedia os números do periódico requisitados. Fazia isso e logo voltava para as suas atividades: à enfadonha tarefa de catalogação das pilhas de documentos. Na ausência de pedidos, estava sempre ali a tratar os documentos de forma silenciosa, solitária.

Numa determinada tarde, a minha saída para um café coincidiu com a do mesmo personagem. Tivemos, nesta ocasião, a oportunidade de conversar, de nos conhecer melhor.

Diferentemente daquele senhor que concedia o documento solicitado e logo voltava aos seus afazeres, homem de poucas palavras, naquele momento, Francisco das Chagas Sabóia apresentava-se como um “tagarela”, falava de forma demasiada. Encontrara um bom ouvido.

Em meio às muitas questões abordadas, tratamos do estado de greve em que estavam as universidades do Ceará. Três universidades! Muito se queixava o mesmo senhor. Na ocasião, ele fazia críticas incisivas ao governador do Estado,

militar em Sobral. Ver: BEZERRA, Viviane Prado. *Memória Política de Sobral: ditadura militar em foco*. Monografia de Graduação. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.

4 Periódico fundado em 1918, vinculado à diocese de Sobral, ainda hoje é editado e passa a circular na cidade e região circunvizinha sempre aos sábados. É hoje considerado um dos periódicos mais antigos em circulação no estado do Ceará, sendo possível encontrar números do mesmo em microfilme na Biblioteca Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza, e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Versões impressas, encontramos no NEDHIS e na própria sede do jornal, localizado na diocese de Sobral-CE.

um filho de Sobral, pois o “homem político” parecia não apresentar qualquer sensibilidade às reivindicações da classe grevista. Aproveitava ainda para também tecer críticas ao movimento sindical e ao movimento estudantil, pois de acordo com ele tais grupos agiam de forma ineficiente, apresentavam certa paralisia, não faziam os usos devidos dos instrumentos de que dispunham.

Em meio ao diálogo, enquanto saboreávamos aquele doce café, ouvi-o dizer algo um tanto amargo que em muito chamou atenção. Dizia o senhor: “No meu tempo não era assim, no meu tempo a gente queria falar e não podia, a gente era massacrado”. Timidamente, após alguns segundos, fiz-lhe duas curtas interrogações: “Como assim no seu tempo Sabóia? De que tempo você fala?”

Francisco das Chagas Sabóia, a partir daquelas interrogações, deixava claro o seu desejo de querer contar a sua história, transpor o silêncio, aventurar-se a narrar, a experimentar um novo trânsito pelos territórios da memória de um passado-presente. O mesmo passava a narrar suas experiências juvenis na cidade de Sobral. Falava dos tempos que ficaram marcados pela sombra do autoritarismo⁵, dos tempos da ditadura civil-militar brasileira de 1964.

O intervalo para o café se estendeu pelo restante da tarde, e os documentos escritos foram deixados sobre a mesa, abertos. Os meus instrumentos de trabalho, caderno, caneta, e uma câmera digital, foram também ali deixados, no Núcleo

5 Sobre diversas experiências de regimes autoritários no século XX, e renovadas formas de abordagem, ver: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa; vol. II: Brasil e América Latina; vol. III: África e Ásia).

de Estudos e Documetação Histórica, sobre a mesa, em meio aos documentos “oficiais”. Ouvir contar, naquela tarde, foi o que fizemos.⁶

Ao longo das páginas que se seguem, trataremos as memórias construídas sobre a cidade de Sobral em tempos de ditadura. Nosso propósito é forjar um debate acerca os diálogos possíveis entre a narrativa oral e os textos escritos.

Ainda que as narrativas orais tendam a se colocar como um contradiscurso, como uma “contra-história”⁷, reveladora de “memórias subterrâneas”⁸, em circunstâncias específicas elas acenam para experiências comuns àquelas registradas nos documentos escritos. Com formas diferenciadas, contudo, uma e outra documentam vivências, permitem acessos às memórias de um tempo passado-presente.

É esse o desafio que trazemos aqui para refletirmos juntos.

Memórias, esquecimentos, silêncios...

Francisco das Chagas Sabóia, à época com 54 anos de idade, era professor de matemática do nível secundário e funcionário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral. Homem de baixa estatura, filho de agricultores. Nascera na cidade de Crateús, lá longe, nos rincões do sertão, numa cida-

6 Consideramos bastante sensíveis e inspiradoras as questões abordadas por ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, quando ainda na Introdução a mesma nos alerta que “Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos”. (p. 10).

7 ALBERTI, Verena. *Fontes orais: história dentro da História*. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

8 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

de de pouco destaque econômico no estado do Ceará. Talvez por isso sua família deslocara-se para Sobral, a “princesinha do Norte”, a “cidade de Dom José”. Encontrariam ali os meios possíveis para se instalar e criar o pequeno Francisco Sabóia, criança ainda de pouca idade que não teve tempo para conhecer o seu lugar de origem.

O pequeno Sabóia receberia em Sobral a formação educacional para tornar-se um “autêntico” sobralense. Formação primária em escola religiosa, missas aos domingos, exigências de respeito e devoção ao “santo” bispo dom José Tupinambá da Frota. Sobralense de formação, mas ainda assim um estrangeiro, um personagem afeito a dedicar um olhar sempre estranho sobre a cidade.

Homem “comum”, Francisco das Chagas Sabóia, como já dissemos, atuava ali, no *Nedhis*, em meio àquelas prateleiras repletas de documentos, ali, em meio aos pesquisadores, ali, dentro das instalações do curso de História. Naquela tarde, sua voz procurava uma escuta, desejava contar a sua história.

Suas muitas histórias nos sensibilizaram para transpormos os limites de um diálogo informal, para criarmos os meios possíveis para que as lembranças daquele homem “anônimo” pudessem ser guardadas. Preparamos-nos com a elaboração de um roteiro com questões preliminares para a construção do diálogo, e então marcamos uma entrevista com o mesmo personagem a fim de melhor conhecermos sua história de vida, a fim de melhor acessarmos suas muitas memórias.

Em novembro de 2006, ao narrar sua história de vida na cidade de Sobral, Sabóia parecia transitar novamente pelo tempo vivido, e nesse sentido, esse andarilhar parecia lhe oportunizar outras experiências, no sentido de que a cada instante

em que esbarrava com um sinal do acontecido, esse vestígio o conduzia a outras veredas do objeto labiríntico da memória. Assim, promovia de forma muito peculiar o lembrar e o narrar, o sentir e o dizer, o ressignificar o passado a partir das circunstâncias do presente, o metamorfosear esse presente a partir das apropriações daquele passado. Artesanalmente, o narrador tecia um emaranhado de rotas pelas quais passava a tecer o seu testemunho, o seu texto.

Quando interrogado sobre como havia percebido o golpe civil-militar na cidade de Sobral, com os olhos marejados recordava:

Bom, a primeira vez que eu tive noção de quando foi implantada a ditadura militar, eu tinha doze anos, em 1964, e disseram que os comunistas... né, a ditadura militar era justamente para coibir os comunistas, porque os comunistas tinham o intuito de matar todas as crianças. Pra mim, uma criança de doze anos, foi como uma bomba atômica caindo sobre minha cabeça. Eu lembro que eu fui para o colégio e voltei chorando, segurando no braço do meu irmão.⁹

Francisco Sabóia tecia sua narrativa cravejando-a de forte carga sentimental. Ali, no *Nedhis*, lugar escolhido para a realização da entrevista, ele parecia desmontar aquilo que esta-

9 Francisco das Chagas Sabóia. (nov. de 2006). Sobral. Entrevista concedida a José Valdenir Rabelo Filho e Edvanir Maia da Silveira. p. 1.

va organizado, agia como se pretendesse descer das prateleiras os vestígios dispostos. Atuava como um iconoclasta, fazendo refletir sobre as leituras que então forjávamos do jornal *Correio da Semana*, e de outros indícios que ali mobilizávamos.

Ali estávamos, Edvanir Maia da Silveira e eu, inquietos com o peso simbólico da narrativa daquele senhor que até bem pouco tempo silenciosamente trabalhava, mas que, naquele momento, apresentava-se com uma performance demolidora.

Seu relato era sempre articulado de forma complexa, pois transitava pelo tempo vivido com a liberdade de um menino de doze anos. Falava sempre de si e dos outros, citava nomes, fazia menção aos lugares frequentados, às aventuras escolares, aos seus ex-professores, às travessuras juvenis. Transitava pelos tempos. Sua narrativa compunha-se como um grande mosaico.

Desta forma, o mesmo dava pistas para a inexistência de “um eu” coerente e contínuo. Sua trajetória era marcada por um constante devir.¹⁰ O tempo daquela narrativa deixava em migalhas o tempo do acontecido.

Esperar organização narrativa, linearidade memorial, objetividade discursiva, seria um equívoco de nossa parte. O narrador fazia as suas escolhas, tomava nossas interrogações como apoio para acessar novas janelas a fim de olhar do presente um passado não encerrado, pois em trânsito pelos terrenos movediços da memória.

Gilberto Velho (2003), em “*Projeto e Metamorfose*”, alerta para a descontinuidade do passado, e como a memória,

10 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ao tratar os fragmentos deste tempo pretérito, interfere no processo de constituição do sentido de identidade. Socialmente construída, a identidade é fruto dos desdobramentos dos usos de um passado descontínuo, e da definição de um projeto sempre provisório, pois pertinente às circunstâncias históricas nas quais o “indivíduo-sujeito” está inserido.

Memória, identidade e projeto como objetos em constante devir, situam o “indivíduo-sujeito” numa trama complexa de relações que interfere diretamente sobre a sua forma de ser, e de mostrar-se ao outro, sobre a sua composição narrativa, tornando-as, nesta medida, um corpo complexo e contraditório, ambivalente, fragmentado em sua essência.

De forma artesanal, Francisco Sabóia tecia, a partir dos rastros dessa memória fragmentada, uma rede de práticas, vontades, cheiros, sabores, odores, (res)sentimento, pertencimento, ausência, possibilidade, um texto polissêmico, metafórico, eufórico, cuidadoso, promotor de descentramentos, mas ainda assim legível, possível de ser lido, interpretado como uma experiência razoável.

Os documentos com os quais tratávamos permitiam problematizar as produções de intelectuais que se dedicaram a escrever sobre a história da cidade de Sobral.¹¹ Tais propostas discursivas, além de destinarem-se ao culto de mitos fundadores, negam os tempos de ditadura, afirmando nada haver de importante a ser lembrado.

Refletir sobre os silêncios forjados era uma de nossas tarefas. Mas, ao longo da entrevista, Francisco das Chagas Sabóia nos abismava com a força de seu discurso, promovendo

11 Sobre tais questões ver: SOARES, 2000, Op. Cit.; GIRÃO; SOARES, 1997, Op. Cit.; ROCHA, 2003, Op. Cit.; dentre outras.

do incisivos deslocamentos, desmistificando muitos dos mitos cultuados. Suas palavras carregavam a força de uma navalha e, neste sentido, abria cortes profundos na epiderme de uma memória oficial.

Quando perguntado se lembrava de algum movimento de oposição à ditadura civil-militar em Sobral, o mesmo recordava e apresentava seu testemunho dizendo,

Bom, aqui em Sobral houve alguns movimentos, ou seja, em certa época os estudantes do Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota, unidos com os estudantes do Colégio Sobralense, nós íamos fazer [...] uma homenagem a Che Guevara, na Praça do Abrigo Coração de Jesus.

.....
Porque o Che na verdade era um líder de esquerda, um líder maior, um médico, nós tínhamos boas informações de Guevara. [...], nós recebíamos panfletos, folhetos, e mais, do Rio, de São Paulo, e até de Cuba, porque nós tínhamos um mentor aqui em Sobral muito culto que trazia pra nós.

.....
[Tais documentos chegavam] Através do padre Luizito Dias Rodrigues.¹²

12 Francisco das Chagas Sabóia. (Nov. de 2006). Sobral. Entrevista concedida a José Valdenir Rabelo Filho e Edvanir Maia da Silveira. p. 2.

Ao tecer esta narrativa, Francisco Sabóia não lembra a data de ocorrência desta experiência, arriscava algumas indicações, mas então deixou em aberto.

Visitar a “Antologia pessoal”¹³ do argentino Jorge Luis Borges (2008) inspira a refletir sobre as peculiaridades de Francisco das Chagas Sabóia e o seu trabalho de memória. Em *Funes, o memorioso*, Borges ajuda a refletir sobre os perigos dos excessos de memória, seus efeitos trágicos.

Ireneo Funes, um zombeteiro jovem de Fray Bentos, Uruguai, é lembrado pelo escritor argentino como um sujeito “conhecido por algumas esquisitices”, dentre elas a de tudo recordar, de lembrar com uma precisão de detalhes extraordinária. “Eterno prisioneiro”, habitando a escuridão de onde fala, Ireneu Funes torna-se paralítico pelo efeito trágico dos excessos de memória, do acúmulo sem descarte. O quedar de um “cavalo redomão” simboliza uma metáfora *borgiana*, aquela que representa o aprisionamento, a tragédia, o drama de tudo lembrar. *Funes, o memorioso*, tragicamente esquecera-se de negociar com o esquecimento.

Em texto clássico, intitulado *Memória, História e Historiografia*, Fernando Catroga (2001, p. 20-21) aborda a dinâmica do trabalho de memória como (re)construção do passado, e assinala que a memória é sempre seletiva, pois

[...] ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo [sic]; mas é retenção afectiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos

13 BORGES, Jorge Luis. *Antologia pessoal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes do que já passou.

Indicadas tais questões, consideramos que Francisco das Chagas Sabóia não se assemelharia ao *Funes, o memorioso* de Jorge Luis Borges. Com uma segura “faculdade de intercambiar experiências”, de lembrar esquecendo, de esquecer querendo lembrar, num constante jogo de negociação e (re) conciliação com o presente para tornar possível um passado ausente, para tornar dizível uma experiência do possível, nosso depoente mais se assemelharia ao “Narrador” de Walter Benjamin (1987), aquele que se encontra em vias de extinção, mas dos quais ainda temos a sorte de encontrar alguns poucos. Francisco das Chagas Sabóia, então, ao longo de sua narrativa, negociava com o esquecimento como parte constitutiva da memória, do ato de recordar.

Ao tecer suas histórias o narrador apresentava questões inquietantes sobre o tempo que pesquisávamos, principalmente, pois os cortes promovidos pela força simbólica de sua palavra faziam *desmanchar no ar* os mitos erguidos por uma historiografia oficial. Primeiro, dava pistas sobre uma cidade marcada pela mobilização estudantil em tempos de ditadura; segundo, indicava que os padres-professores eram responsáveis pela mobilização de jovens à realização de uma homenagem ao guerrilheiro Che Guevara; terceiro dava pistas sobre uma cidade que parecia guardar muitas outras em seu interior.¹⁴

14 Em outros trabalhos, nos dedicamos ao estudo da cidade de Sobral como objeto de estudo. Propomos uma leitura sobre os sentidos atribuídos a ela, escapando da análise de uma cidade de pedra e cal, objetivada. Sobre tais questões ver: RABELO FILHO, J. V. *Uma Sobral, muitas cidades: apresentando tensões e decifrando silêncios* (1958-1966). Monografia de Graduação. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2009.

Em tempos de inquisição, Francisco das Chagas Sabóia seria conduzido ao Tribunal do Santo Ofício e, por sua “travessura”, certamente seria vítima de tortura e conduzido à fogueira como um herege. É um herege! Pois como poderia ele falar sobre aquelas desordens em “terras de Dom José”? Como poderia ele dizer que os padres eram os “mentores” das ações de desordem, de “subversão”? “Bulíamos” em questões delicadas. Não tivéssemos cuidado seríamos nós também jogados à fogueira por dedicarmos ouvidos àquele guardião de uma memória “marginal”. Éramos todos estrangeiros como aquele narrador, com um olhar sempre estranho sobre a memória oficial daquela cidade.

Mas, como os aparelhos censores da Igreja e da ditadura civil-militar ali não mais atuavam, Francisco das Chagas Sabóia aventurava-se a compartilhar outras tantas experiências, estávamos ali a ouvir. Subvertia o discurso oficial desejado como verdade absoluta e seguia com suas muitas histórias. Reafirmava a participação de padres na articulação de movimentos vistos com suspeita por parcelas da sociedade e monitoradas por agentes da polícia política, bem como dava pistas sobre as relações das elites políticas e econômicas locais com o estado autoritário. Adensava ainda mais o seu testemunho com novas e instigantes pistas. Destruía, progressivamente, signos e símbolos que davam sustentação ao mito da cidade disciplinada, ainda que pretendesse atuar na construção de um novo mito: o da resistência. Construía um cenário discursivo onde as memórias entravam em disputa. Aventurava-se.

Em meio às suas muitas histórias, algo mais ousado era então compartilhado e, com um largo sorriso o personagem narrava:

[...] nós tínhamos um plano, a minha turma, da gente assaltar o Tiro de Guerra, retirar todas as armas e munições, e também, a gente tinha outro plano de explodir o palanque, no dia 7 de setembro.

.....
.....
1969. Com todas as autoridades presentes.

.....
.....
Primeiro a gente tinha que detonar a ponte, que só tinha uma entrada mais acessível para Sobral que era pela ponte velha, Oton de Alencar. A gente explodindo a ponte, pronto. Como é que ficaria a entrada? (Inaudível)... fosse de Fortaleza era muito difícil, se viesse pela Serra Grande demorava muito.¹⁵

Seu sorriso logo seria substituído por um olhar desalentado, pois as ações não ocorreram, haja vista o plano ter “vazado”. “Vazou” o plano! Logo, as intervenções militares se deram, o que impactou na prisão de alguns dos envolvidos diretamente na ação.

Francisco das Chagas Sabóia não foi preso, suas memórias não são as do cárcere, mas sim as de uma aventureira e utópica liberdade. Afastara-se do grupo por pressões familiares, recordava dizendo “[...] fui ameaçado de ser posto para fora de

15 Francisco das Chagas Sabóia. (Nov. de 2006). Sobral. Entrevista concedida a José Valdenir Rabelo Filho e Edvanir Maia da Silveira. p. 6.

casa. Eu saí do movimento”¹⁶. Afastara-se e assim escapara das prisões efetuadas, dos interrogatórios na 10ª Região Militar, em Fortaleza, lugar para onde foram deslocados aqueles que foram detidos.

O narrador apresentava ainda que após as prisões, as ações esmaeceram, que o padre Luizito Dias Rodrigues “[...] fugiu para o exterior”,¹⁷ escapando assim da prisão. Lembrava nomes de muitos personagens, mas não tinha lembranças sobre os seus paradeiros. Desta forma, deixava-nos os nomes, indicações feitas a eles, mas ainda assim, questões abertas sobre as peculiaridades de suas experiências.

Amilcar Ximenes Ponte, João Sales, João Meruoca, padre Luizito Dias Rodrigues, padre Oswaldo Chaves, Márcia Barreto, Fernando Agripino, José Palhano de Sabóia, Cesário Barreto Lima, Jerônimo Prado, Flamarion Barreto, Luciano Tebano Barreto, e muitos outros nomes nos foram apresentados pelo entrevistado.

Seguir os rastros de sua narrativa colocava-se como um novo desafio para o trabalho investigativo. O processo de transcrição da entrevista, momento em que a narrativa oral ganhou um novo suporte textual, ajudou neste sentido. Mapear nomes e ligá-los aos acontecimentos narrados, refletir à luz de outros indícios. Era esta a provocação.

Em “*O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*”, o historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) auxilia-nos a refletir sobre os desafios e possibilidades da produção de pesquisas históricas através de usos nominais como “fios condutores”, como “bússolas preciosas” de processos investi-

16 Ibid. p. 7.

17 Ibid. p. 5.

gativos que refletem sobre a história como “ciência do vivido”. Tais questões ajudaram a refletir sobre os sinais apresentados por Francisco das Chagas Sabóia, sobre os nomes enredados como partes constitutivas do repertório de suas memórias.

Nos momentos posteriores à entrevista, passamos a buscar os personagens recordados em sua narrativa. De imediato, não obtivemos os êxitos pretendidos, pois alguns já haviam falecido, caso de João Sales, Cesário Barreto, Jerônimo Prado, José Palhano de Sabóia, Flamarion Barreto e Luciano Tebano Barreto; outros já não residiam em Sobral há muito tempo, e deles não conseguimos maiores informações, caso do padre Luizito Dias Rodrigues, Amilcar Ximenes Ponte, Márcia Barreto, Fernando Agripino e João Meruoca; outro, justificando problemas de saúde, não se propôs a conceder entrevistas, caso do padre Oswaldo Chaves.¹⁸ Um grande dilema para os desdobramentos pretendidos pela pesquisa.

Resolvemos então redefinir os planos de trabalho, a fim de melhor adensarmos o debate sobre aquelas questões tão

18 Consideramos pertinente apresentar, ainda que minimamente, os personagens referidos: Amilcar Ximenes Ponte, Márcia Barreto e Fernando Agripino são lembrados pelo nosso narrador como jovens de pouca idade, como ele, atuantes em movimentos estudantis e detidos no final dos anos 1960. João Sales é lembrado como um comunista declarado na cidade de Sobral, comerciante proprietário dos bares Antártica e Crepúsculo, preso por diversas vezes ao longo dos anos 1960. João Meruoca é referido como um homem vinculado às Comunidades de Base do Alto da Brasília, bairro periférico da cidade de Sobral. José Palhano de Sabóia, “filho” adotivo de Dom José Tupinambá da Frota, padre, prefeito de Sobral entre os anos 1958-1962, torna-se deputado federal, e tem seu mandato cassado em 13 de junho de 1964, é lembrado por suas travessuras e insucessos políticos. Cesário Barreto e Jerônimo Prado, adversários políticos, atuaram ao longo dos anos 1960 e 1970 no revezamento do poder municipal. De acordo com Sabóia, tais lideranças políticas expunham declarado apoio aos governos militares ao longo dos anos que atuaram como lideranças políticas. Flamarion Barreto e Luciano Tebano Barreto, militares de alta patente das Forças Armadas Brasileira, irmãos de Cesário Barreto Lima, lembrados pelo narrador como homens de destacado respaldo junto ao primeiro presidente militar, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

instigantes, sobre aquela narrativa que fazia *desmanchar no ar* os mitos criados sobre a cidade de Sobral, ainda que pretendesse erguer outros. Por mais que tomássemos aquele testemunho como um vestígio de experiências possíveis e representativas de um contexto histórico, era preciso proceder de forma a alargar o campo de possibilidades interpretativas sobre um tempo outro que não o nosso, sobre a memória histórica da cidade de Sobral em tempos de ditadura.

Seguindo as pistas cedidas por Francisco das Chagas Sabóia, chegamos ao Francisco Anastácio Aragão Prado, advogado, sobralense, sobrinho de Jerônimo Prado,¹⁹ ex-prefeito de Sobral entre os anos de 1967 a 1971. Após certa insistência, resolveu conceder a entrevista.

Em dezembro de 2006, foi possível entrevistá-lo. Recebeu-nos em seu escritório, mantendo-se sempre do lado de lá da mesa. Com certa desconfiança, dava sinais de não estar muito à vontade com a presença daquele pesquisador que ali estava munido de equipamento para a gravação da entrevista, um caderno de anotações e muitas interrogações.

É bem verdade que Chico Prado, como é popularmente conhecido e como gosta de ser chamado, ao longo da entrevista logo se apresentou como um homem não portador das mesmas habilidades narrativas de Francisco das Chagas Sabóia. Seu relato era marcado por curtas divagações. Fala curta, contida, presa às questões colocadas pelo pesquisador.

À época da entrevista com 57 anos, Chico Prado, diferentemente de Francisco das Chagas Sabóia, apresentava-se

19 Jerônimo Prado exerceu o seu primeiro mandato como prefeito municipal de Sobral entre os anos de 1967 e 1971. Sobre a história política de Sobral, e os duelos políticos de oligarquias locais ver: SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

inclinado ao culto dos mitos criados sobre a história da cidade. Sua narrativa parecia querer manter intocável o discurso de uma cidade apaziguada e que nada existia de muito importante a ser lembrado entre os anos de ditadura, afora, claro, o processo de desenvolvimento da cidade encetado na administração de Jerônimo Prado. A criação da Universidade Estadual Vale do Acaraú simbolizava o que de mais importante deveria ser lembrado daqueles tempos.

Chico Prado falava de si e não permitia encontrar muitos outros em sua narrativa. Apresentava-se como não conhecedor dos planos de explosão do palanque no dia 7 de setembro de 1969, e dos desdobramentos que se sucederam. Referia-se ao movimento estudantil com certo distanciamento, ainda que apresentasse conhecimento sobre a sua existência; pouco se referia a ele, e quando assim o fazia, demonstrava certa indiferença, era sempre os “outros”.

Quando o mesmo referia-se aos anos de 1964 a 1985, elegia os avanços estruturais da cidade, fruto de vultosos investimentos econômicos federais e estaduais, e renunciava às ações forjadas por padres, estudantes e outros personagens contra a ditadura, assim como negligenciava os problemas sociais que a cidade guardava em seu seio, agravados em épocas de cheia ou mesmo de estiagem.²⁰

A análise desta narrativa permite entrever as ambiguidades das identidades sociais, e como estas interferem no processo de elaboração da memória. Os relatos de Chico Prado remontam a outras peculiaridades do tempo vivido, indicando que os tempos de ditadura, em Sobral, não foram os mesmos para todos.

²⁰ Sobre tais problemas ver, por exemplo: Sobral cidade doente: o problema é mais sério do que se pensa. *Correio da Semana*, 29 de março de 1964, Ano 47, n.º. 1, s/p.

Assim, fica evidente que a memória individual ergue os seus marcos, recolhe do passado coletivo sinais adequados para a sua sedimentação, é seletiva, provisória, nunca solitária, nunca desconectada das injunções temporais, históricas, coletivas.

Em circunstâncias específicas, aqueles que lembram atuam na promoção do “enquadramento da memória”, mantendo assim a coesão interna de um discurso oficial, a exemplo de Francisco Anastácio Aragão Prado. Em outros casos, aqueles que lembram atuam no processo de subversão de valores e tradições, fazendo emergir para o espaço público uma “memória subterrânea”, “clandestina”, não mais silenciosa.

Em todo caso, uma e outra requerem cuidados, exigem um tratamento refinado de cotejamento, de críticas que evitem generalizações perigosas como, por exemplo, de leituras que somente visualizem colaboracionismo, consenso e consentimento ou, por outro lado, de abordagens militantes que em tudo veem resistência, ainda que as evidências indiquem ambivalências que exigem um olhar mais atento.

Tratar sobre estes embates, sobre esta multiplicidade de memórias fragmentadas é o que pretendemos doravante. Faremos isso estabelecendo um diálogo entre a narrativa oral e os textos escritos.

Narrativa oral e textos escritos: encontros, desencontros, e desafios

Como já apresentamos, Francisco das Chagas Sabóia, ao longo de sua narrativa lembrava e esquecia, transitava pelos tempos com a liberdade de um menino de doze anos, falava de si e dos outros, inquietava com a força simbólica de seu discurso, era generoso na concessão de pistas, de nomes.

Mencionamos desse narrador suas lembranças sobre o dia 31 de março de 1964, quando o mesmo tinha ainda doze anos de idade. Ao recordar com os olhos marejados, o narrador apresentava-nos uma memória do medo, dos “[...] comunistas que tinham o intuito de matar todas as crianças [...]”. Memórias de infância. Fantasias de meninice?

Ao visitarmos o periódico católico *Correio da Semana*, pudemos perceber um forte discurso anticomunista. Os comunistas, de acordo com o que é possível verificar nas páginas do jornal citado, eram os responsáveis pela “desordem”, “os promotores da corrupção e do ódio”, os “[...] inimigos da liberdade e do cristianismo”.²¹ Males sanados pela “intervenção preventiva” dos militares, promotores de uma “paz armada no Brasil”,²² necessária em “tempos de guerra”.

Era este o imaginário mobilizado por Francisco das Chagas Sabóia quando se referia ao dia 31 de março de 1964. Um imaginário do medo.²³ Mas o narrador não se fazia refém desse sentimento. Esquecer era uma de suas faculdades. Esquecia para lembrar, e isso permitia o seu deslocamento pelas sendas de uma memória fragmentada, revisitada a partir das questões postas naquele tempo presente logo tornado passado.

21 Pe. Gerardo Gomes. Atualidades: Salve o Brasil! *Correio da Semana*, 11 de abril de 1964, ano 47, n.º. 03, p. 02.

22 Dom José Delgado. Hora de vigilância. *Ibidem*, p. 1.

23 Em outros trabalhos temos dedicado atenção para a análise do imaginário anticomunista como instrumento formador de identidades e legitimador do golpe de 31 de março de 1964. Temos dedicado esforços para refletir sobre a circulação de um imaginário do medo em Sobral. Sobre tais questões, de nossa autoria, ver: A construção social do golpe de 31 de março de 1964: memória e imaginário social. In: Simpósio Nacional XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. 2013. Sobre tais questões, dialogamos, principalmente, com os seguintes pesquisadores: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002; e RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

Como nos auxilia a refletir Tzvetan Todorov (2000, p. 15-16), em “*Los abusos de la memoria*”,

[...] la memoria no se opone em absoluto al olvido. Los dos términos para contrastar son la supresión (el olvido) y la conservación; la memoria es, en todo momento y necesariamente, una interacción de ambos. El restablecimiento integral del pasado es algo por supuesto imposible (pero que Borges imaginó en su historia de Funes el memorioso) y, por outra parte, espantoso; la memoria, como tal, es forzosamente una selección: algunos rasgos del suceso serán conservados, otros inmediata o progresivamente marginados, y luego olvidados. [...]. Conservar sin elegir no es una tarea de la memoria.

Como já indicamos sobre a homenagem a Che Guevara, o narrador não lembrou a data do acontecido, arriscou algumas indicações, mas então deixou em aberto.

O acesso aos arquivos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), dispostos no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), permite melhor compreender as zonas ainda cinzentas da história da cidade de Sobral.

Francisco das Chagas Sabóia somente projetou sobre a história daquela cidade alguns feixes de luz. Muitas questões ainda permanecem na penumbra, sob a sombra de uma memória oficial, ou de uma “nova” historiografia que amplia a

“zona cinzenta”²⁴ ao referenciar uma “cultura de resistência”, ao atribuir resistência e ao tornar resistentes grupos e atores sociais que não são/foram um e o mesmo a todo instante.

Em 14 de dezembro de 1967, os agentes de polícia Adalberto Batista Menescal, José Moreira do Nascimento, Valdetário Raimundo de Alencar e Francisco José de Oliveira emitem “Relatório de Viagens a Sobral-Ce” ao delegado de Ordem Política e Social, Luiz Coelho de Carvalho. Nesse documento, os agentes relatavam os resultados de suas investigações sobre a “situação reinante naquela cidade”. Com um caráter narrativo, o documento policial trata sobre a manifestação em homenagem a Che Guevara. Citamos:

A origem do citado movimento teve início com o trabalho a ser executado em casa, ordenado pelo Pe. Oswaldo, trabalho este sobre o Chefe Revolucionário – Guerrilheiro Comunista – “Che Guevara”. Os debates entre professores e alunos relativos a este guerrilheiro duraram uma (1) semana. Quando da votação sobre a escolha do Homenageado Especial para figurar na programação de término de curso,

24 Consideramos pertinente o diálogo entre os regimes autoritários europeus e os latino-americanos a fim de percebermos as relações de proximidade entre uns e outros, bem como, e principalmente, de forma a intercambiarmos propostas conceituais que lançam novas problemáticas sobre os comportamentos sociais em regimes autoritários. Desta forma, o conceito de “zona cinzenta”, e demais ponderações sobre o “pensar-duplo” da sociedade francesa sob ocupação alemã, apresentadas por Pierre Laborie, nos são aqui importantes. Para este caso ver: LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).

mais da metade dos concludentes foram a favor do citado guerrilheiro como homenageado (Homenagem Póstuma), sendo a seguinte a ordem do convite:

S.S. João XXIII.

D. José Tupinambá da Frota.

Dr. Ernesto CHE GUEVARA.

Atualmente, o maior foco esquerdistas de Sobral é o próprio seminário.²⁵

O “Relatório de Viagens” trata ainda sobre as movimentações de repúdio organizadas por setores da sociedade sobralense, inquietados que ficaram com a proposta de homenagem ao guerrilheiro Guevara. Segue o documento:

A atitude deplorável dos humanistas teve repercussão desfavorável no seio da população de Sobral, entre estes surgindo uma campanha do Sr. Raimundo Linhares (comerciante local) que reuniu alguns pais de alunos para formularem um protesto, conseguindo adesão de muitos. Após a reunião, o Sr. Raimundo disse que quebraria tudo e que acabaria com a festa, caso não retirassem o nome “CHE GUEVARA” da lista de homenageados. O Pe. Sabino declarou publicamente sua revolta a atitude tomada pelos alunos e planejou um “Abaixo Assinado” em represália.²⁶

25 Relatório de Viagem a Sobral-CE. 14 de Dezembro de 1967. Delegacia de Ordem Política e Social. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

26 Idem.

É possível perceber ao longo das páginas do “Relatório de Viagens” o quanto aquela sociedade apresentava-se dividida, fragmentada. A aproximação de um “líder guerrilheiro comunista” a dois homens de fé era tomada como uma afronta à moralidade cristã, à coesão identitária do ser sobralense. Situar João XXIII, dom José Tupinambá da Frota e Ernesto “Che” Guevara no mesmo patamar como homenageados seria um “desrespeito”, um “absurdo”, assim considerava-se.

O documento apresenta ainda outras ações “de caráter subversivo” sendo praticadas em Sobral, como por exemplo, as pichações comumente encontradas pela cidade com palavras de ordem contra a ditadura.²⁷ Sobre tais ações também narra Francisco das Chagas Sabóia, com certo entusiasmo, mantendo ainda forte a sua performance narrativa. Relatava o mesmo que

[...] na época da ditadura o meu maior, coisa que eu achava bom era pichar o muro: “Abaixo a Ditadura Militar”. Onde hoje é construído o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, tinha um cidadão, que a parede da casa dele era assim uma lateral todinha, ele pintava bem branquinha, e quando era à noite eu ia mais dois amigos meus, e naquela época não tinha spray, era na base da tinta mesmo, e o pincel. Então a gente ia e ficava pintando né, um ali com a lata e o pincel, e dois vigiando. Tin-

27 Outras fontes documentam que também havia pichações destinadas a atacar pessoas e grupos considerados comunistas. Tais pichações eram promovidas por grupos conservadores que atuavam na cidade de Sobral no combate ao “inimigo vermelho”.

ha um assobio que era um assobio chave, aí, se assobiasse, podia correr, abandonar pincel com tinta e tudo que era a polícia. Aí quando a gente terminava tava lá: Abaixo a Ditadura Militar!

Francisco das Chagas Sabóia não era um jovem de tão pouca idade para estar envolvido em ações tão progressistas? Não deveriam suas memórias referir-se muito mais à história da vida privada, ao ambiente familiar? Até que ponto estas memórias podem ser consideradas como válidas para a reflexão histórica sobre os anos de ditadura civil-militar na cidade de Sobral? Não seria ele tão jovem?

Sim! Pouca idade tinha o narrador nos anos iniciais de ditadura. Ele e Amilcar Ximenes Ponte, um dos que fazem parte do repertório de suas memórias, e um dos poucos de quem tivemos maiores informações também através dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social.

Nascido no dia 5 de junho de 1952, em Sobral, Amilcar Ximenes Ponte foi detido por agentes que “trajavam civilmente”, no dia 6 de setembro de 1969. Tais agentes teriam sido destinados a Sobral com a missão de “secretamente descobrir os pixadores [sic] e subversivos existentes”²⁸ naquela cidade.

Já em Sobral, os agentes disfarçados então receberam “notícias anônimas de que no dia 7 de setembro por ocasião do

28 Optamos por manter a integridade textual dos textos produzidos por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social, mantendo, deste modo, os erros ortográficos. Auto de prisão em flagrante delito. 6 de Setembro de 1969. Delegacia Especial de Polícia em Sobral/Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Tal caso está densamente descrito no dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/Ceará), (15 folhas). Documentos digitalizados do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

desfile seria lançada uma bomba para explodir o palanque”.²⁹ A partir daí, os policiais reordenaram seus planos e “fizeram a distribuição do pessoal pelas zonas menos movimentadas da cidade, local onde os pixadores [sic] estavam atuando mais”.³⁰ Tiveram notícias sobre “dois elementos”, e procederam a um acompanhamento silencioso.

Amilcar Ximenes Ponte e Francisco Alves de Oliveira já estavam sendo acompanhados quando “se aproximaram de uma mercearia, onde entraram e tentaram comprar cigarros”.³¹ Acuados naquele lugar, “os dois elementos” foram então abordados:

[...] nessa hora o acusado Francisco Alves de Oliveira ficou encostado no balcão da mercearia e Hamilcar [sic] saiu para a calçada onde passa um boeiro [sic], ocasião em que jogou um pacote dentro do mesmo; [...] [o agente] disse que obrigou a Hamilcar [sic] descer o boeiro [sic] e apanhar o pacote no qual se encontrava um estopim destinado à fabricação da bomba.³²

É interessante percebermos a dimensão narrativa da documentação policial, de modo que tenhamos condições de tomá-las como “registros escritos de relatos orais”.³³

29 Idem.

30 Idem.

31 Idem.

32 Idem.

33 Sobre tais questões ver: GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n° 21, set. 90/fev. 91.

Os relatórios de viagem e autos de prisões de que aqui tratamos são portadores de uma forte carga narrativa, de uma composição textual que se articula a partir da experiência vivida, ouvida, observada e narrada. Os testemunhos, fruto desta experiência, quando ganham o suporte textual escrito, articulam-se com jurisdição de verdade histórica. Tais argumentos deverão servir como instrumentos de investigação, julgamento e condenação dos atores sociais detidos, mantidos sob a guarda policial.

Não pretendemos aqui tratar tais documentos como verdades. Isso se adequaria melhor ao trabalho de juízes e advogados. Pretendemos sim, refletir sobre a verdade aspirada na construção do relato, do texto policial, sobre aquilo que eles documentam e permitem observar.

O processo de produção de tais textos, na medida em que a experiência vivida transita do testemunho oral para o escrito e pretende ser atribuído de status de verdade, legitimar-se como instrumento jurídico, produz uma rede de informações muito úteis aos historiadores. Ou seja, os textos policiais são extremamente ricos em indícios, em sinais sobre uma cadeia amplificada de práticas e representações, de informantes e agentes da repressão, de experiências complexas e contraditórias.

Quando o “Auto de Prisão em Flagrante” documenta as prisões do menor Amilcar Ximenes Ponte e do operário Francisco Alves de Oliveira, e busca compreendê-los dentro de uma rede, ele é elaborado para oferecer indícios que configurem o crime cometido e o nome dos envolvidos e, nesta medida, passa a oferecer pistas preciosas para os profissionais da história.

Nos “Autos de Prisão em Flagrante” temos:

[...] o elemento que serviu de intermediário para a elaboração da descoberta do plano, foi o indivíduo Antonio Ferreira dos Santos, vulgo Saborá, que doutrinado para esse fim, conseguiu a mais alta confiança de referidos elementos, sabendo inclusive a data de todos os pixamentos [sic] e palestras combinadas, as quais eram automaticamente comunicadas.³⁴

Antonio Ferreira dos Santos é o informante que produz um testemunho de prova contra aquele menor e aquele operário. Prova validada pelo documento escrito produzido, pelo *status* que tal narrativa passa a ocupar.

A atuação desta personagem auxilia-nos a refletir sobre as relações colaboracionistas articuladas por parcelas da sociedade civil com o estado autoritário. Além deste caso explícito de que aqui tratamos, outros registros documentam o apoio de parcelas da sociedade sobralense ao regime de exceção, o que nos permite afirmar que 21 anos de autoritarismo não foram devidos ao uso exclusivo da força, da opressão, da censura, de cima para baixo. Isso não significa dizer que negamos o uso da força autoritária, policial, censora, repressora, mas sim que consideramos importante referenciar que outros signos compõem o roteiro de práticas e comportamentos em contextos de regime de exceção e que, essencialmente, se faz necessário compreender estados autoritários e ditaduras como produtos sociais, e não como algo estranho à sociedade, imposto a ela por meio de práticas coercitivas e manipulatórias.

³⁴ Auto de prisão em flagrante delito. 6 de setembro de 1969. Delegacia Especial de Polícia em Sobral/Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). p. 1.

A ação do informante, longe de ser uma resultante da coação, da manipulação para a infiltração e delação, é um ato deliberado, consciente, forjado a partir das relações de pertencimento com o projeto político em curso.

Evidenciar as relações colaboracionistas da sociedade sobralense com o estado autoritário contribui para relativizarmos propostas historiográficas dedicadas à afirmação da resistência democrática como um traço marcante desta sociedade. As memórias de resistência, constituídas ao longo do gradual processo de redemocratização, e elevadas à condição de mito, escondem ambivalências de comportamentos e culturas políticas autoritárias comuns às esquerdas e às direitas.

Acessar estas complexidades é um caminho que nos parece oportunizar novas interpretações sobre a ditadura civil e militar de 1964, e principalmente sobre os comportamentos sociais do povo sobralense em tempos de autoritarismo.

As memórias e os discursos que negam os anos de ditadura em Sobral, bem como a historiografia que, ao tratar sobre o tema, ergue um *panthéon* e nele faz figurar uma memória da resistência democrática, escondem ambivalências e complexidades que ainda precisam ser desvendadas.

Eis a provocação que os diálogos com as narrativas orais e os textos escritos permitem propor para a redefinição dos estudos de regimes autoritários...

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Fontes orais: história dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico. In: **A microhistória e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’Alverne ;& SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral: História e Vida**. Sobral: Edições UVA, 1997.

LABORIE, Pierre. **Le chagrin et le venin**: La France sous l’Occupation, mémoire et idées reçues. France: Bayard, 2011.

MARCOT, François; MUSIEDLAK, Didier (Orgs.). **Les Résistances, miroir des regimes d'oppression**. Allemagne, France, Italie. Actes du Colloque International de Besançon, 24 a 26 set. 2003, Musée de la Résistance et de la Déportation de Besançon, Université de Franche-Comté e Université de Paris X. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A forma oral da lei: o processo - 7 de abril - e a história. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção ideias).

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. (Coleção História).

_____. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec: Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo; Sobral: Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabogosa, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões possibilidades**. [No prelo].

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.

_____. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell [Et. Al.]. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

SOARES, José Teodoro. **A ideia de modernidade em Sobral**. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

6. O PROJETO URBANO DO REGIME MILITAR EM SOBRAL-CE

Edvanir Maia da Silveira¹

Introdução

Os estudos sobre história urbana no Brasil se concentram principalmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. A “bela época” ocupa grande parte das produções sobre a cidade, enquanto as décadas após o ano de 1950 quase não aparecem nesta historiografia. Mesmo os maiores especialistas do tema reconhecem essa lacuna na historiografia urbana. A maior parte da segunda metade do século XX está inserida na vigência do regime militar no Brasil. Cidade e ditadura é um tema ainda menos explorado. Uma investigação sobre o projeto urbano do regime militar pode trazer importantes contribuições para a história urbana brasileira, e é esse um dos propósitos deste trabalho.

A cidade de Sobral, situada na região norte do estado do Ceará, ao longo da história sempre esteve entre as mais importantes cidades do estado. Na Colônia, ainda vila, estava entre as três mais importantes da capitania. No Império, quando se emancipou, superou as suas contemporâneas, pela loca-

¹ A autora é professora do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e doutora em História pela Universidade de Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este artigo é parte da tese de doutorado defendida em março de 2013.

lização geográfica, pela sede do curato (depois diocese) e pela representação política junto ao governo imperial.² Na década de 1960, o município contava com uma população estimada em 73.716 habitantes, e com a maior renda *per capita* do estado. Nos anos 80, a cidade foi beneficiada com a implantação de um Distrito Industrial, uma das metas do Programa de Industrialização do Ceará, já que era considerado polo de desenvolvimento econômico do estado.³

Trabalhos produzidos por professores e estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, além de um conjunto de fontes documentais, dão indícios de que a aliança dos governos municipais com os coronéis cearenses e o regime militar trouxeram investimentos para a cidade de Sobral, que experimentou nas décadas de 1964-1985 a instalação de várias indústrias com importância econômica ainda hoje, infraestrutura em energia, bem como a criação do primeiro Plano Diretor e a fundação de uma universidade municipal, mais tarde transformada em Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Entre 1962 e 1996, o poder municipal foi disputado por Prado, Barreto e Ferreira Gomes. Com o golpe e o Ato Institucional número dois (AI-2), que estabeleceu o bipartidarismo, os partidos com representação em Sobral se organizaram em duas agremiações: ARENA e MDB. Os três grupos políticos, Prado, Barreto e Ferreira Gomes foram para ARENA, subdividindo-se em ARENA 1 e ARENA 2. Prado

2 GIRÃO, Glória Giovana Sabóia Mont'Alverne. *As Transformações socioculturais em Sobral (1870-1920)*. Recife, 2001. (Dissertação de mestrado).

3 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. *Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral*. Fortaleza, 1981. p. 10

e Ferreira Gomes de um lado e Barreto do outro. Os dois grupos eram aliados políticos dos governos estaduais, os coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

Qual o resultado das gestões de Prado e Barreto para o desenvolvimento local? Houve investimento no espaço urbano? O projeto urbano do regime militar teve repercussão no município de Sobral? O objetivo deste artigo é investigar as transformações urbanas operadas na cidade de Sobral no período em que o poder municipal esteve nas mãos de Prado e Barreto, que coincide com a vigência do regime militar no Brasil. A hipótese é que a aliança entre as esferas local, estadual e federal rendeu muitos investimentos em infraestrutura no espaço urbano sobralense, resultando num real crescimento do município.

O projeto urbano do regime militar

No estudo *Urbanização e centralismo autoritário*, o arquiteto Geraldo Serra afirma que a principal característica da administração pública brasileira na vigência do regime militar, que ele denomina “centralismo autoritário”, é a proposta de racionalidade nas decisões administrativas, que se efetivaria por meio do planejamento detalhado dos investimentos e dos espaços, em todos os níveis. Planejamento, centralismo e autoritarismo estavam plenamente associados neste pacto militar-tecnocrático. O planejamento era uma técnica para introdução de racionalidade nos processos de decisão e a correção dos objetivos fixados *a priori*; a autoridade era necessária para afastar os entraves internos e externos da implementação do “plano”, e a centralização das decisões impediria que os diversos agentes econômicos e políticos desobedecessem às diretrizes do “plano”.⁴

4 SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p. 146-8.

A política urbana dos militares esteve profundamente imbricada com a política econômica do regime político vigente, embora não seja consensual a interpretação sobre a política econômica de regime militar. Para Luis Prado, o projeto era o liberal, que tinha como princípios a separação entre política e economia, a não diferenciação da estrutura do Estado brasileiro para o de outros países, a ideia de que as raízes do nosso atraso estavam no populismo econômico e de que o papel do Estado seria apenas o de garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos.⁵

Para Francisco de Oliveira, o que ocorreu foi uma continuidade do modelo econômico anterior, o da *substituição das importações*. Ao mesmo tempo, o regime externalizou o padrão de financiamento da acumulação de capital, criando uma contradição entre a aceleração da acumulação e as bases do financiamento interno⁶. Com isso, a ditadura cortou a possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo. O problema gerado por isso, afirma o autor, foi que o regime jogou para uma constelação internacional a oportunidade de intervenção das classes sociais na política⁷.

Já para o historiador Damião Lima, os militares fundaram os dois principais projetos de desenvolvimento - o nacionalismo varguista e o desenvolvimentismo juscelinista.⁸ Os três

5 PRADO, Luiz D.; EARP, Fábio S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 217.

6 OLIVEIRA, F. de. Ditadura militar – a redundância autoritária. In.: REIS, D. A; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). *O golpe militar e a ditadura – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 117-123.

7 Ibid. p. 123.

8 Do ideário desenvolvimentista foi retirada a proposta de crescimento acelerado da

autores concordam num ponto: o modelo econômico executado pelo regime militar foi excludente e concentrador de renda.

A crise das cidades, gerada pela urbanização acelerada desde as décadas de 1940/50, foi, de acordo com Serra, uma preocupação do governo autoritário desde o primeiro momento. Ela foi identificada inicialmente como sendo meramente uma crise habitacional, por isso a primeira iniciativa foi criar o Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964.⁹ O historiador Damião Lima acredita que as políticas urbanas, como tantas outras, tiveram o intuito de acalmar os ânimos políticos da sociedade ansiosa por mudanças. Para isso foi criado o Sistema Financeiro de Habitação e o BNH, utilizando como fonte de recursos letras imobiliárias, cadernetas de poupança e o recém criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que era gerido pelo BNH.¹⁰ Outros órgãos de apoio foram criados, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Durante os dois primeiros anos, o BHN concentrou-se na construção de moradias; apenas em 1967 a política de desenvolvimento urbano ampliou sua atuação. No ano seguinte, foi criado o sistema financeiro de saneamento e em 1971 o BNH era transformado em empresa pública, quando passou a atuar mais fortemente no campo do desenvolvimento urbano.¹¹

economia; do ideário nacionalista, a utilização dos resultados positivos da economia para justificar a centralização política e, de ambos, o fato de a industrialização manter-se como carro chefe do projeto de desenvolvimento. LIMA, D. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

9 SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p. 146.

10 LIMA, D. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 5.

11 BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. *BNH 1974 - Relatório de Atividades*. Rio

Damião Lima diz que foram criados vários subprogramas que infelizmente não vingaram, já que demandavam a contrapartida dos estados e municípios. O projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) foi instituído e regulamentado pelo BNH em 1973, um dos poucos levados a diante. O CURA propunha o financiamento para a complementação urbana dos vazios citadino e o suprimento de redes de infraestrutura ou de equipamentos sociais urbanos. Como as obras a serem desenvolvidas, bem como, a área do CURA¹² eram definidas pela prefeitura, em obediência ao Plano de Desenvolvimento Local Integrado do município, foi grande o interesse dos prefeitos pelos empréstimos do projeto. Os recursos para pagamento dos empréstimos, teoricamente, estariam assegurados pelo aumento da arrecadação municipal, oriundos das contribuições de melhoria e do IPTU progressivo. Mesmo assim, os militares exigiam que fossem dadas como garantia dos empréstimos as cotas do ICM do município demandante e envolviam os bancos estaduais nas negociações.¹³ Apesar de tantas garantias, a liberação de recursos pelo BNH teria sido minguada; mesmo assim, o CURA constituiu-se no principal instrumento de ação do governo militar nos anos 1970.

de Janeiro: BNH, 1974. *Apud* LIMA, Op. cit., nota 21, p. 6.

12 Para a liberação dos empréstimos visando à implementação do Projeto CURA algumas exigências teriam que ser satisfeitas, além das duas já citadas, entre elas: a delimitação de uma área, chamada área CURA. O primeiro CURA deveria se dar em área carente e afastada do centro das cidades e era necessária também a elaboração de um plano urbanístico para esta área. O plano deveria conter levantamento físico e socioeconômico, comprovação da viabilidade das obras e a utilização de mecanismos fiscais e de mercado para a consecução dos objetivos do programa. (Ibid. p. 10).

13 Ao utilizarem as cotas de ICM como garantia nos empréstimos e envolver os bancos estaduais ficava garantido o pagamento dos empréstimos do projeto, pois antes de as cotas do ICM chegarem às prefeituras eram depositadas nos bancos estaduais, e nesse momento a cobrança seria efetuada. (Ibid. p. 11).

Lima acrescenta que a política nacional de desenvolvimento urbano teve mais destaque no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), mas não evoluiu o suficiente para solucionar os graves problemas de urbanização, pois incorria no mesmo erro dos anteriores – a centralização. A proposta de descentralizar os investimentos criava outra forma de centralização, com a criação dos Polos Regionais. A ideia era que após alcançar certo nível de desenvolvimento, esses polos irradiariam o progresso para regiões circunvizinhas, porém o efeito multiplicador não ocorreu nos níveis previstos.

Ao manter o viés centralizador, criando polos de desenvolvimento e submetendo a política de desenvolvimento urbano à mesma lógica da política econômica, os militares acentuaram os problemas que esses centros urbanos já enfrentavam. Os novos polos de desenvolvimento criados fora do Sudeste se converteram rapidamente em ilhas de prosperidade no mar de desemprego e de desorganização urbana no seu entorno. Em resumo, o que ocorreu foi a extensão dos problemas urbanos vivenciados pelas metrópoles para outras cidades localizadas nas regiões Sul e Nordeste.¹⁴

No ano de 1974, quando o “milagre econômico” já havia perdido força, essa política começou a ser revista, e foi criado o Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte

14 Ibid. p. 7.

Médio, que teve por objetivo aprofundar a nova aliança política celebrada entre o Governo Federal e as oligarquias regionais, já que as grandes cidades concentravam as contestações ao regime.

Em 1979, uma nova política de desenvolvimento urbano foi proposta, com a resolução 003, que criava programas que cobrissem todos os centros urbanos.¹⁵ O Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio foi, ao lado do CURA, o de maior êxito, embora não tenha tido tempo para se efetivar.

Não foram poucas as críticas ao BNH e suas práticas encontradas na literatura sobre o tema. Lima conclui que as políticas urbanas do regime, de modo geral, acabaram não trazendo os resultados esperados, primeiro porque essas políticas constituíam apenas estratégias para o governo manter-se no poder; segundo porque algumas dessas políticas sequer tiveram tempo para ser implementadas.¹⁶

A partir de 1982, o Governo Federal perde o rumo e ocorre a completa submissão do governo Figueiredo à política do FMI; dois anos depois a ditadura militar chega ao fim. Isso significa que o único programa da nova política de desenvolvimento urbano do pós 1979 a ser de fato implementado teve menos de três anos de duração, pois a partir desse

15 BRASIL. Ministério do Interior. *Resolução nº 003 de 11 de setembro de 1979*. Brasília: 1979. *Apud*. LIMA, Op. cit., nota 21, p. 11.

16 LIMA, D. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 12.

ano toda a política do governo se resumia a evitar a insolvência, a pagar os juros escorchantes cobrados pelo grande capital e principalmente elaborar a estratégia de saída do poder.¹⁷

Esse projeto urbano do regime militar chegou à cidade de Sobral por meio da ação política de seus administradores, tendo Cesário Barreto e Jerônimo Prado como principais lideranças. O BNH e órgãos auxiliares executaram obras de infraestrutura no espaço sobralense, conforme poderá se ver no decorrer deste artigo.

A administração de Cesário Barreto

O prefeito de Sobral no período do golpe que instalou o regime militar no Brasil era Cesário Barreto Lima (1962-1966). Membro da ARENA local, ele era aliado do presidente Castelo Branco e do governador Virgílio Távora, o que significava que o governo municipal trabalhava junto com o estadual e o federal na construção do novo regime.

Em *O Lado esquerdo do rio*, Herbert Rocha afirma que a cidade de Sobral sempre viveu no lado esquerdo do rio, que tinha como outro polo a linha férrea - os trilhos. Segundo ele, na década de 1970 o intratrilhos estava praticamente todo ocupado pela elite sobralense. Fora dos limites dos trilhos estabeleciam-se núcleos habitacionais de população de baixa renda e alguns sítios.¹⁸ “Intra” e “extra” trilhos. Era pejorativo no

17 Ibid. p. 13.

18 ROCHA, Herbert. *O lado esquerdo do rio*. São Paulo: Hucitec; Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e Turismo; Sobral: Escola de Formação de Saúde da Família

meio social mais abastado dizer que alguém morava “depois da linha”.¹⁹

De acordo com Luís Prado, entre 1946 e 1960, o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico, com uma das maiores taxas de crescimento do PIB do mundo. A partir de 1963-1967 o crescimento caiu pela metade; embora a solução proposta pelos economistas Roberto Campos e Octávio Bulhões tivesse início já em 1965, com o *Plano de Ação Econômica do Governo* (PAEG - 1965-1966), somente a partir de 1968 é que os resultados efetivamente apareceriam no cenário nacional.²⁰

Essa instabilidade econômica, dos primeiros anos do regime autoritário, proporcionou ao presidente Castelo Branco impopularidade, a qual foi sentida em Sobral:

Temos feito, desta coluna, reparos à política econômica do Governo Revolucionário.

Aliás, críticas formuladas no sentido construtivo, pois somos dos que aplaudiram, sem reservas, o movimento armado que derribou o des-governo passado.

Mas a verdade é que o povo, empregado o termo no significado das classes sociais em geral, já se acha cansado de suportar os sacrifícios

Visconde de Sabogosa, 2003. p. 212.

19 Ibid. p. 212.

20 PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 217.

que lhes são impostos, sob a alegativa da necessidade de corrigir erros, que vinham de muito sendo cometidos.

Ouve-se com frequência, que essa fase de transição será em breve paralisada, seguindo-se melhores dias, como fruto da sadia política financeira, capaz de sanar a inflação asfixiante, abrindo ensejo para que a Nação se integre no ritmo do desenvolvimento desejado.

.....
Os menos abastados, impacientes pela prolongada espera, já não crêem na promessa de parada de preços.²¹

As boas relações de Barreto com o presidente da República e o governador do Estado não deixaria Sobral para trás. Vídeos da imprensa oficial atestam por duas vezes a visita do presidente Castelo Branco à cidade de Sobral, durante a administração de Cesário Barreto, com o objetivo de inaugurar obras públicas.²² Virgílio Távora, governador do Estado em duas gestões (1963-66/1979-82), foi responsável por importantes obras de infraestrutura no Ceará. O governador executou várias obras na região Norte durante a gestão de Cesário Barreto (1963-1967), conforme notícia o *Correio da Semana*:

21 *Correio da Semana*. Sobral, 15 de maio de 1965.

22 *Correio da Semana*. Sobral, 01 de janeiro 1966.

ALCÂNTARAS - Em companhia de secretários de Estado, presidente e diretor da CENORTE, o governador Vírgilio Távora inaugurou oficialmente [...] a rede de distribuição de Energia Elétrica desta cidade.²³

Há muitos meses o Governo do Estado fez grandes serviços na pista de nosso aeroporto, no Bairro Betânia. [...]. Sobral precisa de um aeroporto à altura de seu comércio e de sua indústria.²⁴

Inauguração hoje em Sobral

O Exmo. prefeito municipal Cesário Barreto, no arrojo de sua grande administração, vem dotar seu município de novos benefícios, inaugurando hoje, com a presença do Sr. Governador e ilustre comitiva da capital do Estado, Grupo Escolar Da. Sinhá Sabóia, Centro Social Trajano de Medeiros, Mercado Público, e no distrito de Taperuaba, Grupo Escolar Francisco Monte. Obras estas que marcam e identificam um grande administrador.²⁵

23 Inaugurada a rede de energia elétrica de Alcântaras. *Correio da Semana*. Sobral, 18 de abril de 1965.

24 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de abril de 1965.

25 *Correio da Semana*. Sobral, 7 de agosto de 1965. Outra nota dá a mesma notícia: *Correio da Semana*. Sobral, 31 de julho de 1965.

A cooperação política entre Barreto e Távora era recíproca, e a parceria durou por todo o período em que os membros da família Barreto estiveram na chefia do poder municipal. Castelo Branco e Virgílio Távora até chegaram a receber título de cidadania sobralense na gestão de Cesário Barreto.²⁶

De acordo com a historiografia econômica, nos anos 1960, com o objetivo de conter as disparidades regionais, o Nordeste passou por um processo de intervenção estatal patrocinado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A meta era implantar infraestrutura, modernização das atividades existentes e a instalação de novos investimentos, mas o planejado não ocorreu de forma equilibrada, pois Bahia e Pernambuco foram os maiores beneficiários, sobrando ao Ceará apenas 8,6% dos investimentos.²⁷ Para compensar tais desequilíbrios foi criada em 1962 a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), que articulada ao Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I) do governo Virgílio Távora e à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) dotaram o território cearense de fixos necessários à atividade industrial, como a subestação da Usina de Paulo Afonso na região do Cariri, no sul do estado.²⁸

O modelo econômico cearense nestas duas décadas era o mesmo projeto dos militares, a formação de polos regio-

26 CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL. Projeto de Lei nº 26/65. Sobral, 28 de outubro de 1965.

27 ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial: A Inserção de Sobral (CE) na Divisão Espacial da Produção Calçadista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. p. 59.

28 Ibid. p. 71.

nais, sendo a dinamização dos centros regionais - as cidades médias - a mola propulsora do desenvolvimento da região. Apesar do sucesso na atração de investimentos, os estabelecimentos industriais concentraram-se basicamente na Região Metropolitana de Fortaleza, ficando o interior do estado carente de investimento. Para remediar a situação, foi criado o projeto Asimow. De acordo com a geógrafa Virgínia Holanda, a ideia foi do professor Morris Asimow, do Departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA), que visava integrar os estudantes da referida universidade aos problemas ligados à industrialização nas regiões menos desenvolvidas do mundo. O projeto teria sido aplicado em 1962 no Cariri, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o BNB. Em 1966, sob a coordenação da equipe cearense, o projeto manteve a ideia original, mas recebeu a denominação de Projeto Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE) e foi aplicado em Sobral.²⁹

Segundo Holanda, o objetivo do PUDINE era incentivar a criação de pequenas e médias empresas, capacitar a força de trabalho local e fomentar políticas públicas que garantissem a modernização do espaço sobralense. Sobral há muito ocupava um lugar importante na história da indústria cearense. A escolha da cidade foi baseada nos seguintes critérios: contingente populacional, localização geográfica, existência de um distrito industrial, rede rodo-ferroviário para transporte de cargas, presença de uma base industrial ligada, sobretudo, ao setor tradicional.³⁰

29 HOLANDA, Virgínia C. Cavalcante. *Dinâmica socioespacial de uma cidade média/ Sobral-CE*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000. p. 105.

30 Ibid. p. 105.

Embora os efeitos do PUDINE tenham aparecido efetivamente apenas nas administrações posteriores à de Barreto, duas importantes indústrias foram instaladas naquela época, e ainda trazem importantes resultados para a economia local: *Moageira Serra Grande Ltda* e *Del Rio refrigerantes*, ambas instaladas em 1964. Além das indústrias, os serviços receberam investimentos do poder local, especialmente no ano de 1965. Na prestação de contas da sua administração, o prefeito Cesário Barreto destaca: “Fomento à Produção; Instrução Pública; Previdência e Assistência Social; Habitação e Serviços Urbanos’ e outros serviços complementares [...] de sua profícuca administração.”³¹

O sistema de telefonia também foi melhorado:

Inaugurado em Sobral o Sistema de Micro-Ondas

Foi solenemente inaugurado em Sobral no dia de ontem o Serviço de Micro-ondas instalado à rua Comendador Rocha 166 em moderníssimo prédio.

A mencionada festividade contou com a presença de várias autoridades civis, militares e eclesiásticas que viram de perto mais uma grande obra do Governo do Estado. Contando com 8 cabines luxuosamente decoradas para bem servir o povo da Princesa do Norte, **o serviço de Micro-ondas** esta sobre a orientação do Ilmo Sr. Capitão Lima, **é um grande passo para levar nossa ter-**

31 *Correio da Semana*. Sobral, 22 de maio de 1965.

ra ao progresso.

O Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fez a primeira ligação telefônica da Capital para Sobral, e nesta oportunidade falou com sua Excia. Dom Walfrido Teixeira Vieira. As outras ligações que sucederam à primeira, foram feitas pelo Governador Virgílio Távora com o Prefeito Cesário Barreto e o Prefeito de Fortaleza com o Presidente da Câmara Municipal.³² (Grifos nossos).

Várias outras obras de infraestrutura e serviços foram noticiados pela imprensa durante a administração de Cesário Barreto no ano de 1965, como a verba de 45 milhões de cruzeiros na construção do Mercado Público, que seria uma de suas maiores realizações;³³ a verba de dez milhões de cruzeiros, que o prefeito conseguiu junto ao governador Virgílio Távora para a extensão do serviço de águas até as casas populares que estavam sendo construídas pela prefeitura;³⁴ a inauguração do moderno galpão para verdureiros junto ao mercado municipal, construído em curto espaço de tempo; a nova Avenida Eurípedes Ferreira Gomes, que dá acesso ao clube AABB, também construída em parceria com o Governo do Estado³⁵ e a fábrica de cimento de Sobral, que deveria ser concluída até o fim do corrente ano.³⁶

32 *Correio da Semana*. Sobral, 26 de junho de 1965.

33 *Correio da Semana*. Sobral, 5 de junho de 1965.

34 *Correio da Semana*. Sobral, 12 de junho de 1965.

35 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de abril de 1965.

36 *Correio da Semana*. Sobral, 1º de maio de 1965.

Cesário Barreto não conseguiu eleger um sucessor, mas os investimentos continuaram a acontecer em Sobral sob a chefia de outro líder da ARENA, Jerônimo Medeiros Prado.

Jerônimo Prado e “milagre” econômico em Sobral-CE

De acordo com estudo de Luís Prado, as bases para o “milagre econômico”³⁷ estavam montadas. Uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial garantia a sustentação do regime e a repressão aos movimentos oposicionistas.³⁸

Em Sobral, os resultados do projeto econômico planejado nos primeiros anos do regime militar apareceriam na administração de Jerônimo Prado, quando várias indústrias foram instaladas na cidade. Dos eixos propostos pelo projeto, resultou a instalação de três importantes empresas na cidade: a Companhia Sobralense de Material de Construção (COSMAC-1965); Lactínio Sobralense Limitada (LASSA-1969) e Industrial Cearense de Castanha de Caju (INCASSA-1968) com o beneficiamento da matéria-prima regional:

Para cada três cruzeiros investidos no interior do estado, um se destinava a Sobral. Deve-se enfatizar que todas as implantações realizadas

37 Segundo Damiano Lima, a denominação “Milagre Econômico” para o período de 68/73 foi dada pelos próprios técnicos do governo, numa alusão ao desenvolvimento japonês e alemão que também tiveram essa denominação. LIMA, D. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 20.

38 PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207.

neste período, em Sobral, creditaram-se ao patrocínio do PUDINE, o que, por si só, é um atestado do papel preponderante do Programa para a industrialização da região.³⁹

Assim, o município contava na década de 1960 com um parque industrial diversificado: aproveitamento dos produtos agrícolas e extrativos (algodão, mamona e oiticica); indústrias diversificadas (curtume, sandálias, móveis, molas, refrigerantes) e a implantação planejada. Merece destaque, ainda, o artesanato de chapéu de palha de carnaúba, que foi criado em 1910, chegando à década de 1960 como principal produto exportado pelo município, vendido em escala internacional.⁴⁰

A cultura desenvolvimentista disseminada em nível nacional pelo o que se chamava de “milagre econômico”, propiciado pelo regime vigente, foi propagada em Sobral pelo jornal *Correio da Semana*. A instalação de indústrias, obras de infraestrutura, encontros desenvolvimentistas, tudo era noticiado nas páginas do semanário, que não fazia distinção entre as administrações Barreto e Prado, afinal, ambos eram da ARENA, e por sua vez aliados ao projeto político do regime militar. O discurso desenvolvimentista propagado pelo *Correio da Semana* ficou evidente especialmente no ano de 1968: “Sobral crescerá mais em 68”, “Sobral, arrancada para o desenvolvimento”, foi o lema lançado pelo jornal. O número de 13 de janeiro de 1968 enumera um conjunto de indústrias que estavam sendo instaladas na cidade e seu efeito na economia local:

39 ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e Reestruturação Socioespacial: A Inserção de Sobral (CE) na Divisão Espacial da Produção Calçadista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. p. 73.

40 Ibid. p. 74.

Sobral já dispõe de várias indústrias, porém ainda temos muito a expandir nesse campo inesgotável da nossa região – O Pudine projetou e está ajudando a instalar mais três, Lassa, Cosmac e Incassa – Indústria de lenços é pioneira.⁴¹

Percebe-se nesses textos uma euforia desenvolvimentista. Essas ideias se inseriam no conjunto discursivo que emanava do Governo Federal no intuito de criar uma cultura de desenvolvimento. Mesmo nos artigos em que são ressaltados os problemas econômicos, as críticas são sempre construtivas, incentivadoras ao governo e ao desenvolvimento local: “Sem energia de Paulo Afonso em Sobral não teremos fábrica de cimento. [...]. Os líderes devem se movimentar e é bom que se verifique, se tudo corre dentro do prazo normal e hábil.”⁴²

Além das obras de industrialização, o *Correio da Semana* enumera várias outras obras executadas durante a administração de Jerônimo Prado na cidade, tais como: a fundação da Universidade Vale do Acaraú – UVA (1968); a construção do Estádio Plácido Aderaldo Castelo (1968); da Casa de Saúde e Maternidade Perpétuo Socorro – Hospital Dr. Estêvam (1970); a conclusão do Aeroporto de Sobral (1971); da Rodovia Sobral-Fortaleza (1968); grupos escolares nos distritos; Fábrica de Cimento Portland (1968); Distrito Sanitário da 2ª Região de Sobral, entre outras.

O governador do Estado era Plácido Castelo (1967-1971), que embora não tivesse a patente nem o prestígio dos

41 *Correio da Semana*. Sobral, 13 de janeiro de 1968.

42 *Correio da Semana*. Sobral, 6 de janeiro de 1968.

coronéis, não fugiu da indicação do regime militar.⁴³ Há várias notas no jornal *Correio da Semana* dando conta da presença do governador na cidade ao lado de prefeito Jerônimo Prado. Durante a sua gestão foi construído o Estádio Plácido Aderaldo Castelo em Sobral. As condições econômicas da cidade pareciam ser das melhores: “a implantação de novas indústrias em Sobral durante 1968 fará obviamente aumentar a nossa renda “per capita”, no momento a melhor do Ceará”.⁴⁴

A indústria aparece como carro chefe nos investimentos locais:

Sobral crescerá mais em 1968

Jamais num só ano NOSSA CIDADE anunciou ao mesmo tempo tantos investimentos e realizações que, somados, representam força suficiente para impulsionar de uma vez por todas a economia local.

Fábrica de Cimento – Indústria de Laticínios – Companhia de Material para Construção e Beneficiamento da castanha de caju, somam Ncr\$ 9. 995.316,50. Teremos Energia de Paulo Afonso – Agência do Banco da Bahia e Inaugurações de Grupos Escolares.

Um cinturão de asfalto fará sensível alteração na periferia da cidade, quando da realização da Avenida do Contorno que desvia-

43 PARENTE, Josênio C. O Ceará e a modernidade. In: *A Era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 401-402. O estádio foi concluído no governo Virgílio Távora.

44 *Correio da Semana*. Sobral, 6 de Janeiro de 1968.

rão o tráfego de carros pesados do centro.

Existe a possibilidade da inauguração ainda este ano do Estádio Municipal. Enquanto a conclusão do asfaltamento Sobral-Fortaleza é ponto Pacífico.

[...] Aumentaremos mais ainda este ano a nossa exportação e arrecadação. Teremos dezenas de oportunidades de emprêgos e as novas estradas nos ligarão com outras mais longínquas e comercializáveis. Sobral será mais Sobral.⁴⁵ (Grifo do autor).

Além da indústria, a montagem de uma infraestrutura de serviços se consolidou na administração de Jerônimo Prado. O gestor se destacou nos investimentos em educação e modernização do espaço urbano da cidade. Foi da sua gestão a implantação do ensino ginásial (5^a a 8^a série) nas escolas municipais, a criação da Universidade Vale do Acaraú-UVA (1968), a inauguração do Museu Diocesano (1971) e a elaboração do primeiro Plano Diretor de Sobral (1967).⁴⁶

Durante as décadas de 1960/1980 *desenvolvimento* era a palavra-chave na região de Sobral, tornando-se pauta permanente de seminários locais e regionais, tanto em momento de crescimento como de crise. O tema era colocado

45 *Correio da Semana*. Sobral, 13 de janeiro de 1968. Outras manchetes ainda indicam aumento nas exportações, sendo o principal produto o chapéu de palha, acompanhado dos tecidos. Valor das exportações: Chapéu de palha – NCr\$ 2.038.024,00 e tecidos – NCr\$ 1.147.541, 74. *Correio da Semana*. Sobral, 13 de janeiro de 1968.

46 LIMA NETO, José. *Sobral e a administração de Jerônimo Medeiros Prado*. 2009. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2009. p. 82.

em evidência pelo Conselho de Desenvolvimento de Sobral (CODESO), que existiu durante quase três décadas, organizando eventos ou solicitando recursos para superação das crises econômicas temporárias. Se havia alguma crise econômica em andamento, sem dúvida havia, na mesma medida, uma iniciativa de discussão, planejamento e execução de políticas que garantissem a continuidade do desenvolvimento de Sobral. Essas ações contaram com a participação efetiva de instituições de caráter muito diverso, grupos sociais, que de algum modo tinham interesse no futuro da cidade. Os clubes de serviços aparecem com frequência na promoção desses eventos.

A modernização do espaço urbano

O processo de urbanização dos centros regionais nordestinos, entre as décadas de 1960 e 1980, é resultado tanto da implantação de novas indústrias, como de uma estrutura de serviços, embora haja divergência entre os geógrafos sobre a ordem de importância de cada uma delas.⁴⁷ No Plano Diretor de Sobral de 1967, a concepção da primazia dos serviços no desenvolvimento local é evidenciada: “A situação geográfica, redes de comunicações e concentração de serviços fazem de Sobral um centro regional de primeira categoria no estado.”⁴⁸

Energia, água e telefonia eram serviços essenciais que deveriam ser oferecidos por um polo regional. Entre os anos de 1960 e 1970 existiam, no Ceará, quatro empresas de distribuição de energia elétrica. A Companhia Centro-Norte

47 JUNIOR, Marta Maria. *Cidades Médias: uma abordagem da urbanização cearense*. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003. p. 58.

48 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. Plano Diretor de Sobral. Sobral, 1967.

de Eletrificação do Ceará (CENORTE), que atendia a região Norte do estado, foi contratada pela prefeitura de Sobral em 1968 para atender a eletrificação do município, viabilizando a energia de Paulo Afonso: “Sobral está em festa, a energia de Paulo Afonso está aí, um sonho que parecia irrealizável. Algo de irreal e que por passos de mágica tornou-se real, concreto, palpável, estuante de força”.⁴⁹

Para o jornalista Ribeiro Ramos, o mérito foi principalmente de Virgílio Távora, que se consagraria como referencial da eletrificação do Ceará, embora ele não deixasse de ressaltar a iniciativa do prefeito Jerônimo Prado e o apoio do ministro das Minas e Energia, o cearense coronel Costa Cavalcante, representante do presidente Artur da Costa e Silva no evento de inauguração da obra.

Em 1971 foi criada a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE) que incorporou as quatro companhias regionais, passando a fornecer energia da hidrelétrica de Paulo Afonso para todo estado.⁵⁰ Na elaboração do Plano Diretor do Distrito Industrial, em 1975, a estrutura de energia de Sobral foi considerada satisfatória.⁵¹

O sistema de abastecimento de água de Sobral estava sob a responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), criado em 1961; no entanto, de acordo com o historiador José Lima Neto, até 1967 o serviço era fornecido de forma precária, devido aos poucos recursos revertidos para o

49 *Correio da Semana*. Sobral, 6 de setembro de 1968. *Apud* LIMA NETO, José. *Sobral e a administração de Jerônimo Medeiros Prado*. 2009. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2009. p. 59.

50 *Ibid.* p. 59. Atualmente a COELCE se encontra privatizada.

51 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16). p. 25.

SAAE, que tornava seu serviço bastante deficitário. A situação teria se modificado quando a prefeitura fez convênio com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), que passou a reger a administração, a operação e a manutenção do sistema de abastecimento de água em Sobral até a retomada da autarquia pela Prefeitura em 2001.

Ainda em 1969, num convênio da Prefeitura de Sobral com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi construída uma adutora para trazer água do açude Aires de Souza⁵² para Sobral, sistema ainda em funcionamento atualmente. A imprensa da época noticia esta como uma importante obra de serviço para a cidade:

Sem a menor dúvida, êsse será o maior serviço que a Sobral, prestará em sua gestão o atual prefeito Sr. Jerônimo Prado. Trata-se de realização de vulto muito reclamada pelas necessidades da cidade, a qual além de ser uma das maiores do interior cearense, experimenta no momento fase de grande expansão demográfica e animador progresso industrial. Bem inspirado andor o chefe do Executivo sobralense ao cuidar de resolver o magno problema, que se insere entre os primeiros de qualquer cidade civilizada.⁵³

52 O açude situa-se no distrito de Jaibaras, próximo à cidade de Sobral.

53 *Correio da Semana*. Sobral, 19 de abril de 1969. O investimento foi da ordem de 1 milhão e 800 mil cruzeiros novos. Transcrito do Jornal *Unitário*. Fortaleza, 2 de abril de 1969.

O mesmo periódico destaca a citada obra como exemplo do planejamento que caracterizava as políticas públicas naquele período:

[...]. Vivemos a época das administrações planejadas, mesmo na esfera municipal. Acabou-se o tempo das improvisações, do emprêgo dos recursos públicos fora de uma escala de prioridades indicadas pela mão dos técnicos. Já é hora das nossas cidades maiores irem pensando em problemas básicos, agora que contam com maior soma de receitas. Planifiquem bem, planifiquem com acerto, que depois os recursos de fora serão mais fáceis de obter. Ficar de braços cruzados modorrando em rotina, sem nenhum arrôjo, é atitude condenável, porque as coisas não costumam cair do céu para serem colhidas sem trabalho.⁵⁴

Nas comunicações, o sistema de telefonia, criado em 1954, foi ampliado em 1965 e melhorado em 1969, num convênio com a empresa *Siemens*, que ampliou o sistema para 200 terminais, melhorando a comunicação. De acordo com a imprensa, em 1975 o município foi o primeiro grande centro urbano do interior cearense a dispor do sistema DDD/DDI da Embratel: “as obras constarão de duas centrais: uma urbana com 3.000 terminais e outra de trânsito.”⁵⁵ A cidade sediava a

⁵⁴ *Correio da Semana*. Sobral, 19 de abril de 1969.

⁵⁵ *Correio da Semana*. Sobral, 16 de agosto de 1975.

central dos Correios e Telégrafos para a região, contava com três emissoras de rádio e recebia imagens das estações de televisão de Fortaleza.

De acordo com estudos do geógrafo Airton da Silva, sobre a expansão urbana de Sobral, foram vários investimentos em habitação popular entre as décadas de 1960 e 1990. Ele afirma que o primeiro conjunto habitacional de Sobral foi construído no bairro do Junco, com recursos do Governo Federal, por meio da Fundação Casa Popular (FCP), entre 1956-1960.⁵⁶ Com a criação do BNH, em 1964, e o Sistema Financeiro de Habitação, o Governo Federal, em parceria com o Estado em vários municípios cearenses, construiu alguns conjuntos habitacionais.⁵⁷ O conjunto habitacional de Sobral, com financiamento do BNH, foi construído no Bairro Sinhá Sabóia, pela Lei nº. 53/68 de 2 de janeiro de 1968. Um projeto de lei municipal foi aprovado para a construção de cerca de 470 casas, financiado pelo Banco Nacional de Habitação e executado pela prefeitura:

Medidas legislativas já adotadas por essa egréria câmara, possibilitaram a Prefeitura programar a construção de 470 (quatrocentos e setenta) casas populares no bairro

56 SILVA, José Airton da. *A expansão urbana de Sobral: agentes sociais, processos e formas espaciais da cidade (1960-1996)*. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2000 *apud* RODRIGUES, Antônia Helaine Veras. *Especulação imobiliária na cidade de Sobral, Ceará: um estudo dos loteamentos Morada do Planalto e Rosário de Fátima*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

57 RODRIGUES, Antônia Helaine Veras. *Especulação imobiliária na cidade de Sobral, Ceará: um estudo dos loteamentos Morada do Planalto e Rosário de Fátima*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. p. 41.

“SINHÁ SABÓIA”, nesta cidade, cujo anteprojeto, elaborado pela COHAB-CE, já obteve aprovação do Órgão financiador do programa, no caso, o Banco Nacional de Habitação. Ocorre que, para aprovação definitiva do programa, se faz mister a adoção de providências que cabem a prefeitura, como seja: - elaboração de projetos de rede de abastecimento d’água e fornecimento de energia elétrica, assim como, a urbanização do terreno. Tais projetos exigem grandes recursos para serem executados. Porém o B.N.H os financia, a prazo de 5 (cinco) anos, possibilitando a prefeitura executa-los, o que não seria possível como recursos próprios. Quanto ao mérito do empreendimento, não se faz mister ressaltá-lo de vez que **salta a vista de quem quer que deseje o desenvolvimento de Sobral**. Face as considerações supra, solicito o exame e aprovação das providências constante desta mensagem, renovando a Egréria Câmara protestos de distinta consideração e maior apreço.⁵⁸

58 Justificativa da Lei nº. 53/68. Mensagem nº. 01/68 do Prefeito Jerônimo Prado a Câmara Municipal de Sobral. 2 de janeiro de 1968. *Apud* LIMA NETO, José. *Sobral e a administração de Jerônimo Medeiros Prado*. 2009. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2009. p. 54. Há divergência nas informações sobre o número de casas construídas.

Entre a aprovação do projeto e o início das obras, passaria quase um ano. O projeto foi enviado/aprovado em janeiro, e em outubro as obras de terraplanagem do terreno foram executadas.⁵⁹ Em 1969, o presidente da COHAB visitou Sobral para acompanhar as obras de habitações populares em vias de conclusão:

O coronel Breno Vitoriano, presidente da Cohab, em recente estada na Princesa do Norte, visitou, em companhia do prefeito Jerônimo Medeiros Prado, a construção de um núcleo de casas populares, em número de 475, em vias de conclusão, no Bairro Sinhá Sabóia. Referidas habitações, ao que ficou deliberado, deverão ser inauguradas em Junho próximo.⁶⁰

Tudo indica que as obras foram concluídas em 1970, resultando em 500 casas no bairro COHAB I e 400 casas na COHAB II. Nos anos de 1980, foram criados os bairros Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes, Grajaú (1982) e conjunto habitacional Ursulita Barreto (1983). Na década de 1990, o Programa Municipal de Habitação criou o bairro Santo Antônio, com 150 casas e doação de 90 lotes, o Conjunto Habitacional Prefeito Cesário Barreto, com 300 casas, no bairro Betânia e o Conjunto Habitacional Dom José, conhecido como COHAB III.⁶¹

59 *Correio da Semana*. Sobral, 26 de outubro de 1968.

60 *Correio da Semana*. Sobral, 10 de maio de 1969.

61 RODRIGUES, Antônia Helaine Veras. *Especulação imobiliária na cidade de Sobral*,

Evidentemente, os investimentos públicos nem sempre atenderam à maioria da população, quando se afirma que a cidade recebeu muitos investimentos, não se quer dizer que a maioria da população tenha sido beneficiada por esses projetos. Os próprios documentos institucionais deixam clara essa situação, em que muitos setores da sociedade deixaram de ser beneficiados. Essas contradições são evidenciadas em documentos como o *Plano Diretor de Sobral de 1967* e o *Plano Diretor do Distrito Industrial de 1981*, quando estudos prévios foram elaborados para justificar a necessidade desses investimentos.

Sobre o sistema de água, por exemplo, encontraram-se informações que, apesar dos investimentos no setor, parte da população ainda contava apenas com chafarizes, já que não podiam arcar com as despesas de instalação dos equipamentos nas suas casas. Não havia sistema de esgoto, apenas fossas sépticas ou secas. No setor elétrico, a zona rural praticamente não era atendida.⁶²

Do ponto de vista das habitações, Sobral tinha problemas muito semelhantes à maioria das cidades nordestinas. As habitações de taipa representavam quase metade dos domicílios. A iniciativa da prefeitura de construir habitações populares em 1965, não rendeu o resultado esperado, já que não houve um plano urbanístico que desse suporte às obras. O número de residências construídas foi muito pequeno e não foram estabelecidos critérios básicos de distribuição nem um plano de aquisição da casa pelo usuário, fator de desestímulo à conservação do imóvel.⁶³

Ceará: um estudo dos loteamentos Morada do Planalto e Rosário de Fátima. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. p. 40-41.

62 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16). p. 25.

63 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16).

Em depoimento, Osvaldo Aguiar denuncia que vários bairros populares foram constituídos a partir de ocupações incentivadas pelo próprio poder público. José Prado, Joaquim Barreto e mesmo José Euclides F. Gomes Júnior teriam incentivado a população a ocupar terras da prefeitura para construir suas habitações. No processo de instalação, as pessoas sempre recorriam aos administradores, requerendo material de construção, o que acabava por mantê-los dependentes dos favores políticos que garantiam a permanência desses grupos no poder.⁶⁴

Mesmo com os investimentos do BNH, parece não ter modificado o quadro habitacional, de forma substancial, pois dados do Plano Diretor dizem que as 32 habitações construídas com recursos municipais apresentavam melhores condições que as construídas pelo BNH.⁶⁵ Aliás, não foram poucas as críticas à ação do BNH em nível nacional, estadual e municipal. O Plano Diretor de Sobral de 1967 diz ainda que três anos após a fundação do BNH, não se alcançou a cifra de 30 mil habitações novas em todo o território nacional para uma necessidade avaliada em 400 mil unidades.⁶⁶ Além da lentidão na execução das construções, constatou-se também que os programas não conseguiram atender as camadas sociais de baixa renda, que eram majoritárias. O documento conclui que o quadro poderia ser revertido, mas tudo indicava que as prefeituras não estavam aparelhadas para sua efetiva participação no plano nacional de habitação.⁶⁷

p. 3, 4, 9.

64 AGUIAR, Osvaldo. Entrevista concedida à autora em 14 de nov. de 2012.

65 Pesquisa Local Censitária - 1974. Distrito Industrial de Sobral. Plano Diretor. Sobral, CE. p. 33-34.

66 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16). p. 3.3.14.

67 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito In-

É preciso salientar que mesmo não tendo alcançado o resultado esperado, pois *crescimento* nem sempre é acompanhado de *equidade*, os investimentos do BNH chegaram a Sobral; isso significa que de algum modo a cidade estava sob a proteção do poder vigente. O aumento populacional de Sobral entre 1950 e 1990 foi acima da média do Ceará, com a população urbana superando a rural.⁶⁸

TABELA 2 - Sobral: crescimento populacional e taxa de urbanização

Ano	População Total	População urbana	População rural	Taxa de urbanização
1950	70,011	26,432	43,579	37,75%
1960	73,716	37,706	33,010	51,15%
1970	90,948	56,827	34,121	58,92%
1980	104,577	76,042	28,535	69,83%
1991	127,459	103,868	23,621	81,47%

Fonte: IBGE.

E a crise econômica?

Os investimentos planejados continuavam a se efetivar em Sobral nos anos 1970, apesar da crise econômica em nível nacional. Na divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, realizada pelo IBGE em 1972, Sobral reforçava seu papel como centro regional, sendo definido como centro comercial e industrial no noroeste do Ceará⁶⁹. No Plano governamental

dustrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16). p. 3.3.15.

68 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16). p. 24 a 43.

69 HOLANDA, Virgínia C. Cavalcante. *Dinâmica socioespacial de uma cidade média/ Sobral-CE*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará,

do Estado do Ceará (PLAIG) para 1971-1974, definem-se, com base nesses estudos, quatro grandes regiões polarizadoras: Fortaleza, Sobral, Crato-Juazeiro do Norte e Iguatu.⁷⁰

José Parente Prado foi o sucessor de Joaquim Barreto na administração municipal. Filho do ex-prefeito Jerônimo Medeiros Prado, o mesmo ingressou na política em 1972, como prefeito de Sobral (1973-1976). As práticas “populistas” lhe deram o título de *Zé dos Pobres*.⁷¹ Na sua gestão instituiu a festa do Bicentenário da Vila Distinta e Real de Sobral, bem como o brasão, o hino e a bandeira da cidade, no ano de 1973.⁷² O evento foi uma grande exaltação da majestade sobralense e a palavra desenvolvimento ofuscava, a todo instante, qualquer manifestação de crise em andamento.

O evento, que tinha na comissão de honra o presidente Garrastazu Médici e o governador César Cals de Oliveira Filho, ganhou as páginas dos maiores jornais da capital (*O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Correio do Ceará*, *Tribuna do Ceará*) e do *Correio da Semana*; muitos criaram um caderno especial para a comemoração.⁷³ No caderno do jornal *O Povo*, há

Fortaleza, 2000. p. 52. Regiões funcionais urbanas foi uma denominação criada pelo IBGE em 1972, definido a partir do método de contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços, a economia e a população.

70 Ibid. p. 52.

71 SOBRAL, Valério. *Semana Bandeira Branca*. Disponível em: souchocolatenaodesisto.blogspot.com. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

72 BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. *Administração Moderna* – caminhando com o povo. Sobral, 1992. p. 33. Os símbolos do municípios foram pensados já na administração de Jerônimo Prado em 1970. (*O Povo*, 13 de fev. de 70. Acervo Pe. Lira) Ainda hoje o aniversário da cidade é comemorado pela data de fundação da vila e não pela data de emancipação política.

73 Cf. Acervo Padre Lira. Museu Dom José. Sobral, 1973. O monumento ao Eclipse de 1919 foi inaugurado durante as comemorações do Bicentenário da Vila.

duas páginas dedicadas à história do crescimento econômico sobralense, reproduzidas do jornal *Correio da Semana*. Nelas é possível perceber uma perspectiva promissora de continuidade do desenvolvimento local:

Com o advento dos incentivos 34/18, a chegada da energia farta de Paulo Afonso e o apoio financeiro oferecido pelo BNB, nova fase vem de ser marcada na economia sobralense, a partir da década de 60 deste século: a civilização industrial sobralense. Dessa nova geração, é a Indústria Sobralense de Castanhas de Caju S.A (INCASSA), [...]; a Cia Sobralense de Material de Construção (COSMAC), [...]; a Cia Cearense de Cimento Portland (CCCP), primeira fábrica de cimento do Ceará e uma das mais modernas do Nordeste; a Laticínios Sobralense S.A (LASSA), [...]; para citar apenas as mais importantes.

Resta, apenas, a criação do nosso Distrito Industrial, que não tardará muito como consequência da própria conjuntura.⁷⁴

Na *Tribuna do Ceará*, é dada ênfase às ações do Governo do Estado na cidade, e uma frase do governador César Cals ganhou destaque: “Sobral é parcela viva no desenvolvimento cearense”.⁷⁵ O encontro regional que levava o go-

74 *Correio da Semana*. Sobral, 5 de julho de 1973.

75 *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 5 de julho de 1973.

verno aos municípios fora programado para Sobral, coincidindo com as comemorações do Bicentenário⁷⁶; mesmo com um evento dessa natureza, não deixam de aparecer as contradições dessa tão majestosa princesa. O artigo de Edmundo de Castro, na *Gazeta de Notícias* dá algumas alfinetadas:

Sobral de muitas igrejas, de palácio e museus, de gente humilde nos bairros pobres, de muitas lavadeiras nas margens dos rios Acaraú e Jaibaras. De duas câmaras municipais, uma vez por outra, de algumas anormalidades e outros tantos contrastes. Sobral que constrói a mais moderna estação de tratamento de água do estado e que deixa cair o centenário Teatro São João. Sobral dos mocambos do Sumaré, de onde se avista o conjunto da Cohab com cerca de quatrocentas casas desocupadas.⁷⁷

O discurso desenvolvimentista continuava em pauta. Em 1974 há registros de um plano de desenvolvimento para a cidade, realizado numa parceria entre a Sudene, a Sudec e a Prefeitura de Sobral, conforme matéria de capa do jornal *Correio da Semana*:

Primeira etapa do estudo para o plano urbanístico(sic) já foi concluída. O Dr. Jorge Neves encerrou na última sexta-feira a primeira etapa dos estudos que realiza em Sobral, des-

76 *Correio da Semana*. Sobral, 5 de julho de 1973.

77 *Gazeta de Notícias*. Fortaleza, 1º de julho de 1973.

de o início da semana que se finda, para elaboração definitiva do Planejamento Urbano de Sobral, para um prazo de dez anos.

Aquele conceituado técnico do nosso Estado está retornando a Fortaleza, muito embora aqui permaneçam os demais integrantes da equipe, a fim de darem prosseguimento ao trabalho que deverá ficar encerrado nos próximos dias.

O Planejamento Urbano de Sobral é um convênio entre a Sudene, Sudec e Prefeitura de Sobral a exemplo do que acontece em outras grandes cidades e que dará condições a nossa cidade, de nos próximos dez anos, crescer ordenadamente, o que aliás, não acontece no momento.

O Plano de aproveitamento do Tamarindo em melhores condições, já estudado pela Prefeitura de Sobral, constará do planejamento urbanístico de Sobral, segundo adiantou o Dr. Jorge Neves.⁷⁸

No final de 1974, o estudo foi concluído, e em entendimento com as autoridades municipais, empresários e corpo docente da Universidade Vale do Acaraú, a equipe dirigente do projeto traçou as linhas gerais de aplicação do plano, ainda na administração de José Prado, devendo sua implantação ser feita mediante convênio da Prefeitura de Sobral com a Sudec,

78 *Correio da Semana*. Sobral, 20 de julho 1974.

que prestaria toda a assistência técnica.⁷⁹ Tais estudos visavam à implantação do Distrito Industrial de 1981, uma das últimas intervenções estruturais no município sob a égide dos coronéis no Ceará: “César Cals, nos últimos dias do seu governo lançou a pedra fundamental do Parque Industrial de Sobral, uma das bases do atual desenvolvimento de nossa terra”.⁸⁰

Nas eleições de 1976, José Prado elegeu seu sucessor José Euclides Ferreira Gomes Júnior (1977-1982), com o slogan *de Zé pra Zé, do jeito que o povo quer*. Foi a única vez, durante o regime militar, que uma facção política local fez seu sucessor. Pouco depois da eleição, Ferreira Gomes rompeu com Prado e criou a terceira agremiação política – a ARENA III. Há várias notas na imprensa acerca das divergências entre o prefeito e o vice, noticiada inclusive pela televisão,⁸¹ todavia, a volta de Virgílio Távora ao governo do Estado trouxe novos investimentos para Sobral, o que significava que as divergências em nível local não chegaram a tisonar a boa relação do município com o Estado. Virgílio Távora teria sido o conciliador que acabou com a contenda entre o prefeito e o vice-prefeito.⁸²

O ano de 1979 teve como marco a *Operação Sobral I*. O projeto era parte do segundo plano do governo do Estado (PLAMEG II), posto em prática no segundo mandato de Virgílio Távora (1979/1982). A operação previa investimentos em educação, indústria, auxílio ao homem do campo, comunicação e transportes, além de obras de urbanização, que totalizavam um investimento de 5 milhões de cruzeiros (Cz\$

79 *Correio da Semana*. Sobral, 19 de outubro de 1974.

80 *O Debate*. Órgão das Alunas do Ginásio Santana. Sobral, março de 1975.

81 *Correio da Semana*. Sobral, 14 de junho de 1980.

82 *Correio da Semana*. Sobral, 6 de dezembro de 1980.

5.000,00).⁸³ Várias matérias do governo foram publicadas em páginas inteiras do jornal *Correio da Semana*:

Somente a asfaltagem da cidade justificaria a gratidão dos sobralenses, mas são tantas as benfeitorias que se processam em Sobral que nos permitem antecipar um muito obrigado ao Sr. Virgílio Távora.

As obras do Estádio do Junco já em fase de conclusão, a estrada em solo asfáltico ligando Patriarca a Sobral, que por sinal beneficia 50 por cento da estrada Sobral -Santana do Acaraú, a perfuração de poços, a iluminação pública, a construção de prédios como DELEGACIA DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS, AEROPORTO e mais uma gama de outras providências, aí estão para provar a eficiência da **Operação Sobral I**. É bem verdade que muita coisa ainda há por fazer, mas nada esta fora do prazo.⁸⁴ (Grifo nosso).

Considerada um dos três centros polarizadores do estado, ao lado de Fortaleza e Crato-Juazeiro, a cidade de Sobral foi contemplada no planejamento do Estado com a implantação do distrito industrial:

83 *Correio da Semana*. Sobral, 4 de agosto de 1979.

84 *Correio da Semana*. Sobral, 21 de dezembro de 1979. Cf. *Correio da Semana* de 04 de agosto de 1979 e 8 de dezembro de 1979.

O presente documento constitui a primeira tentativa que se promover no Ceará com vistas à implantação de Distritos Industriais nas cidades consideradas polos de desenvolvimento econômico do Estado. [...]. O Plano Diretor do DI de Sobral integra um das metas do Programa de Industrialização do Ceará, estabelecido no PLAMEG II.⁸⁵

A escolha de Sobral para sediar tais empreendimentos, segundo a fonte acima, deve-se, entre outros fatores, ao fato de ela influenciar uma área geográfica que representava 34% do território cearense e 26,4% de sua população. Outro importante fator considerado foi a arrecadação; dados econômicos indicavam que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) no município, na década de 1970, representava uma participação de 3% sobre a arrecadação do Estado, e entre 1972 e 1974 teve crescimento acima da média do Ceará.⁸⁶

O papel do governador Virgílio Távora no processo de modernização de Sobral foi descrito numa série de outras matérias, já que ele era reconhecido até pelos críticos como político modernizador.⁸⁷ Segundo Josênio Parente, a ideologia da modernização identificada com a industrialização foi facilmente assimilada pelas elites políticas cearenses.

85 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16) p. 9.

86 CEARÁ. Companhia de Desenvolvimento Industrial. Plano Diretor do Distrito Industrial de Sobral. Fortaleza, 1981. 154p. ilustr. Tab. Graf. (Publicação CDI-Ce, nº 16) p. 117-119; 124.

87 CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: A Era Jereissati. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 17.

Távora plantou naquele primeiro momento – 1962-66 – as bases desse processo que culminará numa industrialização mais intensa. A obra estrutural mais significativa nesse primeiro governo foi ter trazido energia de Paulo Afonso para o estado. No seu retorno ao governo (1979-1982), ele toma um conjunto de iniciativas que consolidará o processo de industrialização. Concretizada a infraestrutura de transporte, habitação, entre outras, para a instalação do distrito industrial do município Maracanaú, na grande Fortaleza, houve o empenho pessoal para a provação de projetos privados pela Sudene, no sentido de dar vida àquele empreendimento, até estimulando a instalação de empresas do Sudeste, naqueles setores tradicionais e mais identificados com a vocação industrial cearenses, como grupo Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado, Artex, entre outras.⁸⁸

De acordo com Rejane Carvalho, foi na eleição de 1962 que Távora se consolidou como grande chefe político, que para ela combinava duas importantes virtudes:

[...] a de artífice de acordos políticos selados com o reconhecimento de sua autoridade e a de moderni-

88 PARENTE, F. J. O Ceará dos coronéis (1945-1986). In: SOUZA, S. de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 398.

zador, devido à introdução da ideia de planejamento nas ações administrativas estaduais, norteadas por premissões desenvolvimentistas.

A autora diz que mudar o perfil econômico do Ceará, assentado em uma agricultura vulnerável às secas, para uma economia predominantemente industrial, era o sonho obstinado de Virgílio. Para isso, ele teria lutado pela implantação de condições de infraestrutura como a inclusão do Estado no programa de eletrificação da CHESF e a defesa de incentivos fiscais para instalação de um parque industrial moderno.⁸⁹

Segundo Parente, na década de 1970, com o fracasso do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o presidente Ernesto Geisel implementou uma política de diversificação do desenvolvimento, tirando de São Paulo o predomínio hegemônico da industrialização. No Ceará, a escolha de Virgílio Távora para o governo do Estado teve esse objetivo, que foi atingido com sucesso⁹⁰; portanto Virgílio seria o principal referencial da elite cearense, que se apropriou da modernização como meio de sobrevivência no contexto político local, o que segundo Parente a diferenciaria de outras elites nordestinas.⁹¹

O crescimento da cidade continuava a ser noticiado pela imprensa:

89 CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: *A Era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 18-19.

90 PARENTE, Josénio C. O Ceará e a modernidade. In: *A Era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 136.

91 *Ibid.* p. 125-143.

O crescimento de Sobral é simplesmente um recorde. Loteamento, edifícios de apartamentos em construção ou na prancheta, [...], tudo isto é uma realidade concreta em nossa urbs. Quem foi que disse que Sobral está parada?⁹²

Era muito tênue a linha que separava novos e velhos administradores na política sobralense naqueles tempos. Apesar de romper com os Prado, José Euclides F. Gomes Júnior continuava a ser membro da ARENA e tinha boas relações com Virgílio Távora, de quem os Barreto eram fiéis aliados; contudo as eleições de 1982 mostrariam que a chefia dos Ferreira Gomes ainda não estava forte o suficiente para andar com as suas próprias pernas. Seu candidato ao poder municipal, o empresário Aurélio Ponte, teve uma votação inexpressiva naquelas eleições. A disputa foi descrita por moradores da cidade como uma das mais acirradas, já que os dois principais concorrentes, Joaquim Barreto e José Prado, tinham características muito semelhantes. Ambos eram considerados “políticos populares”, pelas suas práticas de tomar cachaça nos botecos com os eleitores, comer panelada no mercado e galinha caipira no sertão.

Se a crise do milagre econômico foi retardada neste município com a implantação do Distrito Industrial, entre outras obras, o mesmo não se pode dizer da crise política. Os limites do bipartidarismo já apareciam em Sobral. Vários líderes arenistas manifestaram a necessidade da criação do terceiro partido para congregar a diversidade de interesses

92 *Correio da Semana*. Sobral, 19 de abril de 1980.

dentre os aliados do governo.⁹³ O crescimento do MDB começava a ameaçar o reinado da ARENA. Em 1975, o MDB tinha um forte candidato à eleição para presidência da Câmara Municipal de Sobral e o partido também tinha representação em pelo menos 23 municípios da região.⁹⁴

A crise do projeto autoritário

De acordo com a historiadora Maria Paula Araújo, os anos decorridos de 1974 a 1985 foram caracterizados pela luta democrática contra o regime militar, marcada por dois polos: de um lado o projeto de abertura do Governo Federal, “lento, gradual e seguro”, e de outro, a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações de esquerda, que procuravam alargar e romper com os limites do projeto de “abertura” do governo.⁹⁵

A política dos coronéis no Ceará, até então em voga, precisava adaptar-se àqueles novos tempos. Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals não conseguiram um consenso quanto ao candidato para as eleições de 1982. O impasse foi resolvido no gabinete presidencial, no chamado “*Acordo de Brasília*”, em que foi indicado o nome do técnico Luis Gonzaga da Fonseca Mota, ex-secretário do governo Távora, considerado um nome “neutro” – um técnico, não um político. O governo Mota revelava a fragilidade dos coronéis, que

93 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de janeiro de 1975.

94 *Correio da Semana*. Sobral, 31 de maio de 1975.

95 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão *et al* (Orgs.) *O golpe militar e a ditadura – 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 161-162.

sem a proteção contundente do Governo Federal, perdia espaço com o pluripartidarismo para os jovens empresários congregados em torno do Centro Industrial do Ceará (CIC), que constituía um grupo mais organizado e coeso, com condições de ser a alternativa política após essa transição para um ambiente democrático.⁹⁶

Na fronteira entre os coronéis e os empresários, Mota não tinha nem o prestígio dos primeiros nem os recursos dos segundos. Em Sobral, ele não tinha o apoio do poder municipal, que se mantinha leal a Távora, apoiando a candidatura de Paulo Maluf à presidência; muito menos o da oposição, que se ressentia da falta de recursos, tradicionalmente carregados para a cidade:

Finalmente o Governador do Estado descobriu ou informaram-lhe que no norte do Estado existe um município que até dá boas rendas ao estado e que se chama Sobral.

.....
.....

Cultuando a autoridade legitimamente constituída estamos prestando uma homenagem a Deus Todo Poderoso. Afastemo-nos do servilismo interesseiro, que é vil, para recebê-lo com dignidade e respeito. E tanto quanto basta para que S.Exa. não nos faça injustiças naquilo a que temos direito. Nada mais queremos de S.Exa. do que justiça.⁹⁷

96 PARENTE, Josênio C. O Ceará e a modernidade. In.: *A Era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 137.

97 *Correio da Semana*. Sobral, 7 de julho de 1984.

Esse ressentimento expresso pelo irônico texto acima, em torno do que se considerava o abandono da região pelo governo estadual, foi manifestado na proposição da criação do Estado da Ibiapaba - *Cearanorte*, que teria a cidade de Sobral como capital. A ideia não foi muito longe, mas indicava que a edificada parceria entre o poder local e o estadual começava a ruir.⁹⁸ Barreto e Prado sobreviveriam ainda por quase dez anos no poder municipal, mas a sua oposição ao projeto da Nova República comprometeria sobremaneira os investimentos urbanos na cidade de Sobral.

Historiadores, geógrafos e sociólogos são unânimes em afirmar que os coronéis plantaram as sementes da modernização, com a introdução da ideia de planejamento na administração pública; entretanto, os planos executados não geraram os resultados econômicos esperados, dado o fato de que não foi elaborado um projeto de transformação estrutural, ponto nevrálgico daquele modelo de desenvolvimento.⁹⁹

Conclui-se que a análise das administrações municipais nas duas décadas em que vigorou o regime militar revela que o projeto urbano da ditadura foi executado na cidade de Sobral por meio de vários investimentos em indústria e serviços, que alavancaram o desenvolvimento do município, especialmente, no período de vigência do “milagre” econômico, entre 1968 e 1974.¹⁰⁰ Barreto, Prado e Ferreira Gomes, apesar de opositores em nível local, foram todos aliados dos coronéis, o que permitiu que eles barganhassem recursos que garanti-

98 *Correio da Semana*. Sobral, 16 de junho de 1984.

99 Cf. LEMENHE, M. A. Família, tradição e poder – o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995; TEIXEIRA, F. J. S. CIC: a “razão esclarecida” da FIEC. Fortaleza: 1994. (mimeo); HOLANDA, op.cit. p.106-107.

100 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de maio de 1968.

ram substanciais investimentos no espaço urbano sobralense, mesmo nos momentos de crise. Acredita-se que a implantação do Distrito Industrial de Sobral, em 1981, por Virgílio Távora tenha retardado o efeito da crise econômica dos anos de 1980 na cidade, permitindo que os grupos Prado e Barreto sobrevivessem ainda por uma década ao fim do regime militar.

7. NAS FRONTEIRAS DA MIGRAÇÃO

Maria Antonia Veiga Adrião¹

As primeiras ideias

Na chegada:

“Tudo o que vejo é uma linda cidadezinha no meio de montanhas, um lugar onde as pessoas têm esperanças e sonhos mesmo sob as mais duras condições.”

Na Saída:

“Se existe uma cidade que seria melhor sem ela esta é uma.” (Grace, Dogville, 2003).

“São tempos difíceis, logo haverá gente com até menos que nós” (Chuck, Dogville, 2003).

Dogville¹ é uma pequena cidade localizada nas montanhas rochosas dos Estados Unidos que vê repentinamente alterada sua rotina com a chegada de uma nova moradora. É na verdade uma cidade fictícia criada pelo autor e diretor cinematográfico Lars Von Trier², que apresenta uma acanhada cidade tecida no cotidiano de seus residentes como qualquer outra

¹ Doutoranda na Universidade Federal do Ceará – UFC/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

pequena cidade. Como é uma “cidadezinha rural” que nem prefeitura possuía, seus moradores se reuniam frequentemente para discutir problemas propostos por Thomas Edison Jr. (O Tom, que tinha pretensões de tornar-se escritor e filósofo). É este personagem que se encontra com Grace, personagem intrigante que fogia de uma “cidade grande” e de seus problemas pessoais, chegando a Dogville em uma noite chuvosa.

Em Dogville Grace encontra acolhimento temporário, porque antes de ser confirmada sua estadia naquela “comunidade de pessoas conhecidas onde todos se ajudavam”, foi decidido em reunião extraordinária convocada por Tom que ela poderia ficar por duas semanas, enquanto provaria seu valor, provaria que merecia a confiança daquelas pessoas, provaria que os moradores de Dogville poderiam ser cúmplices de seu infortúnio. É interessante a perspectiva porque é unilateral; não havia como Grace saber que poderia confiar naqueles que lhe ofereciam acolhida temporária.

Ao analisarmos esse aspecto apresentado por Trier, ficamos pensando nos motivos de uma pessoa não ser bem-vinda a uma cidade desconhecida, talvez porque, *a priori*, traga consigo problemas que precisava dividir com os outros habitantes, obrigando-os a modificar suas rotinas para abrir espaço a um desconhecido, no caso desconhecida, que chega “sem nada a oferecer”, como estava consciente Grace. Sem emprego, sem moradia, sem renda nenhuma, sem conhecimentos sobre a vida daqueles que a recebiam, sobre a cultura local. No desenrolar da trama, o autor mostra que na verdade havia muito a aprender e havia mais a ensinar; contudo, o valor de troca do aprender e do ensinar, do dar e receber (*quid pro quo*) não era decidido mutuamente, era apresentado de forma desigual, porque os cidadãos de Dogville é que deliberavam. Grace, como não podia

demonstrar insatisfação, nem obviamente participar das decisões com direito a voto, sequer podia opinar; para ser aceita, precisaria apenas acatar as regras já instituídas, demonstrar agradecimento e consentir as novas normas sobre sua aprovação/permanência ou não, na cidade.

Por outro lado, outra questão interessante estaria na primeira impressão ao chegar à cidade, se comparada à impressão de saída, conforme epígrafe. No deslumbramento inicial da visitante, ou de quem vamos chamar da **imigrante**³, que chega ao um lugar desconhecido. Na primeira impressão de quem está pleiteando um espaço de morada permanente ou *provisório*, um espaço de aceitação em uma nova sociedade. A fala acima de Grace, em sua chegada, encantada com cada detalhe da cidadezinha, com seus moradores, sua localização, se comparada a sua fala final na saída, pode indicar que a escolha de um novo lugar para morar nem sempre está fundamentada na lógica, na racionalidade, no conhecimento prévio necessário para suprir a procura. Pode ser aleatório, ou apenas uma experimentação, uma fuga, uma viagem para solução temporária de problemas que pode dar certo, ou não, afinal quem está em busca de um novo espaço para morar pode não ter escolha no primeiro momento.

O novo lugar pode não ser o mais indicado, ou o melhor, o planejado, o sonhado, o mais desenvolvido, o mais favorável a empregos, a salários, ou o mais bonito, o mais amigável; pode ser apenas uma tentativa, uma experiência, um ponto de chegada necessário ao pernoite, ao descanso. No entanto, as negociações ou as trocas físicas ou *simbólicas*⁴ diante do interesse de permanecer são necessárias, independentemente do desfecho. Difícil não ter que preencher fichas, formulários, pagar hospedagem mesmo que não seja com moeda, com

trabalho ou prestação de serviços, como Grace se propõe, ou não ter que responder a curiosidade ardilosa, como de onde vem, para onde vai, por que aquele lugar e não outro; o que procura, ou o que encontrou; o que faz ou com que trabalha; de justificar endereço anterior, nome, sobrenome, origem familiar, sotaque, costumes. “Embora ela não satisfizesse sua curiosidade falando alguma coisa sobre seu passado, para não colocar ninguém em risco, ela cumpria a missão de Tom, para ensinar a Dogville a lição de aceitação.”⁵

Passando da ficção à realidade, mas não totalmente quando se trata de escolher um lugar para morar e do que encontrar na chegada⁶, para quem decide cruzar a fronteira do desconhecido, ou do “ouvi dizer”, ficamos refletindo sobre os motivos ou motivações diversas que levam as pessoas a deixar suas origens e partir em busca de uma nova realidade; reflexão nada original, por certo. E ficamos pensando se haverá algo de inédito ou de incomum a ser dito, se haverá algo que acrescenta ao debate sobre migração, trabalho e alteração cultural. Se haverá algo que provocaria uma interlocução com os interessados em estudar fronteiras étnicas, culturais e territoriais, em estudar caminhos que se cruzam nas muitas buscas por novos ou outros lugares que possam representar um começo, ou recomeço, uma saída, ou uma chegada para pessoas que precisam se mover de um lugar a outro?

No caso da emigração/imigração percebida em Dogville, seu autor não coloca em oposição urbano versus rural, ou cidade grande versus cidade pequena, mesmo que essas dicotomias apareçam eventualmente no decorrer da trama. O que acreditamos estar pautado são as relações entre moradores antigos e a nova moradora, ou entre os grupos de moradores já estabelecidos na cidade *versus* a representante, talvez de um

novo grupo, ou ainda podemos pensar que o que está em pauta são as diferenças “étnicas”⁷ que separavam a visitante /migrante temporária dos moradores de Dogville. Embora Tom aceite ser cúmplice, protetor e amigo de Grace, mediando sua relação com os outros moradores por entender a desconfiança que os mesmos sentiam em relação a estranhos, considerando-se que ele não era diferente, o que estava em pauta eram os valores de troca entre Grace e os cidadãos de Dogville. E uma desconhecida sem família não tinha, *a priori*, nada a oferecer, assim como os conhecidos desconhecidos da visitante não precisavam de nada vindo dela, sem contar que temiam estar em perigo pela forma como a mesma chegara: sozinha, sem bagagem e fugindo de um gângster.⁸

As segundas ideias

Vamos tomar a obra de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, Teorias da Etnicidade⁹, nesse segundo momento, para tentarmos entender as fronteiras que separam grupos migrantes de grupos sociais estabelecidos em um lugar¹⁰. Isto tudo de forma muito cambiante, porque estaremos falando de certa forma hipoteticamente, já que ainda não entrevistamos os grupos emigrados objeto de nosso estudo; portanto, não mapeamos seus lugares de origens e destinos, já que pode ter havido outros destinos até o estabelecimento na cidade de Sobral. Apenas sabemos que havia, como deve ainda haver, um movimento migratório entre cidades da região norte cearense se atentarmos para os índices do IBGE, que a partir de 1960 adota em sua pesquisa a mobilidade humana existente nos municípios brasileiros, e em todos os municípios dessa microrregião havia uma mobilidade populacional considerável.¹¹

E deste modo, tentamos entender os grupos sociais que se pretendem distinguir não apenas por diferenças culturais, econômicas, sociais, políticas, mas por reivindicarem distinção étnica, por reivindicarem valores identitários que não se misturariam ou não se confundiriam com outros, que colocam na arena das relações de força não apenas indivíduos ou grupos, mas seus valores familiares, coletivos, geracionais. Que na correlação de forças esses valores seriam negociados de forma diferenciada, ou nem teriam valor de troca num primeiro momento, a exemplo da relação Dogville versus Grace apresenta do acima, embora não imunes a mudanças.

Refiro-me, por exemplo, à afirmação dos poucos migrantes com quem entramos em contato, que fizeram questão de afirmar que eram do “sertão”, quando indagados se nasceram em Sobral, e de afirmarem que eram “sertanejos, que trabalhavam na lavra”. Como se trata de um grupo pequeno, consideramos cedo para quaisquer conclusões; no entanto, chama atenção essa necessidade de afirmar uma identidade que se distinga dos sobralenses pela origem e pelo trabalho, considerando o tempo de residência em Sobral, já que hoje idosos, mas chegaram jovens a essa cidade, no caso dos dois contatados em 1970.¹²

Poutignat e Streiff-Fenart “tomaram partido” à perspectiva barthiniana para analisar as relações interétnicas percebidas na França no século XX, quando procuraram entender as fronteiras culturais que separavam os grupos de imigrados (chegados à França “depois da Segunda Guerra Mundial e da descolonização”) dos franceses; quando concordaram com Fredrik Barth sobre a necessidade de compreender os imigrantes como grupos ou indivíduos etnicamente complexos e representantes de sistemas sociais e culturais “variáveis” que

precisavam ser “problematizados” e não ignorados ou discriminados.¹³

Para Jean-William Lapierre, no prefácio da obra desses estudiosos:

Barth substituiu uma concepção estática de identidade étnica por uma concepção dinâmica. Ele entendeu muito bem e faz entender que essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um) é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não.¹⁴

Nesse sentido, esses antropólogos insistiram em entender as relações étnicas que se estabelecem entre os grupos sociais, nacionais e estrangeiros, ou naturais e imigrantes, ou se quiser, entre maioria e minorias sociais¹⁵, em consonância com os estudos de Barth publicados em 1969¹⁶. E nessa esteira, alguns problemas se impoem como a problemática das identidades. Como entender a questão das identidades dos migrantes em correlação com os grupos sociais já moradores de um lugar, naturais ou imigrantes estabelecidos anteriormente? Ou como se dá a mediação do eu em relação com os outros e dos outros em relação com o eu? Ou como os grupos ou indivíduos são assimilados em uma dada sociedade enquanto assimilam novas ideias e práticas?

Considerando que essa assimilação tem mão dupla, representa tanto o apreender o exterior vivido pelo grupo,

como o apreender o grupo do exterior (da sociedade), que igualmente assimila ou integra o que lhe chega de fora, embora não com as mesmas regras, é bom lembrar, como no caso de Dogville. Ou ver como a sociedade que integra um novo grupo se vê, enquanto assimila as diferenças, o que assimila e por quê? Ou como os grupos migrantes se veem e o que assimilam na mudança e por quê? Como as mudanças provocadas no interior dessa sociedade e no interior do grupo trariam mudanças de identidades, de reconhecimento do outro ou de autorreconhecimento? Como acontece essa recomposição?

É o que Poutignat e Streiff-Fenart classificaram como um dos “problemas-chave” nesse tipo de abordagem, a “atribuição categorial pela qual os atores identificam-se e são identificados pelos outros”¹⁷, quando citando o sociólogo Immanuel Wallerstein, eles acentuam que a identidade étnica: ¹⁸

[...] se constrói na relação entre a categorização pelos não membros e a identificação com um grupo étnico particular. ‘A pertença a um grupo étnico’, já escrevia Wallerstein em 1960, é questão ‘de definição social, de interação entre a autodefinição dos membros e a definição dos outros grupos.’ É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.¹⁹

Na *categorização* encontraremos a relação dialética, ou de diálogo que, se não redefine totalmente os grupos in-

tegrantes ou os indivíduos, permite que os mesmos possam se recolocar (dizer como se veem e como veem o outro) na linha sempre oscilante entre o ser e o vir a ser, entre o como se vê e o como é visto; sem que lhes haja imposições diretas ou objetivas, como defenderiam os marxistas, incluídos na análise dos autores. Permite que dentro de limites possíveis, é o que fica entendido, que os grupos envolvidos possam fazer escolhas do que será importante permanecer na relação com outros grupos étnicos e na correlação de forças. Isto na perspectiva da antropologia social que os autores elegem Barth como re-definidor de conceitos, a qual muitas vezes se torna confusa para leigos como nós, considerando as várias abordagens desse setor de estudos; sem contar que os autores não facilitam, porque na crítica genealógica eles apresentam as muitas correntes da antropologia social moderna que inclui primordialistas, sociobiologistas, instrumentalistas, mobilizacionistas, neomarxistas, interacionistas, cognitivistas.²⁰

Contudo, no tocante a Barth, os autores deixam claro que seu enfoque é a *interação social* que apresenta a etnicidade como “um processo contínuo de dicotomização entre membros e *outsiders*, requerendo ser expressa e validada na interação social.” Para Poutignat e Streiff-Fenart a “contribuição principal” desse antropólogo consistiu em insistir nos “aspectos generativos e processuais dos grupos étnicos.” Ou seja, “Estes não são considerados como grupos concretos, mas como tipos de organização baseados na consignação e na autoatribuição dos indivíduos a categorias étnicas.” Portanto, Barth defende que não há “estabilidade” na interação/integração dos grupos ou indivíduos.²¹

[...]. Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras. Essa inversão de problemática coloca o processo de atribuição categorial e de interação no centro da análise. [...]. O foco colocado nas fronteiras guarda para a noção de etnicidade sua ancoragem na noção de grupo, mas frisa a dimensão processual.²²

No entanto, nas fronteiras teóricas vamos encontrar a divergência explícita, pois alguns estudiosos problematizam as noções de Barth opondo-lhe o par “Coação versus opção”, questão apresentada de forma muito feliz pelos autores. As críticas ao possível “ultrassubjetivismo” de Barth, que teria atribuído aos grupos e indivíduos a total liberdade de escolha sobre o que viver na relação categorial “Nós” “Eles” sempre em construção; seria uma interpretação, não a expressão do que Barth teria defendido. Deste modo, Poutignat e Streiff-Fenart ponderam com os críticos citando Lyman e Douglas, “que se encontram entre os que insistem com mais intensidade nas possibilidades de opções táticas propiciadas pela etnicidade”, porém, acentuam os “limites na manipulação das identidades étnicas”. Portanto,²³

Nas sociedades pluriétnicas, o poder dos dominantes tem entre outros o efeito de restringir a lista das escolhas possíveis de identidade oferecidas aos dominados. Mas

os membros das minorias podem igualmente explorar por sua própria conta as ambiguidades, as incertezas e os mal-entendidos comunicativos sempre presentes nas sociedades etnicamente diversificadas.²⁴

Sem podermos encerrar o debate, apenas apresentamos algumas questões que consideramos pertinentes para nosso estudo, para fazer a crítica ao que esperamos os migrantes venham a compartilhar conosco, e ao que compartilharam até agora, (é bom lembrar que voltaremos aos migrantes em breve); não obstante, por que essas pessoas depois de tantos anos morando em Sobral ainda destacam sua identidade sertaneja? O que significa sertão para eles? Esta seria uma ideia recente, relacionada com a forma como se veem atualmente em Sobral, ou seria uma ideia conservada ao longo dos anos, para demarcar fronteira, território, distinção dos sobralenses? E por quê? Como se deu o vínculo sertão-cidade ao longo dos anos?²⁵

Afinal, Sobral vem de uma urbanização crescente que a tem diferenciado das cidades adjacentes, diferença que se alargou nas últimas décadas se comparada aos municípios que estão na sua zona de influência,²⁶ por ter, em média, desde os anos 1960 mais ou menos cinco vezes a população da maior parte desses municípios, média que duplicou nas últimas décadas²⁷, e por sua estrutura urbana, indústrias, comércios, escolas, serviços médico-hospitalares entre outros dados conforme senso demográfico IBGE 2010.²⁸O que sabemos é muito cedo para afirmações, mesmo porque a mobilidade humana está longe de ser evidenciada apenas por dados geoeconômicos. Lembrando que essa urbe não é distante das outras que a circundam, não é difícil imaginar que o vínculo sertão-cidade,

ou rural-urbano²⁹ nunca tenha sido quebrado totalmente.³⁰

Lembrando ainda Poutignat e Streiff-Fenart que as “As fronteiras étnicas são manipuláveis pelos atores”, neste sentido, no diálogo estabelecido com os outros grupos ou com o próprio grupo, podem ser consideradas ou reivindicadas várias *categorias* de identificação. As fronteiras “se estendem ou se contraem em função da escala de inclusividade na qual se situam e da pertinência, localmente situada, de estabelecer uma distinção Nós/Eles.” Esses autores chamam atenção para estudos que evidenciam essa relação de localização e demarcação de espaços:³¹

Despres mostra como esse processo está operando na sociedade guianense, onde, de acordo com as circunstâncias, os indivíduos podem exigir uma identidade nacional (guianense) em oposição aos europeus, aos americanos ou aos outros West Indians, ao passo que eles podem em outras situações se diferenciar segundo a dicotomia brancos/não brancos e, em outras situações, as identidades invocadas servem para dividir os africanos entre si.³²

Buscando diálogo com outras ideias

Odair da Cruz Paiva chama atenção para a perspectiva histórica dos deslocamentos humanos, que perpassa gerações, domínios ou regimes políticos, continentes, regiões, países, orientações religiosas e políticas, quando apresenta “as migrações como um evento de longa duração e como um dado de humanização do homem”³³; isto ao referir-se à migração

que tem provocado encontros e desencontros entre ocidente e oriente desde a colonização da América. Em sua genealogia histórica sobre esses deslocamentos populacionais, Paiva lembra que no tocante ao “fazer a América” e desfazer/refazer/reconstruir da Europa, talvez pudéssemos acrescentar/interpretar deste modo: “50 milhões de pessoas cruzaram o Atlântico, entre 1820 e 1914”, “os Estados Unidos receberam a maior parte (35 milhões), seguido pelo Canadá (5,6 milhões), a Argentina (4,6 milhões) e o Brasil (3,3 milhões)”.³⁴

Neste sentido, esse estudioso “alerta para que não compreendamos as migrações como algo absoluto e novo”, isto porque para ele:

[...] o debate contemporâneo sobre o tema tende, particularmente quando veiculado pelas mídias, a entrar numa perspectiva a-histórica, cujas representações se limitam aos migrantes indocumentados que cruzam as fronteiras ou às precárias embarcações apreendidas pelas polícias marítimas. Produz-se, assim, um saber fundado em interpretações que são pouco esclarecedoras.³⁵

Não obstante, ele assinala o quanto essa problemática vista de forma tão superficial provoca consequências dolorosas àqueles que precisam se deslocar, seja por necessidade própria, seja pelas contingências políticas, religiosas, de guerras, entre outros problemas nada novos quando se trata de relações entre povos. Em meio a essas consequências que dizem respeito à alteração cultural, social, mas também econômica e política que sofrem os que chegam e os que recebem, o autor acentua a “xe-

nofobia, ideologia da segurança, preconceito, problemas médicos e sanitários, disparidades econômicas entre as regiões ou o debate sobre políticas sociais excludentes e restritivas”³⁶. E esse historiador vai mais além: sublinha que a “agenda negativa induz” a

[...] ideia de que existem lugares definidos do vivido, lugares polares e dicotômicos. Há os nacionais e os estrangeiros, há os da terra e os forasteiros, há os que têm o dever de preservar os valores de sua cultura, sua história e seu modo de vida, e há os que, pela sua presença e ação, são os novos bárbaros.³⁷

Poderíamos naturalizar essa visão quando voltamos nosso olhar ao passado; todavia, é exatamente essa perspectiva histórica “cristalizada” que o autor procura combater quando analisa as fronteiras territoriais, para ele mais imaginárias que físicas, que a sociedade moderna criou ao longo do seu fazer, refazer e nascer como “Estado-Nação”, porém, não menos conflituosas e até perversas podemos concluir, quando se trata de punir quem infringe as leis estabelecidas no ato de se deslocar e criar novos caminhos, como fica dito acima.

Mas para não fugir do debate de Paiva, no tocante a “invenção” de fronteiras, ele acentua que aí estaria engendrado “o mito da unidade”, possibilitando principalmente “o controle da população pelo Estado”. Ele parte do “pressuposto de que a diferença que separa o sujeito, que se pensa como nacional, do migrante é apenas o tempo de fixação no lugar. Numa perspectiva histórica de longa duração, todos somos migrantes”³⁸, conclui esse estudioso.

Ainda gostaríamos de assinalar um contraponto importante no pensamento desse autor, para passarmos a outro ponto, trazendo as questões que ele levanta e que merecem aprofundamento, embora não estejamos propondo respondê-las nessa exposição que ora apresentamos. Paiva indaga:

Há um direito de migrar? Podemos inserir esse tema na agenda dos Direitos Humanos inalienáveis? [...]. Se sim, estamos dispostos a questionar os pilares construídos no pretérito que isolam os homens em guetos e exacerbam suas diferenças? Se sim, aboliremos as fronteiras, questionaremos o Estado? Se sim, vamos rever nossos conceitos e preceitos religiosos e culturais? Se sim, estamos dispostos a aceitar a igualdade entre os homens através do respeito às diferenças?³⁹

Essas são questões que merecem uma reflexão mais aprofundada sem dúvida porque, como o autor assinala, a migração fez o mundo acontecer e se alternar entre novo e velho, permitiu aos povos se alterarem ao longo dos séculos e milênios, trouxe contribuições positivas e negativas provocadas por políticas de controle populacional, mas igualmente pela necessidade de mover-se que os grupos humanos estabelecem em suas vidas familiares e sociais quando priorizam regiões, países, cidades, criando novos territórios. A liberdade de ação que move as pessoas parece estar além da disciplina imposta por estados e nações. Portanto, talvez esteja na hora de os governos e nações reconhecerem a mobilidade humana como um direito inalienável como propõe esse historiador.

Se tomarmos estudiosos sobre migração como o sociólogo Abdelmalek Sayad, veremos que não é possível simplificar o ato de emigrar/imigrar, nem “inocentar os estudiosos desse fenômeno”. O duplo partir de, e chegar a um lugar, que não é o lugar onde uma pessoa nasceu e viveu por um tempo, compartilhando pessoas (familiares, amigos, vizinhos), memórias, espaços de convivência, costumes, valores culturais e étnicos, não é nem nunca foi um ato simples, sem contar que nem sempre é voluntário, menos é visto com simplicidade ou sem cobranças sociais, como bem sublinha Sayad.⁴⁰

Muitos dos migrantes (crianças, jovens, mulheres esposas) são migrantes involuntários, acompanham por obrigação, como parte integrante de uma família, seus pais ou esposos, portanto, não fizeram uma opção de migrar. Questão problematizada em vários estudos sobre migração, como o de Marilda Aparecida Menezes,⁴¹ que estudou migrações familiares temporárias e sazonais entre famílias de camponeses brasileiros, como estratégia de sobrevivência, entre estados brasileiros. Questão que pode ser mais bem evidenciada quando se trata de atravessar fronteiras de outros países, porque como analisa Sayad, a família entra junto ou vem depois e se une ao chefe desta, não obstante, se não permanecer vinculada, em caso de separação ou morte, crianças e mulheres sofrem dupla discriminação.⁴²

Sayad faz uma crítica contundente ao discurso científico e político que reduz o emigrante/imigrante a um problema, um problema *linear* da “sociedade que o agrega”, esquecendo-o como emigrante, e esquecendo a sociedade que o pariu e o deixou partir. O migrante tratado desta forma é que passa a ser o *problema* desse estudioso. Para ele o “imigrante e a imigração” são:

Produto, o mais das vezes, de uma problemática que lhe é imposta de fora, e à qual não é sempre fácil escapar, o discurso (científico ou não) sobre o imigrante e sobre a imigração está condenado, para poder falar de seu objeto, a acoplá-lo a toda uma série de outros objetos ou de outros problemas. Aliás, seria possível falar de outra forma? Está no estatuto (ao mesmo tempo social, jurídico e, também, científico) e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc.⁴³

É interessante perceber com Sayad o imigrante/emigrante dessa forma, porque aquilo que se apresentava, pelo menos no momento da publicação de seu estudo “L’immigration ou les paradoxes de l’altériorité”, na França no início da década de 1990 sobre a migração de argelinos à França, como *objeto* comum aos estudiosos sobre esse fenômeno, ele contesta justamente o que para ele é de “natureza temática” e “ilusória”. Ou seja: “aquela que separa a emigração (e a qualidade de emigrante), e tudo o que dela se pode dizer, da imigração (e da condição de imigrante)”.⁴⁴ Considerando a natureza “etnocêntrica” desses estudos, visto que não importava quem era o migrante, de onde ele vinha e por que vinha? Apenas quando se torna um “problema social em sua totalidade” porque chega

de outra terra, passa a existir e como problema; a redundância é necessária. A sociedade segundo esse sociólogo ignora, ou “se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento.”⁴⁵ Não obstante, o mesmo se pode dizer da sociedade de emigração e nesse sentido, para esse sociólogo:

Esta divisão participa, ao que parece, da mesma relação de dominação, da mesma dissimetria ou desigualdade nas relações de força que se encontram na origem e são constitutivas do fenômeno migratório; e é, sem dúvida, nesse desequilíbrio de aparência científica – desequilíbrio ao qual não se dedica toda a atenção necessária – que se mostra de forma mais clara a relação de força que se encontra na fonte do fenômeno da emigração e da imigração.⁴⁶

Sayad entende que existe uma “ordem prática” na problematização da questão, e quando surge a necessidade de entender o fenômeno na origem, mesmo assim ainda é de ordem estrutural, não é uma preocupação de ordem filosófica, de conhecimento, de interesse geral ou mesmo particular; é de ordem pragmática, para “buscar as causas, a razão, o princípio explicativo, em suas próprias estruturas internas (suas estruturas econômicas, o mercado de trabalho, suas estruturas demográficas, suas estruturas sociais etc.)”.⁴⁷ É para saber a razão objetiva de os “trabalhadores” de tal lugar estarem emigrando e por que para este e não para aquele lugar? O que se impõe não é saber sobre as pessoas e suas necessidades sociais, culturais,

religiosas, mesmo econômicas, políticas, de emigrar; é saber sobre o trabalhador e seu trabalho, ou falta deste.

E quanto ao tema tão explicitamente imbricado, **trabalho**, Sayad ainda consegue ser mais incisivo e irônico, embora reconheça que a matriz “explicativa” e não de “origem” não está de todo errada, “têm igualmente uma função de legitimação, ou seja, de argumentos que devem justificar uma presença que, de outra forma, seria impensável, até mesmo escandalosa”.⁴⁸

Contudo, essa “cumplicidade objetiva” para ele é *ficcional*. Não apenas quando se tratava da imigração argelina à França, mas em quaisquer outras situações, ele considera “ficção”, porque na interpretação desse sociólogo não existe emigração/imigração só por trabalho, ou que aconteça unicamente “sob o império do trabalho e por motivo de trabalho exclusivamente”. E nesta perspectiva dos estudos explicativos, o emigrante/imigrante trabalhador não se pretende permanecer como “estrangeiro”, sua estadia seria provisória, igualmente não se pretende sozinho, sem sua família, mesmo vivendo na provisoriedade, o que seria uma “dupla ficção”.⁴⁹

Mas para esse estudioso, essa seria uma característica desse fenômeno ser dissimulado ou cúmplice das circunstâncias; ser ilusório, tanto dos emigrantes/imigrantes como da sociedade emigradora, igualmente da sociedade imigradora. Apresentar os migrantes como provisórios, porque estes se apresentam assim, como se não tivessem chegado para ficar, e como se, se fossem partir novamente, o destino certo seria o anterior, parece ser a proposição tanto da sociedade emigradora como da imigradora. Sem contar que os migrantes parecem aceitar ambigualmente, é certo, serem tratados como sempre predispostos a partir, por mais longa ou infundável que seja sua

estadia, como se quem saiu tivesse reservado seu lugar, como se houvesse um contrato social ou familiar, um estatuto que legitima o viver circunstancialmente.⁵⁰

Ideias de saída

Continuando com Sayad, dentro dessa possibilidade de entender as relações que se estabelecem entre sociedade de imigração e imigrante, ou sociedade de emigração e o emigrante, e entre ambas, indagamos como esse autor, por que o trabalho passa a ser matriz explicativa do ato de emigrar/immigrar? Este estudioso nos lembra, assim, da “economia de exigência” ou o que poderíamos chamar de *economia dos pobres*, porque para ele, “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.”⁵¹

Seria por isto que imigração/emigração faz par com trabalho? Podemos indagar, e Sayad nos responde mordazmente que “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida”, porque para ele é imperativo lembrar que “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.”⁵² Igualmente é importante lembrar com Sayad que:

E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no

lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes. [...] ser imigrante e desempregado é um paradoxo.⁵³

Outros estudos já comprovaram que Sayad estava certo em suas críticas, que é possível investigar as experiências dos emigrantes/imigrantes sem ligá-las diretamente aos problemas econômicos, estruturais, demográficos de um estado, país, nação, ou sem ligá-las a colonizações, guerras, políticas de migração, cataclismos climáticos, entre outros. Que o olhar sobre a emigração/imigração pode ser um olhar dirigido às pessoas e suas necessidades de mobilização, de conhecimento, de ampliação de horizontes, independentemente de classes sociais ou de segmentação social e cultural. No Brasil temos excelentes exemplos de pesquisas que oportunizam essa perspectiva de conhecimentos sobre a migração interna, como Menezes, Santana, Lucena, Souza, entre outros.⁵⁴

E não estamos dizendo com isto, e tampouco estamos afirmando que Sayad o disse, que esses estudos não foram nem são relevantes e até fundamentais para ampliar o conhecimento nas diversas áreas sobre as populações e suas necessidades. A questão é se seremos capazes de falar de imigrantes/emigrantes livres de preconceitos acadêmicos, políticos, sociais? Se vamos conseguir estudar as experiências ou práticas migratórias sem ligá-las diretamente ao trabalho e à economia e suas problemáticas, ou melhor, ao trabalho, a economia e suas consequências, como criticou muito bem esse sociólogo.

Notas de fim

1. **Dogville** “filme lançado em 2003 e dirigido por Lars Von Trier, que faz parte da trilogia ‘E.U.A. Terra de Oportunidades’. Trata-se de uma co-produção dos países Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Reino Unido, França, Alemanha e **Países Baixos**.” <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dogville>. Pesquisa realizada em 25/07/2013 às 09:36.

Ver ainda: “Isolada no alto das montanhas, Dogville é um vilarejo minúsculo e sossegado no sul do país. De seus poucos habitantes, o único a não demonstrar satisfação com a rotina do lugar é o jovem Thomas Edison Jr.. Filho do médico local, com pretensões de tornar-se escritor e filósofo, Thomas vive organizando reuniões moralistas com a comunidade com o intuito de tornar o mundo melhor, e está convencido da necessidade de um ‘exemplo’ para que os moradores possam dedicar-se ao exercício de fazer o bem. O exemplo parece vir numa noite em que, logo após ouvir tiros vindos da floresta, Thomas e os demais abrigam e escondem a bela Grace, desconhecida que estaria sendo perseguida por gângsteres e cujo passado é mantido em segredo. Em sinal de agradecimento, fica acordado que a recém-chegada, [...] irá dedicar uma hora diária a cada morador, trabalhando para eles. O convívio entre Grace e a população de Dogville, no entanto, não tardará a revelar as faces verdadeiras de cada um, gerando uma situação de autoritarismo e crueldade.” Pesquisa realizada em 25/07/2013 às 09:50. http://www.cienciashumanas.com.br/resumo_artigo_3515/artigo_sobre_dogville.

2. Lars Von Trier “foi um dos signatários do movimento ‘Dogma’ (uma versão dinamarquesa do ‘uma ideia na cabeça e uma câmera na mão’ do nosso Cinema Novo dos anos 1960)”. Para alguns críticos essa forma de fazer cinema é meio teatral e “O teatro de ‘Dogville’ situa-se nos Estados Unidos em plena década de 1930, com a miséria da Depressão e a violência dos gângsteres. Mas poderia situar-se em qualquer cenário e em qualquer época.” <http://grupoellip.blogspot.com.br/2013/01/critica-de-filme-dogville.html>. Pesquisa realizada em 25.07.2013 às 09:58.

3. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. PP 45-72. A crítica desse sociólogo coloca o *Imigrante/ Emigrante* como alguém que deve viver *provisoriamente* em um lugar que não é o de sua origem familiar, porque mesmo se naturalizado em um lugar, mas sua origem familiar ou étnica é de outro, este ainda é considerado, senão legalmente, mas moralmente um migrante. E sua condição é sempre de *trabalhador* ou filho deste. Para ele na forma como os migrantes são tratados, (refere-se à França) não são migrante se não estiverem na condição de trabalhadores e trabalhadores em trânsito, provisórios, vivendo sempre na espreita da volta, do retorno, frisa esse autor.

4. Ver A Identidade e a Representação: Elementos Para Uma Reflexão crítica Sobre a Ideia de Região. IN: BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 2.a ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1998. Pp. 107-132.

5. Ver A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 107-132. Para esse autor “As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.” p. 113.

6. Citado pelo narrador ao exibir um diálogo entre Tom e Grace. Ver a crítica: “Tom insistia em que as pessoas não eram verdadeiramente boas e altruístas para ajudar alguém”. Filme Dogville: Idem. <http://grupoellip.blogspot.com.br/2013/01/critica-de-filme-dogville.html>. Pesquisa realizada em 25.07.2013, às 09:58.

7 Visão compartilhada por muitos pesquisadores ao entrevistar migrantes, de que a realidade se perde em meio ao desejo/sonho de encontrar boas oportunidades de empregos, salários etc. Sobre esse tema ver: SANTANA, C. D’Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da Cidade: Vivências e Imagens da Salvador de Migrantes*. São Paulo: Annablume, 2009. LUCENA, C. T. *Artes de Lembrar e de Inventar: (re) lembranças de Migrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. ESTRELA, E. Souza. *Os Sampauleiros: Cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Fapesp: EDUC, 2003. TAUBE, M. J. de M. *De Migrantes a Favelados: Estudo de um Processo Migratório*. V. I. Campinas, S. P. Editora da Unicamp, 1986.

8 Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart concordaram com Fredrik Barth “que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FRENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 141.

9 <http://grupoellip.blogspot.com.br/2013/01/critica-de-filme-dogville.html>. Pesquisa realizada em 25.07.2013, às 09:58. Para Abdelmalek Sayad, para ser considerado imigrante na França precisava estar acompanhado de família, (marido, pais) do contrário, não conseguiria renovar visto, dada a desconfiança que causava o migrante sozinho, porque sua finalidade seria o trabalho e viúvas e filhos órfãos não poderiam trabalhar. *Ibid.*, p. 70-72.

10. *Ibid.*. Ver o Capítulo 5: Estado atual do debate sobre etnicidade. p. 123-140.

11 No Capítulo Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth apresentado no livro *Teorias da Etnicidade* já citado, Barth esclarece: “Antropólogos sociais evitaram

amplamente estes problemas, usando um conceito de “sociedade” altamente abstrato para representar o sistema social englobante dentro do qual grupos e unidades concretas menores podem ser analisados. Contudo, tal procedimento deixa intactas as fronteiras e as características empíricas de grupos étnicos e as importantes questões que são levantadas por tal investigação.” Idem, p. 188.

12 Segundo o Relatório do IBGE de 1960 no quesito Migrações Internas: “Pela primeira vez nos Censos Nacionais foi efetuada a pesquisa direta dos movimentos migratórios, através de indagações para ‘os que não haviam nascido no município de residência’ sobre o tempo de residência ininterrupta no Município; o Lugar de procedência” (Unidade da Federação ou País Estrangeiro). Pesquisa realizada em 09/07/2013 às 9:18. Biblioteca. bge.gov.br/visualização/periódicos/68/cd_1960_v1_r4_ce.pdf. P XI.

13 Elias (Casado, aposentado, 67 anos, entrevista concedida no Bairro Terrenos Novos em sua residência em setembro/2006 – profissão agricultor. Sebastião (Casado, aposentado, 66 anos, entrevista concedida no Bairro Terrenos Novos em sua residência em junho/2006, profissão Agricultor).

14 Ver LAPIERRE Jean-William no Prefácio da Obra de POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FRENART, Jocelyne. Op. Cit., p. 9-14.

15 Ibid., p. 11

16 Ibid., p. 141.

17 Ibid., p. 142.

18 Ibid., p. 143. POUTIGNAT e STREIFF-FRENART chamam atenção para o fato que “Vários autores estabelecem uma distinção entre grupos étnicos e minorias, sendo os primeiros comunidades que se reconhecem e são reconhecidas pelos outros enquanto tais, enquanto as minorias são definidas pelo preconceito e discriminação exercidos pelo grupo dominante...”

19 No Capítulo 4 “A etnicidade, definições e conceitos” os autores propõem elucidar o estado atual do debate sobre as abordagens étnicas da antropologia social, p. 85-121. E afirmam: “Mais do que fixar o pensamento dos autores sobre etiquetas redutoras que não abrangem senão de modo muito imperfeito os meandros reais do debate teórico, pareceu-nos preferível separar as abordagens que, se às vezes são efetivamente representadas por um indivíduo que tenha fundado ou que se identifique totalmente com uma escola de pensamento (como a sociobiologia por Van denBerghe, ou o primordialismo por shils), são frequentemente combinadas no mesmo autor segundo uma forma original.” p. 87.

20 Ibid., p. 111.

21 Ibid., p. 111-112.

22. Ibid., p. 134.

23. Ibid., p. 135.

24. *Ibid.*, p. 158.

25. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FRENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Op. Cit., p. 159.

26. No que tange a ideia de Sertão e os deslocamentos sofridos Barbosa defende que “resgatar os deslocamentos sofridos pelo espaço sertanejo, não somente nos níveis geográfico, espacial e político, como também nos planos simbólicos, cultural e imaginário, em diferentes temporalidades, é buscar as experiências que lhe deram substancialidade, até porque [...] esses deslocamentos referidos ao espaço sertanejo tem sido objeto de longas ‘operações históricas’ preocupadas em estabelecer os usos e sentidos da palavra *sertão*”. BARBOSA, Ivone C. *Sertão: Um Lugar – Incomum*. O sertão do Ceará na Literatura do Sec. XIX. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História apresentada a USP. PP 27-55.

27. O município de Sobral em 1960 possuía uma população de 72.511 habitantes. O relatório do IBGE de 1960 apresenta pela primeira vez o movimento migratório por município e Sobral tem um percentual significativo de pessoas residentes, mas não nascidas nessa urbe. Quase cinco por cento, ou seja, 3.218 pessoas. Contudo, essa não foi uma exclusividade de Sobral, vejamos algumas cidades: Santana do Acaraú 19.943 / 327 (total da população e total deresidentes não naturais) – Alcântaras 7.470/349 – Cariré 16.887/2.146 – Frecheirinha 6.348/1.341 – Groaíras 4.898/675 – Massapê 17.801/614 – Meruoca 10.456/374 – Moraújo 4.294/366 – Reriutaba 21.314/3.326 – Santa Quitéria 28.475/1.418, Santana do Acaraú 19.943/227 (respectivamente). A divisão regional do IBGE de então, colocava Sobral e as cidades confluentes na “Zona Fisiográfica Sertão Centro Norte”, num total de 24 municípios. Hoje a divisão regional do Estado é outra, no total de 33 microrregiões, antes apenas 05, e Sobral é também uma microrregião composta de 12 municípios, incluindo o próprio. No entanto, importa dizer que a exemplo de Sobral, em todos se encontrava uma mobilidade humana, quando alguns municípios se destacam considerando o número populacional como Cariré e Reriutabacom uma mobilidade interna de mais de 15%.

Foe: Biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periodicos/68/cd_1960_v1_r4_cc.pdf.

Pesquisa realizada em 09/07/2013 às 9:18.PP 80-118-119.

28. População Senso 2010 IBGE dos municípios já citados total da população mais total de migrantes entre zona urbana e zona rural respectivamente: Alcântaras 10.771/361 – Cariré 18.347/799 – Frecheirinha 12.991/1.002 – Groaíras 10.228/712 – Massapê 35.191/1.624 – Meruoca 13.693/710 – Moraújo 8.070/458 – Reriutaba 19.456/825 – Santa Quitéria 42.763/1.575 – Santana do Acaraú 29.946/826 – Sobral 188.233/10.799. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=231290&idtema=103&search=ceara|sobral|produto-interno-bruto-dos-municipios-2010>. Pesquisa realizada em 11/07/2013 às 15:30.

29. Quanto ao PIB, colhemos os resultados do censo demográfico do IBGE/2010, ainda não conseguimos informações dos censos do período em estudo desses municípios, contudo se pudermos comparar o atual estágio de desenvolvimento econômico medido pelo PIB com as décadas anteriores a exemplo da população, teremos Sobral entre os sete municípios do Ceará mais ricos com PIB 2.348.207 e os demais circunvizinhos maior

parte entre os mais pobres: Alcântaras 37.777 – Cariré 73.906 – Frecheirinha 63.193 – Groáiras 40.462 – Massapê 134.580 – Meruoca 49.500 – Moratújo 32.736 – Reriutaba 85.705 – Santa Quitéria 222.221 – Santana do Acaraú 122.747 (valores em reais/2010) entre outros, pois alguns hoje municípios antes eram distritos inclusive de Sobral. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=231290&idtema=103&search=ceara|sobral|produto-interno-bruto-dos-municipios-2010>. Pesquisa realizada em 11/07/2013 às 14:43.

30 Como vamos utilizar os dados do IBGE do período em estudo, também utilizaremos a definição desse órgão governamental de pesquisa e estatística que divide da seguinte forma as populações residentes nos municípios: “POPULAÇÃO URBANA E RURAL – considerou-se *população urbana* a recenseada nas cidades e vilas (quadros urbano e suburbano); a *população rural* constituiu-se da recenseada fora dos limites das Cidades e Vilas.” Relatório oficial do IBGE senso de 1960. Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf. P XI. Pesquisa realizada em 09/07/2013 às 9:18. Mas infelizmente a metodologia adotada para a pesquisa em relação à população residente na zona urbana (segundo o IBGE centro e subúrbio) e zona rural (áreas agrícolas) no Relatório por Estado não é satisfatória, pois é apresentada por idade de menos de um a 100 anos, e por sexo e no total geral por zona fisiográfica e não por município.

31 Alguns estudos mostram a ligação permanente dos migrantes entre o destino e a origem quando se trata de migrações sazonais, ou temporárias com objetivo explícito de retorno, ou ainda quando acontecem dentro de mesmo estado entre municípios ou entre interior e capital, o que não quer dizer que a possibilidade de retorno não se transforme em permanência no destino e em conflito familiar, como mostrou o estudo que Menezes realizou: MENEZES, M. A. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*: um estudo de famílias de Camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: RelumeDumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002. ESTRELA, E. S. *Os Sampauleiros*: Cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP:EDUC, 2003. SANTANA, C. D’Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da Cidade*. Vivências e Imagens da Salvador de Migrantes. São Paulo: Annablume, 2009. SERVIÇO, Pastoral dos Migrantes (SPM) CENTRO, de Estudos Migratórios (CEM) e outros Organizadores. *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio*: desafios pastorais. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998. PP 203-361.

32 PAIVA, ODAIR DA CRUZ. Migrações e Nova Fronteira Utopica. IN: *Migrações Internacionais: desafios para o século XXI*. Odair da Cruz Paiva (organizador). São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007. P 12.

33 Ibid., p. 13.

34 Ibid., p. 15.

35 Ibid., p. 17.

36 Ibid., p. 17.

37 POUTIGNAT e STREIFF-FRENART publicaram na segunda parte de Teorias da Etnicidade os Estudos de Fredrik Barth “Grupos étnicos e suas fronteiras” quando explicam em nota de rodapé que “Este texto é a introdução de uma obra coletiva dirigida por F.

Barth: *Ethnicgroupsandboundaries. The social organization of culture difference*. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969. PP 187-227.

38 Ibid., p. 18.

39 Ibid., p. 24-25.

40 “Não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes”; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto, ou o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto. Objeto esse social e politicamente (ou nacionalmente) sobredeterminado, e duplamente sobredeterminado, na medida em que concerne a uma população social e politicamente dominada – a ciência do ‘pobre’, do ‘pequeno’ (socialmente) seria uma ciência ‘pobre’, seria uma ciência ‘pequena’...” p. 21.

41 MENEZES, M. A. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de Camponeses – migrantes*. Idem. Ver igualmente LUCENA, C. T. *Artes de Lembrar e de Inventar: (re) lembranças de Migrantes*. Idem. Tomei o depoimento de meu avô entre outros agricultores durante a pesquisa para o Mestrado quando investiguei a mobilidade na zona rural entre municípios da zona norte cearense, de propriedade em propriedade rural, de povoação a povoação, menos cidades, e meu avô enfatiza em uma passagem muito emocionante que minha avó não queria sair da Serra da Meruoca para o Sertão de Santa Quitéria, ela temia mudar porque havia nascido e crescido perto dos pais, parentes, vizinhos, e não conhecia outro lugar.

42 Sayad analisa as condições espoliadoras com quem viviam os trabalhadores imigrantes na França e chama atenção para as possibilidades da família emigrar e se juntar ao imigrante chefe na França: “o mais das vezes casado e pai de família, não seria possível proibi-lo de trazer para junto de si, dentro de certos limites e sob certas condições, sua mulher e seus filhos – não se poderia nem mesmo impedi-lo indefinidamente de fazê-lo, principalmente quando manifesta tal desejo”. Da forma como esse autor fala, dá para interpretar que só importaria o desejo manifesto do imigrante chefe de família, sem contar a forma discriminatória como são tratadas viúvas e crianças na ausência dos maridos por morte ou separação pelas instituições francesas, já explicitado na nota 8 acima. p. 59.

43 SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 14-15.

44 Ibid., p. 13. Sayad esclarece que “Está claro que se trata da imigração argelina na França, quando conhecemos o caráter *exemplar*, em muitos aspectos, dessa imigração: exemplar em razão de sua relativa precocidade – ela foi, ao que parece, a mais antiga de todas as imigrações originárias dos países que hoje chamamos de países do Terceiro Mundo –; em razão das condições históricas e do contexto (o quadro colonial) nos quais nasceu e se desenvolveu...” p. 19.

45. Ibid., p. 16.

46 Ibid., p. 16.

47 Ibid., p. 17.

48 Ibid., p. 17.

49 Ibid., p. 20.

50 Ibid., p. 45-72.

51 Ibid., p. 54.

52 Ibid., p. 55.

53 Ibid., p. 55.

54 Ver: MENEZES, M. A. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de Camponeses – migrantes*. Idem; SANTANA, C. D'Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da Cidade: Vivências e Imagens da Salvador de Migrantes*. Idem; LUCENA, C. T. *Artes de Lembrar e de Inventar: (re) lembranças de Migrantes*. Idem; SOUZA, J. Carlos de. *Ocupantes de Áreas Urbanas em São Paulo: Trajetórias de Vida Linguagens e Representações*. IN: *Revista Brasileira de Historia*. Dossiê: Arte e Linguagens. São Paulo, V. 18, n.º 35, p. 361-373. Ano 1998.

Referências

BARBOSA, Ivone C. **Sertão: um lugar– incomum**. O sertão do Ceará na Literatura do Sec. XIX. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) – USP.

BARTH, F. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

ESTRELA, E. Souza. **Os Sampauleiros: Cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Fapesp: EDUC, 2003.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LUCENA, C. T. **Artes de Lembrar e de Inventar: (re)lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, Hucitec, 1997.

MENEZES, M. A. **Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

PAIVA, Odair da Cruz. (org). **Migrações Internacionais: desafios para o século XXI**. Odair da Cruz Paiva (organizador). São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

_____. **Caminhos Cruzados:** Migração e Construção do Brasil Moderno (1930-1950). Bauru: EDUSC, 2004.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FRENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade:** seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

SANTANA, C. D'Almeida. **Linguagens Urbanas, Memórias da Cidade:** Vivências e Imagens da Salvador de Migrantes. São Paulo: Annablume, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAUBE, M. J. de M. **De migrantes a favelados:** Estudo de um Processo Migratório. V. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

SERVIÇO Pastoral dos Migrantes (SPM); CENTRO de Estudos Migratórios (CEM) e outros Organizadores. **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio:** desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998.

8. CAMOCIM: A CIDADE À BEIRA-MAR E DAS LEMBRANÇAS

Carlos Augusto Pereira dos Santos¹

Introdução

Karl Marx na *Ideologia Alemã* afirmou: “A primeira premissa de toda a história é obviamente a existência de seres humanos. Portanto, o primeiro fato a ser verificado é a organização física destes seres e sua decorrente relação com o resto da natureza”.² Embora que recortada da conjuntura social em que Marx bebeu, a citação acima não serve apenas como um floreio estilístico. Antes, porém, parece ser uma conclusão a que o filósofo chega após manusear suas ferramentas para compreender a sociedade em que vivia, legando ao mundo uma nova forma de pensar as relações sociais existentes. É nesta direção que se pretende seguir, ou seja, capturar a existência destes seres humanos, trabalhadores desse microcosmo que é Camocim e perceber as relações por eles tecidas nesse espaço.

Deste modo, o presente trabalho, embora limitado às condições de publicação desta coletânea de textos sobre o noroeste cearense, pretende dar conta de uma narrativa que cuide de esmiuçar, baseado nas fontes disponíveis, as histórias em que os trabalhadores são protagonistas ou coadjuvantes no

1 Professor doutor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

2 Karl Marx, *The German Ideology*. Moscow, 1968, p. 31.

cenário citadino que descortina e esconde o universo dessas relações, no interessante movimento onde a história e a memória se produzem, se inventam e se cristalizam.

Por outro lado, a intenção de mostrar a “organização física destes seres” não servirá apenas como recurso panorâmico ou de contextualização do objeto estudado; o que se pretende é procurar aliar a isto o entrelaçar das tramas e trajetórias de vida dos nossos personagens com os espaços das relações de trabalho vivenciadas nos seus cotidianos, que, sem dúvida, passam pela formação concomitante do espaço urbano de Camocim.

Nesta perspectiva, Camocim é a cidade que se ergue à beira mar, com seus trapiches, armazéns e movimentada zona portuária, mas também é a que exporta homens com sua força de trabalho para a experiência e a sobrevivência adquiridas em outros portos do país. A cidade é a que recebe diariamente o trem para “dormir” em sua gare majestosa e proporciona um sono tranquilo para aqueles que conseguem um posto de trabalho na ferrovia, porto seguro para centenas de famílias. Mas também é aquela que desperta seus filhos para a defesa veemente dos seus empregos na estrada de ferro quando querem usurpá-la. Neste momento, a cidade e os homens vivem e interagem entre o porto e a estação.³

A nostalgia dos apitos

A literatura é useira e vezeira em registrar a transitoriedade dos tempos, captando e “insinuando modos origi-

3 Referência ao episódio acontecido entre novembro de 1949 e janeiro de 1950, quando a população ficou de prontidão não deixando que o trem saísse da estação, face aos rumores de que estariam sendo transferidos funcionários e as oficinas de manutenção para Sobral e Fortaleza. Mais à frente trataremos melhor dessa questão.

nais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir” os fenômenos históricos, no dizer de Nicolau Sevcenko.⁴ Neste sentido, uma produção literária local, baseada nas limitações de produção de uma pequena cidade do interior, estabelece-se na periodicidade instável de pequenos jornais e algumas obras de feitura artesanal ou bancada pelos próprios autores, com edições e circulação reduzidíssimas. Contudo, é este material que serve de suporte, tanto para nossa análise quanto para a pesquisa do passado da cidade, visto que a produção de estudos históricos sobre a cidade é mais escassa ainda.

Voltando para uma narrativa no sentido de melhor mostrar a cidade que se ergue à beira do porto num constante vai e vem cronológico, é interessante ressaltar as memórias do cronista contemporâneo Avelar Santos com matizes de pura nostalgia, referindo-se à Rua do Egito, provando que os escritores são filhos do seu tempo e os historiadores se valem deles para sua análise do passado:

O nome sugestivo e exótico deve-se, creio eu, ao mar de areia fofa e branquinha que a acompanhava em todo seu percurso – e também pelas casas, de estilo arquitetônico único, com fachadas siamesas, corredores enormes, que se debruçavam silenciosas sobre a rua, imponentes, nas suas calçadas gigantes, de altura incomum, onde observavam placidamente todos aqueles que se aventuravam a enfrentar os desafios de trilhar aquela parte “indigesta” da

4 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 237.

cidade. [...]. à noite, as pessoas sentavam-se nas calçadas, aproveitando a brisa do mar, e discorriam sobre os acontecimentos cotidianos.⁵

A Rua do Egito, paralela ao terreno da ferrovia delimitado pelo muro que circundava toda a área de oficinas e pátio de manobras dos trens, era habitada por “trabalhadores das Oficinas, gente do povo, pequenos comerciantes. Era uma rua tranquila, mas efervescente”.⁶ Outro estudioso, padre Luís Ximenes, em *Paixão Ferroviária*, rememora a rua em que nasceu e seu fascínio pelos trens. Filho de maquinista, trazia o trem nas veias, como diria Rachel de Queiroz. A nostalgia revelada em sua escrita pinta este espaço que foi o universo das brincadeiras infantis destes filhos de ferroviários. A falta do trem, tempos depois, parece ferir-lhes a alma. Pe. Luís Ximenes lamenta:

A quadra das antigas oficinas de Camocim, cercada de uma muralha, transformou-se num verdadeiro Saara, e tudo sem o trem ficou mais deserto, sem um oásis, sem um pedaço de ferro, sem bigorna, sem uma única sombra de uma velha maria-fumaça. Anos atrás, ainda havia o consolo da presença de sucatas que eram vistas como relíquias pelos olhos dos saudosistas. Hoje, nem mais sucatas, e Camocim, correndo

5 SANTOS, Avelar. Rua do Egito. In: *O Literário*. Ano VII, Edição 04, fevereiro de 2006. Camocim-CE, p. 2.

6 *Ibid.*, p. 2.

atrás de um trem que anda fugindo dele, como Juca Mulato corria atrás de seu sonho de amor sem poder tocá-lo nunca.⁷

Essas sensibilidades da memória construída ao longo do tempo e expostas por Pe. Luís Ximenes explica o seu intenso contato com os trens ao mesmo tempo em que traz para o presente flashes de um passado revivido. Quando minha família mudou-se para lá, ainda presenciei, no final dos anos 1970, muitas conversas de ferroviários aposentados e das chegadas dos trens vespertinos.

Figura 1 - Oficinas de Camocim. Observam-se ferroviários no pátio das oficinas da ferrovia quando as mesmas funcionavam a pleno vapor, hoje em ruínas. Foto de domínio público.



7 XIMENES, Luís. *Paixão Ferroviária*. Edição do Autor, 1984, p. 11-2.

O autor situa sua crônica nos anos 1960 e ainda revela muito da Camocim embalada pelos apitos de navios e trens. “A velha Usina, que trabalhou incansavelmente por anos a fio para afastar o breu da noite, e que nos traz, aos camocinenses de antanho, um saudosismo único, era uma espécie de última e intransponível fronteira”.⁸ Num tempo em que a eletricidade, saudada como símbolo da modernidade, ainda não chegara a Camocim, nosso cronista, filho de ferroviário, lança luzes sobre o passado pacato da cidade ainda sobrevivendo do que nos traziam o porto e a ferrovia:

A vida citadina, de uma simplicidade franciscana, corria sem aperreios e maiores atropelos. Os navios ainda atracavam por estas esquecidas e deserdadas plagas, trazendo-nos “especiarias” as mais diversas, de lugares inimagináveis, e levando, de volta, nos seus porões enormes, o nosso bem mais precioso, o ouro branco, o sal. O trem – que felicidade – ainda compunha diariamente a sua música rítmica e inesquecível, saindo, de mansinho, da velha gare da Estação Ferroviária local, às cinco da madrugada, e voltando feliz, à tardinha, onde uma multidão o esperava, entre frenética e impaciente.⁹

Percebe-se nos autores citados não apenas o saudosismo ligado a um passado vivido por eles na infância, mas

8 SANTOS, Avelar. *Op. cit.* p. 2.

9 *Ibid.*, p. 2.

também uma recorrência a uma cidade que não existe mais, dependente do porto e da ferrovia. A nostalgia mostrada nestes cometimentos literários, por outro lado, parece recuperar senão uma cidade ideal, referências para o historiador. Neste sentido, os textos literários de Avelar Santos e Pe. Luís Ximenes, assim como de outros escritores locais que serão usados neste texto, nos remetem aos espaços do trabalho da cidade de Camocim, seu cotidiano e sua gente, ajudando na recuperação da urbe que se ergue e se sustenta neste ambiente.

A cidade nas páginas dos jornais

Com todos os problemas que uma fonte jornalística apresenta para o historiador, a mesma deve ser objeto de análise, mesmo porque todas as fontes carregam suas potencialidades e limitações. Desta forma, procura-se nela captar a cidade idealizada pelos discursos impressos cheios de intenções outras. Doutro modo, o desenvolvimento econômico alcançado na esteira das atividades porto-ferroviárias fez de Camocim uma cidade com uma intensa publicação de periódicos na primeira metade do século XX, como veremos mais adiante, chamando a atenção da imprensa de centros maiores como Sobral. Como disse, nos primeiros anos da República a cidade experimenta seu auge com as exportações de algodão e borraça via porto pela emergência da Primeira Guerra Mundial. Sintomaticamente, é no entreguerras que se dá o *boom* econômico e cultural da cidade. Muitas histórias ainda sobrevivem deste tempo e que serão tratadas posteriormente. Para o momento, basta dizer que os norte-americanos chegaram a cogitar a instalação de um posto de comando na cidade e, de quando em vez, alguns aviões aterrissavam no campo de pouso para

reabastecimento. Contudo, a maior estrutura logística da capital, Fortaleza, suplantou a vantagem geográfica que Camocim apresentava com relação à distância atlântica do Brasil para a Europa e África.¹⁰

Diferentemente do autor anterior, mergulhado no presentismo de suas reminiscências outonais, vejamos outro documento de época, escrito no calor da hora como notas de viagem para o jornal *Correio da Semana*.¹¹ O autor do referido texto procura informar da prosperidade que a cidade de Camocim experimenta, não escondendo seus louvores diante do povo e das fontes de trabalho ali fincadas, profetizando melhorias para um futuro muito próximo.

Camocim é uma destas cidades do interior que impõe ao viandante uma *sympatia* e um bem estar pouco communs. De há muito eu formava um excellent conceito dessa futura cidade. Confirmou-se e cresceu em mim este conceito numa visita que ali fiz há poucos dias. [...]. Ainda não tinha tido o feliz ensejo de tocar de perto, de observar, de apreciar o progresso de Camocim.¹²

10 Descartada a proposta de um posto de comando, um pequeno número de soldados americanos foi destacado para Camocim para dar suporte a alguma manobra. Os mesmos ficaram abrigados numa pequena base militar construída para tal fim e nos hotéis da cidade. Informações prestadas pelo memorialista Artur Queirós, já falecido.

11 Semanário católico ligado à diocese de Sobral, editado nesta cidade desde 1918 até os dias atuais.

12 LIMA, P. J. de. “Camocim”. *Correio da Semana*. Anno I, sabbado, 2 de agosto de 1918. Sobral-CE, p.1.

Em sua escrita, o jornalista lamenta a indiferença da imprensa sobralense para com os novos equipamentos de que a cidade dispõe, seja no campo comercial, com a inauguração da sede da Associação Commercial de Camocim, seja no religioso, pela beleza da igreja e o virtuosismo dos fiéis em construí-la. No seu *tour* pela cidade, o jornalista ainda faz menção da sua visita ao jornal local *Folha do Litoral* e também, já naquele tempo, ao prédio mais imponente da cidade, a Estação Ferroviária. Porém, o jornalista carrega as tintas no objeto de sua visita – noticiar a fundação da Associação Commercial e a inauguração de seu belo edifício, para ele um fato consumado, fruto da vontade dos comerciantes camocinenses em dotar a cidade de uma instituição com feição de centro profissional e cultural, além de se reportar às melhorias urbanas por ele constatadas. Na citação abaixo, transcrita respeitando-se o estilo da época, é esclarecedora para o que se propõe, isto é, mostrar o máximo possível das “impressões de viajantes” sobre a cidade:

É um bello predio, elegante, atrahente e confortavel, de construção moderna. Para unir o util ao agradável, no mesmo predio foi instalado um vasto salão com um palco para representações dramaticas e cinema. Esse salão é muito bem arejado, aspecto agradabilissimo com uma bôa instalação de luz electrica e a carborêto. Percorremos todas as dependencias do predio, demorando-nos depois um agradável palestra com um grupo de moços, propugnadores fervorosos do progresso de Camocim. É desejo dos dignos fun-

dadores da “Associação” adicionar á mesma, para o futuro uma secção especial para os caixeiros que tem por fim a mutua protecção da classe, para a qual haverá um curso nocturno de instrução, á semelhança da “Phenix Caixeiral” de Fortaleza. Na praça da Matriz a Prefeitura vae construir um jardim. Em breve a cidade será toda iluminada á luz electrica. Estas ligeiras notas aqui faço sobre o meu passeio a Camocim, não obedece a interesses algum, si não fazer justiça ao merito e ter a satisfação de dizer uma verdade que consola. Não foi portanto com intuitos de melindrar a modestia ou excitar vaedade nesses timoneiros do bem; empolgou-me o entusiasmo que experimentei perante tão bella iniciativa daquelle punhado de moços que honram a Sociedade. Nestas desprentenciosas linhas vae o meu applauso caloroso e os meus os meus parabens sinceros ao povo de Camocim.¹³

Depois desse texto-propaganda dos melhoramentos conferidos *in loco* pelo jornalista, é de se perguntar pela questão levantada inicialmente por ele – o porquê de a imprensa sobralense não noticiar com mais ênfase estes benefícios verificados em Camocim. Ele mesmo responde: “É que os camocinenses trabalham sem vaedades, sem alardear os seus meritos, o seu valor, pelo engrandecimento de sua terra”.¹⁴ Fica evidente

13 Ibid., p.1.

14 Ibid., p. 1.

que o repórter se refere à imprensa sobralense e, como o mesmo atesta, visitou um jornal local com instalações modernas para os padrões da época. Seria a empresa jornalística mais um dado do progresso do município? Infelizmente, poucos exemplares dos vários títulos publicados na cidade resistiram ao tempo a ponto de chegar para análise do historiador. Uma série maior destas folhas urbanas mostraria, sem dúvida, de acordo com o ponto de vista dos editores, esse progresso salientado pelo jornalista sobralense, assim como dos problemas e conflitos que a cidade pudesse apresentar. Contudo, parece evidente que as melhorias urbanas, a construção de belos prédios (no caso a Igreja Matriz e a sede da Associação Commercial), além da organização da elite comercial apontando para uma fase de prosperidade, são aspectos que deslumbram o viajante e explica sua constatação de que a cidade caminhava célere para a modernização.

Apresentando como um dado histórico, passamos para os registros dessa imprensa que surge com o desenvolvimento das atividades econômicas na cidade. Salta aos olhos o número de jornais publicados para uma cidade do interior. Apesar de que muitos desses jornais provavelmente não tenham passado dos primeiros dez números, mereceu o registro dos cronistas da época. Outros tiveram vida longa, porém, acusou-se um hiato de mais de 40 anos sem termos jornais editados na cidade, quando apareceram *O Literário* e o *Correio do Litoral*, no final dos anos 1990.¹⁵ Por tudo isso, penso ser válido mergulhar nessa produção jornalística, não apenas pelo

15 O jornal *O Literário* há mais de sete anos está sem circular. Já o *Correio do Litoral*, depois de mudanças no tamanho e de uma periodicidade ininterrupta de mais de sete anos, também está fora de circulação, tendo uma versão online na internet: <http://ocorreioonline.blogspot.com/>

caráter quantitativo, mas sobretudo pelo aspecto qualitativo dos raros exemplares que sobreviveram ao tempo.

De 1894 a 1941, temos o registro de cerca de trinta títulos, em grande parte de cunho literário. Neste formato, temos os seguintes títulos que incluíam também notícias: *A Malva Rosa* (1909), *O Canivete* (1910), *A Palavra* (1911), *Resedá* (1914), *O Íris*, *Anthologia*, *O Leque* (1917), *Camocim Club Jornal* (1934); os noticiosos informativos foram: *O Tupy* (1900), *O Rubi* (1915), *O Espião*, *Folha do Litoral* (1917), *Camocim Jornal*, *Gazeta de Camocim*, *A Peia* (1921), *A Razão* (1926), *O Operário* (1927), *O Progresso* (1933), *O Imparcial* (1937) e *O Momento* (1941). Definidos como publicações humorísticas temos *O Maribondo* (1894), primeiro jornal a circular em Camocim, litografado, além de *O Gavião*, *O Chicote*, *O Riso* (1917), *O Bacamarte* (1920). Definidos como críticos e independentes, *O Chiqueirador*, *Chico Pança* (1919), *O Maximalista* (1920). Como jornal esportivo, *Brazil Sport* (1920). Como órgão do Partido Democrata de Camocim, tem-se *O Libertador* (1920).¹⁶

Além dos jornais, segundo ainda as mesmas fontes de informação, duas revistas foram editadas na cidade. Uma, em 1917, se denominava *Fuzileiro*, revista do Tiro Brasileiro de Camocim. A outra se chamava *Reco-Reco*, revista literária, crítica, humorística e noticiosa, de periodicidade quinzenal, que apareceu em 1921. Ambas eram rodadas na Typ. Commercial de Pessoa & Cia e Oficinas Typographicas da “Gazeta de Camocim”, respectivamente. Até 2008, o mesmo editor do

16 As informações contidas neste parágrafo estão em MONTEIRO, Tobis de Melo. *Camocim Centenário. 1879.1979*. Edição do autor, 1984, p.121; *Revista do Instituto do Ceará* – Tomo Especial – 1824-1924. 1º de abril, p.119-38 e SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. “Verba volant, scripta manent!” *O Literário*. Ano III, edição 18 de julho de 2001, Camocim-CE, p.11.

jornal *Correio do Litoral* tentava emplacar a pequena revista *Saiba*, em seu terceiro número.

A fonte destas informações aponta para a periodicidade destes jornais, que variava entre semanários, quinzenários e mensários e, a julgar pela duração destas empresas, pode-se dizer que alguns circularam simultaneamente, como é o caso de *A Palavra*, *Resedá*, *O Rubi*, entre 1914 a 1916. O ano de 1917 foi bastante fértil, apresentando os seguintes jornais: *O Íris*, *Anthologia*, *O Leque*, *O Espião*, *Folha do Litoral*, *O Gavião*, *O Chicote*, *O Riso*. Entre 1927 e 1930, dois jornais se confrontavam na divulgação de ideários partidários opostos e provavelmente dividiam leitores. Trata-se de *A Razão*, defendendo o *status quo* dos homens bons da sociedade burguesa e *O Operário*, atuando na defesa dos direitos do proletariado, para ficar na diáde discursiva muito própria da época.

Vale ressaltar que o embate ideológico via imprensa pode ser percebido em alguns números dos dois jornais citados. Enquanto que *A Razão* era editado por um membro do Conselho Municipal, André Pessoa, portanto ligado intimamente ao governo, *O Operário* tinha como editor o Prof. Francisco Theodoro Rodrigues, líder comunista e fundador do Partido Comunista Brasileiro – PCB em Camocim.¹⁷

Como em outros lugares, as folhas impressas continham muito da intelectualidade local. O jornalismo, portanto, era um canal de expressão dos homens de letras. Em Camocim, seguindo essa tradição, vão se encontrar nestes periódicos membros do Gabinete Camocinense de Leitura, espécie de academia na época que floresceu em algumas cidades do

17 Sobre este embate de ideias, ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha. A militância comunista em Camocim-CE. 1927-1950*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Ceará, 2000.

interior como Aracati, Granja, Barbalha, Ipu, Crateús, Viçosa, dentre outras.¹⁸ Este formato de grêmio tinha como finalidade a difusão de leituras relevantes para o conhecimento e a manutenção de uma biblioteca. Em alguns, funcionava uma escola para jovens alunos, como foi o caso de Camocim. A pequena biblioteca do Gabinete Camocinense de Leitura foi doada para a Associação Comercial e, atualmente, lá se encontra, com alguns livros escritos em francês.¹⁹

Os traçados urbanos e as edificações

Até agora o que se tem é uma cidade como tantas outras do interior do país. Com o incremento da ferrovia ligando Camocim a Sobral, propiciou-se um maior número de transações comerciais, tornando mais eficientes as atividades no porto. Com o funcionamento da ferrovia, a cidade ganhou um conjunto de edificações que contribuiu para o embelezamento urbano. Do ponto de vista arquitetônico, as edificações ferroviárias “de características ecléticas, como todos os outros conjuntos pertencentes à Rede Ferroviária no estado, reuniam, além do terminal, a residência do engenheiro e os galpões para o entreposto, complementado por extenso pátio de manobras”.²⁰

Hoje as oficinas estão em ruínas. A residência do engenheiro é utilizada como sede da Academia Camocinense

18 Segundo José Ramos Tinhorão, esse tipo de associação literária surgiu na Província do Ceará para “absorver as primeiras inquietações intelectuais dos pequenos núcleos de classe média de antigas vilas que o novo surto de progresso ia transformando em cidades”. TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o Naturalismo*. Ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC/UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 45.

19 O Gabinete Camocinense de Leitura foi fundado por Júlio Cícero Monteiro e Francisco Menescal Carneiro no ano de 1913.

20 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim. Documento Básico. Camocim-CE, 1998, p.15-6.

de Ciência, Artes e Letras – ACCAL. Um conjunto de casas que antes serviam como moradias de funcionários graduados da estrada de ferro agora abrigam ex-ferroviários. O prédio da Estação foi recuperado e tombado pelo patrimônio histórico estadual, o mesmo já foi sede de um campus universitário e é onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal. Portanto, novos usos. Ao redor deste conjunto arquitetônico, resistindo à intempérie, armazéns, sedes de antigas casas comerciais e industriais aos poucos sendo engolidos e transformados em residências amplas e modernas. No plano diretor da cidade, para toda a área do pátio de manobras está prevista a criação de um parque.

Numa breve recuperação da evolução do traçado urbano da cidade de Camocim, somente em 1933 é feito o primeiro trabalho cartográfico realizado pelo engenheiro militar capitão José Rodrigues da Silva, que identificou 29 ruas e 6 praças.²¹ Contudo, num recorte de jornal da época, do qual não sobreviveu o nome do periódico, a relação dos nomes das ruas e praças, aprovada pelo Decreto Nº 26, de 1º de agosto de 1933, soma 31 ruas e 6 praças.²² Na década de 1950, os números levantados pelo IBGE não sofreram muitas alterações quantitativas:

21 Ibid., p. 16.

22 As ruas eram as seguintes, segundo o recorte de jornal: “DO NASCENTE PARA O POENTE: As ruas – 1- da Praia, 2-Engenheiro Privat, 3- General Sampaio, 4- Senador Jaguaribe, 5- 24 de Maio, 6- Santos Dumont, 7- Humaitá, 8- Paisandú, 9-Riachuelo, 10- Joaquim Távora, 11- João Pessoa, 12- 3 de Outubro. DO NORTE PARA O SUL: - 13- Professor Castello Branco, 14- Siqueira Campos, 15- Rui Barbosa, 16- Quintino Bocaiúva, 17- Don Pedro II, 18- Benjamin Constant, 19- Marechal Deodoro, 20- Marechal Floriano, 21- da República, 22- Zeferino Veras, 23- da Independência, 24- 13 de Maio, 25- José de Alencar, 26- do Comércio, 27- General Tibúrcio, 28- Tiradentes, 29- Duque de Caxias, 30- (ilegível) Ceará, 31- 8 de Janeiro. PRAÇAS – 1- 15 de Novembro, 2- 7 de Setembro, 3- Pinto Martins, 4- da Matriz, 5-Francisco Nelson, 6- Bom Jesus”. Comparando com as ruas existentes hoje pelas suas denominações, observa-se que o redator errou quanto ao sentido das mesmas, invertendo-os.

Forma-se por 40 logradouros públicos amplos e bem traçados, dos quais 6 são pavimentados de pedras irregulares, cobrindo uma área de 35% do seu perímetro urbano e suburbano. Três das suas principais vias públicas são arborizadas. Conta também, com três “passeios” bem cuidados que servem de ponto de reunião à população citadina e mais de 2100 prédios, sendo 160 residenciais.²³

Nessa época, os prédios mais imponentes eram o da Estação, o da Prefeitura Municipal, a sede social do Camocim Clube, a Agência dos Correios e Telégrafos e o Posto de Saúde. Ainda no aspecto da configuração urbana, apesar de não se dispor de maiores elementos que possam mostrar uma evolução nesse item, como fotografias e levantamentos cartográficos, percebe-se que o desenho urbano obedece muito às características da tradição portuguesa, “com ruas de aspecto uniforme, traçado em xadrez, e com as residências construídas no alinhamento dos lotes.” Com relação à arquitetura, os prédios remanescentes mais antigos da cidade não apresentam influências do período colonial, mesmo porque o povoamento se dará mesmo ao final do século XVIII, e suas principais características, com algum valor histórico e arquitetônico, são “do século XIX, com porão alto e platibandas, e em alguns casos afastadas dos vizinhos e com jardins laterais. O *art décor* está presente em algumas propostas, mas a configuração urbana permaneceu inalterada”.²⁴

23 ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XVI volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.115.

24 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim. Documento Básico. Camocim-CE, 1998, p.15

Como já se disse, pouco deste conjunto arquitetônico ainda resiste, principalmente no entorno do porto e da ferrovia. Em outras ruas, exemplares de uma arquitetura eclética, seja em casario conjugado ou separado, estão vindo abaixo tanto pelo desconhecimento do valor histórico cultural dessas edificações, quanto pelo descumprimento da legislação que cuida da preservação dessa história e da memória edificada. Por outro lado, o próprio poder público não cuidou e não cuida de regulamentar o que diz o Código de Obras e Posturas para a formação do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Município – Condurb. Tal conselho teria autoridade técnica para emitir pareceres sobre o valor histórico e cultural de edifícios que se prestassem à proteção por tombamento, ampliando consideravelmente o número de bens protegidos, já que somente a Estação Ferroviária é tombada pelo patrimônio histórico do Estado.²⁵

Camocim – a “terra do já teve”

Esta é uma expressão recorrente nas rodas de conversas quando, principalmente, se estabelecem comparações entre o passado dourado e o presente incerto que sonha com um futuro baseado na atividade turística, pois, afinal, somos detentores de belas praias (10% de todo o litoral cearense, cerca de 60 km), lagos, dunas, rios, enfim, ecossistemas para nenhum investidor botar defeito. Anacronicamente ou não, as conclusões desses verdadeiros “debates” são de que no tempo do porto e do trem existiam “isso e aquilo”, que hoje não se encontra mais na cidade.

25 Código de Obras e Posturas do Município de Camocim. Capítulo IV – Da execução de obras, Seção V – Dos edifícios de valor histórico e cultural. Art. 43 a 45, 1998, p.18.

Saudosismos à parte, é inevitável a associação do porto e da ferrovia como instrumentos propulsores de modernização. Daí que certa nostalgia aliada a uma memória escrita e transmitida oralmente, através dos tempos, acabou por consolidar nas teias do senso comum, ou de quem testemunhou e viu todo esse “progresso”, esse sentimento de perda dos ícones da era dourada dos apitos de navios e locomotivas. Isso contaminou também os estudos acadêmicos, que, mesmo apontando outros vieses dessa história, outros personagens e abordagens, concluem sobre as lacunas deixadas com a desativação desses espaços de trabalho.²⁶

Nos relatos contidos nestes trabalhos e de algumas informações contidas na imprensa e literatura locais, vamos ver o que Camocim tinha e proporcionava aos seus habitantes e visitantes. Ontem, tal como hoje, apesar de todos os problemas que as cidades apresentam, Camocim parecia e parece despertar o que nosso jornalista concluiu em 1918: “Camocim é uma destas cidades do interior que impõe ao viandante uma *sympatia* e um bem estar pouco *communis*”.²⁷

Pelos vapores chegavam novidades da moda francesa, as notícias do restante do Brasil através dos jornais e revistas do sul do país. Na brincadeira bairrista entre Camocim e Sobral, os camocinenses se orgulhavam de que, nessa época, ficavam mais cedo atualizados das fofocas palacianas por ter a primazia de lerem os jornais antes deles. Só depois é que as encomendas impressas eram distribuídas pelos trens. As amplificado-

26 Refiro-me mais especificamente à dissertação de CARVALHO, Cid Vasconcelos de. *O Trem em Camocim: modernização e memória*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2001 e XAVIER, Régia. *O porto de Camocim na memória popular*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2001. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Op. cit.*

27 LIMA, R.J. *Op. cit.*, p.1.

ras locais – Sonoros Pinto Martins, A Voz de Camocim ou Camocim Club, tratavam de repercutir o que lhe interessava, seja nas notícias, seja na música, além de prestarem serviços de utilidade pública. Estes meios de comunicação, que já nasceram para representar grupos políticos, fora dos momentos de embate eleitoral, diminuía a ausência do rádio, objeto raro entre os camocinenses. Contudo, com a chegada das emissoras de rádio na cidade, no final da década de 1980, as concessões obedeceram a critérios de influência política, ficando cada grupo com seu quinhão radiofônico.²⁸

A cidade, como já se disse era bastante movimentada. Os cinemas já pontuavam na zona portuária e com algum requinte. A crônica de época dá-nos conta do Cine Fênix, com belo salão e piano de cauda para o acompanhamento das sessões de cinema mudo. Ainda nas imediações do porto e da estação, existiram os cinemas Recreio e Smart, na Rua Engenheiro Privat. Os filmes, segundo rememora um dos moradores, eram “anunciados nas tabuletas espalhadas pela cidade”.²⁹ Nesta mesma rua resistiu até o final dos anos 1980 o Cine João Veras, onde os títulos exibidos se dividiam alternadamente entre filmes de karatê e pornochanchadas, além dos épicos religiosos no período do Natal. Voltando àqueles tempos, mais para o centro da cidade, na Rua 24 de Maio, o Cine Éden dominava quase um quarteirão inteiro, exibindo não só a sétima arte, como promovendo concorridas lutas de boxe e outros números circenses e artísticos, já que tinha instalações para tal.

28 Neste sentido, duas emissoras foram criadas em Camocim: a *Rádio Pinto Martins*, pertencente à família Coelho Veras e a *Rádio União de Camocim*, propriedade da família Aguiar.

29 SOUSA FILHO, Antônio de Albuquerque. “Camocim do meu tempo”. *Diário do Nordeste*. Ano XXV, nº 8.360, quarta-feira, 1 de março de 2006, p. 2. Fortaleza-CE.

Do outro lado da rua localizava-se o Cine História. Os poucos bairros da cidade também dispunham de salas para tal função. Deste modo, o Cine Relâmpago, na Rua Senador Jaguaribe, ficava próximo da zona do meretrício, no bairro da Gameleira, que fez sucesso nas décadas de 1930 e 1940. No bairro São Pedro, o Cine São Pedro funcionou ativamente entre as décadas de 1960 e 1970. Hoje, infelizmente, não há nenhuma sala em funcionamento.

As salas comportadas e puritanas recebiam o melhor “escol” da cidade. Contudo, os prazeres noturnos residiam no mais trivial da zona portuária – as casas de meretrício. Espalhando por toda a orla e adjacências, as casas de tolerância, os bares e os cafés, ou mesmo ao ar livre, o comércio do sexo animava as noites camocinenses nas curtas temporadas de marinheiros estrangeiros e nacionais, ávidos por uma “aliviada” das lides marítimas. Outros eventos ligados à religiosidade e ao folclore completavam os momentos festivos da cidade.

Nessas permanências, o ritmo da cidade era modificado. Festas se organizavam para receber as comitivas dos navios mais importantes. Moçoilas casadoiras disputavam a atenção dos “homens de fora”, jogos amistosos de futebol eram marcados entre as tripulações das embarcações como forma de confraternização, populares organizam seu programa de domingo: depois da missa das nove uma visita ao navio estrangeiro ancorado. Nestes breves momentos, porém frequentes, de relacionamento entre a gente do mar e a gente da terra muitas histórias se desenrolaram.

Terra e mar. Esta contraposição territorial é sem dúvida marcante em nossas relações sociais. Numa cidade litorânea essa relação ganha contornos que demarcam nitidamente as relações, criando espaços de sociabilidade próprios e expondo

conflitos dos mais interessantes. Esta pequena introdução é somente para analisar um caso à parte – o cabaré Terra e Mar, situado na zona do baixo meretrício da cidade e immortalizada no romance homônimo do escritor camocinense Carlos Cardeal.

Ambientado na Camocim dos anos 1960-70, portanto, já no apagar das luzes das atividades conjugadas do porto e da ferrovia, o escritor centra na trama um passado de certo *glamour* propiciado por esta temperatura de movimentação que a cidade ainda experimentava. As prostitutas chegavam por trem e faziam a vida na zona, povoada por marinheiros ocasionais e aventureiros que aportavam no lugar em busca de oportunidades. Na narrativa romanesca, pontuada de ficção, mas agregando muitos aspectos reais e históricos, os lugares e as festas são descritos com riqueza de detalhes.

O espaço descrito e onde se desenvolve a trama é toda a cidade, mas o foco é o Terra e Mar, secundado por vários bares e casas de prostitutas que se caracterizaram como a “zona”, peculiar a toda cidade portuária. Essa demarcação espacial era tão enfática que as moças do lugar eram orientadas a não passar e nem sequer olhar para a rua onde se comercializava o sexo. Como o escritor traça um painel da cidade, é de bom alvitre que se sigam suas pegadas no esforço de mostrar Camocim numa obra literária e sua contribuição para a análise histórica. Começando pela própria descrição do Terra e Mar, cenário de sua trama:

Sempre sorrindo, ela percorria com os olhos a grande sala de entrada. Postas às paredes estavam fotografias de mulheres seminuas [...]. As bandeirolas multicores que cobrem o teto impedem a visão das telhas.

As mesas e cadeiras espalhadas pelo salão lembram-lhe os cassinos dos romances policiais [...]. O bar, sortido apenas com o que é mais consumido: a cachaça, a cerveja, refrigerantes e cigarros, algumas latas de conservas e alguns rótulos de bebida estrangeira [...] Acima das prateleiras, estava gravada na parede branca, com letras pretas a célebre frase shakespeariana retirada do monólogo de Hamlet: “*To be or not to be, that is the question*”. Logo abaixo, a tradução em letras não menos legíveis, mas de menor tamanho, “ser ou não ser, eis a questão”.³⁰

Afora a licença ficcional, o autor em questão esforça-se e é bem nítida sua preocupação em descrever os lugares mais simples que percorre em sua trama novelesca, fazendo uma opção em mostrar com mais ênfase os locais identificados com as pessoas comuns, caras para nós que militamos na história social. São os pescadores, os boêmios, as prostitutas, os estivadores e salineiros que ocupam maior espaço nas histórias, sem descuidar dos outros estratos da sociedade, mesmo da “elite” local. Diria mesmo que é uma obra “vista de baixo”. Várias são as passagens e personagens que confirmam isso sem perder seu estilo quase poético. Uma cena de fim de tarde é emblemática:

O desembarque é rápido, mais rápida é a retirada dos que foram esperar o trem, logo a grande gare fica vazia. O casal parte para descobrir novas

30 ARAÚJO, Carlos Cardeal de. *O Terra e Mar*. Fortaleza-CE: Fundação Dolores Lustosa, 1988, p.19.

aventuras, cinquenta metros apenas e estão no cais do porto, lá deveriam ancorar navios, mas apenas alguns barcos com inscrições na popa da casa de pesca a que pertencem carregam e descarregam mercadorias. Estivadores, pescadores, prostitutas e curumins de cores e idades diversas, parecem discutir acirradamente. É grande a algazarra em todo o cais. Alguns barcos partem para outros ancoradouros próximos, muitos outros chegam.³¹

É o espaço entre o porto e a estação. O olhar do romancista capta a cotidianidade dos trabalhadores em sua lida diária e suas relações com outros transeuntes, mas também constata o declínio da atividade portuária, antes pontuada por navios de cargas e passageiros e agora restrita a pequenos barcos de pesca. Nas entrelinhas, pode-se perceber a eterna reivindicação da dragagem do Rio da Cruz, sempre prometida e protelada. Embora não esteja explícita a procrastinação das autoridades na resolução do problema, o autor coloca essa preocupação nos personagens pescadores representada pelo avanço ameaçador das dunas que invadem o canal natural do rio. “Ele olha em torno do local que tomou como palanque para observar o panorama, no ponto destinado a observadores de navios que se aproximavam há muito tempo atrás, quando a barra ainda era barra e não um estreito canal...”³². Os ecos das festas do Terra e Mar não embalam mais as noites camocinen-

31 ARAÚJO, Carlos Cardeal de. *Op. cit.* p.18.

32 *Ibid.*, p. 27.

ses. A viabilização do porto via drenagem do canal natural é uma espera constante.

De forma geral, o escritor Carlos Cardeal se utiliza do romance para a descrição de lugares em seus usos plenos no tempo em que se passa a trama, e agora obsoletos, abandonados ou inexistentes. Tendo como alegoria um passeio do casal protagonista, Luiz e Rita, que chega à cidade, pode-se conhecer boa parte da urbe. Daí, na orla marítima referir-se ao Camocim Club, com ampla varanda para o mar. “Rita, não resistindo, soltou-se das mãos de Luiz e trepou na varanda”. O casal não resistiu ao bucolismo da Pracinha do Amor, sentaram e provavelmente namoraram num banco. Mais à frente, o Balneário Sport Club “com sua coberta de palha e suas paredes caídas sem reboco”, reduto da mocidade camocinense em tempos idos, foi o “que Rita mais gostou”. Ornamentando boa parte deste percurso, a balaustrada, que naquele momento se encontrava “em completa ruína”.³³

Note-se aí a imitação própria da época de se grafar club ao invés de clube, advindo da influência inglesa. Antes mesmo da criação dos clubes citados por Carlos Cardeal, a cidade teve o Sport Club, que servia para todas as solenidades e festas no início do século XX. Destruído por um incêndio, ainda hoje suas ruínas no centro da cidade resistem como que a demonstrar a sua imponência arquitetônica. Em Camocim, a presença inglesa se deu por ocasião da construção da ferrovia e posteriormente no período de arrendamento da mesma pela firma inglesa The South American Railway Construction Company Limited, entre 1910 a 1915.³⁴

33 Ibid., p.18.

34 Para saber mais sobre a construção e o arrendamento da ferrovia, ver: OLIVEIRA,

Por outro lado, a existência de dois clubes sociais tão próximos expressa a rivalidade dos grupos políticos detentores do poder na época, Aguiar e Coelho.³⁵ Como em muitas cidades, os clubes sociais não possuem mais o mesmo *glamour*. O Camocim Club agora está à venda. Já o Balneário Sport Club (ou o que restou dele) é motivo de disputa judicial entre seus acionistas. Com a valorização da área, essa disputa se acirra cada vez mais. A Pracinha do Amor foi engolida por um calçadão e a balaustrada, junto com o referido passeio, é a imagem mais usada como cartão-postal da cidade. Reagindo às transformações recentes ocorridas na praça, o poeta R. B. Sotero descreve com muita propriedade o significado da praça para os habitantes da cidade. Não diríamos melhor:

A emenda foi pior que o soneto! Pois é, a Pracinha do Amor era aquilo mesmo: uma praça do interior; mas muito charmosa, muito verde, muito aconchegante, além de bela. Não foi à toa que recebeu esta auspiciosa alcunha, pois todo dia, fosse lá que hora fosse, havia um casal numa entrevista amorosa, num idílio, num carinho! Isto era certo como dois e dois são quatro. Ali muitos namoraram, noivaram e até casaram. Ao cair da tarde os velhos vinham con-

André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1994.

35 Embora houvesse associados comuns aos dois clubes, com o tempo as diferenças foram se acirrando de tal modo que a identificação com esta ou aquela família era correspondente ao clube, ao ponto de se fundar um terceiro clube, o *Comercial Clube*, onde a frequência era controlada não pela coloração política, mas por outros critérios sociais e morais.

templar a paisagem marinha, ver os pássaros em revoada, cruzando o rio Camocim, de volta para os ninhos nos manguezais e sentir a maresia e a aragem do Aracati até o despontar das estrelas, e à noite, jovens irrequietos, como é próprio da juventude, explodindo de vida, compariavam aos pares, dando ainda mais beleza ao ambiente. Mas isso tudo é coisa do passado, pois arrebetaram com a pobre da Pracinha do Amor com o intuito de fazerem uma outra moderna e suntuosa naquele local.³⁶

Voltando à narrativa do romance, o ponto final do passeio de nosso casal agrega certos determinismos e preconceitos. Nesse ponto da orla, não há mais os clubes sociais e nem praça bem cuidada. O casal segue

[...] para a praia das Canoas, pararam em frente às pequenas casas que davam início à grande favela, seguiram pela rua dos cabarés, quase todas as casas podiam ser identificadas como tais, com suas luzinhas de cor vermelha e fachadas como se fossem sinais de perigo, todas numa só vila, como um mercado de produtos diversos, somente na esquina, depararam-se com o Terra e Mar.³⁷

36 SOTERO, R.B. A Praça do Amor. *O Literário*, Ano III, edição 13, novembro de 2000. Camocim-CE, p. 5.

37 ARAÚJO, Carlos Cardeal de. *Op. Cit.* p. 18.

Figura 2 - Pracinha do Amor. Vista do ângulo de quem está na balaustrada do Rio Coreaú. Foto: Arquivo particular de Aroldo Viana.



Com o tempo, o perigo já relatado de tão maldito espaço, espécie de cancro social para as boas famílias da cidade, como se o simples ato de passar por ou olhar para, contaminasse de prostituição as virgens e donzelas da cidade e desviasse irremediavelmente dos preceitos morais os *habitués* frequentadores do sexo masculino, começaram a ser relativizadas. No final dos anos 1980 houve mesmo a tentativa de institucionalizar o “Terra e Mar” (compreendendo aí não somente o antigo cabaré, mas todo o quarteirão que passou a ser conhecido como tal) como a Vila do Prazer, ou do amor, com cadastro de prostitutas, escola e outros programas de assistência social. Contudo, este projeto não prosseguiu, e a área vem sofrendo as transformações normais da especulação imobiliária.

9. CIDADES MÉDIAS DO CEARÁ E SUAS DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS¹

Virginia Célia Cavalcante de Holanda²
Zenilde Baima Amora³

Introdução

Nas últimas duas décadas houve uma profusão de mudanças na sociedade e no espaço cearenses, mudanças estas gestadas em diferentes escalas, marcadas pela reestruturação capitalista, resultando em uma série de ações públicas e privadas, com repercussões na produção do espaço urbano deste estado nordestino. Aprender as dinâmicas urbanas daí decorrentes constituiu nosso enfoque, que teve como objeto empírico de investigação as cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, cidades que se destacam no Ceará e no Nordeste do Brasil como centros regionais, o que lhes confere, em parte, o atributo de cidades médias.

Dados coletados nos permitem inferir que novos usos foram incorporados aos espaços destas cidades, fortalecendo o papel regional que exercem, não obstante seus cen-

1 Artigo publicado originalmente nos anais do XIII Encontro de Geógrafos da América Latina em 2011 na Costa Rica.

2 Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professora permanente do Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA. Email: virginiaholand@hotmail.com

3 Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professora colaboradora do Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA. Email: zenildeamora@yahoo.com.br

tros não apresentarem a saturação em geral comum aos de outras cidades brasileiras tradicionalmente mais desenvolvidas. Entretanto eles se reorganizam ao mesmo tempo que novos espaços são valorizados ao abrigarem atividades mais modernas e voltadas, *a priori*, para o consumo dos cidadãos. Depreende-se que essas novas dinâmicas estão vinculadas ao processo de reestruturação produtiva e favorecem a reprodução capitalista do espaço que não se viabiliza mais nas formas de organização tradicional, até bem pouco tempo baseadas nas trocas de produtos regionais.

A apreensão das mutações e estratégias espaciais vinculadas às cidades médias demandam, em princípio, um esforço de retorno às principais representações pertinentes ao campo da Geografia calcadas nas abordagens daqueles autores que contribuíram para o entendimento desta categoria de cidade. É possível se afirmar a existência de uma rica bibliografia sobre essa temática com a produção de livros, artigos, dissertações e teses, tanto no Brasil como em outros países, resultando em variadas contribuições sobretudo no que tange à discussão teórica.

A princípio, a ideia vincula-se à taxonomia que apreende os objetos, as coisas a partir das dimensões: grande, média e pequena, porém isso não é o bastante. Afinal o que representa essa divisão quando se está falando do urbano enquanto dimensão abstrata e da cidade enquanto materialidade concreta? No centro da reflexão sobre a cidade e o urbano considera-se que ela não se enquadra na perspectiva metropolitana, por um lado, e por outro, ultrapassa o meramente local.

O caminho da análise é sempre a busca do já conhecido, do produzido, portanto de uma bibliografia para dar conta das reflexões que colocam no centro do debate o entendimento do que é médio. Esse momento coincide com a retomada da

discussão a propósito das cidades médias no Brasil, haja vista o expressivo crescimento que registraram a partir da década de 1990, inclusive suplantando o das metrópoles. A partir de então houve um enriquecimento substancial das reflexões referentes a essa temática, com a proliferação de estudos contemplando as diferentes realidades regionais brasileiras. Mas foram sobretudo as reflexões de cunho teórico abordando a problemática conceitual que constituiu o grande avanço sobre os estudos referentes às cidades médias no Brasil, a exemplo das contribuições de Amorim Filho (2007), Amora e Costa (2007), Spósito, (2001; 2006; 2007), Corrêa (2007), Pontes (2006), Soares (1999), entre outros.

Outro desafio atrela-se à condição específica do urbano no passado e no presente, portanto, o referente às particularidades, ao distinto, ao significado da cidade média no contexto nordestino e cearense, em particular. Desse modo, reafirmamos as singularidades do urbano no Ceará sem perder de vista as dificuldades de se estabelecer o que é geral e o que é específico.

A presente reflexão é resultado de anos de pesquisas sobre as cidades médias no contexto cearense (Nordeste do Brasil) nas quais se enfatizam suas características e dinâmicas contemporâneas. Foram consideradas como cidades médias, por ordem de tamanho⁴: Juazeiro do Norte, abrangendo uma população de 249.936 habitantes, Sobral, com uma população total de 188.271 habitantes; Crato e Iguatu, com 121.462 e 96.523 habitantes respectivamente, segundo dados do

4 Com base em estudos realizados pelo IPEA, as cidades médias brasileiras são aquelas que, de acordo com os dados do Censo de 1991, contam com uma população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes. Já para a ONU as cidades médias são aquelas com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. (TOMAS, 1998; ANDRADE; SERRA, 1998).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (2010)⁵. Salientamos que esses números correspondem aos residentes nos municípios, que em sua grande maioria habitam a sede urbana municipal. A figura 1 indica a localização dos municípios estudados no território cearense.

Figura 1 – Localização das cidades médias cearenses.



5 Número correspondente aos residentes nos municípios, haja vista não terem sido ainda divulgados pelo censo de 2010 os dados referentes à população das sedes dos municípios.

O campo de estudo e métodos de análises adotados tiveram por base as hipóteses que consideram as mutações indubitavelmente ocorridas nestas cidades, apreendidas a partir de premissas iniciais, mas que foram reconsideradas à medida que se avançava na pesquisa de campo. Fica, assim, evidente o uso não só de dados estatísticos, levantados em fontes convencionais (IBGE, RAIS, IPECE e SEFAZ), mas também os obtidos em fontes primárias. Os dados coletados foram imprescindíveis ao aporte comparativo, classificatório e evolutivo, permitido pelas variáveis demográficas e econômicas. Contudo a análise não se restringiu ao quantitativo, uma vez que a abordagem de cunho qualitativo foi imperativa, em especial a base teórica acumulada com os estudos sobre as cidades médias sem que para isso tivéssemos que nos submeter à rigidez dos conceitos.

Partindo-se da base teórica consultada, infere-se que uma cidade média define-se pelo papel que desempenha na organização regional, não obstante seja este também comum às grandes cidades e também no que concerne à posição que ocupa na rede urbana local ou regional. Ora, esse papel regional permanece sem grandes alterações nas cidades analisadas, todavia o conteúdo dessa regionalização muda, o que não é novidade, cabendo portanto apreendê-lo por meio das interações com a estrutura social determinada pela cidade média.

A Urbanização concentrada e as cidades médias no sistema urbano do Ceará

O Ceará entrou tarde na divisão internacional do trabalho, se comparado a Pernambuco e Bahia, atuais estados que, entre outros, compõem a região Nordeste do Brasil,

conforme assinalam vários estudiosos. A sua ocupação espacial esteve desde o início atrelada às economias criatória e algodoeira, que juntas propiciaram as primeiras formas de divisão do trabalho e formação dos primeiros aglomerados urbanos no século XVIII.

Com a posse das terras cearenses deu-se a criação das primeiras vilas que, em princípio, não obedecem, a nosso ver, aos principais parâmetros de representação de cidades. Não eram, em princípio, mercados, santuários ou sedes nobilitárias, sendo criadas por determinação da coroa portuguesa muito mais com a intenção de posse do território⁶. Não obstante, as vilas de Sobral, Icó e Aracati, no Ceará, concentraram população, atividades comerciais, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, mas eram sobretudo sedes administrativas de onde partiam comandos, poder político e religioso.

Sabe-se que, em uma perspectiva teórica, as cidades surgem quando concentram o excedente produzido no campo, quando parte da população pode viver de outras atividades (artesanato, comércio, serviços) sem que tenha que prover seu próprio sustento. Mas é especialmente com a presença de uma classe dominante que se apropria do excedente produzido com as atividades agrícolas que ocorre o domínio da cidade sobre o campo, estabelecendo-se, assim, a clássica divisão cidade e campo.

No caso do Ceará, onde predominou a economia criatória e a produção do algodão para exportação, restou à população pobre sobreviver da agricultura de subsistência; ao mesmo tempo, a formação de um excedente comercializável

6 A Fundação das primeiras vilas e cidades no Ceará tinha por objetivo implantar atividades administrativas, militar e religiosa antes de atingir o nível de convergência da produção regional. (SOUSA, 1995).

não propiciou um maior desenvolvimento das cidades. A urbanização se deu de forma concentrada, em Fortaleza, por razões bastante conhecidas, como a sua condição de capital e de porto de escoamento da produção algodoeira, fatores estes que lhe conferiram, em meados do século XIX, a hegemonia urbana cearense.

A migração que alimentou historicamente o crescimento das cidades em todo mundo também foi fator preponderante para o crescimento de Fortaleza, porém trazendo em seu bojo características intrínsecas às desigualdades sociais no campo, marcadas pela distribuição extremamente desigual da terra. As cidades que mais se desenvolveram no Ceará, fora da capital, foram praticamente as antigas vilas cujo desenvolvimento antecedeu o de Fortaleza, mas que a partir da segunda metade do século XIX perderam não só importância, como se distanciaram dela em termos de população e crescimento econômico⁷, sendo elas: Crato, criada em 1764, Sobral, em 1772, e Iguatu, desmembrada de Icó em 1851, portanto não havendo grandes alterações na rede urbana cearense. A exceção cabe a Juazeiro do Norte, no Cariri, que de distrito do Crato foi elevada à categoria de cidade em 1911, ascendendo, nos anos de 1960 à condição de maior centro urbano do interior cearense.

A concentração da população, das atividades, da produção, dos serviços e da riqueza, bem como os pressupostos de hegemonia de Fortaleza, constituíram objeto de estudos de auto-

7 Lemenhe, em seu importante estudo: "As razões de uma cidade," trata do processo de hegemonia de Fortaleza enquanto centro urbano que extrapola os limites do Ceará, argumentando sobre o poder de controle da cidade a partir da independência do Brasil que não se deu sem contradições, pois ao mesmo tempo que a nova ordem propiciou a expansão de algumas cidades, barrou e anulou as possibilidades de expansão de outras. (1991, p. 87).

res de diferentes áreas, dentre os quais destacamos: Brasil Souza (1972); Lemenhe (1991); Dantas (2003); Silva (2004); Sousa (2004), não cabendo neste artigo a retomada desses estudos, haja vista que o nosso objetivo está centrado nas cidades médias.

As cidades médias cearenses e suas dinâmicas contemporâneas

As décadas de 1960 e 1970 foram pródigas nos estudos pautados na funcionalidade, hierarquia urbana e função regional exercida por essas cidades, porém não seria qualquer cidade, mas aquela que tem uma função coletora e distribuidora. No Ceará foram principalmente as cidades médias que desempenharam esse papel. Todavia, essa função se altera sobretudo a partir dos anos 1970, no Ceará e no semiárido nordestino de um modo geral, com a desorganização da economia agrária exportadora pautada na cultura algodoeira, que entrou em crise devido a diversos fatores, entre os quais a praga do bicudo. Os antigos centros coletores de produção agrícola se reestruturaram e entram em cena as políticas públicas que, paralelamente às externalidades, culminaram com a redefinição dos fluxos, e os centros de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu se reafirmaram enquanto cidades médias.

Mudanças expressivas acontecem no modelo de governança cearense depois de 1985, dentro do conhecido “choque de gestão” inerente ao modelo neoliberal. Nas ações iniciais estão a austeridade fiscal, criação de modernas materialidades sobre o território e desenvolvimento por meio do tripé: indústria, agroindústria e atividade turística. Essas ações repercutiram consideravelmente no desenvolvimento econômico do estado, assinalado pela diversificação e ampliação da

produção *material*, a exemplo da indústria de transformação, e da produção *não material*. Aportam no território cearense, principalmente nas cidades médias, indústrias, serviços mais especializados e comércios mais modernos, repercutindo substancialmente na ampliação do Produto Interno Bruto – PIB, conforme trataremos mais adiante.

No que diz respeito às atividades econômicas é perceptível a expansão que apresentam essas cidades em consequência da diversificação tanto de bens comerciais quanto de serviços, aliados às modernas formas de consumo. Assim, as cidades estudadas evidenciam acréscimo de registro nesses setores, notadamente quando analisados os números atinentes à última década (Tabela 1). Esta situação é, de certa forma, sustentada pelas gestões municipais ao aderirem ao modelo de gestão estadual autônoma de moderna, com uma política fiscal mais austera e constante preparação do território para atração de novos empreendimentos que se instalam no espaço intraurbano. Tudo isso repercute na ampliação da centralidade dessas cidades e na dilatação de suas hinterlândias.

Tabela 1 - Evolução das atividades econômicas registradas nas cidades médias cearenses.

Cidades	Anos					
	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Juazeiro do Norte	666	819	1.146	1.894	2.620	3.318
Sobral	558	629	849	1.369	1.617	1.950
Crato	364	431	620	878	1.092	1.310
Iguatu	Não disponível	Não disponível	365	676	926	1.088

Fonte: RAIS/CAGED/2009

As dinâmicas econômicas refletem no crescimento do PIB desses municípios, em grande parte oriundo das atividades comercial e de serviços, pois o capital produtivo não constitui o vetor principal do aquecimento da economia nas áreas estudadas, à exceção de Sobral. Juazeiro do Norte apresentou no ano de 2008 um PIB de R\$ 1.733.091, sendo que dessa receita 84,34% foram provenientes do comércio e dos serviços. Sobral registrou, entre as cidades médias cearenses, o maior PIB industrial, ou seja, 37,89%, enquanto as atividades comercial e de serviços representaram 59,75% do PIB, correspondendo a um total, em dados absolutos, de R\$ 1.475.083. Crato teve um PIB de R\$ 579.218, sendo que 79,76% foram gerados no comércio e nos serviços. Iguatu, por sua vez, apresentou um PIB de R\$ 480.185, sendo 77,85% oriundos do comércio e serviços. Percebe-se que no intervalo correspondente ao período de 2004 a 2008 houve um crescimento substancial do PIB ligado ao comércio e serviços nas cidades estudadas, com destaque para a cidade de Iguatu, que registrou o maior aumento (Tabela 2).

Tabela 2 - PIB dos municípios de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu (2004 – 2008) - percentuais por atividade.

Atividades	J. do Norte	J.do Norte	Sobral	Sobral	Crato	Crato	Iguatu	Iguatu
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agropecuária	0.49	0.42	1.48	2.34	2,86	3.73	13.37	7.21
Indústria	29.84	15.23	57.88	37.89	30.0	16.50	29.85	14.92
Com.e Serv.	69.68	84.34	40.64	59.75	67.14	79.76	56.78	77.85

Fonte: IPECE/2010

Quando refletimos sobre os aspectos da reestruturação urbana provocada por esse dinamismo econômico, observamos que a demanda por bens e serviços é maior por parte da população residente na cidade, o que contribui para a expansão das periferias com a instalação de grandes equipamentos como supermercados e revendedoras de veículos automotores. As vendas de veículos automotores buscam as vias de saída das cidades, uma vez que elas ocupam, em geral, grandes espaços e suas fachadas seguem o mesmo padrão das autorizadas que funcionam nas metrópoles, obtendo um certo destaque visual onde estão localizadas. Por outro lado, os centros tradicionais dessas cidades se reafirmam apoiados na demanda regional, a exemplo da venda em atacado, dos negócios bancários, bens especializados, como eletrodomésticos, óticas, papelarias etc. A sede do poder público municipal nas cidades também permanece no centro, mas algumas secretarias municipais e instituições públicas estaduais e federais já começam a se instalar em outros bairros.

Quanto à distribuição dos empregos (Tabela 3), vale destacar que as ocupações formais não estão mais restritas ao comércio local e ao serviço público. No caso de Juazeiro do Norte e Sobral é perceptível a importância do número de empregos na indústria de transformação bem como no comércio e serviços, denotando a maior expressão que essas cidades assumem no setor produtivo propriamente dito. Sobral exibe o maior número de pessoal ocupado na indústria de transformação se comparado às cidades consideradas, com cerca de 50,20% do emprego formal. A indústria de transformação também é representativa em Juazeiro do Norte, com 28,45% dos empregos formais, e na cidade do Crato, com 25,81%. Dos municípios estudados, Iguatu é o que apresenta o menor

volume de empregos formais na indústria de transformação, cabendo ainda o forte peso das ocupações no setor público, com um percentual de 30,89%. Não obstante o crescente aumento das ocupações nas atividades ditas produtivas, o setor terciário assume papel preponderante no contexto das atividades urbanas nas cidades médias pesquisadas, com exceção de Sobral, que abriga a maior indústria do setor calçadista do estado do Ceará.

Tabela 3 - Número de empregos formais das cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu (2008).

Discriminação	Juaz.do Norte	Sobral	Crato	Iguatu	Ceará
Ind.de transformação	8.796	16.748	3.754	2.686	215.542
Comercio	8.361	5.551	3.040	2.807	169.887
Serviços	6.794	6.643	3.744	1.904	307.988
Administração Pública	5.612	2.937	3.687	3.574	356.239
Demais ocupações	1.374	1.478	316	599	80.343
Total empregos formais	30.937	33.357	14.541	11.570	1.129.999

Fonte: IPECE/2010

Todas essas mudanças vêm acompanhadas de um forte crescimento populacional, com reflexos na taxa de urbanização. (Tabela 4). Juazeiro do Norte apresentou o maior crescimento nas últimas quatro décadas, com aumento populacional da ordem de 160%, sendo que na derradeira década registrou um acréscimo de 17,80%. Os demais municípios apresentam também taxas de crescimento demográfico expressivas para o mesmo intervalo, ou seja, de 1970 a 2010, Sobral cresceu no período 84,00%, Crato 70,69% e Iguatu 27,77%. Chama atenção o município de Iguatu, que embora tenha involução

no intervalo de 1980 a 1991, exhibe crescente taxa de urbanização e volta a aumentar sua população total nas décadas seguintes.

Tabela 4 - População e Taxa de Urbanização (%) de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu e Taxa de Urbanização (1970 -2010).

Cidades	1970	T. U.	1980	T. U.	1991	T. U.	2000	T. U.	2010	T. U.
Juazeiro do Norte	96.112	83,94	135.616	92,93	173.786	95,02	212.133	95,33	249.936	96,07
Sobral	102.295	58,88	118.026	69,83	127.489	81,47	155.276	86,63	188.271	88,35
Crato	71.157	58,79	80.677	72,23	90.519	77,64	104.196	80,19	121.462	83,10
Iguatu	75.540	42,18	82.949	54,58	75.649	70,22	85.615	72,84	96.523	77,34

Fonte: *Site* do IBGE/2010

Ao se analisar o contingente populacional dos municípios pesquisados em relação ao total da população cearense para o ano de 2010, constata-se que eles representam 7,76% da população do estado, que é de 8.448.055 habitantes, ou seja, permanece a supremacia da Região Metropolitana de Fortaleza, que abriga 42,73% da população de todo o estado, reforçando ainda a macrocefalia urbana que historicamente colocou o Ceará em uma situação diferenciada em relação aos demais estados nordestinos.

Todavia, convém destacar que apesar da forte concentração populacional na Região Metropolitana de Fortaleza, as mudanças verificadas no quadro de urbanização cearense estão sobremaneira ligadas às novas dinâmicas vivenciadas nessas cidades médias. Os novos investimentos acabam por redimensionar o papel de cidades como Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, que passam a estabelecer conexões territoriais

verticalizadas, ao mesmo tempo reforçam antigas horizontalidades no espaço contíguo.

Considerações finais

Com o presente estudo chegamos a algumas considerações finais, que reforçam as hipóteses iniciais sobre as mutações recentes das cidades médias cearenses e consequentes implicações na reorganização do urbano cearense. Embora mantenham-se os tradicionais setores que as caracterizavam historicamente, convém destacar as novas lógicas que, no presente, reconfiguram essas cidades, a exemplo das atividades produtivas, fruto da reestruturação do capital com alterações significativas na produção do espaço urbano. O comércio e os serviços se reorganizam frente à nova lógica do consumo ao mesmo tempo que as feiras com os produtos regionais resistem a essas mudanças.

Assim, seguindo a linha de raciocínio que tem como ponto de partida as representações sobre as cidades médias, reforçamos a não abrangência conceitual se levarmos em conta as diferenças regionais, estas resultantes da ação dos atores sociais e das práticas que aí se desenvolvem ao longo da história, o que se justifica pensar além da cidade e a cidade média em diferentes contextos.

Um olhar sobre as cidades médias brasileiras de um modo geral indica semelhanças e diferenças no que se refere à origem, relações com o campo, predomínio de uma ou outra atividade, porém o que mais as aproximam é a condição que exercem como centros regionais, critério que as define como cidades médias, uma vez que “uma cidade é parte de um espaço marcado pelas contiguidades.” (SPOSITO, 2001, p. 629).

Outro aspecto que chama a atenção ao considerarmos os papéis exercidos pelas cidades médias brasileiras diz respeito ao nível de desenvolvimento das forças produtivas que são diferenciadas em relação às regiões. A relação que a cidade estabelece com a região vai depender da conjugação de forças econômicas, políticas e sociais que vão desde as questões relativas ao desenvolvimento das atividades produtivas no campo à concentração de equipamentos e serviços na cidade e a dinâmica do poder público.

Desse modo é possível se fazer a diferença entre uma cidade média do Sudeste em relação a outra do Nordeste brasileiro. Não se está falando do controvertido critério da dimensão populacional como definidor deste padrão de cidade, ou seja, do patamar considerado pelos pesquisadores em cada situação. Como os territórios regionais são diferentes, notadamente se considerarmos a dimensão territorial de um país como o Brasil, cuja formação econômica e territorial ensejou diferenças regionais que vão de escalas macro (as grandes regiões brasileiras do IBGE) a escalas em nível estadual ou outras que obedecem critérios diferentes de delimitações, as cidades médias nestes contextos são também diferenciadas.

No caso das cidades médias cearenses percebe-se que elas apresentam arranjos contínuos e/ou descontínuos, por meio das “verticalidades e horizontalidades,” (SANTOS, 1994), a primeira entendida aqui como solidariedade organizacional resultante das empresas que chegam e impõem nexos geográficos distantes e solidariedades orgânicas horizontalizadas característica das ações regionais que se manifestam dentro de um acontecer solidário entre essas cidades e as cidades vizinhas.

Referências

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 343-378.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Crescimento Econômico nas cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 592, 1998 b. (Coleção texto para discussão).

_____. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 554, 1998 a. (Coleção texto para discussão).

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.(Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CATAIA, M. A. **Território Nacional e fronteiras internas**. A fragmentação do território brasileiro. Tese (doutorado). FFLCH, Departamento de Geografia. USP, SP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.(Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DANTAS, E.W.C. Sistema de cidades em terra semiárida. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. (org.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiania: Alternativa, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Stylus, 1991.

PONTES, Beatriz M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: **Cidades médias: produção do espaço urbano regional**.

SPOSITO, Eliseu S., SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo** – Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

SILVA, J. B. A Cidade Contemporânea no Ceará. In SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. Presidente Prudente. n. 6, 1999. (p.1-128).

SOUZA, Maria Salete de. O crescimento das cidades no Ceará e sua evolução. AGB – In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 4., **Anais...** Fortaleza/CE, 1995.

_____. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. Cavalcante T.; DANTAS, E. (Orgs.). **CEARÁ: Um novo olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. **Revista de Ciências Sociais**. v. 3, n.º 2, 1972, p.105-121.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.(Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar A. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOMAS, François (Coord.). **Les villes moyennes em Amerique Latine**. Salamanca: Ateliers de Caravelle, 1998.

Sítios da internet consultados

IBGE - <http://www.ibge.gov.br>

IPECE - <http://www.ipece.ce.gov.br>

10. CAMOCIM-CE: A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA QUE NÃO TEVE E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA QUE SE APRESENTA

Lenilton Francisco de Assis¹

Introdução

Camocim é uma das muitas cidades cearenses a ostentar um passado glorioso que não se faz presente. Até meados do século passado, o porto e a ferrovia impulsionaram seu crescimento econômico e seu destaque regional.

Localizada no litoral oeste, a 367 km de Fortaleza, Camocim teve sua primeira fase de desenvolvimento com o pequeno porto situado na foz do rio Coreaú. A partir do início do século XIX, partiam dos seus trapiches de madeira navios carregados com sal, couro e charque destinados a outras vilas e capitânicas nordestinas. Era também pelo porto que entravam utensílios e mercadorias para abastecer os povoados e vilas da região norte do Ceará.

Em 1879 essa função de entreposto comercial foi consolidada com a construção de uma ferrovia ligando o porto de Camocim a Sobral, que era a cidade mais próspera da região. Por isso, a ferrovia foi batizada de Estrada de Ferro de Sobral e ocasionou a imediata elevação de Camocim à condição de

¹ Professor do Centro de Educação da UFRN e do mestrado acadêmico em Geografia da UVA (Sobral/CE). E-mail: lenilton@yahoo.com

vila, com a sua emancipação do município de Granja. Após uma década, a prosperidade trazida com os trilhos projetou a vila de Camocim à categoria de cidade (MONTEIRO, 1984).

Os efeitos da modernização trazidos pela ferrovia foram logo evidenciados no crescimento da nova cidade, não só pelo impacto das atividades a ela atreladas, mas também pelo símbolo de progresso que esta representou para a população, com a abertura de avenidas, comércios, serviços, pequenas fábricas e o aumento de edificações. A construção do imponente prédio da estação ferroviária, em 1881, foi um marco desse processo que fez desse edifício um dos principais cartões-postais de Camocim, onde hoje funciona a Prefeitura.

Ao assumir a função de empório regional, Camocim vivenciava a “Idade de Ouro” que, segundo Carvalho (2001), prolongou-se até 1950, quando as atividades porto-ferroviárias declinaram. O assoreamento da barra do rio Coreau e o surgimento da rodovia foram fatores decisivos para desbancar o porto e a ferrovia como meios preferenciais para abastecer e escoar a produção regional.

Os impactos socioeconômicos dessas mudanças foram logo sentidos no cotidiano da cidade, com fábricas, bancos e comércios indo à falência. O desemprego aumentou rapidamente e levou ao êxodo muitas famílias, que mudaram para Sobral e Fortaleza.

Camocim mergulhou numa crise no início da segunda metade do século XX. A alcunha de “cidade do já teve” passou a ser corriqueira na boca da população que recorre à memória de um passado glorioso para demonstrar sua insatisfação pela desativação do porto e da ferrovia. Além da economia, que retrocedeu, a vida cultural também se retraiu com o fechamento de cinemas, jornais, cabarés e clubes de festas.

Santos (2008) lista na sua tese a existência de 8 cinemas, 3 amplificadoras, 3 clubes e cerca de 30 jornais editados entre 1894 e 1941, grande parte de cunho literário. E o historiador camocinense logo ressalta: “Salta aos olhos o número de jornais publicados para uma cidade do interior. Apesar de que muitos desses jornais provavelmente não tenham passado dos primeiros dez números, mereceu o registro dos cronistas da época.” (SANTOS, 2008, p. 49). Além disso, como é comum nas cidades portuárias, Camocim também “já teve” casas de meretrício como o famoso cabaré *Terra e Mar*.

Essa opulência de um passado não muito distante, até hoje, leva muitos camocinenses a acalantar a esperança da retomada de crescimento, com a dragagem do porto e a reativação da ferrovia. A nostalgia dos apitos dos vapores e das marias-fumaças quase sempre é alimentada por promessas políticas sem grandes perspectivas de concretização. Entre os anos de 1980 e 1990, estudos técnicos, novos orçamentos e o início da dragagem do porto ocorreram, mas sem sucesso.

Assim, o passado glorioso foi ficando para trás, guardado nas “memórias dos ferroviários” (CARVALHO, 2001) e de toda uma geração de camocinenses que, nas últimas décadas do século XX, voltou-se novamente para o mar através da pesca.

A pesca artesanal sempre foi uma importante fonte de emprego e sobrevivência em Camocim. Desde os anos 1970, a pesca da lagosta despontou como novo motor da economia. Porém, a pesca predatória, com uso de compressor, fez com que a fatura da lagosta se prolongasse apenas até meados de 1990, quando o município chegou a sediar 14 empresas dedicadas à produção desse crustáceo, nas quais trabalharam cerca de 1.100 homens em 170 barcos a motor, de pequeno e grande portes (MONTEIRO, 1984). Com a queda substancial da

produção de lagosta nos últimos anos, o comércio de peixe (especialmente o pargo) voltou a ser um dos sustentáculos da economia local que, já no final dos anos 1980 apostou no turismo como atividade redentora para o município retomar o “passado glorioso”.

Em artigo comemorativo aos 110 anos de Camocim, o então prefeito Murilo Aguiar Filho², em 29 de setembro de 1989, dava a tônica do que colocaria a cidade “de volta para o futuro”:

Nossa bela natureza e a fortaleza de nossa gente não podem ficar limitadas ao âmbito da paisagem e da espera. Tem que marcar presença na retomada do processo de desenvolvimento que Camocim tanto está a merecer. Na juventude urbana de seus 110 anos, não cabe mais a Camocim o indesejável estigma de terra do “já teve” e do “já foi”, mas, sim, a afirmação da potencialidade de um futuro que já se faz presente, capitalizando as ricas tradições e experiências do seu passado. É preciso revelar a cidade em sua forma e conteúdo. Permitir-lhe os caminhos de uma merecida expansão em suas naturais tendências de desenvolvimento. Nos caminhos do turismo, na roupagem

2 A família Aguiar comanda a política do município desde 1954, no auge da crise portoferroviária, quando Murilo Rocha Aguiar foi eleito prefeito e se tonou o líder político de maior expressão, findando sua carreira, em 1985, como deputado estadual. Filhos e netos o sucederam na câmara, prefeitura e assembleia legislativa, como o atual deputado estadual Sérgio Aguiar, que foi prefeito de Camocim entre 1997-2003 e implementou várias ações para colocar o município nas rotas do turismo global – como veremos adiante.

nova que lhe destaque o tradicional, no apoio a sua espontânea vocação cultural e artística. Essa é a melhor maneira de presentear e amar Camocim (DIÁRIO DO NORDESTE, 29/09/1989 *apud* CARVALHO, 2001, p. 90).

Os “caminhos do turismo” em Camocim passaram a ser trilhados, recebendo forte impulso no final dos anos de 1990, em consonância com as ações dos governos estadual e federal que alçavam esta atividade ao patamar de nova panaceia desenvolvimentista. Nesse período, novos processos e atores converteram o litoral de Camocim de *território de reserva*³ para território turístico. A população vivia um momento de efervescência e de grandes expectativas com o turismo que passara a alavancar as esperanças, mas também os conflitos e as resistências (ASSIS, 2012).

Novas obras, megaprojetos e o aumento de visitantes estrangeiros foram vistos pelo poder público local como uma oportunidade de superar, em curto prazo, a grave crise econômica enfrentada e efetivar, pelo viés do turismo, uma urbanização voltada a suprir a carência de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos da cidade.

Através de políticas de turismo que se confundiam com políticas urbanas, a prefeitura de Camocim projetou uma urbanização “seletiva” para atrair novos visitantes. Foi, na verdade, o que Cruz (2002, p. 140) denomina de uma “urbanização para o turismo” e não uma urbanização turística em amplo

³ Assemelha-se ao que Moraes (2000) designa como “fundo territorial”, ou seja, o território ainda não incorporado ao tecido produtivo.

sentido, pois seu foco não era maximizar os benefícios dessa atividade para toda a população, mas somente minimizar os problemas urbanos das “áreas de interesse turístico” e garantir o crescimento de equipamentos e atividades que consolidassem Camocim como destino nacional e internacional.

Todavia, no enalço do turismo, o crescimento imobiliário foi mais célere, revelando no território a sua contraface – o aumento do parcelamento do solo, a segregação socioespacial e a oferta de “terrenos de engorda” para especulação. Assim, a urbanização turística que não teve foi mais uma aposta da “cidade do já teve”, conforme detalharemos a seguir.

A urbanização turística que não teve

Camocim atrai visitantes pelo seu clima quente e úmido (com temperaturas que oscilam entre 27°C e 32°C) e pelas suas praias que estão distribuídas por 62 km de costa (cerca de 10% do litoral cearense), juntamente com lagos, mangues, dunas, falésias, coqueirais, entre outros ecossistemas. É o município cearense com maior extensão de praias desabitadas que, mesmo com o dinamismo econômico vivenciado com o porto, a ferrovia e a pesca, ainda mantém o seu litoral como território de reserva, mas em franca valorização.

Ocupa uma área total de 1.123,94 km² e sua sede está localizada na margem esquerda do rio Coreaú, junto à foz, recortando o município quase ao meio. O acesso à Fortaleza, por terra, é feito pela BR-222 (via Sobral) e pela CE-085, rodovia estruturante, que vem ganhando a preferência de nativos e visitantes por permitir um tráfego mais rápido entre a capital e os municípios do litoral oeste do Ceará.

Com uma população de 60.158 habitantes (IBGE, 2010), Camocim está equidistante, cerca de uma hora, de importantes cidades e destinos turísticos como: o Parque Nacional de Ubajara e a cidade de Viçosa, na serra da Ibiapaba; o município de Sobral, que é o maior centro comercial e universitário da região; além da praia de Jericoacoara, principal destino turístico do Ceará fora da sua capital. Sua posição central em um corredor de fluxos interestaduais é um potencial turístico há muito reconhecido, mas que só agora começa a ser explorado.

O “despertar” para o turismo começou no final da década de 1980, mas ainda restrito a ações pontuais da prefeitura nas férias e festas municipais, tais como: embelezamento da cidade, melhoria da limpeza urbana, promoção de *shows* e entretenimento. Até então, promover o turismo no município se resumia a fazer um bom carnaval.

A primeira obra a potencializar esta atividade foi a urbanização do Lago Seco, ocorrida na gestão do prefeito Antônio Manoel Veras, entre 1993-96. Por muitos anos, o Lago Seco foi a “praia” preferida da população da sede e dos visitantes, já que em Camocim a maior parte da planície litorânea encontra-se parcialmente submersa, resultando em poucas praias propícias ao banho e à circulação de pessoas na preamar⁴. Ainda nessa gestão, o município recebeu importante incentivo governamental para pensar e planejar o turismo como política pública de desenvolvimento local através do

4 As melhores praias (Maceió, Xavier, Barra dos Remédios, Umburanas e Tatajuba) ficam mais distantes da sede e ainda com algumas restrições de acesso – dependência dos horários das marés, de carros de tração e do movimento das dunas que assoreiam o leito das estradas. Aquelas próximas ao centro (praias das Barreiras e do Farol) são ocupadas, em grande parte, por arenitos, colianitos e falésias vivas alcançadas pelo mar diariamente.

Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB).

Nos parâmetros estabelecidos pelo PROURB, incluíam-se as realizações de planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU), capacitação e modernização da gestão municipal, dotações de infraestrutura, elaboração de projetos de requalificação e implementação de obras estruturantes de urbanização. O PDDU seria o instrumento mestre desse conjunto de ações, cuja inexistência em Camocim reforçava sua participação no Programa, haja vista o município ter registrado na contagem da população de 1996 um total de 51.533 habitantes – ultrapassando, assim, o teto prescrito na Constituição Federal de 1988, que determinava a obrigatoriedade do plano diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes.

A implantação efetiva do PROURB só ocorreu na gestão subsequente do prefeito Sérgio Aguiar (1997-2000), quando ações administrativas e estruturantes se somaram à chegada de novos investidores, que buscavam transformar o turismo na atividade motriz do município.

A elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi uma das principais ações derivadas do PROURB. Aprovado em 3 de março de 2000, o PDDU de Camocim tornava pública a nova “vocação” do município: “Proporcionar bem-estar socioeconômico através do desenvolvimento sustentável, apoiado principalmente no turismo.” (CAMOCIM, 2000, p. 16). Este direcionamento da política local estava em consonância com a súbita importância atribuída ao turismo no âmbito dos governos federal e estadual, especialmente através do Prodetur/NE.

Após o PDDU, a chegada de um grupo de empresários italianos (o Grupo Marilha) foi a grande aposta da admi-

nistração municipal para tornar o turismo o novo carro-chefe da economia local.

Os empresários italianos passaram a frequentar Camocim como turistas, a partir de 1996. Logo perceberam que o potencial natural e arquitetônico do município, somado aos incentivos do poder público, poderiam gerar bons negócios imobiliário-turísticos. Para tanto, a primeira ação dos empresários foi comprar grandes faixas de terra no litoral onde pudessem viabilizar seus anseios e atrair novos investidores.

Em poucos anos, o grupo italiano já dispunha de aproximadamente 1.600 ha de terras em Camocim (equivalente a 1,4% do território), grande parte sendo praias desertas e pouco habitadas que, até então, funcionavam como territórios de reserva, ainda sem ou com pouca valorização. Terrenos planos, com vistas privilegiadas para o mar e o rio Coreau, foram adquiridos a preços módicos, nas praias das Barreiras, Maceió, Caraúbas e do Farol, assim como nas proximidades da antiga área portuária e em outras partes do município – como no distrito industrial criado no Plano Diretor de Camocim.

Com o aporte do PROURB e a expectativa de os italianos fazerem investimentos milionários em Camocim, o então prefeito, no final do primeiro mandato, em 2000, conseguiu recursos junto ao Governo Federal para a realização de algumas obras estruturantes que selaram o início da transformação do território de Camocim em território turístico: a urbanização da Avenida Beira Mar com o prolongamento de um ramal rodoviário até ao Lago Seco⁵, a abertura da estrada de acesso à praia do Maceió e o Centro de Animação Turística.

Estas obras deram nova “cara” ao município, gerando um aumento no fluxo de visitantes cujo efeito também se

5 Foi construída a Estrada Mar e Lago, facilitando o acesso de carro ao Lago Seco.

impunha ao território, antes delimitado por zonas contínuas de usos tradicionais pela população (a praia e a beira-mar dos pescadores) e que agora começava a ser sobreposta por uma lógica reticular definida pelo poder público para interligar esses pontos numa rede de turismo local que seria conhecida e integrada ao mundo a partir da divulgação e dos novos empreendimentos do Grupo Marilha.

Na expectativa de mais oportunidades de trabalho, especialmente com o turismo, a população garantiu a reeleição de Sérgio Aguiar para continuar à frente do executivo municipal até 2004. No novo governo, as promessas foram alimentadas por um plano ambicioso apresentado pelo Grupo Marilha, em 2001, para transformar Camocim no maior destino turístico do Ceará.

O *Master Plan Camocim Global Village* previa, em 30 anos, a construção de 38.755 leitos no litoral, divididos em resorts, flats, condomínios residenciais e pousadas. Porto turístico, aeroporto internacional e até uma “nova cidade” integravam o plano. O investimento estipulado era de 700 milhões de dólares só para a parte turística, imobiliária e aeroportuária, sem contar com os empreendimentos industriais, projetos temáticos, entre outros negócios.

Um forte impacto foi vislumbrado para a economia do município, com a projeção de 1800 turistas semanais que chegariam a 30 mil em 10 anos. Neste período, seriam criados cerca de 7 mil empregos diretos e 21 mil indiretos, tendo a população um “papel ativo e empresarial” no projeto, de tal modo que seria criada uma “perfeita sintonia e convergência de interesses.” (GRUPO, 2001).

Com números e previsões de resultados tão impressionantes, o *Camocim Global Village* foi bem recebido e logo aprovado pelos governos do Estado e Município, conforme relata o ex-prefeito Sérgio Aguiar⁶ que esteve à frente do executivo municipal de 1997 a 2004:

Quando vimos o *Master Plan*, percebemos que Camocim estava se preparando pra dar um *boom* no turismo. [...] Tudo foi feito para que a vocação natural fosse congregada para que a iniciativa privada se colocasse como fundamental para isso. [...]. Camocim é uma cidade que tem um potencial tremendo e o que se deve fazer é ir atrás de novos empreendimentos. (Sérgio Aguiar, 15/04/10).

Nesta fala do ex-prefeito, fica patente que sua visão “empreendedora” se sobrepôs à “cautela” que sempre é esperada de um gestor. O conhecimento do perfil imobiliário dos empresários italianos não foi suficiente para que ele coibisse, com a aplicação das leis urbanísticas e ambientais já existentes, a apropriação de grandes porções de terrenos para especulação imobiliária.

⁶ Entrevista concedida em 15/04/2010, na Assembleia Legislativa do Ceará, onde ocupava o cargo de Deputado Estadual pelo PSB.

O PDDU e as APAs criadas nas suas gestões poderiam, entre outras medidas, sobretaxar os grandes loteamentos improdutivos (com o IPTU progressivo no tempo) e sobretudo definir uma taxa máxima de aquisição de imóveis (especialmente para estrangeiros), que reduziriam as chances da proliferação de megaprojetos turísticos de “fachada” que, na realidade, ocultavam sua verdadeira face imobiliária.

Os empreendimentos projetados no *Master Plan* servem de exemplo e tinham como foco principal os turistas estrangeiros. Os europeus eram os mais visados, pois segundo prognósticos, eles representariam uma demanda de 65% de visitantes. O objetivo era atrair grupos seletos de turistas (como os aposentados) que adquirem imóveis em diferentes países - seja para o ócio, seja como negócio - e desfrutam da “hipermobilidade” do mundo atual, difundindo novas práticas sociais de morar e viajar, cujos rebatimentos no território resultam numa multiterritorialidade entre a primeira e a segunda residência (ASSIS, 2012).

O grande número de empreendimentos para “confinar” os turistas revelava uma contradição “objetiva” entre discursos e práticas, entre o propósito dos italianos e a filosofia apontada no projeto:

O Camocim Global Village é um projeto que prevê um diferente conceito de fazer turismo, não mais limitar o turista dentro de estruturas douradas, mas dar-lhes a possibilidade de integrar-se no ambiente e na cultura local. A cidade com suas igrejas, praças, lojas, hospitais, escolas e estádio, será o centro onde o

turista possa passear, fazer compras, conhecer pessoas, divertir-se, participar de festas com a população local, ou seja, viver em liberdade absoluta, com segurança e tranquilidade, os seus dias de férias no verdadeiro Brasil junto com os brasileiros. O turista não será mais um expectador atrás de uma vitrine, mas poderá fazer experiências na vida real, participando diretamente do cotidiano da população local. (GRUPO, 2001).

E esta incoerência começou a ser evidenciada a partir de 2002, quando o Grupo Marilha inaugurou o primeiro empreendimento em Camocim – o Boa Vista Resort (BVR). Maior equipamento de luxo da região, com ampla estrutura para eventos e lazer, o BVR fez Camocim despontar no cenário turístico nacional e internacional.

Construído em um terreno de 39.000m², o BVR possui 123 apartamentos, bares, restaurante, sauna, sala de musculação, salão de beleza, *kid's club*, salão de jogos, boate, quadras poliesportivas, salas de convenções, piscinas e estacionamento privativo. No total, o resort dispõe de 260 leitos equipados com ar-condicionado, TV a cabo, internet *wi-fi*, cofre e telefone, dentre os quais 3 suítes temáticas de alto luxo: Africana, Tropical e Lua de Mel.

Apesar de toda essa estrutura, poucos empregos foram criados nos primeiros anos. O resort registrou uma média de ocupação bem abaixo da sua capacidade, frustrando a população e provocando os primeiros conflitos entre esta, a prefeitura e os empresários italianos.

A situação econômica que se agravava e os projetos de urbanização que não vingavam arrefeceram “a virada do turismo” que a gestão municipal pretendia implementar – inclusive contribuindo para a perda da eleição de 2004, que interrompeu o domínio político de mais de 40 anos da família Aguiar.

A partir de 2005, com a nova administração do prefeito Chico Vaulino⁷, a bipolarização política passou a fazer parte do cotidiano da cidade e a influenciar nas ações vinculadas ao turismo. A falta de continuidade de alguns projetos, e de maior articulação com o Estado e a União, fez com que o turismo em Camocim entrasse em estado de latência, levando, conseqüentemente, ao “abortamento” dos empreendimentos anunciados – os quais ainda foram impactados pelas retrações dos fluxos do turismo internacional ocorridas com os atentados terroristas de 2001, a gripe aviária de 2003 e a crise financeira de 2008.

Sem perspectivas, na nova gestão, de construir o Aeroporto Internacional de Parazinho⁸, o *Camocim Global*

7 Como é mais conhecido Francisco Maciel Oliveira, que foi reconduzido ao cargo de prefeito pelo Partido Progressista, após nova disputa contra a família Aguiar, em 2008. Vale ressaltar que ele e o ex-prefeito, Sérgio Aguiar, já foram aliados políticos.

8 Parazinho é um distrito do município de Granja, distante 44 km de Camocim, onde o Grupo Marilha adquiriu 800 ha de terras para a construção de um aeroporto internacional cuja obra era orçada em U\$ 13 milhões e já tinha aprovação do Departamento de

Village se converteu em mais um projeto imobiliário sem eficácia turística, dentre muitos difundidos no Nordeste na mesma época.

A criação do Ministério do Turismo, ainda em 2003, e no ano seguinte, o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – carro-chefe da política de turismo do Governo Lula – “ofuscaram” ainda mais o turismo em Camocim. Os investimentos previstos para o município na fase II do Prodetur só foram iniciados em 2007. E foi a partir de então que Camocim passou a receber obras e projetos que podem “reativar” sua economia – caso sejam potencializados na esfera local, visando à geração de emprego e renda para a população.

Um montante de aproximadamente 35 milhões de reais foi investido em obras no município, que devem criar novos postos de trabalho em atividades para além do turismo, conforme demonstra a Tabela 1. Todas as obras foram concluídas e inauguradas, mas ainda não funcionam plenamente para a população – a exemplo do Aeroporto, Policlínica e Terminal Pesqueiro.

Aviação Civil (DAC). Por muitos anos, este aeroporto foi o grande apelo dos empresários italianos que aguardavam investimentos públicos para financiar a obra numa área privada, o que viabilizaria outros empreendimentos previstos pelo Grupo. O aeroporto ficou na promessa e os italianos perderam a disputa para políticos e empresários de Jericoacoara, que conseguiram o aeroporto internacional mais próximo da vila.

Outra aposta recente para promover o turismo no município foi a Rota das Emoções - roteiro do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, que integra 77 municípios de três estados, cujos destinos principais são a praia de Jericoacoara (Ceará), o delta do Parnaíba (Piauí) e a região dos lençóis (Maranhão).

Tabela 1: Investimentos em obras públicas em Camocim - 2010

Obra	Valor - R\$ (milhões)
Terminal Pesqueiro	12,5
Policlínica Regional	6,5
Campus Avançado do IFCE	0,96
Escola Estadual Profissionalizante	7,3
Reforma da Avenida Beira Mar	2,4
Revisão do Plano Diretor	0,18
Reforma do Aeroporto	6,0

Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2010. Org. do Autor

Camocim está no epicentro da Rota das Emoções, comungando dos seus potenciais e riscos. Nas reuniões de planejamento deste roteiro, o município ficou para sediar a Escola Profissional de Turismo, que será responsável pela qualificação da mão de obra dos três estados. A estrutura e os custos da obra ainda estão em discussão entre o Ministério do Turismo, Governo do Estado e Prefeitura, os quais prometem a oferta de cursos superiores com padrão internacional e um prédio que, em si, já seja um atrativo local e tenha a assinatura de um arquiteto de renome mundial.

Um grupo de consultores da ECA/USP foi contratado para elaborar uma proposta de cursos, matrizes curriculares e

sistema de funcionamento da Escola Profissional de Turismo de Camocim. A construção dessa escola – que ainda é um projeto com pouca “força política” para virar realidade – pode fazer de Camocim um importante centro regional de formação de profissionais para o turismo, onde se concentrariam três instituições (duas federais e uma estadual) com cursos e públicos diversos.

Além das obras e projetos públicos que não “deslançavam”, Camocim não recebeu grandes empreendimentos privados na última década. O *Master Plan Camocim Global Village* foi paralisado e o Grupo Marilha redefinido. Parte das suas terras está em litígio e a outra sendo arrendada para efetivar negócios imobiliários e para produzir energia eólica.

A especulação imobiliária que se apresenta

O arrendamento de terras para instalação de usinas eólicas tornou-se o novo segmento de aposta do Grupo Marilha em Camocim. Em setembro de 2009, a *Sif Énergies do Brasil* inaugurou a usina de energia eólica da praia Formosa, no distrito de Amarelas. Com 50 aerogeradores e investimento de R\$ 500 milhões, tem capacidade de produção de 104,1 Megawatts (MW), tornando-se a maior do Nordeste. No início da sua construção, em 2007, foram feitas várias denúncias de impactos socioambientais que burlavam as condicionantes previstas nas licenças concedidas pela Semace e Ibama (COELHO, 2009).

Duas outras usinas (Colibri e Coqueiral) ainda tiveram licenças expedidas em 2009 para a instalação de parques menores (19 e 12 aerogeradores) no sítio Buriti Grande. Um grupo estrangeiro também apresentou interesse em construir uma grande usina, com 104 aerogeradores, na praia das Umburanas.

A valorização dos preços da terra para arrendamento fez com que o mercado imobiliário logo se aquecesse. Além das eólicas, a compra de terrenos também atendia à demanda crescente por segundas residências em Camocim, as quais já não abrigavam apenas veranistas da região em busca de refúgio nos finais de semana, mas também turistas estrangeiros que ali passavam longas temporadas (ASSIS, 2012).

As praias das Barreiras, do Farol e Maceió foram as mais “capitalizadas” pelo mercado imobiliário, que projetava para esta área a maior expansão de residências de alto padrão. Nestas praias foi possível observar o maior parcelamento do solo, que converteu o até então território de reserva em mercadoria de venda fetichizada pelo poder de troca que expressa – a vista paradisíaca, as brisas constantes, a melhor dotação de infraestrutura urbana.

Assim, a prática da antecipação espacial tornou-se recorrente no município com a compra de terrenos para revenda futura. A espera especulativa impede que a oferta regule o valor da terra (SINGER, 1979), produzindo novos territórios nas três praias em destaque que se caracterizam como “vazios urbanos” à espera de valorização.

A corrida imobiliária chegou ao ponto de um dos principais cartões postais do município ser colocado à venda na internet com o seguinte anúncio:

Vendo Ilha da Testa Branca, também conhecida como “Ilha do Amor”, fica em frente à cidade de Camocim e possui manguezais, dunas e belas praias. É muito visitada por banhistas que cruzam o rio Coreaú de barco para praticar esqui nas

dunas, caminhada e banho de mar. Da ilha tem-se uma bela visão da cidade. Preço R\$ 8,23 milhões, área de 823 hectares, equivalente a 8,9 mil metros quadrados. Ideal para a implantação de um parque eólico com aprovação da Semace. (GOMES, 2009).

O negócio “paradisíaco” foi proposto pela família Coelho, que tem grande participação na política municipal e ocupa vários cargos públicos. Após grande repercussão do fato na imprensa estadual, foi comprovada que a Ilha do Amor é uma restinga cuja proteção é salvaguardada como Área de Preservação Permanente (APP), além de integrar uma Área de Proteção Ambiental (APA) do município, que possui terrenos de marinha pertencentes ao patrimônio da União.

Tal despautério demonstra a fragilidade da legislação ambiental no Brasil, que muitas vezes é burlada pelas elites políticas locais com o interesse de subverter o patrimônio público em capital privado.

Em Camocim, esse aumento da venda de terras também ocorre porque as leis de parcelamento e uso do solo (instituídas no Plano Diretor de 2000), não obstante busquem disciplinar o crescimento da cidade e coibir a especulação imobiliária, em muitos momentos também são permissivas e estimulam tal prática. Nas diretrizes gerais do PDDU para a ordenação da cidade são previstas:

I - ampliar a zona urbana da sede municipal para aumentar a disponibilidade de terra edificável e também como forma de controlar o

processo de urbanização dessas novas áreas (parcelamentos), especialmente no litoral;

II - criar Áreas de Interesse ao Turismo, tendo em vista a nova vocação proposta para o município e como forma de incentivar o seu desenvolvimento, estabelecendo, para tanto, parâmetros diferenciados de uso e ocupação do solo (CAMOCIM, 2000).

Mesmo com as precauções antes citadas, o município, ao promover o aumento do perímetro urbano e a criação de Áreas de Interesse Turístico em zonas subpovoadas e desprovidas de serviços, também incita a prática da antecipação espacial promovida pelos promotores imobiliários.

Os promotores são conhecidos como os principais agentes de especulação imobiliária. Suas ações de compra e venda de imóveis são mais visíveis na cidade, ainda que sirvam de “testas de ferro” para grandes empresários ou corporações. Eles formam uma categoria complexa de agente e atuam como corretores, incorporadores ou intermediários, de forma individual ou através de empresas que, quase sempre, também agregam serviços de construção e financiamento.

Nos últimos anos, com o arrefecimento do turismo e dos megaempreendimentos em Camocim, são os pequenos comerciantes e empresários locais que diversificam seus negócios investindo no ramo imobiliário. A compra de “terrenos para engorda” e as construções de imóveis para financiamento do *Programa Minha Casa, Minha Vida* são os principais alvos desses promotores. Há ainda um grupo de destaque recente

no município que, além de atuar no comércio e no mercado de terras, tem investido no setor de hotelaria e turismo, com a construção do Lago Seco Clube & Hotel – empreendimento que, segundo a propaganda, segue a linha de um “Clube Cidade” com a oferta de hospedagem e entretenimento para sócios e visitantes.

Vale frisar que, para os promotores, o espaço é a matéria-prima do seu trabalho, uma preciosa mercadoria que tem valor diferenciado na cidade (CORREA, 2002). O sucesso dos promotores depende principalmente das ações do Estado em prover infraestrutura e equipamentos que agreguem maior valor aos imóveis que eles negociam.

O Estado, muitas vezes conivente e/ou “transfigurado” como especulador, acaba facilitando a reprodução do capital e das suas contradições no espaço da cidade, privilegiando as áreas nobres (de maior interesse dos promotores) com melhores serviços e equipamentos (água, luz, saneamento, asfalto, coleta de lixo, praças, parques etc.), em detrimento das áreas pobres, cada vez mais relegadas, onde se concentra a maior parte da população.

Ao pesquisarem quem são os maiores beneficiados pelos investimentos públicos em infraestrutura urbana, Vetter e Massena (1982, p. 58) constatam essa “prevaricação” do Estado e concluem:

As áreas em que residem famílias com níveis de rendimento mais altos tendem a receber, em termos proporcionais, mais benefícios líquidos das ações do Estado, uma vez que normalmente têm maior poder político (ou seja, maior capacidade

de influenciar decisões públicas em seu favor). Esses benefícios estão apropriados em sua maior parte pelos proprietários da terra na forma de rendas fundiárias.

No caso de Camocim, a conivência da Prefeitura e a falta de fiscalização e cumprimento das leis urbanas têm feito crescer a segregação entre pobres e ricos na cidade. Os bairros da zona sul (Olinda e Brasília) e da zona oeste (Cidade com Deus, Boa Esperança, São Francisco, Aeroporto) são os que apresentam maior crescimento de habitações, porém de forma irregular, com carência de investimentos em infraestrutura⁹ – saneamento, praças, coleta de lixo, vias asfaltadas etc.

Na zona rural do município, as deficiências de serviços são ainda maiores. A população sobrevive da pesca, do extrativismo e do cultivo de subsistência, principalmente do milho, feijão e mandioca. A castanha do caju e o coco-da-baía são os produtos de maior demanda comercial, mas com baixa participação na produção estadual – respectivamente 1,2% e 4%, em 2009. A falta de maiores investimentos e apoio técnico, grosso modo, favorece esta baixa produtividade da agropecuária, le-

⁹ Em 2009, a taxa de domicílios com água encanada em Camocim era de 92,3%, mas apenas 36,6% eram ligados à rede de esgoto (CEARÁ, 2010).

vando, por consequência, a menor contribuição deste setor no PIB municipal – 15% (CEARÁ, 2010).

O aumento da especulação imobiliária em Camocim agrava ainda mais os problemas da zona rural, levando à redução de pequenas propriedades e ao aumento do êxodo rural. Embora sejam em maior número (83,7% dos imóveis), os pequenos proprietários ocupam apenas 33,7% das terras (22.964ha), enquanto os médios e grandes detêm 66,2% da área (45.172ha), de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 (CEARÁ, 2010).

Preteridos nos investimentos públicos, a zona rural e o pequeno produtor ficam à mercê dos especuladores imobiliários, sobretudo nas áreas de praias mais afastadas da sede. Grande parte dos recursos se concentra na área central e beira mar, expandindo-se para as praias das Barreiras, do Farol e Maceió que abrigam tanto a classe alta e “emergente” da cidade quanto veranistas e turistas estrangeiros. Ali, novos loteamentos foram abertos e construções de primeira e segunda residência despontam na paisagem com materiais e estilos arquitetônicos bem diferentes da maioria dos imóveis do município. Há até casas exóticas que tentam recriar em Camocim lugares vividos ou imaginados de outros países.

A concentração desses imóveis tende a constituir um marco na paisagem e criar uma urbanização turística dispersa e seletiva, ou seja, de novos assentamentos sem centralidade que são mais segregados do resto da cidade.

Considerações finais

Nos últimos anos, Camocim se encontra numa rota de fluxos inter-regionais e tem recebido forte aporte de investimentos públicos, que não são bem aproveitados para potencializar o turismo e produzir o desenvolvimento local. Ao invés de se consolidar como destino turístico complementar a Jericoacoara, prevalece em Camocim o crescimento imobiliário.

O município ainda apresenta grande déficit na oferta de serviços básicos para a população. A alta taxa de urbanização (74,2%) registrada no Censo 2010, embora revele o crescente adensamento populacional nas sedes do município e dos distritos, não reflete, ao mesmo tempo, o aumento da oferta de equipamentos e de infraestrutura nessas localidades. Sem dispor de uma boa urbanização para os nativos, Camocim também não oferece bons serviços para os turistas.

Após uma década de grande esperança e efervescência, o turismo em Camocim sofreu uma retração nos últimos anos. O Boa Vista Resort (BVR), por exemplo, desde março de 2011 paralisou suas atividades. Ainda que as paralisações técnicas na baixa estação sinalizassem as dificuldades de funcionamento desse megaempreendimento, seu fechamento causou estranheza à população diante do momento em que se dá a reinauguração do aeroporto de Camocim e a reforma/construção de dois aeroportos internacionais na região (Parnaíba e Jeri) que são obras de “velho apelo” dos empresários italianos radicados no município.

Seria, então, a paralisação uma “jogada” de marketing para arrendar ou vender o resort a outro grupo que esteja visando à Copa ou o pós-Copa? Ou uma estratégia imobiliária

para angariar os fartos investimentos públicos divulgados pelo BNDES para o custeio de novos hotéis no Nordeste?

Para a população de Camocim, o Boa Vista Resort permanece uma incógnita, um “elefante branco” que, se por um lado, não conseguiu consolidar o turismo no município, por outro, contribuiu para a sua valorização imobiliária.

O intento do resort, aparentemente “fora do lugar”, foi de causar um grande impacto visual e com isso atrair a atenção do poder público e de novos investidores para o projeto maior do Grupo Marilha – o *Camocim Global Village*.

Todavia, nem o resort, nem o megaprojeto lograram êxito. Para os camocinenses, a urbanização turística que não teve foi mais uma desilusão da “cidade do já teve”, que hoje ainda convive com a especulação imobiliária crescente.

Por isso, urge a necessidade de se aperfeiçoar a legislação urbano-ambiental e sua aplicação em Camocim, com mecanismos administrativos que impeçam a proliferação de megaempreendimentos de “fachada” e com poucos benefícios para a população local.

Referências

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade** - Camocim/CE. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23052012-220752/>

CAMOCIM. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim** - Documento Básico. Camocim: Prefeitura Municipal de Camocim/NasserHissa Arquitetos Associados, 2000.

CARVALHO, Cid Vasconcelos de. **O trem em Camocim: modernização e memória.** 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza, 2001.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-Ipece. **Anuário Estatístico do Ceará - 2010.** Disponível em: www.ipece.ce.gov.br Acesso em: 25 de novembro de 2010.

COELHO, Carlos Henrique. **Denúncias contra o parque eólico de Camocim.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/economia/920438.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Política de turismo e território.** 3. ed. São Paulo, Contexto, 2002.

GOMES, Wilson. **“Ilha do Amor” é posta à venda por R\$ 8,23 mi.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=665747> Acesso em: 29 de agosto de 2009.

GRUPO MARILHA. **Master Plan Camocim Global Village.** 2001. Disponível em: http://www.marilha.com/p_masterplan.php Acesso em: 22 de novembro de 2001.

MONTEIRO, Tobis de Melo. **Camocim centenário: 1879-1979.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil** – o território brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950).** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

_____. **Entre o porto e a estação:** cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim/CE - 1920-1970. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, nov. 1979.

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria da causação circular. In: SILVA, L. A. Machado da. **Solo urbano:** tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 49-77

11. INVISIBILIDADES SIMBÓLICAS NA PAISAGEM RURAL DE ICÓ

Otávio José Lemos Costa¹

Introdução

Algumas singularidades das paisagens se manifestam a partir das formas simbólicas espaciais existentes, pelas quais retratam uma estreita relação e que são mediatizadas por símbolos, podendo ser uma realidade material e unindo-se a uma ideia, a um valor ou a um sentimento. Entendemos, portanto, que as mediações simbólicas permeiam as atividades pessoais em relação aos lugares de afetividade e de pertencimento. O presente texto busca analisar o patrimônio rural em um determinado município da região semiárida do estado do Ceará. Trata-se do município de Icó, localizado no sertão centro-sul, distante 370 quilômetros de Fortaleza, cuja sede já é tombada desde 1998 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN; sua arquitetura urbana enuncia ser um autêntico representante do ciclo da pecuária, apresentando um interessante traçado urbano, reflexo dos cuidados daqueles que elevaram aquele núcleo estradeiro à condição de vila em 1738.

O patrimônio rural a ser identificado elenca um conjunto de geossímbolos que, no entendimento de Bonnemaison

¹ Professor doutor; Programa de Pós-Graduação em Geografia/UECE; Laboratório de estudos em Geografia Cultural.

(2000, p. 26), corresponde “a uma estrutura simbólica de um meio, de um espaço” no qual o geossímbolo oferece um sentido ao mundo ou ainda a espiritualidade do lugar. O patrimônio a ser identificado não apenas como aquele institucionalizado, reconhecido por sua importância histórica ou valor arquitetônico, mas também como patrimônio que representa a memória do lugar, ou seja, aquele que contém o vernáculo da paisagem, enunciando não apenas a história oficial ou as paisagens tradicionais. Portanto, a análise das paisagens vernaculares identificadas, por exemplo, através de construções como capelas e oratórios, casas de fazenda, entre outras, torna-se importante como valor simbólico, e no dizer de Luchiarri (2001), nos permite identificar um sujeito oculto da paisagem, ou seja, o modo que impregna as práticas sociais e faz surgir ou organiza territórios.

A compreensão de uma paisagem cultural permeia a imaginação geográfica cujos propósitos conceituais formam-se nas proposições teóricas que almejam dar relevo à implementação dos fenômenos socioespaciais, quer estejam associados a uma perspectiva da natureza, quer estejam atrelados às práticas simbólicas nas quais os elementos discursivos indicam um processo que envolve a produção de paisagens culturais, de lugares ou territórios simbólicos que ensejam uma construção identitária sempre presente. Torna-se possível, portanto, a partir daquilo que conhecemos como paisagem vernacular, o entendimento das representações do patrimônio rural em Icó, contextualizando na seara da imaginação geográfica.

As invisibilidades simbólicas da paisagem

A atenção que se faz ao caráter simbólico das paisagens torna-se uma tarefa que em um primeiro momento orienta para a criação de uma sistemática de decodificações, decom-

pondo as formas numa série de significados. Entendemos que o simbólico de uma paisagem rural nos permite também um êxodo conceitual, pelo qual buscaremos uma exegese à luz de outras disciplinas, muito embora a semiologia já tenha afirmado não haver uma maneira única de ler os símbolos. Assim, construiremos a leitura de uma paisagem rural tomando como esteio a perspectiva humanística que discute categorias tais como paisagem e lugar, categorias estas que se aproximam do indivíduo na perspectiva do familiar, do espaço vivido e mediada por símbolos (TUAN, 1983).

A presente proposição envolve também o dimensionamento das relações entre paisagem e memória, pelas quais vem se transformando há algum tempo em um campo privilegiado de estudos e pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Do ponto de vista das ciências humanas, a História empreende uma discussão mais antiga, e conforme Meneses (1999, p. 11), “o campo de problemas a ser descoberto é muito vasto. Apenas para nos atermos ao ângulo da História, poderiam ser apontadas muitas questões cruciais que contam com bibliografia inexistente e insatisfatória”.

No âmbito da geografia, em que o conceito de paisagem é amplamente utilizado, procuramos entender a relação entre paisagem e memória trilhando a perspectiva da geografia cultural (COSTA, 2003). Neste contexto, a paisagem faz parte da realização humana, eivada de um significado pleno no seu sentido fenomenológico. Assim, a relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, bem como na existência de um conjunto de significados que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito, os quais refletem uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividades.

Na concepção de Mello (1996), a compreensão dos lugares simbólicos adquire profundos significados através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos. Entretanto, a simbologia presente nesses lugares, segundo esse autor, “não se restringe aos centros de bem querência, afetividade, despojamento da experiência” (MELLO, 1996, p. 167), pois existem espaços que são estranhos e desconhecidos os quais reúnem igualmente símbolos de grandezas variadas pelos quais podemos estabelecer também tênues laços de pertencimento.

Nosso direcionamento atina para a compreensão das formas simbólicas espaciais que estruturam paisagens aparentemente banais, porém plenas de significados e experiências sociais. Na seara da Geografia, é relevante a afirmação de Graham, Ashworth e Tunbridge (2004, p. 4), ao entender o patrimônio como uma herança de fundamental importância para os interesses da geografia cultural e histórica contemporânea, que se concentra nos parâmetros de significados e representações enquanto uma questão crucial da identidade. Realizar uma prospecção de uma paisagem rural e investigar o seu valor patrimonial reveste-se de uma variedade de símbolos compreendidos pelas mais diversas formas de atividades humanas. Estes símbolos trazem o sentido como o indivíduo ou grupo os percebe e são reconhecidos por uma particularidade, ou seja, suas realidades concretas, representadas através de formas simbólicas que, segundo Correa (2012), “tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculados ao espaço”, constituindo, portanto, em fixos e fluxos representados por itinerários, localizações, construções, entre outros e que são atributos de uma espacialidade.

Consideramos ainda que uma maneira de conceber o real, ou seja, a concepção de espaço e suas manifestações

concretas devam ser entendidas como um texto. Portanto, fazer a leitura de lugares e paisagem simbólicas, por exemplo, é compreender os seus significados. O olhar que fazemos sobre o patrimônio rural em Icó vai além das representações estabelecidas por instrumentos cartográficos ou pelos aspectos aparentemente formais que os mesmos podem expressar. Assim, direcionamos o olhar para as formas simbólicas espaciais, aqui consideradas como representações da realidade e que são resultantes de um complexo processo pelo qual os significados são reproduzidos e comunicados por pessoas pertencentes a um mesmo grupo cultural. Entretanto, possuem uma abordagem distinta, caracterizada por uma polivocalidade e por uma instabilidade de significados.

Neste sentido, pretendemos discutir o que chamamos de invisibilidades no que concerne ao patrimônio rural em Icó, entendendo que as mediações simbólicas permeiam as atividades pessoais em relação aos lugares de pertencimento e afetividade. Revelar uma prospecção de uma paisagem rural e investigar o seu valor patrimonial reveste-se, portanto, em descobrir invisibilidades simbólicas compreendidas pelas mais diversas formas produzidas pelas atividades humanas. Concordamos com Guimarães quando afirma:

Não basta apenas um só pensamento/sentimento ou uma única intencionalidade, nem somente um campo de visibilidades, de significâncias, ou de movimentos, ou tão somente um único olhar: torna-se necessária a conciliação de muitas diferentes formas de olhar/percebe; conhecer/interpretar; pensar/sentir; esquecer/

lembrar; construir/desconstruir;/ para compreendermos nossas experiências relacionadas às paisagens e seus significados como espaços e mundos vividos (GUIMARÃES, 2012, p. 48).

Estas invisibilidades trazem o sentido em que o indivíduo ou grupo as percebe e são reconhecidas por suas singularidades. Analisando o patrimônio rural em um determinado município da região semiárida do Ceará, relevamos que esse patrimônio elenca um conjunto de geossímbolos os quais correspondem a uma estrutura simbólica de um meio no qual o geossímbolo oferece um sentido ao mundo. Esta interpretação dos elementos geossimbólicos, aqui manifestados de maneira concreta pela arquitetura rural em Icó e tomando em uma perspectiva que nos remete ao encontro/confronto de possibilidades para interpretar e narrar o espaço vivido a partir de uma imaginação geográfica.

Essa imaginação geográfica face ao entendimento das paisagens vernaculares, aqui identificadas através das construções como capelas, oratórios, casas de fazenda, entre outras, torna-se importante enquanto valor simbólico e estruturam um espaço vivido e que permite identificar um sujeito oculto que se entranha nas tramas da invisibilidade. Olhar direcionado às paisagens vernaculares expõe um imaginário que reflete uma simbiose entre natureza e espaço vivido. Os valores, os costumes locais, os saberes, todos esses elementos estariam associados à paisagem, sempre preservados ou recriados, tomando por base o desejo que emana dessa paisagem.

A relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, bem como na existência de um con-

junto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividades, que emerge a partir da informação emitida por seu entorno. Nesse direcionamento, propomos algumas reflexões sobre o patrimônio histórico e a formação de paisagens socialmente representadas, enfocando não apenas o patrimônio histórico institucionalizado, mas também aquele identificado por paisagens aparentemente banais, entretanto, plenas de significados e experiências sociais. Paisagens que permitem expressar um imaginário que não se resume apenas à aridez ou ao modo de vida daqueles que se relacionam com a paisagem, mas algo que possa identificar trajetórias de vida e marcos com expressivos significados simbólicos.

A paisagem rural em Icó enquanto valor patrimonial possui os lugares da memória e reveste-se de uma variedade de símbolos, compreendidos pelas mais diversas formas da atividade humana. Esses símbolos trazem o sentido como o sujeito ou um grupo os percebem e são reconhecidos por uma particularidade presente no vernáculo da paisagem, assim expressa pelas ações e objetos. Constituem, portanto, instrumentos de conhecimento e de comunicação, portanto, de integração social (BOURDIEU, 1989). O simbólico da paisagem rural em Icó nos remete ao conceito de paisagem vernacular no qual se explicita um conjunto de representações expressas através dos saberes e fazeres. A paisagem sendo, portanto, mediatizada pela memória, é considerada conforme De Certeau como algo que

[...] engendra transformações espaciais, produzindo uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar, mantendo uma relação entre o visível

e o invisível, o material e o imaterial, constituindo-se em variantes que retratam-se em projeções simbólicas e narrativas, as sombras da prática cotidiana que consiste em aproveitar a ocasião e fazer da memória o meio de transformar os lugares (DE CERTEAU, 1994, p. 161).

Assim, a paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar, expressando a sua formação e continuidade, mantida através de práticas culturais que podem ser representadas, por exemplo, através dos complexos industriais, dos povoados rurais, das reservas indígenas, dos lugares sagrados, dos parques naturais, entre outros. Cada um dos exemplos enunciados contém uma variedade de elementos de ordem natural ou cultural associados a uma prática cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. Essa relação entre sujeito e a paisagem é, portanto, mediatizada por uma rede simbólica cuja materialidade traz também o imaterial, algo visível que mostra o invisível, um gesto que significa valor.

O símbolo presente na paisagem pode também ser definido como um elemento mediador entre os diferentes registros da experiência e a comunicação humana. A experiência e a comunicação humana tem uma dimensão irredutivelmente espacial: o mundo conhecido e imaginado que a atividade humana converte em um complexo de significados manifestos em uma realidade geográfica que é representada através das categorias paisagem e lugar, suportes privilegiados do processo de simbolização, da conversão em símbolos dos elementos concretos presentes no cotidiano.

O vernáculo da paisagem aqui representado indica também a propositura de uma imagem poética que necessariamente não precisa estar ligada a um passado longínquo e também não está sujeita a um impulso. Não é um eco do passado (BACHELARD, 1993, p. 2). Portanto, a paisagem vernacular pode compreender uma imagem singular, porém plena de significados e que geralmente não é legitimada como patrimônio histórico. Jackson (1984) ressalta a importância em examinar o histórico e o presente da paisagem, onde seriam enumerados alguns tópicos como: arquitetura doméstica, práticas agrícolas, costumes locais, crenças e práticas sociais. Para Zukin (2000, p. 85), o vernacular está presente nas atividades diárias e nos rituais sociais vinculados ao lugar, citando os exemplos de Nova York, Londres e Paris, onde a paisagem política e financeira concentrava o poder no centro, onde esse poder era visualizado pela silhueta dos edifícios contra o céu. Já a paisagem vernacular ocuparia amplas fatias da cidade histórica central, seus alojamentos, galpões de manufaturas e apartamentos subsidiados pelo poder público, disputando as brechas dos grandes edifícios das instituições dominantes.

Entender a paisagem enquanto memória é buscar um sentido identitário do sujeito com a paisagem, uma relação que é compreendida, segundo Gomes (2001), “pelos práticas socioespaciais que irão envolver aculturamentos e adaptações por meio de artificializações da natureza e naturalização do artificial”. Essa práticas sociais contêm, portanto, o simbólico dos lugares, pelas quais as relações assinaladas por símbolos estão representadas por realidades materiais que irão dar uma materialidade à paisagem, ou seja, o patrimônio imaterial em suas mais diversas expressões, bem como as manifestações imateriais que irão formatar a paisagem, ou seja, o patrimô-

nio imaterial em suas mais diversas expressões, bem como as manifestações imateriais identificadas pelos costumes, prática, ideias. Neste sentido, concordamos com Carlos (1996) quando afirma ser “o lugar da porção do espaço apropriável para a vida”. Portanto, podemos afirmar que o lugar e o entorno representado pela paisagem indicam um processo no qual as pessoas se socializam e interagem. Povoados rurais encontrados na paisagem rural de Icó indicam identidades locais e contribuem para formação de uma paisagem vernacular, gerando assim um sentimento de pertença.

A identificação do sujeito com a paisagem se explicita pela relação cognitiva, na qual a construção da memória é representada pelas atividades cotidianas e produzindo formas simbólicas culturalmente construídas. Cada indivíduo apreende o entorno, utilizando diversos registros de atividades cognitivas, construindo uma relação paisagem-memória que se manifesta em recortes territoriais. Nesse momento, a paisagem torna-se lugar e é recortada afetivamente. Para Bourdin (2001, p. 330), “o sentido de pertença é resultado de um conjunto de recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença a um lugar”. Assim a identidade que o indivíduo mantém com a paisagem é articulada por uma relação de proximidade imediata e aí ele se define através da leitura e do olhar para o entorno imediato.

Conclusão

Olhar para o patrimônio rural de Icó enquanto uma visualidade é pensar que este patrimônio evoca centralidades visuais. A invisibilidade torna visível a partir de uma dimensão

sensorial, aqui indicada, por exemplo, como paisagens sonoras (*soundscaapes*), paisagens de sabores (*smellscaapes*), entre outras. Porém, a paisagem visual, esta deverá ser analisada de maneira consistente. Observar os elementos contidos nessa paisagem é pensar em uma dimensão das visualidades que nos aproxima de outras disciplinas que trabalham com a imagem. Sendo a geografia considerada como uma ciência visual, conforme Rose (2013), a centralidade visual da geografia faz com que os geógrafos tomem essa centralidade como um prelúdio para estudos e outras articulações sensoriais do conhecimento. Portanto, ao observamos uma paisagem rural como objeto de interpretação, buscamos essa centralidade visual em que a importância das formas simbólicas espaciais nos conduz a certos tipos de visualidades e atinando para os fatos da paisagem, entendendo que estes nunca são somente uma imagem, mas sim um objeto para a construção e representação daquilo que está sendo observado. Entender a visualidade de uma paisagem vernacular é observar seus princípios de inclusão e exclusão, detectar a trama que aí se desenvolve, entender a forma na qual eles são distribuídos e decodificar hierarquias que ela apresenta.

As invisibilidades simbólicas no patrimônio rural de Icó envolvem elementos de ordem natural e cultural associados a uma prática na qual definem um conjunto de símbolos e que expressam a memória daquela paisagem. Trata-se de uma relação entre o indivíduo e o lugar em que uma rede simbólica está aí presente, fazendo emergir experiências e percepções que envolvem os aspectos objetivos e subjetivos do mundo vivido (GUIMARÃES, 2002). Neste sentido podemos afirmar que o que torna visível determinadas invisibilidades são as redes de sociabilidade que se formam a partir das identidades e sentimento de pertença com a paisagem.

Referências

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BONNEMAISON, Joel. *La Géographie Culturelle*. Paris. Editions du CTHS, 2000.

BOURDIN, Alan. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

CARLOS, Ana Fani de Alessandri. **O lugar No/Do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Otávio José Lemos. **Memória e Paisagem**: em busca do simbólico dos lugares. Espaço e Cultura, UERJ, NEPEC. n.º 15, p. 33-40, jan-jun, 2003.

DE CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOMES, E. T. A. Natureza e Cultura: representações na paisagem. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. **Geography of heritage. Power, Culture and Economy**. London: Arnold Press, 2000.

GUIMARÃES, Solange T. L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. Florianópolis: **Geosul**, v.17, n. 33, p 117-141, jan. /jun. 2002.

JACKSON, J. B. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven, Yale University Press, 1986.

LIMA-GUIMARÃES, Solange T. de. **Valoração de Paisagens:** Campos de Visibilidades e de Significâncias.

LUCHIARI, Maria Tereza. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. In CORREA, R. L. C.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginação e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos Lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e Cultura**, UERJ, NEPEC. Ed. comemorativa, p. 167-174, dez. 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *A Crise da Memória. História, documentos e reflexões para um tempo de transformações*. In. ARANTES, A. A. (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROSE, Gillian. Sobre a necessidade de se perguntar de que forma, exatamente, a geografia é uma ciência visual? **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ. n. 33, p. 197-206, jan/jun de 2013.

TUAN. Y-Fu. **Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência**. São Paulo. DIFEL, 1983.

ZUKIN, S. *Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder*. In: ARANTES, A. A. (org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

12. GROAÍRAS E MERUOCA, PEQUENAS CIDADES DO CEARÁ: NAS CONTRADIÇÕES DA VIDA URBANA QUE SE EXPANDE

Antônia Neide Costa Santana

Quanto menor a cidade maior a simpatia
(Pato Fu)

Começando o debate

As redes de distribuição, o consumo e o terciário, tão caros, no pensamento de Lefebvre, à produção e reprodução da sociedade urbana, se estendem pelo território. Esse processo se faz presente nas cidades de Groaíras e Meruoca, no Ceará, e traz impactos do mundo urbano, podendo ser reconhecidos como *urbanidades*. A realidade urbana, virtual - em vias de - encontra caminhos para a sua realização não por estar submetida a forças poderosas, como uma fatalidade, mas por compor uma realidade pautada na lógica da produção industrial e da própria produção e reprodução da sociedade urbana. Nos caminhos para a realização dessa sociedade estão as condições materiais e imateriais que favorecem o processo, e também os “obstáculos” que dificultam essa concretização, ou seja, é uma realidade *incompleta*.

Os impactos desse processo e dessas contradições se manifestam no campo e na cidade, no mundo rural e no mundo urbano. Esses impactos demarcam com mais notoriedade as tensões, os encontros e desencontros entre práticas sociais – *fazer* e *saber* – da vida urbana, que se expande, ao mesmo tempo que evidenciam a permanência de valores e práticas sociais vinculadas ao campo. Estes valores e práticas rurais, ainda presentes na cidade, são entendidos como *ruralidades*, ao passo que aqueles representativos da cidade são compreendidos como *urbanidades*.

Nesse sentido, é necessário que se considere também as *ruralidades*. A urbanização da sociedade, principalmente quando se procura compreender esse processo dentro da realidade brasileira, carrega consigo as características e as expressões do mundo rural. Tais aspectos não são eliminados, mas ressaltados. Portanto, é preciso entender tanto a ocorrência dessas *ruralidades* como as bases econômicas e sociais que as sustentam.

Diante disso, o presente artigo, fruto de minha tese de doutorado, procura analisar a manifestação da urbanização da sociedade expressa no (des)encontro das *urbanidades* e das *ruralidades* em duas das cidades do Ceará, cuja população varia entre 5.000 e 10.000 habitantes¹, para entender a urbanização desse espaço e os elementos definidores desse processo.

Interpretar a realidade urbana de Meruoca e Groaíras demanda um esforço intelectual pautado na realidade urbana de outras cidades, já que poucos estudiosos se debruçaram sobre elas. Por essa razão, impossível dar-se ao luxo de desprezar

1 A contagem do número de habitantes teve como referência a população localizada na cidade e não no município.

ou escolher entre um e outro autor. É um estudo cujas fontes de pesquisa, em sua maioria, relatam o percurso histórico da conquista e ocupação do território. Cronologicamente, a emancipação política é o último estágio registrado.

Inicialmente, buscou-se imergir no empírico da realidade estudada, visto que pouco se teorizou sobre essas cidades, e no passado, quando isso foi feito, a *descrição* quase sempre norteava o estudo em tela. Na pesquisa da tese também recorreu-se à *descrição* como um dos recursos metodológicos utilizados, e em vários momentos ela foi privilegiada por ser a única forma encontrada para clarificar o que estava na retaguarda. Esta compõe o real e nunca é decodificada em sua plenitude, pois o real é sempre mais rico, dinâmico, completo e está sempre à frente de qualquer teoria.

As cidades em estudo não se apresentavam sozinhas e sempre insistiam em vir acompanhadas: a comparação com outros centros urbanos foi inevitável. Essas cidades, vistas como realidades urbanas mais simples, reproduzem elementos da totalidade em que se inserem, ao mesmo tempo que se resguardam em suas particularidades.

A escolha do objeto não está desvencilhada da relação que o sujeito tem com ele. Por essa razão, no meu percurso metodológico, as diferenças e as semelhanças entre as cidades estudadas e outras, que por vários motivos, entraram na minha vida, iam me conduzindo e instigando as primeiras perguntas. Cidades pequenas devido às minhas experiências do passado e do presente, mas também cidades grandes – Fortaleza, onde morei e moro, e outras por onde andei. As ausências e carências das pequenas cidades motivaram o início da investigação e da elaboração do texto.

Por ter nascido em cidade pequena, não pude me furtar de fazer um exercício tendo como referência o passado, cheio de memórias e nostalgia, e o presente, percebendo mudanças e permanências, por meio dos parentes e dos “amigos que lá deixei”, como também as viagens pessoais à terra natal e às cidades da Zona Norte, onde se localiza Sobral², bem como por intermédio dos alunos que trazem para sala de aula os acontecimentos, a história e o cotidiano das suas respectivas pequenas cidades.

As pequenas cidades e, no caso, as do Ceará, ainda carecem de muita reflexão teórica. O fato de se refletir sobre o urbano dessas cidades não significa que se tenha conseguido entendê-lo em sua complexidade ou que a realidade pesquisada dependa de teorias para existir.

Procurando a apreensão do objeto em estudo, no caso, a realidade urbana de pequenas cidades da região noroeste do Ceará, sente-se a necessidade de eleger um marco teórico que compreenda esse processo dentro de uma totalidade historicamente construída e, por isso, inteligível em suas contradições. Tem-se clareza que a maneira como essa realidade se expressa é passível de modificações e de interpretações diversas.

As bases teóricas sobre as quais se assentam os conceitos de *urbano* e *sociedade urbana*, fundamentais para a feitura do presente texto, são aquelas elaboradas por Lefebvre em seus livros *Espaço e Política* (1972), *A revolução urbana* (1999) e *O direito à cidade* (2001). Afora esses livros, as orientações e a

2 Sobral, localizada às margens do rio Acaraú, é considerada a cidade mais importante da região noroeste do Ceará e uma das mais significativas na hierarquia urbana do estado, desempenhando relevante papel na ocupação e formação do território cearense. Com uma população de 188.233 habitantes, de acordo com o censo de 2010, é a segunda maior, em termos populacionais e econômicos, das cidades do interior do estado.

disciplina Cidade, política e cultura, ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Piñon, na UFF, em 2007 foram de extrema valia para a compreensão dos referidos conceitos. Apoiei-me ainda em estudiosos de Henri Lefebvre, tais como José de Sousa Martins (1981, 1996, 2000, 2008); Odete Seabra (1994), Ana Fany Carlos (1996), Roberto Luís Monte-Mór (2006, 2007), Oscar Sobarzo (2006), Maria Encarnação Sposito (2006) e Ângela Maria Endlich (2006)³.

Mediante as leituras desses autores, entende-se por *urbano* o modo de vida gestado a partir da industrialização, em cujas bases materiais as sociedades de diferentes países se assentam e são gerenciadas. Com Lefebvre compreende-se que a industrialização consegue, por meio da circulação da mercadoria, interligar as sociedades e suas respectivas bases de fixação, seja o campo ou a cidade, apesar de a locação da indústria se restringir a determinados espaços geográficos. A ausência de indústria não significa ausência da sociedade industrial e, portanto, da sociedade urbana.

3 MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2006, p. 185-197; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e campo, urbano e rural. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (organizadoras). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007, p.p 93-114. Os textos de Oscar Sobarzo, Ângela Maria, Endlich e Maria Encarnação B. Sposito compõem o livro SPOSITO, Maria E.; WHITACKER, Arthur M. (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Esses textos estão especificados na bibliografia desta tese, assim como as obras de José de Souza Martins: 1) **Introdução Crítica à Sociologia Rural** (1981);2), **Henri Lefebvre e o retorno à dialética** (1996 – org.) em que se utilizou especificamente os textos de Ana Fany, Odete Seabra e do próprio José de Souza – respectivamente, *A mundialidade do espaço, A insurreição do uso, As temporalidades da História na dialética de Lefebvre*;3) **O futuro da sociologia rural sua contribuição para a qualidade de vida rural** (2000); 4) **A sociabilidade do homem simples** (2008); assim como, **O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia**, palestra proferida por Odete Seabra no V Congresso Brasileiro de Geógrafos (1994).

Ao pesquisar, o sujeito-pesquisador traz consigo a sua vivência, a sua história de vida, não se desarvora de sua visão de mundo. Tem-se clareza de que a atitude da escolha teórico-metodológica leva à subjetividade e revela a visão de mundo de quem faz a pesquisa.

A escolha teórico-metodológica não isenta esta análise de críticas e falhas. Escolher significa, antes de tudo, arriscar, embora tenha se buscado rigor científico na tentativa de eliminar tais riscos e de proceder nos acertos.

Do rural ao urbano: *assim caminha a humanidade*

Um conceito caro à compreensão da realidade da pequena cidade é o de *lugar*, pois alguns elementos eleitos para a discussão e o entendimento desse conceito se manifestam nessas pequenas cidades. Mesmo sem quereremos nos deter a uma análise quantitativa, não podemos deixar de reconhecer que a própria dimensão das cidades consideradas favorece a identificação de vários elementos alusivos à discussão do *lugar*. Em Carlos (1996) e Massey (2000) encontramos os esclarecimentos para a compreensão desse conceito.

Carlos (1996, p. 14) aponta a necessidade de se compreender o *lugar* tendo em vista as relações de proximidade entre o local e o global, e afirma que

[...] cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes.

Para Massey (2000, p. 184), o *lugar* “se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular”. Essa autora (na página 184) analisa o *lugar* a partir da articulação das “redes de relações e entendimentos sociais”, ao mesmo tempo que chama a atenção para a ampliação da escala na qual o lugar se conecta e concretiza essas relações, e discorre sobre o “sentido extrovertido do lugar”. A autora seleciona, além desses, outros elementos para se pensar o “conceito progressista de lugar”: 1) as “interações sociais” mediante as quais os lugares se constroem “não são coisas inertes”, movimentam-se, “são processos”. Ela desloca a noção de *processo* para dar sentido à noção de *lugar* e diz que os *lugares* “também são processos” (2000, p. 184); 2) “os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. [...]. A definição, nesse sentido, não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior [...]” (p. 184). Ela completa o raciocínio afirmando que a ligação com o *externo* pode ser dada pela singularidade; 3) “[...] os lugares não têm ‘identidades’ únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos” (2000, p. 185); 4) “Finalmente, nada disso nega o lugar nem a importância da singularidade de um lugar. A especificidade de um lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade resultante de uma história longa, internalizada.” (2000, p. 185). Alguns desses elementos entram na composição das pequenas cidades da pesquisa.

O pensamento que José de Souza Martins (2008) desenvolve sobre a concepção da *história local* é de grande relevância para se compreender a inserção do *lugar* na história:

Em *Subúrbio* abro uma polêmica com quem acha que a história local é o âmbito miniaturizado da História,

que na história local ocorrem, necessariamente, em pequena escala, os grandes processos da História. Essa suposição é insustentável. A história local é a da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é, embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis. Cabe ao pesquisador descobrir esses nexos. A história local é certamente um momento da História, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas (MARTINS, 2008, p. 116-117).

A concepção de *lugar*⁴ e de *história local*, acima mencionada, é fundamental para a análise e entendimento da realidade presente em Groaíras e Meruoca, já que essas cidades não estão e não são centros das decisões, mas participam das redes de relações sociais. A história local dessas cidades, por vezes, encontra explicações e justificativas em decisões ou acontecimentos ocorridos fora do lugar. As relações que não aparecem claramente não significam que estejam ausentes.

A “generalização da sociedade urbana”, já anunciada, despertou inquietações e provocou uma tentativa de leitura (SANTANA, 2011) sobre Groaíras e Meruoca no seu *vir a ser*,

4 Referenciada em Ana Fani Alessandri Carlos e Doreen Massey.

inseridas no seu processo global de urbanização. A urbanização da sociedade repercute e avança e, por ser um processo incompleto, deixa à mostra o descompasso de desenvolvimento. Repercute de forma diferenciada, principalmente, nos lugares que tardiamente ingressaram na sociedade industrial. Groaíras e Meruoca trazem as marcas desse descompasso.

O modo urbano de viver, nessas cidades, induz à leitura do mundo rural que as envolve. O ritmo do campo que circunda Groaíras e Meruoca é lento e essa lentidão é justificada pela ausência da tecnologia avançada no trabalho agrícola. O ciclo da natureza ainda determina o ciclo biológico das plantações. Não há interferência de técnicas modernas na produção camponesa. A produção agrícola e, de certo modo, a vida em si, são conduzidos pelo comportamento da natureza. Assim, é da chuva que depende a safra; a noite cai e o descanso chega interrompendo o trabalho e os afazeres domésticos; há uma separação bastante evidente entre as tarefas diurnas e as ocupações noturnas, estas são quase ausentes e voltadas para a indução do sono. Mas, alguns elementos da cultura urbana, gestados com a industrialização, começam a ser incorporados nos costumes da população rural. O início dessa alteração pode ser creditado à eletrificação do campo, iniciada em meados de 1980, década em que a população urbana do Ceará ultrapassa a rural.

Após 1980, vários outros fatores contribuíram para essas mudanças comportamentais, dentre eles, a difusão da antena parabólica, ocorrida nos últimos 10 anos, possibilitando aos moradores dessas áreas a introdução de programas televisivos na sua rotina, alterando os seus hábitos. Não somente a televisão, mas o uso do celular os retira do isolamento, assim como a internet, à medida que for incorporada, os conecta-

rá a lugares distantes e ritmos diferenciados. Tecnicamente, o acesso à internet já é possível tanto na área rural de Meruoca como em Groaíras. Se os camponeses dessas áreas desconhecem, rejeitam ou ainda não sentem a necessidade do uso desse instrumento na sua rotina de trabalho ou do seu lazer, não se pode dizer a mesma coisa em relação a seus filhos e netos, visto que os mesmos começam a ter acesso à rede mundial de computadores nas escolas que frequentam.

Uma nova geração com hábitos urbanos começa a ser formada na zona rural de Meruoca e Groaíras: uma geração com acesso aos acontecimentos mundiais e às *simultaneidades dos eventos*. Algumas mudanças já foram introjetadas e são reconhecidas na adesão àquilo que está na moda (as formas de se vestir, o uso de adereços, penteados, grifes - mesmo que pirateadas), nos hábitos alimentares, na quebra de preconceitos sexuais, enfim, na assimilação de novos comportamentos e valores.

No caso de Meruoca é necessária a introdução do conceito de natureza para a compreensão do mundo rural. Se em Groaíras o tempo do mundo rural é aceito pelo sertanejo em sua naturalidade, em Meruoca ele é convertido em mercadoria. A lógica da mercadoria comanda o tempo de proprietários de terra, de hotéis, pousadas e restaurantes. A lentidão da natureza, enunciada na paisagem, é apropriada pelo capital e vendida de várias formas: pacotes turísticos, eventos sociais, segundas residências e no lazer dos finais de semana, quando se consomem os serviços dos restaurantes, os banhos de cachoeiras, o ócio, a contemplação do verde – para fugir do cinza da caatinga, o “estar sem nada pra fazer” e, com isso, a sensação de domínio sobre o tempo.

O tempo lento da natureza movimenta o mundo rural e o afasta da sua primeira função: a agricultura. Os objetivos da classe média que se apropria ou frequenta a serra da Meruoca não estão direcionados para a produção agrícola e tampouco coincidem com os dos camponeses que lutam pela posse da terra. A beleza da serra esconde as angústias e o sofrimento de trabalhadores que sonham em possuir a terra cultivada, há gerações. Esses trabalhadores “são passados adiante junto com a terra”⁵. Cabe ao novo patrão determinar o seu novo destino ou, se tiver “sorte”, e forem aceitos, a sua nova profissão, geralmente a de caseiro, para os homens, e a de empregada doméstica ou faxineira, para as mulheres. Esses trabalhadores, que já não podiam escolher *o quê* plantar ou *qual destino* dar àquela terra, agora, com a venda da propriedade lhes negam o direito de escolher se ficam ou se vão embora, assim como também não lhes é permitido optar pela nova profissão. A natureza, constituindo-se lentamente há milhares de anos, contradiz a celeridade de que o capital necessita para fazê-la rentável.

Alguns hábitos do mundo rural de Meruoca são gerados a partir de uma lógica urbana. Na subida da serra, na considerada área rural, há uma pequena academia de ginástica para atender os hóspedes da pousada, os moradores do entorno da pousada e das áreas mais distantes. O morador da área rural que tiver interesse e dinheiro para pagar pode usar a academia.

Os hábitos do mundo rural são diferentes dos hábitos urbanos. Mas a lógica do consumo, que sempre esteve associada à cidade, reproduz-se no campo pela necessidade de expansão do mercado e pelas facilidades das comunicações e da aquisição de mercadorias presentes no atual momento histórico,

5 Entrevista com o ex-secretário de agricultura do município.

gerando costumes semelhantes ao transformar o homem do campo em consumidor. Bagli (2006, p. 94) afirma que “mercadorias são adquiridas por moradores do campo e da cidade”.

Ao conversar com feirantes e com proprietários e funcionários das mercearias e mercantis⁶ de Groaíras e Meruoca tem-se a informação de que não há resistência dos moradores do campo em adquirir mercadorias novas. O anúncio das novidades e das promoções veiculado pela televisão, por motos e bicicletas que carregam caixas de som acopladas na garupa, e principalmente pelo rádio, surtem efeito e induzem os moradores do campo e da cidade a procurar por tais produtos. Os comerciantes e os revendedores informaram que não se limitam apenas ao reabastecimento das mercadorias e que introduzem as inovações no mercado local. Mas, o consumidor, seja do campo ou da cidade, é quem mais contribui para esse processo, pois vem dele a solicitação pelas mercadorias anunciadas, já que as propagandas da televisão e do rádio não se limitam aos produtos disponíveis no comércio dessas cidades.

Algumas afirmações de Diniz (2009), em sua tese de doutorado sobre assentamentos rurais no Ceará, nos são úteis para confirmar a aquisição, feita por camponeses, de produtos considerados típicos da cidade:

6 No Ceará, mais especificamente em Fortaleza, mercantil é sinônimo de supermercado e é também o ato de comprar. Os “mercantis” em Groaíras, Meruoca e demais cidades do interior são espaços de compra semelhantes às mercearias. A diferença se faz na forma de aquisição do produto, já que na mercearia ou bodega o freguês é atendido no balcão pelo funcionário ou proprietário do estabelecimento e no “mercantil” o freguês escolhe a mercadoria e leva ao caixa. Há diferença também na variedade dos produtos oferecidos, cuja lista inclui os refrigerados, e no tamanho físico do estabelecimento, geralmente maior que as mercearias, mas abaixo dos 700m² mínimos exigidos pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Todas as residências possuem energia elétrica. A maioria possui vários eletrodomésticos como: geladeira, televisão, rádio, liquidificador, ferro elétrico e fogão a gás, embora a maior parte dos alimentos seja cozida no fogão a lenha ou em fogão com carvão vegetal. (DINIZ, 2009, p. 170-171).

Essa autora, ao completar o raciocínio, diz:

[...] segundo informações dos próprios comerciantes, os assentados são os melhores fregueses [...]. Os camponeses passam a ir para a cidade não apenas levar seus produtos para serem comercializados, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, mas para comprar produtos que não produzem. (DINIZ, 2009, p. 228).

Diniz (2009) faz essas afirmações para mostrar que as linhas de crédito abertas aos trabalhadores assentados contribuem para a movimentação econômica dos municípios em que se localizam os assentamentos, aumentando a renda do comércio local. Mas essas declarações servem também para revelar o movimento do campo em direção aos hábitos urbanos quando seus moradores adquirem produtos considerados exógenos à cultura rural. A citação acima traz uma informação bastante relevante a este artigo: a permanência do uso do fogão a lenha, mesmo em posse do fogão a gás. Essa informação aponta a complementaridade entre o mundo rural e o mundo

urbano, cada vez mais presente na nossa sociedade, e revela a confluência entre as urbanidades e as ruralidades.

O deslocamento de lojas de móveis e eletrodomésticos da capital para as cidades médias, e em alguns casos para as pequenas cidades, ou a diversificação dos produtos nas lojas dessas cidades gera a disseminação de artefatos ainda considerados de luxo, como geladeira e fogão a gás, bem como a introdução de novos produtos, como as máquinas de lavar roupa, por exemplo. Começa a aparecer também uma padronização na decoração mobiliária não somente nas residências urbanas mas também nas residências do campo. O fogão a lenha, que antes abrigava em sua parte superior a bacia para lavar “as coisas da cozinha”, nas duas últimas décadas vem perdendo essa característica, pois cada vez mais, ao seu lado, é colocada a pia destinada à lavagem de utensílios domésticos. Aos pratos, panelas e talheres, foram acrescentados o liquidificador, a garrafa térmica, as assadeiras, os depósitos de plástico, batedeiras de bolo etc.

Para Henri Lefebvre (1999, 2001), a formação da sociedade urbana está em curso e, portanto, no campo das possibilidades, generaliza-se, alcançando realidades distintas, próximas ou não dos grandes centros urbanos desenvolvidos. A distância a ser percorrida não se configura como obstáculo, visto que o avanço das tecnologias permitiu a redução no tempo gasto para se fazer o percurso. Carlos (1996, p. 15) afirma que

[...] a sociedade urbana que, hoje, se produz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à

homogeneização, ao mesmo tempo em que permite a diferenciação. O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte.

Roberto José Moreira, ao discutir o rural na sociedade contemporânea,⁷ reporta-se à afirmação feita por Silva e Ianni, em 1996, de que há, no momento histórico atual, a *industrialização da agricultura* e a *urbanização do campo*. Ele segue, no texto, perguntando de qual rural se fala, referindo-se aos países centrais e aos periféricos. Moreira (2003, p. 115) segue analisando o mundo rural e nos diz para ficarmos atentos “às especificidades culturais das distintas formações sociais capitalistas e às suas relações de interdependência”. Pois, há um tempo global determinado pelo dinamismo do capital, também universal, e pelas relações sociais de produção e há tempos subordinados. A divisão internacional do trabalho, ao definir *onde, como e o que* será produzido submete à mesma lógica o *tempo e o espaço*.

Um percurso teórico-metodológico pelos textos desse autor revela uma discussão pertinente e esclarecedora ao tema proposto. Moreira (2003, 2007), ao analisar o conceito de rural, aponta para as transformações do conteúdo socioespacial adquirido no atual momento da sociedade globalizada.

Para esse autor, o rural na modernidade foi concebido pelo antagonismo entre “campo-cidade”, “tradicional-moderno”, “incivilizado-civilizado”, “não tecnificado-tecnificado”. Em sua análise, Moreira (2007, p. 54) concebe o rural como

7 MOREIRA, R. José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, abr. 2003.

[...] parte constitutiva das revoluções burguesas e das lutas pela independência colonial das sociedades ocidentais, bem como elemento constitutivo do exercício e da legitimação da hegemonia cultural e política das elites nestas sociedades.

O estudioso não desconsidera a formação da cultura ocidental, bem como, “as especificidades culturais das distintas formações sociais capitalistas e às suas relações de interdependência” (2007, p. 55). Para ele, o “rural-agricultura da modernidade [...] foi concebido como sujeito aos domínios da natureza e da tradição. Constituiu-se como um rural a ser transformado” (2007, p. 55).

Uma dimensão importante que Moreira adota em relação ao rural de hoje está atrelada ao conceito de *natureza*, e isso nos leva a compreender alguns aspectos da realidade rural de Meruoca. Pois, a questão ambiental obriga o camponês a desenvolver outra relação com a natureza, visto que esta, assim como a terra, foi apropriada e transformada em mercadoria. Portanto, o referido autor lembra que os problemas ambientais da atualidade têm levado à incorporação da preservação da natureza na discussão que se trava para o entendimento do mundo rural contemporâneo.

A manipulação genética da natureza feita por grupos privados conduz o camponês a enfrentar a luta pela conquista da terra e pela garantia dos interesses coletivos frente aos interesses privados de grupos econômicos na manipulação da vida. Pelo interior do Ceará são disseminadas, com o apoio da Cáritas Diocesana, as *Casas de Sementes*, um projeto que visa guardar a semente de uma safra para a outra, evitando a aquisição da mesma por meio da compra e venda.

A natureza exteriorizada do homem torna-se mercadoria nas sociedades capitalistas, passível de ser comprada, trocada, negociada. É submetida às leis de mercado e, portanto, já não é mais vista como um bem coletivo, à serventia de todos, mas sim daqueles que podem comprá-la e manipulá-la. A natureza, enquanto mercadoria, cada vez mais torna-se acessível apenas àqueles que por ela podem pagar ou consumi-la, haja vista os pacotes do turismo ecológico que anunciam o ar puro longe das grandes cidades, a apreciação da paisagem natural etc. O cidadão de Meruoca, com pouco poder aquisitivo, somente usufrui das belas paisagens da serra porque essas pertencerem ao seu *habitat*. A mercantilização da natureza e a aquisição do lucro, intrínseca a esse processo, levam a práticas abusivas e ao que se conhece hoje como *questão ambiental*.

Moreira (1999, 2007) lembra que no meio rural, em algumas áreas do país, a atividade agrícola perde espaço para as ações voltadas à preservação da natureza. Dessa maneira, o camponês se transforma em “jardineiro”, pois o cuidado com a natureza passa a ser uma atividade econômica rentável em uma sociedade que desperta para preservação ambiental. O camponês, então, passa a ser em guardião da natureza.

Alguns elementos desse rural são vistos em Meruoca. As belezas naturais dessa serra, aliadas à possibilidade de sua exploração econômica voltada para o turismo ecológico, desperta nos seus habitantes e nos gestores locais a necessidade de construir uma consciência ambiental a fim de preservar tal patrimônio e faz surgir novas atividades econômicas e seus respectivos profissionais: jardinagem, pousadas, restaurantes, bares, hotéis, trilhas, voos de asa delta, atividades culturais etc., que movimentam o mundo rural de Meruoca. Complementar a isso há a venda de sítios, o abandono de práticas agrícolas e

a conversão de camponeses em *caseiros*. Muitas mulheres deixaram de plantar para trabalhar como domésticas nas chácaras pertencentes à elite econômica de Sobral, que se desloca para a serra nos finais de semana, enquanto outras adotaram o artesanato como forma de sobrevivência.

A construção dessa consciência ambiental não é tranquila: os interesses divergentes trazem conflitos entre proprietários de terra e camponeses e entre estes e o Estado, representado pelo IBAMA e por outros órgãos fiscalizadores.

Sobre a *natureza*, Moreira⁸ explica que a realidade humana é culturalmente construída e, portanto, o mundo natural é culturalmente concebido e apropriado. Assim, a natureza deve ser vista como “um produto do trabalho e do conhecimento humano” (1999, p. 249). Compartilhando dessa visão, Waldman (1988, p. 21) explica que “a natureza resulta de aspirações e relações que se alteram historicamente. Ela foi continuamente inventada e reinventada pelas diferentes formações sociais.”

Moreira (1999, p. p 249-250) ainda chama a atenção para a necessidade de se “reconhecer o relativismo do conhecimento científico e a realidade do imaginário social como elementos componentes das ações políticas e produtivas dos seres humanos”. Para ele, essa concepção teórica permite compreender: os conflitos e embates sobre a apropriação da natureza e da biotecnologia; “as noções de capital natural”; “a concepção de serviços do ecossistema e de valoração da natureza”; “as proposições relativas à propriedade da dinâmica da biodiversidade frente à dinâmica do sistema sócio-econômico da humanidade”.

8 MOREIRA, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: BRUNO, Regina; COSTA, L. F. de Carvalho; MOREIRA, R. José (orgs). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Outra grande contribuição que Moreira (2007), em seu livro *Terra, poder e território*, oferece ao conceito de *natureza* é a associação deste conceito ao de renda da terra, ao questionar a *naturalidade da natureza* e do conhecimento que se tem sobre ela a partir da ordem capitalista de produção. Para esse autor, a *localização* e a *fertilidade* do solo não são processos naturais. A mercantilização da terra desnaturaliza esses processos. Moreira afirma “que a natureza, como fato social do capitalismo, é um produto da sociabilidade humana: sujeito à apropriação privada” (p. 31). A importância da *localização* é relativa e está sujeita às redes de distribuição e de circulação de mercadorias, bem como, aos mercados de consumo; a *fertilidade* assume outro significado e passa a depender diretamente do avanço da ciência e da tecnologia. O autor enfatiza que “não há, aqui, a questão de uma fertilidade absoluta, mas sim uma questão de uma fertilidade relativa às técnicas em uso” (p. 33). Moreira nos lembra da relação entre a propriedade privada e a apropriação do conhecimento, explicitando, assim, a “transferência” da renda da terra para a renda da natureza.

Mesmo que um proprietário de terras não dispenda um níquel de seus recursos próprios ou um minuto de seu tempo na produção destes conhecimentos, a propriedade sobre as terras lhe dá o direito de disputa sobre os frutos do progresso técnico aplicado. Este é um poder de mercado que a propriedade da terra apresenta na competição intercapitalista: ser grande ou pequeno, e estar em posse de terras férteis relativas ao seu tempo sócio-histórico têm a ver

com o exercício deste poder. (MOREIRA, 2007, p. 33).

Para Moreira (2007, p.p 59-60), há na contemporaneidade um rural em curso, configurando-se como

[...] um processo de resignificação [...] do rural construído por aquelas antigas oposições sociedades tradicionais-modernas, rural-urbano, campo-cidade e agricultura-indústria. Essa compreensão está associada aos processos recentes da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais; de abertura dos mercados, de constituições de mercados supranacionais, de redimensionamento do papel do estado, de descentralização política e de desformalização das relações de trabalho herdadas.

Martins (2008, p. 39) fala que a experiência de vivência nos acampamentos do MST leva à “ressocialização modernizadora dos acampamentos”. Mais à frente, o autor afirma que essa experiência faz com que seus participantes aprendam

[...] a reordenar [...] a estrutura produtiva [...] diversificam as atividades econômicas, combinam artesanato, indústria e agricultura, incorporando técnicas e equipamentos modernos e práticas modernas de comercialização. (MARTINS, 2008, p. 39).

Monte-Mór (2007, p. 99) discute a incorporação da dimensão ambiental na revolução urbana anunciada por Lefebvre:

Por outro lado, a revolução urbana significa também colocar limites à produção industrial pelas demandas e exigências da reprodução urbana, ampliando e até deslocando o eixo da luta de classes das relações imediatas capital/trabalho no processo de produção na fábrica para uma luta centrada na vida cotidiana, na qualidade de vida, na cultura. Esta luta centrada na reprodução coletiva tem como parceira central a preocupação e a ação política voltada para a questão ecológica e ambiental, referencial das questões ligadas à reprodução. Esse deslocamento do centro das preocupações da produção para a reprodução e que tem na questão ambiental sua questão maior – a reprodução da vida no planeta – e a subordinação e limites que vem impondo ao industrial passa a ser um dos elementos dominantes na organização da sociedade contemporânea.

3 Considerações finais

Algumas características modelam essas pequenas cidades: a hierarquia urbana é uma delas. Dentro da rede urbana, embora furem o bloqueio e se relacionem com outras sem

necessariamente obedecer à hierarquia tradicional, apresentam uma configuração urbana significativamente dependente dos centros maiores. Elas conseguem manter a sua população, qualitativa e quantitativamente, nas formas mais simples da vida comunitária, cuja dependência de outros centros se revelam principalmente em relação à aquisição dos serviços.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que não existe um modo urbano nas cidades pequenas. Porém, faz-se necessária a aceitação de que há ritmos de tempos diferenciados, desvelando realidades não homogêneas, onde o “atraso” possa ser considerado como uma realidade qualitativamente distinta. Este “atraso” é lucrativo para alguns: latifundiários, cineastas, políticos, empresários. Talvez esse atraso tenha outro significado: o de um convívio mais próximo com a natureza (e enquanto a sua presença perdurar). Tal convivência se ampara, alimenta-se no cultivo das roças, à medida que se percorre caminhos ou estradas com ou sem pavimentação - espantando insetos, principalmente no período chuvoso, como a conhecida “mutuca”, e deparando-se com grandes ou pequenos animais; na aquisição de alimentos (leite, queijo, ovo, galinha – sem o adjetivo *caipira* - remédios caseiros, para citar os mais comuns) entregues⁹ ou negociados à porta da casa, saídos diretamente do campo.

Há “ainda”, na cidade pequena, uma simbiose, uma forte dependência em relação ao ritmo da natureza. Esta afeta, com muita frequência, o viver nessas cidades: a presença da chuva que garante a colheita é sentida na cidade e não somente no campo. São relações locais modificadas ou determinadas pela fatura dos legumes, por exemplo, nas feiras. O *viver* nes-

9 Neste caso, já há uma relação entre produtor e comprador estabelecida previamente.

sas cidades pode implicar trazer para a mesma costumes rurais. É essa relação mais forte com a natureza e a pouca transformação da mesma, no uso da economia local, que dá uma conotação diferente ao urbano dessas cidades.

A natureza e o mundo rural ainda estão presentes e se manifestam no modo urbano dessas cidades. Contudo, apresentam-se de maneira contraditória, sob a forma de práticas remanescentes, as *ruralidades*, enquadradas e regidas a partir do urbano e suas forças de mercado, num sentido amplo, das sociedades de consumo global, e do meio técnico-científico-informacional, em suas inúmeras redes e conexões com as estruturas e políticas locais.

Além da modificação da paisagem há também mudanças comportamentais: o uso de cirurgias plásticas e lipoaspiração; aquisição de automóveis; a adesão à compra pela internet; contratação de *buffets*¹⁰ para celebrações; realização de viagens a passeio; aumento do consumo de alimentos industrializados e a disseminação dos produtos *light* e *diet*, assim como o uso de produtos à base de soja e os transgênicos como o *chester*, por exemplo; a “malhação” do corpo; a adesão à caminhada por parte das pessoas que compõem a “terceira idade”; o uso do celular e da internet – *blogs*, *facebook*, programas de rádio¹¹ e de televisão, exibição e postagem de vídeos; a assi-

10 Geralmente, apenas uma pessoa oferece todo o serviço.

11 Os moradores de Groáiras que estão em outras cidades acompanham os programas da rádio local, acessam sites e seguem os blogs para saber das novidades, deixar recados, “matar a saudade” e não perder o vínculo com amigos e parentes. Alguns exemplos desses depoimentos: “moro no rio há muito tempo mais adoro minha cidade groairas porque minha família mora todos aí um abraço para todos groairenses”

“Groáiras é o meu melhor lugar moro no Rio de Janeiro mais nunca esqueço da minha cidade maravilhosa minha Groáiras um grande abraço a todos de Groáiras”. Comentários deixados no *site*, disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/cidade/1364/groairas-ce.html>>. Acesso em: 04 de jul. 2011.

natura de TV a cabo e a compra da antena parabólica; a utilização indiscriminada da moto e a sua adoção nas atividades do campo, como a condução do gado e a entrega em domicílio de produtos rurais, principalmente o leite; a substituição de brincadeiras infantis tradicionais pelo videogame e *lan houses*; o uso de grades e, em alguns casos, da cerca elétrica nas residências; a adesão com muita facilidade à moda do momento – alisamento do cabelo, tintura, roupas, os sucessos musicais, incluindo as músicas religiosas, etc.; tatuagens e *piercings*, embora sejam poucos os exemplos; pessoas com fones nos ouvidos são cada vez mais frequentes nas ruas dessas cidades; novos tipos de esporte, no caso de Meruoca, *bicicross*, práticas voltadas para o turismo de aventura, vôlei de areia, *handebol*, xadrez, voo-livre, dentre outros.

As cidades do Ceará com menos de 10 mil habitantes, como são os casos de Meruoca e Groaíras, atraem a população rural e dos respectivos distritos, mas não se destacam na oferta de serviços a ponto de influenciar outras de porte igual. As mudanças identificadas não as elevam na hierarquia urbana, mas qualificam a vida da população local e introduzem hábitos urbanos semelhantes ao da metrópole.

São cidades “desprezadas” pelo mercado e inseridas ou induzidas ao mundo urbano por meio do Estado, com suas políticas públicas e programas sociais. Há um outro indutor nesse processo: o SEBRAE, tornando-as empreendedoras e contribuindo para seu processo de mercantilização.

*“que a desfilada dos anos
traz tudo no véio mundo”*
Patativa do Assaré, poeta.

Referências

BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPOSITO, Maria da Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81-109.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação**. 2009. 240 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Espace et politique. Paris: ÉditionsAntropos, 1972.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, M. Piñon. **A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24534.htm>> Acesso em: 26 jan. 2010.

MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O futuro da sociologia rural sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.15, out. 2000.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. rev. e ampl., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MASSEY, Doreen. O global e o local. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, R. José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: BRUNO, Regina; COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, R. José (organizadores). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999 a.

_____. **Agricultura familiar:** Processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad; CPDA/UFRRJ, 1999 b.

_____. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** n. 20, abr. 2003.

_____. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio-técnico-científico-informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira.** 4. edição, São Paulo: HUCITEC, 1998.

SILVA, José B. da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eutógio Wanderley Correia (Orgs.). **A cidade e o urbano:** temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

WALDMAN, Maurício. Ecologia na perspectiva dos trabalhadores.
Revista Tempo e Presença, São Paulo/Rio de Janeiro, CEDI, v. n.
330, 1988, p. 4-5.